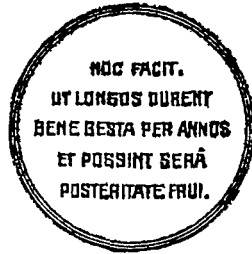


ISSN 0100-2953



Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1º de novembro de 1894

(Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 59.151, de 26 de agosto de 1966 e pela Lei Estadual 508, de 17 de novembro de 1949)

Sede própria: Rua Benjamin Constant, 158
Cep: 01005 — São Paulo

VOLUME LXXXI

SÃO PAULO
1986

Este volume LXXXI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, é patrocinado pelo dr. Prudente José de Moraes Sampaio, conforme os dispositivos da Lei 7.505 de 2 de julho de 1986.

ÍNDICE

Apresentação — Lycurgo de Castro Santos Filho	5
Homenagem a um Paulista Benemérito — Vinicio Stein Campos	8
José Pedro Leite Cordeiro — Pedro Ferraz do Amaral	10
Ernesto de Souza Campos no Centênio de seu Nascimento (1882-1982) — Duilio Crispim Farina	13
A Figura de Maria de Lourdes Borges Ribeiro no Cenário Cultural — Maria Amália Correa Giffoni	24
Frei Gaspar de Madre de Deus ou a Controvérsia da História — Maria Beatriz Nizza da Silva	29
À memória de João Pedro Cardoso — Pedro Ferraz do Amaral	33
De Pombal à Primeira República — Peçanha de Figueiredo	36
Carta do Provincial Padre José de Anchieta ao Rei Filipe II — Pa- dre Hélio Abranches Viotti, SJ	40
Reparos e Aditamentos à Obra “A Imprensa Periódica de São Paulo” — Antônio Barreto do Amaral	45
Sesquicentenário Farroupilha (1835-1985) — Oscar Wiederspahn	112
O Regimento Ipiranga na 2ª Guerra — alguns Documentos — José Geraldo Evangelista	119
Características da Guerra — Cel. Adauto Fernandes Andrade	129
Formação Histórica dos Partidos Ingleses — Fernando Whitaker da Cunha	150
Discurso de Posse — Antônio de Arruda Camargo	155
Discurso de Posse — Mons. Primo Vieira	159
Discurso de Posse — Antônio de Arruda Dantas	164
Discurso de Posse — Alfredo Cecilio Lopes	168
Discurso de Posse — Renato Báez	181

Discurso de Posse — Walter Fonseca	185
Discurso de Posse — Adérito Calado	191
Discurso de Posse — Adilson Cezar	212
Atas de 1985	221
Relatório — Exercício de 1985	243
Noticiário	251
Centro de Estudos Históricos — CEHIS — Roberto Machado Car- valho	268
CEHIS — Comunicação: Romance Histórico e História — José Geraldo Evangelista	276
Quadro Social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	279

APRESENTAÇÃO

Lycurgo de Castro Santos Filho
Presidente
1988

Mais um número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo é agora publicado, graças à Lei federal 7.505 de 2 de julho de 1986. Este volume LXXXI é patrocinado pelo Dr. Prudente José de Moraes Sampaio, a quem o Instituto agradece o valioso apoio.

O bom acolhimento dispensado ao volume anterior, de número LXXX, que foi patrocinado pela Associação Beneficente "Major Antônio Pires de Campos", leva a diretoria a esperar que a presente Revista também seja de geral agrado.

São agora publicados os manuscritos entregues à Comissão de Redação no ano de 1985 e este volume corresponde ao ano de 1986. São, então, impressos as Atas, Relatório e o Balanço relativos a 1985, da responsabilidade da diretoria anterior, presidida pelo eminente confrade José Pedro Leite Cordeiro. Da mesma formã, o quadro social ora apresentado, refere-se ao citado ano.

Nunca será demais lamentar o desaparecimento do acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, operoso diretor, confrade distinto e prestimoso, que presidiu o Instituto Histórico de 21 de maio de 1957 a 25 de janeiro de 1963 e, posteriormente, de 25 de janeiro de 1978 até o seu falecimento em 2 de janeiro de 1986.

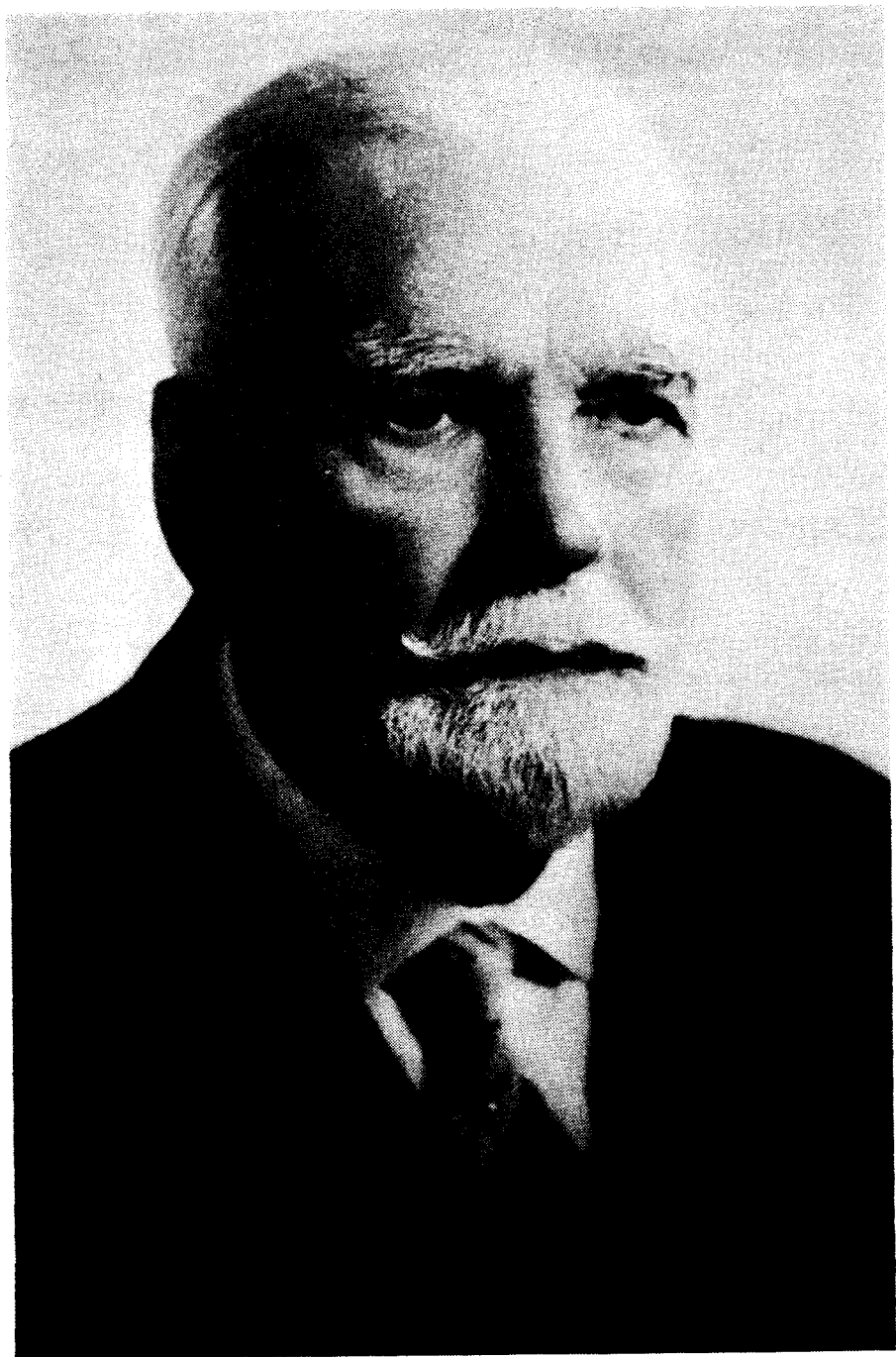
O então 1º Vice-presidente completou o mandato e em 1º de outubro de 1986 foi eleito para o triênio 1987-1990. E assim ficou constituída a diretoria para esse mesmo triênio de 1987-90, que foi empossada a 25 de janeiro de 1987:

Presidente:	Lycurgo de Castro Santos Filho
1º Vice-Presidente:	Heliodoro Tenório da Rocha Marques
2º Vice-Presidente:	Mário Savelli
3º Vice-Presidente:	Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
1º Secretário:	Vinício Stein Campos

2º Secretário:	Roberto Machado Carvalho
3º Secretário:	Célio Salomão Debes
4º Secretário:	José Leandro de Barros Pimentel
1º Tesoureiro:	Douglas Michalany
2º Tesoureiro:	Adauto Fernandes de Andrade (falecido)
1º Orador oficial:	Duílio Crispim Farina
2º Orador oficial:	Israel Dias Novaes
1º Bibliotecário:	Pe. Hélio Abranches Viotti, SJ.
2º Bibliotecário:	Henrique L. Alves
Hemerotecário:	Raul de Andraça e Silva

Diretor do Museu, Arquivo e Documentação: Odilon da Costa Manso

OBS.: assumiu o cargo de 2º Tesoureiro, Itamar Bopp.



DR. JOÃO DOMINGUES SAMPAIO

HOMENAGEM A UM PAULISTA BENEMÉRITO

Vinício Stein Campos

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo tem ensejo de evocar, neste número de sua tradicional Revista, a vida e a obra de um dos mais ilustres e beneméritos de seus associados, falecido em 1969: o Dr. JOÃO DOMINGUES SAMPAIO.

O Dr. João Sampaio, como era popularmente chamado, nasceu dia 26 de julho de 1877 na fazenda Santa Elisa, no distrito de Anápolis, município de Rio Claro, filho do Cel. Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio e de dona Maria da Gloria Silveira Sampaio. Aos cinco anos de idade transferiu-se com a família para Piracicaba, onde viveu a meninice, a juventude e parte de sua vida adulta.

Fez o curso elementar no Colegio Americano de Piracicaba e o secundário no Colégio Delamare, de São Paulo. A seguir, ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde teve por condiscipulos, entre outros, Altino Arantes, Raul Fernandes e José Maria Whitacker. Concluiu o curso em 1897, advogou em Piracicaba de 1897 a 1907, e nesta Capital, de 1908 a 1969, num total de 72 anos de extraordinária atividade profissional, durante a qual teve oportunidade de demonstrar, tanto os imensos recursos de sua cultura jurídica, como as virtudes de sua admirável formação moral, de seu caráter íntegro e adamantino.

Em 1894, aos 17 anos, ingressara no Partido Republicano Paulista. Foi delegado de polícia, juiz de paz, inspetor de ensino, deputado ao Congresso do Estado (de 1907 a 1915 e de 1928 a 1929), Senador Estadual (1922-1924) e Senador ao Congresso Nacional em 1930. Foi líder da Câmara dos Deputados sob Rodrigues Alves e co-autor da revisão da Carta Magna Paulista em 1911, quando contou entre os constituintes com Cerqueira Cesar, Julio Mesquita, Alfredo Pujol, Duarte de Azevedo, Almeida Nogueira, Bernardino de Campos, Rubião Junior, Jorge Tibiriçá, Cesario Bastos, Julio Prestes e Gabriel Rezende.

Em 1912 fundou a Cia Cafeeira do Rio Feio e foi seu Diretor-Presidente até 1938. Nessa época, partindo de Cafelândia, que tem esse nome por sugestão sua, promoveu a divisão judicial de uma área com

cerca de 90.000 alqueires de terras cultiváveis, e a seguir conseguiu a abertura de uma estrada que ligou Cafelândia ao local denominado Alto Cafezal, hoje município e cidade de Marília, estrada que estabeleceu comunicação entre as terras servidas pela Estrada de Ferro Noroeste e a Alta Paulista. Em 1925 fundou a Cia. de Terras Norte do Paraná, com a qual desbravou e colonizou os sertões dessa imensa região brasileira, foi Diretor da Cia. Ferroviária São Paulo - Goiás, da São Paulo - Paraná e da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Redigiu em Piracicaba a folha "Gazeta de Piracicaba", foi Diretor do "Correio Paulistano", que reorganizou em 1934 e Presidente de sua Comissão Diretora de 1945 a 1955. Presidiu a Cia. Americana de Seguros e a Cia. Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). Tem seu nome ligado ao dos desbravadores e colonizadores e fundadores de Apucarana, Maringá e Londrina, sendo que a denominação de Londrina para a formosa e pujante cidade paranaense foi proposta sua, entusiasticamente acolhida.

Fundador de Garça, só na Noroeste plantou mais de um milhão e meio de cafeeiros. Foi fundador do Instituto dos Advogados de São Paulo, tendo sucedido a Francisco Morato em sua Presidência em 1921.

Em 1930, Presidente da Comissão de Justiça da Câmara Federal, colocou-se decididamente ao lado de seu velho amigo Presidente Washington Luiz, sofrendo com ele todas as violências políticas conseqüentes ao levante então vitorioso.

Na inauguração do monumento a Prudente de Moraes, em Piracicaba, em 1943, ele que fora companheiro de escritório do grande vulto republicano, profligou corajosamente o Estado Novo vigente, pelo que foi arbitrariamente detido.

O Dr. João Sampaio casou-se em Piracicaba com a filha de seu mestre e amigo Prudente de Moraes, dona Carlota de Moraes, tendo os filhos — dr. Prudente de Moraes Sampaio, casado com d. Iris Castaldi Sampaio, Inah de Moraes Sampaio casada com Prudente de Moraes Neto e Vera Sampaio de Assunção, casada com Paulo Brasil Teixeira de Assunção. Ele foi ainda Vereador à Câmara Municipal Paulistana (1952-1955) e membro eleito deste Sodalicio. Faleceu em São Paulo no dia 19 de novembro de 1969.

Glória à sua memória inesquecível!

OSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO

Pedro Ferraz do Amaral

Com o falecimento de José Pedro Leite Cordeiro ocorrido no dia 2 de janeiro de 1986, perderam as letras paulistas um dos seus mais dedicados servidores. Em verdade, ele não era apenas o escritor e orador de palavras fácil e correntia, capaz de abordar com brilho qualquer tema que se lhe oferecesse na esfera das especialidades em que se fizera, mas o trabalhador infatigável que em seus cometimentos sabia alcançar o objetivo visado, mediante o emprego de elementos construtivos, embasados na dignidade dos mais altos valores éticos.

Dotado de tais atributos, não admira tenha sido em nossa sociedade o elemento catalizador de movimentos coletivos, principalmente no campo da cultura. Sem falar na Medicina, que era o campo de seu trabalho profissional e em que seguiu valorosamente os passos de seu genitor, vêmo-lo assumir nas letras históricas posição de primeira grandeza, cedo assumindo a presidência da nossa mais antiga e mais respeitável instituição cultural — o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ascendia a essa alta investidura por sua dedicação invulgar à pesquisa e respectiva divulgação, corrigindo êrros e suscitando novos rumos para a elucidação de pontos obscuros da historiografia paulista. Assim, em longo período de sua vida afanosa, o qual podemos dar como iniciado em 1935 (meio século, pois) estudou os fatos relativos à posição de São Paulo na guerra holandesa; Brás Cubas e a capitania de São Vicente; a criação da diocese de S. Paulo; Baltazar de Godoy, o Castelhana e seus descendentes ilustres; o bandeirante Domingos Cordeiro; o tenente-general Gaspar de Godoy Colaço; o tronco Oliveira-Cordeiro no planalto de Piratininga; o Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza; o engenho de São Jorge dos Erasmos; a vida e as realizações do primeiro bispo de São Paulo; o Padre Manuel da Nóbrega; o centenário da fundação da Vila de São Paulo; a segunda tentativa de fundação de uma universidade no Brasil e outros temas, reveladores de seu aprofundado pendor para a pesquisa histórica.

Mas, no campo dos fastos contemporâneos também lhe foi dado lidar, daí decorrendo escorços biográficos dos historiadores Alberto Lamego, Alfredo Moreira Pinto, José Vieira Fazenda, e de políticos como Bernardino de Campos e outros. Em 1946, uma síntese da evolução histórica do Brasil culminou sua atividade.

Na seára literária propriamente dita, a presença de Leite Cordeiro se fez sentir por via de ensaios e artigos na imprensa, desde seus estudos sobre Eça de Queiroz em 1946. Ingressando merecidamente na Academia Paulista de Letras, da qual foi recentemente presidente por quatro anos, teve oportunidade de estudar a vida e a obra do Barão de Piratininga e de Cláudio de Souza (a quem sucedeu em 1954), Paulo Eiró, Waldomiro Silveira, Luciano Gualberto e outros membros daquela casa, assim como passou a ser solicitado a proferir votos e pareceres em concursos literários e a prefaciar obras a serem publicadas. Muitas dessas páginas, assim como outras, reuniu-se em volumes a que modestamente deu títulos como “Coletânea”, “Saudades”, “Frases Esparsas” e quejandos. Se é certo que suas palavras se referiam sempre a fatos, pois, jamais o historiador se ausentara de sua pena, não é menos certo que um crítico arguto repontava sempre na posição que assumia.

Um aspecto dos mais nobres da personalidade de Leite Cordeiro era a preocupação de servir. Aos amigos e confrades fornecia espontaneamente informes bibliográficos e outras indicações que constituíam preciosa colaboração. Seus deveres de membro da Academia Paulista de Letras cumpriu-os religiosamente, não apenas quando seu presidente, mas também quando cultuava a memória dos que haviam dado lustre à cadeira nº 19. Assim, quando eficientemente cooperou para o levantamento da obra de seu patrono, o Barão de Piratininga, que a Academia Paulista de Letras vai reeditar. Agiu desinteressadamente, tendo em vista apenas o dever de divulgar uma obra que denuncia os albores da literatura paulista. Em verdade, o novelista de São Roque, tendo fixado no papel, usos e costumes da sociedade de antanho, emoldurando ingênuos enredos colhidos na realidade da diuturna vivência sertaneja, realizou tarefa de grande significação histórica.

Mas, José Pedro Leite Cordeiro tornou-se credor da estima de historiadores, escritores e amigos das tradições por outras iniciativas que tomou no exercício da presidência do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao promover, com a colaboração de entidades públicas ora encaminhadas no sentido cultural, a reimpressão de almanaques, anuários e jornais de fins do século passado e primórdios desse século que vai passando. Aos que têm olhos para ver — e sabem ver sem falsas lentes ideológicas — essas publicações proporcionaram o conhecimento de valiosos dados para a reconstituição do passado da nossa cidade e província. Outras reimpressões estavam no plano de Leite Cordeiro — e será pena se se perderem nas promessas.

A obra de José Pedro Leite Cordeiro há de ser considerado, pois, não apenas pelo que deixou publicado, mas também pelo muito que ele dedicou de seu tempo e de sua saúde à tarefa de pôr, ao alcance dos estudiosos, esses e outros documentos históricos. Aliás, tal ânimo de servir não se limitava às iniciativas culturais, mas se estendia a outros setores da sociedade aos quais soube emprestar solidariedade e colabo-

ração. Sem falar das associações médicas e estudantis (foi campeão sul-americano de atletismo) ele participou ativamente da direção de entidades como Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Academia Paulista de Letras, Instituto Genealógico Brasileiro, Associação dos Cavaleiros de São Paulo, Clube dos 21 Irmãos Amigos, Pen Centre de São Paulo, Academia Cristã de Letras, Academia Paulista de História, Ordem dos Cavaleiros de Malta, Academia Hispano Brasileira de Ciências, Artes e Letras, Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga.

A ausência de um homem assim, tão requestado por seus coevos, é, pois, um golpe profundo no meio em que vivemos. Choramos-lhe a morte, cobrindo-o com o manto da benemerência social. Ele passou pela vida, vivendo-a heróicamente, com a dignidade que eram apanágio dos "homens bons" de sua tão amada São Paulo de Piratininga.

ERNESTO DE SOUZA CAMPOS NO CENTÊNIO
DE SEU NASCIMENTO
(1882-1982)

Duílio Crispim Farina

Antiga “Campinas do Mato-Grosso”, inserta no caminho das minas dos guaiases, vila de S. Carlos, fulgente afirmação de uma civilização, a dos paulistas, a terra de Barreto Lerne ornou a Província de S. Paulo com vultos insignes, homens de prol, nomeada, e de não menor sabinça.

Antonio de Souza Campos, primeiro médico a se formar, nascido em Campinas, teve o perfil traçado por Rubião Meira em “Médicos de Outrora”, valioso repositório dos fastos do passado. Esculápio, político, senador nos dias de Américo Brasiliense, com participação ativa na implantação republicana e no golpe do Estado de 3 de novembro de 1891, queda de Deodoro.

Fundador do 1º nosocômio na antiga cidade das andorinhas, mourejou na clínica, a somar respeito e *proficiência*. Na violenta epidemia de febre amarela em 1889 terçou armas, expondo-se ao flagelo, com dedicações exemplares.

Varão de plutarco, raiz e fronde, semente e jequitibá, lavrou, edificou, lidou, construiu.

Os primeiros dias vicentinos, a preia, as entradas, o sertanismo moldaram homens, um povo e uma raça. O desbravamento, o espraiar da cafeicultura, as raízes iniciais ibéricas, a simplicidade e ao mesmo tempo dignidade e altívês do rurícola, fizeram emergir valores, afirmações em todos os quadrantes da sociedade.

No Direito e na Medicina, no Clero e no Parlamento, em todas as variantes de Ação e Pensamento, o Paulista afirmou e continuou sua vocação irreversível para as cousas do Espírito e da Inteligência, mas sempre fiel aos postulados da Lei e do Direito.

Ernesto de Souza Campos, nascido em Campinas, aos 21 de setembro de 1882, herdaria do progenitor, doutor Antonio, as virtudes de uma grei, premissas do amanhã promissor, certezas dos dias futuros, desvelos e renúncia, ciência e cultura, civismo, componentes essenciais de lidador imbatível sempre a unir, congregar, sonhar, programar, executar, erigir.

Da progenitora D. Candida Bittencourt de Campos trazia virtudes daqueles que procedem de Reinaldo de Bittencourt, filho do barão de Saint Martin e de Maria de Braquemont, com somações de feitos e conquistas nas ilhas das Canárias, homens grados nas Galias e no Funchal, Madeira, terra de Zargo.

Nos últimos anos do século dezenove, S. Paulo vivia tempos de labores intelectuais, emulações sem conta. Cesário Mota, Caetano de Campos, alicerçam a Escola Normal, o Ginásio do Estado da Capital, a Escola de Farmácia e a Politécnica. Desde o governo de Cerqueira Cesar porfiava-se em iniciar obras de saneamento, organizar o ensino público e lutar contra epidemias, febres e pestes, surtas em várias localidades.

Sempre com ensejos de elevar o padrão de cultura que norteasse a orientação governamental e a constituição de uma elite dirigente, chamou Cerqueira Cesar, a auxiliar o trabalho reconstrutivo de nossos serviços públicos, cientistas como o norte-americano Estevão Fuentes, nas obras de saneamento de Santos, S. Paulo e outras localidades; Henri Gorceix, destacada figura nos problemas de Instrução; Felix Le Dantec, indicado por Pasteur, para construir o Instituto Bacteriológico; Lachaux, para os trabalhos do Instituto Bromatológico; Teodoro Sampaio para delinear os planos gerais de engenharia militar; Franco da Rocha para a assistência aos psicopatas e assim tantos outros, nomes notáveis nos mais diversos ramos do saber.

Antonio Francisco de Paula Souza, no antigo solar do Marquês de Três Rios, a partir de 15 de fevereiro de 1894, dá início a expressivo capítulo da História Técnico-Científica de Piratininga. Com Ramos de Azevedo, consolidador, Rodolfo Batista de S. Thiago, grande animador, estrutura Paula Souza a Escola Politécnica.

Alexandre de Albuquerque — aluno nos primeiros momentos, ao se referir aos engenheiros, filhos da Escola, dirá de forma eloqüente: “ora somos o construtor, estendendo por sobre os abismos das montanhas ou dos rios caudalosos a rede entrelaçada de telégrafos e a linha indefinida de trilhos que, em carreira veloz, uma pede e a outra transporta o médico ilustre para, em longinquas paragens, roubar à morte, algum ente idolatrado, ou o advogado célebre para restituir à Sociedade o acusado inocente. Desde o asfalto das ruas, eliminando o acérrimo inimigo dos pulmões — o pó, até à aguda ponta de aço que no alto das torres rouba, como Prometeu, o fogo do céu, manifesta-se a influência da engenharia”.

Ernesto de Souza Campos, enlevado por tais desígnios, iniciais anelos, formar-se-á na Escola Politécnica, turma de 1906.

Envolvido pelas auras e repercussões dos trabalhos do novo fulcro de estudos, com certeza, calaram fundo as perorações candentes de Cesário Mota Jr., na sessão inicial da nova Casa de Ensino, presentes os condutores do Estado, Bernardino de Campos e Cerqueira Cesar,

e mais Jorge Tibiriçá, Rubião Jr., Siqueira Campos, e as expressões máximas do escól social, político e cultural da terra bandeirante.

Souza Campos sentiu-se tomado, nos bancos acadêmicos, ele mesmo nos dirá quase sessenta anos mais tarde, “pela Ciência, incomensurável Ciência que desvendou com Galileu as leis fundamentais da dinâmica; com Copérnico e Kepler a lei da revolução dos corpos celestes; com Newton, a gravitação universal; com Herschel, a unidade do Universo e a astronomia estelar; com Lavoisier, a composição do ar; com Pascal, as leis do seu peso e do equilíbrio dos líquidos; com Leibnitz e Newton, as bases do cálculo diferencial; com Euler, a mecânica racional; com Laplace, o sistema cosmogônico que imortalizou o seu nome; com Lagrange, a integração da equação que permite calcular as perturbações planetárias; com Augusto Comte, a filosofia que marca uma era notável no ensino científico; com o Padre Secchi, a constituição física dos astros; com Leverrier, o aparecimento de um planeta”.

À passagem pela Casa de Paula Souza, será marcante e influenciará seus passos, sua obra imensa de planejamento e construção de edifícios, hoje cimélios da arquitetura, peças essenciais da Memória Histórica. O prédio majestoso da Fac. de Medicina de S. Paulo na colina do Araçá, do projeto Hospital das Clínicas, a praça de Esportes do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, a Cidade Universitária, nosocômios vários, e edifícios, templos de ensino, e casas santas para minorar a dor e aliviar o sofrimento.

Levará também, já que fora participe da fundação do Grêmio Politécnico em 1906, a centelha de um ideal, mais tarde, ao fundar e estruturar o Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, em 1913, na então Faculdade de Medicina e Cirurgia, sediada no casarão do Brigadeiro Tobias, e nos solares de Almeida Lima, e Paes de Barros, na rua que reverenciava Tobias de Aguiar e que já fora a do Seminário.

Alexandre D’Alessandro, nas memórias da Politécnica, histórias de sua história, anotou a turma de 1906, e os colegas de Ernesto: Achilles Nacarato, Alair Prata Soares, Marcílio Malta Cardoso, Ranulpho da Mata Pinheiro Lima, Oscar Porto, João Fagundes Vasques, Moisés Marx, Maurílio Porto, Luís Delphino Ribeiro, Alvaro Rocha e Mário Cunha, 8ª turma, 12 componentes, romeiros da mesma peregrinação.

Para espírito não tão largo, de vãos menos condoreiros, ser engenheiro seria realização bastante, modulo suficiente para carreira aproveitada, com galas e honorarias.

O sábio professor Bernardo Houssay, prêmio Nobel da Medicina ao decantar ser Ernesto de Souza Campos, homem mais versado nas questões referentes ao moderno ensino médico, enalteceu: “precisaríamos de várias vidas para realizar o que fez em apenas uma”.

Polivalente, polifacetado, no desejo jamais sopitado de mais saber, evoluir, abarcar todos os ramos possíveis do conhecimento vai sentir-se magnetizado, outra vez, quando da criação da Faculdade de Medicina em 1913. Aluno da 1ª turma, de 1918, desde os primeiros instantes terá o respeito de seus colegas e mestres, verdadeiro elo entre os lentes e os alunos, fundador do grêmio dos estudantes, 1º presidente do Centro, com reeleições por vários mandatos.

As tradições mais altas do espírito acadêmico, continuavam sonhos de Líbero Badaró e Julio Frank que por aqui viveram, em fugazes passagens, nos deixando para todo o sempre o mote e o dístico da mocidade estudiosa: amar a liberdade acima de todas as cousas. Em sua esteira vieram José Bonifácio, o Moço, Nabuco, Rio Branco, Campos Sales, Rodrigues Alves, e o grandioso Rui, "civilista imortal de nossa fé". O mesmo espírito, os mesmos objetivos sempre nortearam a Academia de Direito, os fundadores e os comandantes dos gloriosos Centros Acadêmicos, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina de S. Paulo, Frederico Vergueiro Steidel, Paula Souza e o sempre e justamente decantado Arnaldo Vieira de Carvalho. A campanha nacionalista de Bilac, o civilismo de Rui, a Liga Nacionalista, o Partido da Mocidade, designio de Eurico Branco Ribeiro e de outros mais sonhadores, afirmam e confirmam os postulados e aspirações dos fautores de lídima confraria. Tudo começou na Academia de Arouche Rendon para se espraiar nas Escolas de Lucas Garcez e Arnaldo até a concretização da Universidade de São Paulo com Ernesto de Souza Campos, Ernesto Leme, Julio de Mesquita Filho e Armando de Sales Oliveira.

Ernesto desde a aula inaugural da futura Casa de Arnaldo na manhã de 2 de abril de 1913 tomou parte precípua em todos os magnos acontecimentos da vida do grande estabelecimento de ensino. Presidirá o Centro em sessões memoráveis onde se fizeram ouvir o professor Emile Brumpt, de Paris, Fernando de Magalhães, Etheocles Alcantara Gomes, Rubião, Bovero e Olavo Brás dos Guimarães Bilac. Este, aos 14 de outubro de 1915, escolhera a nossa veneranda Escola para seu segundo discurso de proselitismo cívico:

"Nem sempre durareis, eras sombrias
De Miséria moral! A aurora esperas
ó Pátria! E ela virá com outras eras,
outro sol, outra crença em outros dias".

Aplausos infinitos ao poeta que adentrou o anfiteatro ao lado de Ascendino Reis, Amadeu Amaral e Ciro Costa. Bilac, de uma elegância compensadora do estrabismo que o fazia evitar as fotografias de frente, com o lenço irrepreensivelmente colocado no bolsinho do paletó... Amadeu com aquela serenidade, algo triste e com aqueles olhos de azul diferente, pedaço do infinito. Ciro Costa, cabeleira branca num rosto moço, farrapo de luar em instante de madrugada...

Ernesto e Ciro Vieira da Cunha recordaram o dia memorável: Ascendino abriu a sessão. Palavras ligeiras, pois ele compreendia o anseio geral de ouvir Bilac. E deu a palavra ao aluno que ia saudar o poeta. O aluno era Ulisses de Souza e Silva: um poeta também... Moço pobre, cursava a Faculdade, vendendo resumos de aulas. Falou de improviso. Nunca falou tão bem. As imagens sucediam-se como ondas de beleza e calor. Aos elogios, interrompidos por palmas, Bilac tirava o "pince-nez", passava o lenço nas lentes grossas e sorria levemente como em agradecimento. E chegou a hora de falar o grande bardo. Desdobra as folhas pequenas do discurso. E principiou:

"Agradeço com imenso enternecimento a bondade, o carinho com que recebeis a minha visita..."

Ah! Se todos os mestres alcançassem o silêncio daqueles minutos para suas preleções! E o poeta prosseguia: "No velho edifício da Faculdade do Rio, naquele recanto da feia rua da Misericórdia, ao lado do mar, entre árvores antigas, abriu-se à vida, o meu espírito inquieto e ávido, de asas tontas, de vôo indeciso..."

Depois, a recordação consoladora e amiga dos tempos de moço na Faculdade e no hospital, na aula e na enfermaria...

Dizia falar com estudante, e como poeta e num passo de seu discurso ofereceu uma página de mestre na descrição perfeita da "mais cruel, talvez, de todas as misérias físicas".

Trabalho com tal justeza de linhas e expressão só vamos encontrar em Aloísio de Castro com a descrição do ataque epiléptico.

Ouçamos Bilac: "um leve endurecimento, a princípio e uma ligeira corrosão na pele ou na mucosa; em seguida, o alargamento e a penetração do núcleo destruidor; e o tumor lançando raízes envenenadoras, polvo hediondo, dilatando e aferrando os seus tentáculos vorazes, mordendo e triturando os tegumentos, roendo e comendo os tecidos; e a marcha fatal e implacável da ruína, desfazendo as carnes em sãnie; e o mal sem cura infiltrando-se em todo o corpo; e o vírus letal intoxicando todo o sangue, minando e extinguindo a força; e, enfim, a caquexia, o marasmo, a agonia e a morte".

Comparou o organismo social ao organismo físico, apontou a indiferença como "carcinoma da estrutura moral", pediu reação e pediu coragem, concitando todos os alunos do Brasil à Campanha do entusiasmo e da fé. E, ao fim: "Deus abençoe a vossa bondade e a vossa energia".

Esta evocação conservou para as memórias da Faculdade o retrato fiel de um momento marcante de sua espiritualidade, jamais esquecido.

Em suas "Reminiscências", Souza Campos, faz desfilar discípulos e professores, eventos, almas estuantes de antigos entusiasmos e nos faz reviver, em crônicas perfeitas, episódios com a nitidez de cenas

gravadas para sempre na memória. Arnaldo, fino, reservado e distinto, de fisionomia de nobres linhas, a preceito para o bronze e a imortalidade; Edmundo Xavier, de austera catadura, rigoroso nos exames; Milward, espírito de sábio e coração de santo, ensinando Química e glorificando Pizarro e Domingos Freire, lembrado a cada triquete; Bourroul, na Parasitologia, a seguir magnificamente o roteiro de Brumpt, logo retornado à França; Ascendino dos Reis, cultura sólida e entusiasmo forte, que viera da Escola Normal para a Cátedra de Farmacologia; Cantídio de Moura Campos, mais tarde Secretário da Educação, substituindo em Fisiologia a Ovídio Pires de Campos, já na Clínica Médica; Oliveira Fausto, nutrido de cultura gauleza, jovial e expansivo; Alves Lima, cirurgião elegantíssimo, rápido em tudo, no dizer, na ação, perfeito homem de sociedade; Franco da Rocha, psiquiatra de reputação nacional, vasta cultura humanística e filosófica, escritor conceituoso e original, introduz no nosso meio o gosto pela ciência germânica. Sílvio Maia, grande obstetra, que instala a cadeira na Maternidade, reconcentrado de ar vago e distante, passa como uma sombra; da Bahia chega Oscar Freire, professor, escritor e orador de primeira água que aqui morreria tão prematuramente, e da Itália, Alfonso Bovero, figura primacial desde os primeiros dias da Faculdade, tão grande pelo lado moral quanto pelo científico a imprimir normas indelévels ao ensino das cadeiras básicas, metodologia científica, vértice e ápices de uma Escola eterna. E mais Alexandrino Pedroso, franco e combativo, leal e despreendido, revivescência atávica dos velhos paulistas de outrora, até na fala cadenciada.

E Carini e Haberfeld, Vampré e Puech, Sérgio Meira Filho, Lambert Meyer, de Nancy, o tumulto das primeiras aulas de clínica, assistência inquieta e curiosa, o interesse dos primeiros concursos, as primeiras defesas de tese, o esplendor das primeiras festas de formatura, o bulício crescente dos estudantes, a encher os corredores da Santa Casa, de "uma alegria ruidosa, toda a vida da então Fac. de Medicina e Cirurgia, através da poesia e do encantamento das coisas patinadas pelo tempo".

É sempre ele, Ernesto, a receber Osvaldo Cruz, patrono da Agremiação dos Moços, a presidir o adeus à Missão que vai à França na 1ª Conflagração Mundial, e com ela partem Benedito Montenegro, Raul Vieira de Carvalho, Luciano Gualberto (este para o fronte itálico) e tantos mais, glória e destemor. Estará ao lado de Arnaldo, verdadeiro governador da cidade, na pandemia gripal que assola nossa urbe. Participa dos funerais do vencedor do flagelo da febre amarela.

Com Pereira Lima, do XI de Agosto, e Antonio Ferreira de Almeida Júnior, orador oficial do C. A. Osvaldo Cruz, simboliza os estudantes de medicina, integrados na sessão inaugural do Congresso da Mocidade, com a presença de Altino Arantes, Pereira Barreto e o dr. Arnaldo. Funda a Escola Primária "Osvaldo Cruz" para a alfabetização de adultos. Estrutura a Liga de Combate à Sífilis, ambu-

latórios na Delegacia de Saúde do Brás e na Misericórdia. Auxiliam-no Artur Neiva e João de Aguiar Pupo. Durará, solidariedade e ação, quase sessenta anos, já com outras Ligas do Câncer, Tuberculose, Saneamento Rural, germe que fez a palma, labor sem péias, gerações em curso jamais interrompido. Oscar Pereira da Silva e Júlio Starace executam o estandarte da Faculdade, composição-símbolo a lembrar Asclepio, Hipócrates, Galeno, Bichat, os Aforismos (“Ars longa vita brevis”, “De Uso Portibus”, e “Anatomie Generale”). Com o sol a iluminar toda a composição, sugestão de Guilherme Milward, o pintor colocou Higéia em marcha para atingir os louros. Estímulos de Souza Campos, mocidade generosa e estuante de metas e diretrizes.

Ernesto deambula ao Rio de Janeiro para adquirir a seda adequada na Casa Sucena. A cercadura grega, bordada em ouro foi obra graciosa de duas damas paulistas, sua sogra e sua esposa, dona Celestina Brito de Souza Campos que, de 24 de junho de 1908, dia de felizes núpcias, será a companheira dileta pelas sete partidas da vida, comunhão amorosa, integração, solidariedade, calor, afeto, Família Sacrossanta, lampejos da Divindade.

Enumeração infinda: participa da criação da Revista de Medicina e dos primeiros jogos desportivos estudantis. Já formado, será o obreiro maior do Estádio dos Moços, no Araçá, do conjunto de piscinas, quadras de tênis. Operoso, infatigável, vai acompanhar dia a dia, junto a todas as gerações que pela Casa de Arnaldo vibraram e estudaram, as ações do seu amado Centro Acadêmico “Osvaldo Cruz”, em vida inteiramente dedicada à consecução dos ideais da mocidade, a se tornar merecedor do título de Presidente Honorário de nossa entidade acadêmica, prebenda só compartilhada por Arnaldo Vieira de Carvalho.

Este dele a recebeu, deliberação unânime, e por mercê de Deus, a Ernesto de Souza Campos, em 1946 pudemos transmitir as mesmas intenções e o pergaminho, na qualidade de presidente do inolvidável Centro que presidíamos então e de que fora o emérito fundador.

Com a morte prematura de Arnaldo, a perda porém foi contemporizada por já ter consolidado a novel Faculdade de Medicina de S. Paulo. Uma grande plêiade de incontestes valores vai continuar sua obra, dentro do ambiente escolar e nos vários escalões da sociedade. Diogo de Faria, Menoti Sainati, Celestino Bourroul, Álvaro Lemos Torres, Cândido Camargo, Alves Lima, Montenegro, Puech, Nicolau de Moraes Barros, Rubião Meira, Raul Carlos Briquet, Antonio Carlos Pacheco e Silva e o grande mestre Alfonso Bovero, da escola de Turim, estruturam e modelam a Medicina Bandeirante, ao lado de tantos e altos valores, num enumerar interminável. Imbuídos dos mesmos princípios, moldados por idênticas diretrizes e propósitos, os alunos primeiros tornar-se-ão os mestres do amanhã. Flaminio Fávero, Alípio Correa Neto, José Bonifácio Medina, Edmundo Vasconcelos logo vão substituir os mestres desaparecidos. Ernesto de Souza Campos, cedo, em 1925, engalana-se como catedrático.

Carreira meteórica, ascendente, assistente de Walter Haberfeld, Ovídio Pires de Campos, Alfonso Bovero, atinge as culminâncias na cadeira de Histologia, e logo, em permuta com o erudito Carmo Lordy, será mestre de Microbiologia e Imunologia, até sua jubilação.

Reto, pleno das doutrinas de metodologia científica aqui trazidas por Bovero, atingirá a cátedra, jovem, mas já sedimentado com as diretrizes científicas da Universidade de John's Hopkins, Baltimore, no sedviço do prof. Mac Callum (1920-22) como assistente instrutor de Anatomia Patológica. E se isso tudo não bastasse passa 3 anos no Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, pincaro altíssimo de carreira bem fundamentada.

De seu tempo de estudos nos Estados Unidos da América do Norte trará, pelo respeito grangeado, apoio da Fundação Rockefeller, básico para a estruturação da Casa de Arnaldo, essencial para a ereção da cidadela médica do Araçá. Com Alexandrino Pedroso, Benedito Montenegro, obterá apoio do mecenato de Fundação operosa, e com Rezende Puech, vai delinear os projetos, fundamentos da construção do novo prédio, na antiga Avenida Municipal, estrada para o Itú, em chãos que em dias não distantes, pousos fugazes de pobres gafos esmoleres, apenas assistiam as tropas em demanda do aldeamento de Pinheiros ou dos ermos de Cotia, Parnaíba e Pirapora, rumo às bocas de sertão.

Em rememoração de muito apreço, reverência, profunda saudade, mas escorço não basto, nem suficiente teremos de exaltar o homem e o mestre, a obra invulgar, o testemunho de vida digna de ser vivida, com síntese emocional de um varão de Plutarco do País dos Paulistas.

Com Pedro Dias e sua mana Julieta, Raul Briquet, Aloísio de Castro, deleitava-se em noites paulopolitanas, plenas da arte de ver-sejar, e na execução de partituras da eterna música divinal dos grandes mestres, Brahms, Bach e Beethoven, e todos os demais. Não era estranho às tertúlias o presidente Carlos de Campos, compositor da "Bela Adormecida". Devaneios imprescindíveis ao equilíbrio emocional que jamais faltou.

Em época em que a Congregação de nossa Escola médica estava cindida em dois grupos irreconciliáveis, fator da intermitência de diretorias, Dias e Ernesto, obtem o acedimento do governo do Estado para a execução do corolário de acordo com a "International Health Board", genese do ensino da cátedra de Higiene, estada de Samuel Taylor Darling e Wilson G. Smillie e matriz da atual Fac. de Saúde Pública. Oscar Klotz e Robert Archibald Lambert acrescentarão pesquisas e ciência.

Integrante distinto de Comissão que, na América do Norte e na Europa, recolhe elementos para plano de um centro de ensino médico em que houvesse congregações dos laboratórios com o hospital.

Membro-fator de Escritório de Obras da Faculdade, direção partilhada com Rezende Puech, vai receber no final dos anos 30, a incum-

bência de finalizar os trabalhos do novo edifício, missão ratificada por Plínio Barreto, José Maria Whitaker e José Carlos de Macedo Soares, sendo que os dois últimos em 29 de outubro de 1930 o fazem acender ao cargo de diretor da Escola de Medicina, 7º diretor, desde a fundação...

Em 1930 as tropas da ditadura, provisórios e brigadas, tentaram acantonar no edifício em construção. Os trabalhadores fugiram e à porta só ficou a figura impávida de Ernesto à impedir seu ingresso. "On ne passe pas", por esta porta ninguém entrará. A seu lado restou, calmo, destemeroso Américo Lourenço, zelador das obras e futuro porteiro da escola Médica, companheiro das troças dos moços, momentos de alacridade da juventude estudiosa. Os soldados se retiraram para os lados do Instituto de Higiene.

Em depoimento amistoso prestado, notas básicas para a elaboração de nossa obra "Memórias e Tradições da Casa de Arnaldo" recordava com o mesmo encantamento de dias passados da distante mocidade, a aula inaugural de Alfonso Bovero, aos 24 de abril de 1914, data em que ficara revelada a personalidade integral, a erudição do seguidor de Giacomini e Fusari, o criador da Escola de Anatomia em Piratininga. Artigo seu, mais tarde publicado e a enaltecer o acontecido, nos dá as dimensões do escriba escoreito, de memória prodigiosa, perquiridor incansável de nosso antanho tempo em que se evidenciam as qualidades de escritor e historiador. Com elas vai adentrar os umbrais do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo (seu presidente no período 1950-1956), e a Academia Paulista de Letras, onde tomou assento, recebido pelo egrégio Ernesto Leme, na cadeira que tem como patrono Pedro Taques e em que foram antecessores Basílio de Magalhães e Fernando Nobre.

Aos 15 de março de 1931, onze anos após a pedra fundamental, colocada por Arnaldo, finalmente, chegara o dia da inauguração do prédio dos laboratórios da escola, moderno e adequado, sonho acalentado por mestres e alunos. Arnaldo e Ramos de Azevedo chegaram a pensar num sistema pavilhonar, como era norma nos hospitais e escolas de França.

Mas, o pensamento de Souza Campos e Rezende Puech veio a prevalecer. Sérgio de Paiva Meira, continuador do trabalho de Pedro Dias pôde inaugurar as esplêndidas e novas instalações.

A peroração de Fernando de Magalhães glorificadora de gente do Planalto, permaneceu ecoando na lembrança dos que lá estiveram.

"S. Paulo, santuário da nacionalidade romeira, miradouro das nossas grandezas. Daqui só se divisa o futuro da prosperidade, porque daqui, do fundo de um passado rútilo, rompe enfileirado o bando dos anhangueras, clamando a investida pela glória do Brasil unido; nesta hora ninguém se destaca, porque todos avançam. E quando, "aos beijos do sol sobrem as colheitas", cantar-se-á "na voz dos sinos,

nas charruas, no esto das multidões, no tumultuar das ruas”, a epopéia de um povo, maior do que a sua terra imensa, avançando para o maravilhoso de onde se voltará senhor de seu triunfo ainda que seja como o gigante Fernão Dias, para sentir na agonia alvoroçada o orgulho da vitória”.

Vitória de Campos, planejador, novo anhanguera, em clarinada real; Ernesto, coroava seu ardor sem péias, jamais interrompido.

Em meio século de trabalho, consubstanciado em precioso tomo, 180 páginas enumeram impressionante messe de atividades no magistério, na pesquisa científica, missões culturais, vida pública, historiografia, títulos, obras culturais e técnicas, atividades ministeriais, infindos trabalhos sobre temas científicos e isto e mais aquilo.

Obra ciclópica, a abarcar todas as manifestações do ensino, da cultura, do pensamento. Doze volumes, onze opúsculos, dezenas de ensaios científicos e temas de educação, centenas de artigos na imprensa, cinquenta e seis trabalhos sobre temas históricos, vinte e três biografias, quarenta e seis com temática ampla e variegada, teses, 49 publicações científicas, beletrista, cronista, humanista, membro de uma elite intelectual, patriciado nos modismos de Afrânio Peixoto, Aloísio e Francisco de Castro, Miguel Couto, Miguel Pereira, Fernando de Magalhães, Briquet, Pacheco e Silva, Bastos Milward e Francisco Franco da Rocha.

Excelso planejador, de Centros Médicos e Cidades Universitárias, congrega Escolas, Faculdades, e no milagre da multiplicação surgem as Universidades das unidades da Federação. Cultura humanística polimorfa, escreve sobre o Japão, a ombrear-se com as obras de Juliano Moreira, Bruno Lobo, Luís Guimarães e Miguel Couto. A Misericórdia Paulistana, a Universidade de S. Paulo, a Santa Casa de Santos, a Ordem de Malta, os Livros de Horas, Iuminuras, Oxford, Coimbra, a Sorbone, Pádua, Bolonha, Bristol, Cambridge merecem sua atenção em tomos pertinentes, plenos de erudição; Ministro de Estado dos Negócios da Educação e Saúde (1946), Interino da Justiça, Embaixador Especial, lente universitário, formador de escola onde não de atingir dimensões de grandeza Floriano de Almeida, patriarca da Micologia e Carlos da Silva Lacaz, criador do Instituto de Medicina Tropical. Chefe incontestemente enquanto durar sua vida de confraria cujo objetivo era amar a Casa de Arnaldo, S. Paulo e o Brasil acima de todas as coisas.

Artífice do prédio de nosso cenáculo, Instituto Histórico e Geográfico da terra de Anchieta, a cultivar o Bom e o Belo, colecionador de arte, louça, Companhia das Índias, da China e do Mikado, liberal, Constitucionalista, revolucionário de 1932, honrou seus pares, a sociedade e glorificou os amados chãos paulistas.

A atingir vértices dificilmente atingíveis, e impossíveis de serem ultrapassados, ficará alumando um alto momento da Universidade e da Inteligência no Brasil.

Este mestre ainda pouco antes de seu desaparecimento terreno recapitulava ao seu discípulo, autor destas linhas de saudade e rememoração, com minúcia, memória exata e brilho, episódios da história maior da Faculdade de Medicina de S. Paulo que tanto amamos. Solicitado a escrever um pensamento sobre Arnaldo, figura que também reputava como a coluna vertebral de nossa célula mater, anotou:

“Arnaldo foi um homem integral no sentido técnico, científico e cívico”.

E nós diremos que Ernesto de Souza Campos repetiu este homem integral.

Arnaldo Vieira de Carvalho, príncipe da Cirurgia, condestável da medicina paulista, Ernesto de Souza Campos, humanista nas sendas dos homens de Florença, magister à maneira conimbricense e dos doutos de Mompilher e Salamanca, fulgente afirmação do Espírito Universitário, e seu incansável pregoeiro nestas terras Brasilicas. Que seja cultuado e reverenciado pelos tempos que hão de vir! Que vivam seus ideais, sonhos, anseios, norte supremo de existência magnificamente vivida! Que viva este homem-maior da Casa de Arnaldo! Mestre Ernesto de Souza Campos!

A FIGURA DE MARIA DE LOURDES BORGES RIBEIRO NO CENÁRIO CULTURAL

Maria Amália Correa Giffoni

Aqui estamos para prestar homenagem à memória da Profª Maria de Lourdes Borges Ribeiro, pertencente à tradicional família de Aparecida (SP), falecida em 11 de junho de 1983, em sua terra natal. Distinguiu-se nas áreas de Educação, Música, História e Folclore, deixando vários trabalhos em cada uma delas. Posso afirmar-lhes que foi uma pessoa privilegiada: bonita, elegante, fina, sóbria, discreta e, sobretudo, inteligente e culta, como poderão constatar no decorrer desta comunicação. Sua vida foi trabalho ininterrupto em prol da Educação e da Cultura.

Normalista, ligou-se desde o início a atividades educacionais. Foi fundadora e primeira diretora do Ginásio Municipal de Aparecida, depois incorporado pelo Governo do Estado de São Paulo, e secretária da Delegacia Regional de Guaratinguetá. Seus trabalhos "Repetência e a recuperação do aluno; O serviço da Educação de Adultos na região de Guaratinguetá; O Folclore na escola; Folclore no ensino primário, demonstram a sua preocupação com o educando. Dedicou-se ao magistério dos vários graus, culminando no ensino superior. Foi professora de Folclore na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e na Faculdade de Educação Artística, ambas em Lorena (SP) e na Faculdade de Música de Pindamonhangaba, revelando sempre competência e atualização.

Como musicista, suas pesquisas e ensinamentos interligaram-se quase sempre ao Folclore.

No campo do Folclore, onde o seu desempenho foi mais amplo, pertenceu à Comissão Paulista de Folclore do IBECC (Comissão Nacional da UNESCO) e à Comissão Nacional de Folclore (desde 1949). Ocupou cargos de grande relevo como: Supervisora da Área de Folclore, no Programa de Ação Cultural do MEC (1973 a 1977); Assistente-Técnico da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro; Gerente-Técnico do Instituto Nacional de Folclore, função esta que ocupou até falecer, desempenhando todas com eficiência, graças aos seus conhecimentos e experiência.

Seu interesse pelo Folclore levou-a a congressos, simpósios, seminários e, de certa época para cá, compareceu, como representante oficial, a congressos de Folclore na Europa (Portugal, Espanha, Inglaterra), Estados Unidos e América do Sul. Fez parte de todos os congressos nacionais da especialidade, realizados de 1951 a 1974. Dos internacionais participou no de São Paulo (1954), Buenos Aires (1960 e 1980), Ottawa (1971) e da 1ª Reunião Técnica de Educação e Cultura Popular Tradicional, no Equador (1970).

Na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e no Instituto Nacional de Folclore, tanto nas gestões de Renato Almeida e Bráulio do Nascimento quanto na atual, foram-lhe atribuídas importantes funções. Deu aulas e palestras sobre Folclore em estabelecimentos de ensino de diferentes graus. Ministrou cursos extensivos ou de especialização sobre a matéria. Auxiliou na realização de Congressos, Encontros e Simpósios. Encarregava-se de idealizar os painéis, montá-los e dirigi-los. Atendia às solicitações das Universidades e Secretarias de Educação e Cultura quanto à divulgação de conhecimentos folclóricos. Deu cursos de Folclore em universidades brasileiras, assim como no Chile e Argentina. Encarregou-se de exposições de artesanato nacional, para divulgação da nossa cultura popular. Durante todo o tempo que lá esteve atendia aos que a procuravam, quer fossem especialistas, interessados ou amigos com a fidalguia de sempre, embora o tempo lhe fosse precioso. Nossos contactos com Lourdes, tanto em São Paulo, geralmente nas comemorações folclóricas, como no Rio, na "Campanha", em cursos universitários ou no Hotel Flórida, sua residência carioca, e ainda em sua antiga e acolhedora casa de Aparecida foram sempre marcados por amizade e admiração, como deve ter acontecido com todos que a conheceram de perto. Guardamos saudades dos dias em que em salas de aulas, lado a lado, e nos mesmos horários, na Universidade Federal de Natal, colaboramos, ela e eu, na preparação de acadêmicos de diversas áreas para, incorporados na Missão Rondon, recolherem dados sobre danças, folguedos e cerâmica populares para o Atlas Folclórico do Brasil, uma das grandes realizações de Bráulio do Nascimento.

Uma das nossas últimas correspondências versou sobre definições de danças e folguedos populares, tema apresentado e discutido num Encontro de Folclore no Nordeste. As opiniões divergentes não permitiram chegar a conclusões. O assunto ficou pendente e Lourdes, a coordenadora, demonstrou-nos o seu pesar pela impossibilidade do esclarecimento que se fazia urgente.

Dentre iniciativas em outros setores, sabe-se que Lourdes foi uma das fundadoras do Instituto de Estudos Valeparaibanos e colaborou destacadamente para a projeção do mesmo com seus valiosos trabalhos sobre a região. Ligada aos movimentos religiosos de significação em Aparecida, deu início, com seu irmão José Borges Ribeiro, em 1967, à primeira procissão fluvial no Rio Paraíba, levando a imagem de

Nossa Senhora Aparecida, do Porto de Itaguaçu ao Porto de Marcelo. O fato enriqueceu as comemorações dos 250 anos do encontro da Santa, nas águas do rio. Contribuiu para a impressão do selo comemorativo daquela data. Poetisa de sensibilidade é de sua autoria "O Som do Bronze" cujo tema são os sinos da Basílica de Aparecida, além de outros. A Revolução Constitucionalista, que mobilizou a mocidade paulista e o elemento feminino, contou com os serviços de Lourdes no Hospital de Emergência, instalado em sua cidade, do qual foi secretária.

A vasta bibliografia deixada por Maria de Lourdes Borges Ribeiro que se recomenda pela seriedade, por pesquisas de alto nível, pela forma de expressão elegante e correta prende-se à Educação como se viu inicialmente, à História, à Música e ao Folclore.

Dos trabalhos ligados à *História* citamos: Comemoração do centenário de Rodrigues Alves e Almeida Júnior; Na trilha da Independência, sobre o qual voltaremos a falar.

Sobre *Música* registra-se: A música africana (R. Brasil. Folcl., Brasília, set./dez. 1973), Música e Folclore, um tema errante no folclore popular (Cultura, Brasília, out./dez. 1973), além de outros que serão vistos em Folclore.

De sua bibliografia sobre Folclore convém lembrar que as primeiras publicações de Maria de Lourdes Borges Ribeiro foram as que figuraram no Correio Folclórico, sob a direção de Rossini Tavares de Lima, sendo aquele uma página do jornal Correio Paulistano.

Considerados também dos mais antigos são os trabalhos: Chico Santeiro, um artista da Aparecida; A festa de São Benedito em Aparecida; O calendário folclórico de 13 cidades do Norte de São Paulo. Todos os três foram apresentados no I Congresso Brasileiro de Folclore (1951), sob a forma de comunicações. Os dois primeiros foram publicados na revista Folclore (São Paulo - 1952).

Em ordem cronológica comentaremos, a seguir alguns de seus trabalhos que nos são mais familiares:

Um grupo de Moçambiqueiros de Aparecida do Norte — 1º prêmio no 8º Concurso de monografias sobre Folclore Nacional (1953), instituído pela Discoteca Municipal de S. Paulo. Ao tratar do Moçambique, folgado de grande freqüência no Vale do Paraíba, estuda-o sob todos os aspectos: dados históricos do local, personagens, suas residências, indumentária, instrumental, bandeira e dança. Aborda as características musicais e coreográficas. Analisa-as e tira conclusões. A riqueza dos documentos musicais e coreográficos é digna de nota, assim como a abundância de gráficos e fotos. (R. Arq. Mun. S. Paulo, jul./set. 1959).

Em edição da Recordi (SP) o trabalho recebeu o título de "A Dança do Moçambique".

O gongo — Com desenvolvimento semelhante ao trabalho anterior, estudou esta dança de origem africana, encontrada no vale do Paraíba, executada aos pares, ao som de "pontos" improvisados, junto à fogueira onde são aquecidos os instrumentos para afinação. Recebeu, também o 1º prêmio daquela entidade (R. Arq. Mun., São Paulo, mai./ago. 1962).

A festa do Divino em Lagoinha — Monografia onde trata minuciosamente dos fatos e danças que acompanham o evento (R. Brasil. Folcl. Rio, jan./dez. 1964).

Inquérito sobre as práticas e superstições agrícolas de Minas Gerais — Registra vegetais cultivados na região e seu folclore. Estuda a influência da lua no plantio e a importância de suas fases. Reproduz orações e símbolos propiciatórios. Localiza a medicina e a culinária caipiras. O livro foi elaborado à base de perguntas e respostas. Aquelas muito oportunas e bem feitas e estas apuradas estatisticamente. Algumas fotos retratam símbolos propiciatórios nas lavouras sertanejas (MEC - Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1971 Rio).

Na trilha da Independência - História e Folclore — Neste trabalho aborda o percurso feito por D. Pedro, príncipe Regente, de sua Fazenda Santa Cruz às terras de Piratininga, em 1822. Viagem que do Rio a São Paulo contribuiu para congregar adeptos em prol da nossa Independência. Neste caminho, D. Pedro foi conhecendo seu povo, seus costumes e aquilatou as suas possibilidades. Baseou-se a Autora no relato de Francisco de Castro Canto e Melo e de outros subsídios. Valeu-se de elementos recolhidos por Spix, Martius e Saint Hilaire, para recompor o ambiente e o folclore da região. Retrata da forma mais exata possível, como era o feitio de Lourdes, a realidade valeparaibana da época. Destaca o papel dos tropeiros e das tropas, sua contribuição ao desenvolvimento econômico e a difusão da cultura popular. O conjunto dessa e outras abordagens, somadas a conjunturas históricas de relevo, dão à obra perspectivas inéditas e interessantíssimas (MEC/Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Rio, 1972).

O Folclore na Escola — Relata a experiência de diversos estudos em vários setores das manifestações folclóricas, à qual a Autora junta a sua, complementada com observações e análise (Caderno de Folclore nº 5 - MEC/Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1976, Rio)*.

* São ainda trabalhos de Maria de Lourdes Borges Ribeiro, no gênero: A lenda do corpo seco na versão dos pescadores de Aparecida do Norte (1957); Baile dos Congos (1960); Sob as palmas do Indaiá (1963); A influência da cultura angolense no Vale do Paraíba (1968); O que é Folclore (1969); Turismo, Folclore e Religião (1973); Defesa e Preservação do Folclore brasileiro (1974).

Concluindo, mencionamos outros dados que enriquecem a vida cultural de Maria de Lourdes Borges Ribeiro, professora, musicóloga, historiadora, poetisa e folclorista de escol, como foi visto. Colaborou em revistas e jornais nacionais e estrangeiros. Pertencia a diversas instituições culturais do nosso País e internacionais. Recebeu medalhas (Sívio Romero, Anchieta e da Assembléia Legislativa de São Paulo) por relevantes trabalhos e o título de Cidadã Carioca, pelas atividades culturais que desenvolveu no Rio de Janeiro.

Todos sabem o quanto é vital o relacionamento professor-aluno. Nada mais válido, portanto, para encerrar esta comunicação do que parte dos versos do Padre Pelaquim, ex-aluno da Lourdes, feitos após à sua morte: "Floriu muitos dias,/que, para nós, foram tão poucos./ Sem pensar na glória,/você merece braçadas de louros,/Lourdes."

Querida amiga, faço também minhas estas palavras.

FREI GASPAR DE MADRE DE DEUS OU A CONTROVÉRSIA DA HISTÓRIA

Maria Beatriz Nizza da Silva

Os historiadores da historiografia brasileira ainda não se aperceberam da clara diferença, sublinhada no século XVIII pelos autores ligados ao movimento academicista, entre a “memória histórica” e a “história”. A primeira forma de escritura historiográfica constituía então como que a matéria primeira com que se elaborava a segunda e nela havia lugar para a controvérsia, para a disputa, para a argumentação crítica. Já o gênero “história” se caracterizava por uma total ausência de polémica, como podemos ver pelas palavras do acadêmico Manuel Pereira da Silva Leal, da Academia Real da História Portuguesa: “(as Memórias) hão-de depois servir para se escrever por elas a História, já livre das controvérsias, e disputas, que a memória decidiu com trabalho e paciência”.¹

Se a Academia Real da História Portuguesa, apesar dos seus projetos e intenções, nada produziu em relação ao Brasil colonial, não há dúvida de que o memorialista mais célebre do século XVIII brasileiro viu a sua principal obra publicada pela Academia das Ciências de Lisboa: refiro-me a Fr. Gaspar da Madre de Deus e às suas *Memórias para a história da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo*, que saíram dos prelos lisboetas em 1797.

Já numa “Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações”, redigida em Santos e datada de 3 de julho de 1784, Fr. Gaspar se revelara com todas as características do “memorialista” contraposto ao “historiador”. A controvérsia, a argumentação crítica, marcam esse pequeno trabalho tal como marcarão a obra mais tarde publicada pela Academia das Ciências. Na “Notícia”, foi a descoberta de um documento (a cópia do testamento original de João Ramalho, escrito nas notas da vila de S. Paulo pelo tabelião Lourenço Vaz a 3 de maio de 1580) que serviu de base para a afirmação de que João Ramalho chegara ao Brasil antes de chegarem a S. Vicente os primeiros povoadores, afirmação esta que,

1 — Citado por Joaquim Veríssimo Serrão em *A historiografia portuguesa*, vol. III, Século XVIII Lisboa, Verbo, 1974, p. 95.

segundo Fr. Gaspar, deveria “ser inculcada em uma Dissertação que persuada”.²

É preciso não esquecer que Fr. Gaspar esteve ligado à Academia Brasileira dos Renascidos e que nestas academias que se formaram no Brasil no século XVIII a oposição não era tanto entre “história” e “memória”, como entre “história” e “dissertação”. Mas esta é também uma forma de discurso polêmico, como se pode ver pela definição apresentada por um acadêmico da Academia Brasílica dos Esquecidos: “Dissertação se diz toda aquela disputa, que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão”.³ Assim se compreende que Fr. Gaspar, ao fazer uma afirmação polêmica sobre a chegada de João Ramalho ao Brasil, tenha sentido a necessidade de escrever a esse respeito “uma dissertação que persuada”.

Não interessa aqui determo-nos na polêmica suscitada no século XIX por esta “Notícia” escrita por Fr. Gaspar em 1784, nem tampouco emitir juízos de valor sobre as *Memórias* de 1797. Pretendo apenas ressaltar a forma de escritura historiográfica adotada, a qual apresenta exatamente aquele aparato crítico que então se exigia de um trabalho acadêmico. A idéia subjacente às *Memórias* é a de que não se pode aceitar como verdadeiro aquilo que até então se escrevera sobre o Brasil, pois, a descoberta e a publicação de novos documentos (fruto do labor acadêmico, quer em Portugal, quer no Brasil) vinham sem dúvida questionar a veracidade daquelas narrativas.

Logo no § 1, a propósito das Capitâneas de Pernambuco e Espírito Santo, Fr. Gaspar questiona as versões correntes: “não são verdadeiras as épocas das suas fundações, a respeito das quais se enganaram os ditos autores, assim como se equivocaram todos eles em ordem à povoação de S. Vicente, dando-lhe princípio mais antigo, do que o ano de 1530, no qual seu fundador, o grande Martim Afonso de Sousa, *sem controvérsia alguma*, ainda se achava em Lisboa, dispondo-se para a viagem da América” (grifo meu). É o documento novo, recém-descoberto, que permite decidir uma questão controversa, que permite substituir o enunciado falso por um enunciado verdadeiro. Foi pesquisando as sesmarias registradas no Cartório da Provedoria da Fazenda Real da vila de Santos, o qual nessa época já tinha sido transferido para S. Paulo, que Fr. Gaspar descobriu várias cópias do alvará de D. João III, documento esclarecedor do fato histórico em questão: “Não foi pequena felicidade descobrir-se o referido alvará, do qual ninguém tinha notícia: ele é monumento preciosíssimo; serve de norte para se conhecer o ano em que Martim Afonso saiu de Lisboa para o Brasil e convence de falsa a opinião comum dos historiadores, assim

2 — Esta “Notícia” foi publicada com a 3ª edição das *Memórias*, S. Paulo, 1953, p. 231 a 250.

3 — José Aderaldo Castelo (org.), *O movimento acadêmico no Brasil. 1641-1820/22*, vol. I, tomo 5, S. Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1971. «Dissertações altercadas, e resoluções, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil”, § 4, p. 13.

nacionais como estrangeiros, os quais supõem a Capitania de S. Vicente mais antiga do que a realidade foi” (grifo meu) (Liv. 1, § 16).

O documento novo resolve questões bem precisas quando as informações que fornece são claras e explícitas. Mas, em relação ao alvará de D. João III, Fr. Gaspar, numa nota, faz uma análise daquilo que, sem dúvida alguma, se pode tirar do documento (Martim Afonso trouxe a incumbência de povoar, ele podia conceder sesmarias, a Armada em que vinha era do rei) para em seguida apontar aquilo que o documento não permite afirmar: “Agora, se na mesma ocasião, e frota, além das naus da Coroa, vieram algumas embarcações armadas por Martim Afonso, com gente convidada por ele, e conduzida à sua custa para colonos: e, outrossim, se a colônia, que se fundasse havia de ser para o rei, ou se para o dito Martim Afonso, são dois pontos muito duvidosos” (Nota 6 ao § 11 do Liv. I). Não quer com isto o memorialista dizer que o historiador não possa retirar da documentação senão aquelas afirmações explícitas. A inferência é possível, desde que contida dentro de certos limites. Importa portanto distinguir, na escritura historiográfica, entre a inferência lícita e a ilícita e o próprio memorialista se encarrega de fornecer um exemplo de uma inferência perfeitamente correta do ponto de vista lógico.

Vejamos o § 19 do Liv. I, depois de Fr. Gaspar transcrever um trecho de uma carta de D. João III a Martim Afonso: “Não declara o rei *expressamente* o ano em que recebeu a carta; *mas isto se infere, com a maior evidência*, dele asseverar que no ano passado mandara armar um navio, em que tornasse para o Brasil o portador João de Sousa. Se, pois, no ano de 1532, diz o rei que no passado determinara a volta de quem lhe levou a carta, *segue-se* que a recebeu no precedente de 1531, e, *por legítima consequência*, já nesse ano de 1531 estava Martim Afonso em S. Vicente: e porque ainda não tinha saído da Corte aos 20 de novembro de 1530, em que se passou o alvará citado, *é a última e infalível conclusão* que a Armada saiu depois de 20 de novembro de 1530 e chegou ao Rio de Janeiro no primeiro dia do ano de 1531” (grifos meus). Temos aqui, portanto, não apenas um caso de inferência legítima como também um exemplo de raciocínio que conjuga as informações expressas ou inferidas da documentação para concluir, sem sombra de dúvida, sobre um ponto até então em aberto.

Não deixa Fr. Gaspar de acentuar que os seus antecessores, muito embora recorram a enunciados plenamente assertivos (eles “asseguram”, “afirmam”, “dão por certo”), esta aparente segurança da narrativa apenas encobre a fragilidade dos seus enunciados. E o memorialista propõe-se precisamente mostrar que, dessas notícias sobre o Brasil até então tidas por certas, “umas são muito duvidosas e outras absolutamente falsas. E o objetivo das suas *Memórias* era mais crítico do que *narrativo*. O que ele pretendia era “expurgar” a história até então contada e por isso ele recorreu à forma de escritura historiográfica adequada: ele foi um memorialista e não um historiador.

O memorialista é um crítico que se preocupa com o rigor da narrativa e que portanto não hesita em se deter na análise de tudo o que lhe parece duvidoso no trabalho dos seus antecessores. Para isso ele busca e traz à luz uma documentação nova. Mas não fica por aí. Ele põe em jogo um novo tipo de racionalidade, não só, como vimos, na distinção entre inferências legítimas e ilegítimas, mas também na profunda crença que tem na racionalidade da ação humana.

Como memorialista da época das luzes ele conjuga a informação documental com "a boa razão" das decisões dos homens. Temos um bom exemplo disso nos §§ 31-34 do Livro I, que vou muito rapidamente resumir e sublinhar: "É opinião, ou erro comum que a esquadra de Martim Afonso entrou pela mencionada barra de S. Vicente (...). *O manuscrito* de Dionísio da Costa diz que a entrada foi pela Bertioja: isto mesmo dita a boa razão (...). Somente loucos desprezariam a dita barra pela de S. Vicente (...). Não é escogitável razão que movesse ao chefe da esquadra a antepor uma barra perigosíssima a outra excelente (...). Qualquer Capitão que não fosse demente, deixaria de cometer semelhantes desacertos".

Se, portanto, considerarmos Fr. Gaspar da Madre de Deus como o mais importante representante de um gênero de escritura historiográfica que foi a memória (ou a dissertação), fica bem patente a diferença entre este gênero, na sua forma iluminista, e aquele que se consubstanciou nos séculos XVI e XVII ou ainda aquele que é representado no início do século XVIII por Rocha Pita e a sua *História da América Portuguesa*. Enquanto as primeiras notícias publicadas sobre o Brasil se aproximam indiscutivelmente mais de literatura de viagens do que da história, a escritura historiográfica do poeta Rocha Pita representa a narrativa prolixa e acrítica que caracterizou as primeiras Academias brasileiras. Já Fr. Gaspar é um típico representante de produção acadêmica não na sua fase poética e barroca, mas na sua fase científica e racionalista. Enquanto as dissertações históricas dos primeiros acadêmicos eram controvérsias puramente verbais, as memórias históricas de Fr. Gaspar procuram a controvérsia racional característica do iluminismo.

À MEMÓRIA DE JOÃO PEDRO CARDOSO

Pedro Ferraz do Amaral

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a mais antiga sociedade científico-cultural de São Paulo, associou-se às manifestações que assinalaram a abertura da Sala Dr. João Pedro Cardoso no Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina de Pindamonhangaba, no dia 30 de Junho de 1984. Nem poderia ser de outra maneira, dada a própria razão da existência do sodalício. Em verdade, História e Geografia não podem andar separadas, como irmãs síamesas que são. Os que praticamos a História estamos também participando dos estudos de Geografia. João Pedro Cardoso, especializado nas ciências geográficas, não se afastou da História, antes a cultivou e a incrementou, aduzindo achegas consideráveis ao conhecimento de nossa terra e nossa gente.

As gerações de hoje mal têm notícias dos trabalhos beneméritos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, a que Cardoso prestou o mais precioso concurso. Nos últimos anos do século passado e na primeira década do século findante, os mapas geográficos escolares apontavam mais da metade do território estadual como território desconhecido, ocupado por tribus indígenas. Pois foi aí que se exerceu a ação pioneira de uma plêiade de engenheiros e desbravadores, mateiros como os bandeirantes de outróra.

O Estado de São Paulo não ia além de uma linha divisória que, tendo por centro Lençóis e Agudos, estendia-se por Araraquara e Itararé, o que, melhor dizendo, abrangeria todo o sertão que veio a ser cortado pelas estradas de ferro que se chamavam — Paulista, Sorocabana, Noroeste do Brasil, Mogiana, Araraquarense, Douradense, nomes que evocam fase heróica de conquista, não apenas para a economia de São Paulo, mas principalmente para a grandeza nacional. A Comissão Geográfica e Geológica desbravou-a, semeando postos de catequização de índios, que foram núcleos de muitas das cidades que hoje se erguem no meio de culturas virentes e campos de criação opulentos. Foi graças ao destemor de seus membros — e não foram somente engenheiros, mas também homens de outras atividades, cumprindo-nos lembrar a figura de Monsenhor Claro Marcondes Homem de Mello que encontrou a morte nas mãos dos índios — que as estradas de ferro puderam lan-

gar seus trilhos no rumo do até então ignorado. Levantando dados geográficos e geológicos, riscando mapas e indicando o sentido das correntes líquidas — o trem caminhou sempre ao lado dos rios caudalosos — esses sertanistas realizaram obra imperecível, que hoje recordamos, no nome de seu mais notável capitão. A cidade de Pindamonhangaba, enaltecendo a figura de seu ilustre filho, a si mesma se enalteceu, num exemplo digno de ser imitado. Quem não sabe reconhecer os méritos dos ancestrais apequena-se.

Nascido nas abençoadas rechãs de Pindamonhangaba há cento e treze anos, filho de José Pedro Cardoso, vindo das alturas portuguesas de Penafiel, aqui consorciado na ilustre família Vilela, foi João Pedro ter ao Rio de Janeiro, a fim de se formar engenheiro civil na turma de 1893, aos 24 anos de idade. Especializou-se em construções ferroviárias, erguendo pontes metálicas para a Estrada de Ferro Central do Brasil. Mas seu grande sonho era servir ao Estado de São Paulo. Fixou-se no cargo de inspetor de agricultura, em Campinas, de onde promoveu em São Carlos do Pinhal, memorável exposição de aparelhos a álcool. O certame de 1906 tornou-se um marco na história da agricultura paulista. Animado por esse outro grande brasileiro que foi Carlos Botelho, o então jovem engenheiro, no fastígio de sua pujança física e intelectual, não poupou esforços para levar a efeito o empreendimento. Tendo em vista que, se ao nosso agricultor faleciam possibilidades de aplicar em seu labor conhecimentos porventura adquiridos teoricamente, sobrava-lhe a capacidade de colher o exemplo que lhe fosse praticamente apresentado, emprestou à exposição de São Carlos, características tais que, as vantagens da mecanização agrária entraram-lhe pelos olhos. Vale assinalar, a propósito, que ainda há pouco foi inaugurado no magnífico Solar de Botelhos, em São Carlos do Pinhal, o Museu Agrícola Carlos Botelho, em que Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha, ilustre artista plástica e historiadora, reuniu — e os conserva cuidadosamente — os aparelhos agrícolas introduzidos por seu eminente avô na lavoura dessa gleba tradicional, o qual nessa tarefa dignificante, há de ter tido a colaboração valiosa de seu não menos dedicado auxiliar. Aliás, já antes desse magno acontecimento, João Pedro Cardoso havia realizado em Araras, aos 7 de julho de 1902, a primeira Festa da Árvore, á qual se seguiram as de Campinas, Itapira, Lorena e outras muitas cidades — prova insofismável de seu devotamento às coisas da terra.

Foi a Comissão Geográfica e Geológica do Estado o verdadeiro laboratório em que se exerceu a vocação pioneira de João Pedro Cardoso. Orville Derby traçara, em 1886, os lineamentos da ação desbravadora e durante cêrca de vinte anos oferecera a São Paulo os resultados de sua atividade de penetração de matas e rios, ora em lombo de burro, ora em canoas toscas e desconfortáveis, se bem que seguras. A esse benemérito sertanista, forrado de esclarecido currículo profissional, sucedeu João Pedro Cardoso, que soube prosseguir na

obra do eminente norte-americano. Os relatórios da Comissão continuaram a ser impressos, constituindo o seu conjunto um repertório insubstituível a que recorrem ainda hoje os estudiosos da nossa natureza. João Pedro Cardoso, dispondo dos poucos recursos que lhe eram proporcionados, perlustrou os sertões do Tietê, do Peixe, do Aguapeí, de Santo Anastácio, do Feio, do Paraná, do Paranapanema, do rio Grande, da Ribeira de Iguape, do Juqueriquerê, sem esquecer Taubaté e Sorocaba. De 1905 a 1931 escoou-se um quarto de século de sua penetração territorial. Sociedades científicas européias e americanas galardoaram-lhe os méritos.

Na esfera particular, a cooperação de João Pedro Cardoso se notabilizou na direção de várias empresas de utilidade pública e de instituições de assistência social, em todas as quais primaram seu espírito de organização, seu sentido administrativo, sua visão altruista do trabalho humano

Um homem assim, devotado às coisas de sua terra e de sua gente, não o esqueceu sua cidade natal de Pindamonhangaba. A cerimônia da aposição de uma placa com seu nome honrado no museu local constituiu mais uma prova de que seus esforços, sua dedicação, seu destemor não se perderam, eis que essa mesma terra e essa mesma gente sabem seguir-lhe e relembrar-lhe o exemplo.

Honra lhe seja, pois, a Pindamonhangaba, a seu povo, a sua História gloriosa e a seu filho, entre todos, dileto. (29-06-1984).

DE POMBAL À PRIMEIRA REPÚBLICA

Peçanha de Figueiredo

O presente artigo, assinado por ilustre cultor do Direito, falecido em São Paulo, onde residiu, foi-nos encaminhado em 1937, pelo então diretor do "O Estado de São Paulo", o eminente escritor Léo Vaz, para ser inserido naquela folha, da qual éramos secretário. Motivos supervenientes impediram essa divulgação, ficando os respectivos originais em nosso poder. Hoje, transcorridos quarenta e seis anos, publicamo-lo, como homenagem à memória de seu autor, que aliás não tivemos oportunidade de vir a conhecer. — *Pedro Ferraz do Amaral*

É interessante o confronto de documentos históricos e jurídicos, referentes à propriedade eclesiástica em face do Estado.

Quem quiser conhecer o assunto, de aspecto todo peculiar, terá que estudá-lo na História de Portugal e na do Brasil, acompanhando os expositores do direito antigo.

As fontes parecem escassear, quando se procuram narrações documentadas.

Desde o atentado contra Dom José I, na noite de 3 de setembro de 1758, acentuou-se a atitude defensiva dos governos contra a expansão política da Igreja. É bem sabido que a chamada "história monumental" pende sempre para o estilo... heróico. Temendo torná-lo árido, fogem os historiadores á resenha cronológica, por documentação.

Escasseiam as fontes, pois os bibliófilos açambarcam os poucos exemplares de história portuguesa, dos que merecem fé.

Fortificando-se desde priscas eras o poderio eclesiástico na aquisição de imóveis urbanos e rurais, tornou-se comum o cerco ás instituições testamentárias e doações, que os poderosos faziam "para descanço de suas almas". Então, vamos encontrar toda uma nomenclatura, correspondendo ás peculiaridades do direito da época. Isso desde antes das ordenações manuelinas.

Os imóveis doados á Igreja Romana ou ás Ordens religiosas, diziam-se sujeitos a "prazos" e a "vínculos". Os vínculos, em matéria de instituições, destinavam-se ao lustre da "casa" ou do nome de famí-

lia, com sucessão do título nobiliárquico. Esses se chamavam “morgados”.

Ou então se destinavam a obras pias, e se chamavam “capellas”. O instituidor doava bens para que, com as rendas e frutos, fosse mantido um altar com luzes, uma capela ou a propria igreja. Não raro eram doados escravos pretos para que seus “jornais” fossem explorados pela entidade eclesiástica a favor da igreja. A isso tudo se chamava “capella” e ao acervo de bens da paróquia — “fabrica”, administrada pelos vigários e maiores.

Às vezes as “capellas” se conjugavam “morgados”.

Antes da abolição da escravatura de indios, estes tambem eram incluídos em doações.

Era comum, nas “capellas”, que o administrador (fábrica paroquial, jesuitas ou irmandades) se beneficiasse com uma parte dos bens ou das rendas.

Quando se deu o atentado contra a vida de D. José I, o Conde de Oeiras, depois Marquez de Pombal, agiu com toda a energia e fez prender os principais responsáveis. Vários destes foram justicados na praça pública, segundo a justiça da época.

Duarte de Almeida e Araujo, na História de Portugal, alista os nomes de um a um.

“Tendo-se provado, relata o mesmo, que os regulares da Companhia de Jesus tinham sido não só cooperadores mas tambem motores do atentado de 3 de setembro, depois de terem sido encerrados em segura custodia os individuos da referida Companhia, contra quem se davam maiores provas, vencidas muitas dificuldades, alcançou-se por fim o Breve da sua extinção e foram expulsos deste reino e seus domínios” (Lei de 3 de setembro — Hist. de Portugal — pág. 1199 — Ed. de Lisboa — 1856).

O “Breve” do papa Clemente XIV, aos 21 de julho de 1773 “extinguíu e suprimiu esta ordem em todo o Orbe”.

O confisco (perdimento da coisa em favor da fazenda pública) foi consequência desses fatos. Vários foram, depois, os atentados e sublevações contra o governo de D. José I, pela mesma causa e com certeza, provindos da mesma origem.

É bem certo que Pombal não caiu: foi afastado. Subindo ao trono D. Maria I, regressando os exilados, soltos os sentenciados, nenhum se atreveu a atacá-lo. “O grande Marquez” passeava sua velhice pelos

arredores do seu recolhimento, no vilarejo de que era titular. Morreu aos 83 anos.

O alvará de 20 de maio de 1796 havia determinado: “que todas as Capellas até aquella época devolutas e que dali em diante se devolvessem, ou por comisso, ou por vacantes, ou houvessem sido instituidas com autoridade régia ou sem ela, se entendessem e ficassem livres e isentas de todos os Encargos nelas impostos, dissolutos os vínculos e uniões de bens determinados nas Instituições, julgando-se todas devolutas á Corôa como alodiaes vacantes”...etc. (Cândido Mendes — Aux. Jurídico — 327).

Assim, passaram para o dominio da Corôa (portanto do Estado, e não como se fossem propriedade do rei) todos os bens, havendo até determinações posteriores quanto ao destino dos escravos. “Bens alodiaes vacantes” — portanto bens livres de prazos, capellas ou morgados, equiparados a bens vagos. Livres e vagos.

Com a vinda de João VI para o Brasil muita coisa mudou. O príncipe-regente, a 16 de dezembro de 1815 decretou que, de futuro, seus reinos deviam constituir um só — “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve”.

Henrique Schaefer, em sua Historia de Portugal, relata que, por despacho de 1 de abril de 1815, entregue pelo embaixador português Manuel Pinto á curia romana, “D. João manifestou o seu assombro acerca do restabelecimento da Companhia de Jesus, declarando que ia manter em toda a amplitude o decreto do seu antepassado em data de 3 de setembro de 1759, concernente á expulsão da Companhia, fosse qual fosse a resolução das outras testas coroadas da Europa”. (op. cit., trad. de J. Pereira Sampaio — ed. do Porto — 1899 — 4º Vol. pg. 437).

Proibiu, ainda, expressamente, a seu embaixador na côrte pontificia “o intervir em negociação alguma que fosse contra aquella anterior determinação, a qual fôra fundada sobre motivos irrefutáveis”.

A mesma deliberação fôra enviada pelo Secretario de Estado brasilico-portuguez Marques de Aguiar — a todos os embaixadores portugueses nas Côrtes europeias — acrescenta Schaefer.

Proclamada a independência do Brasil (1822) continuaram sujeitas à legislação especial as instituições de “mão-morta” e as leis se chamavam — de amortização.

Mas... a 27 de maio dt 1827, o Papa Leão XII, pela Bulla "Preclara Portugaliae", pretendendo criar a Ordem de Christo no Brasil e constituindo os nossos imperadores grãos-mestres perpetuos de ordem militar para converter idólatras e gentios — teve como resposta um parecer assinado por Limpo de Abreu, Bernardo de Vasconcellos, padre Feijó, Campos Vergueiro, José Clemente Pereira e outros, do que nos dá noticia Barbalho (Const, Federal de 1891, Comentada). Esse parecer achou a bula contraria á Const. do Imperio, art. 179 § 5, e concluia:

"As comissões decidem-se pela negativa da existência do padroado de Christo e por conseguinte, do grão-mestrado sobre as igrejas do Brasil".

"Conclua-se, portanto, que a bula é ociosa, porque tem por fim confirmar a apresentação de bispos e beneficos que, aliás, o imperador tem por títulos mais nobres". Palavras textuais do parecer.

Tais conclusões eram precedidas por estas vivíssimas interrogativas: "Mas onde está o inventário desses direitos e privilégios que os reis de Portugal exerciam sobre as igrejas do Brasil, adquiridos por concessão dos papas? "Acaso haverá sobre a Terra outra fonte de onde derivem attributos magestáticos que não sejam as leis fundamentais dos Imperios?" (Barbalho — Com. ao art. 72 § 3º).

Trazia esse documento a assinatura do padre Diogo Antonio Feijó!

O Governo Provisório da 1ª Republica, por avisos diversos, decidiu contraditoriamente a questão das "leis de amortização".

A Constituição de 91, abolindo privilegios, trouxe a igualdade das igrejas, e assim os seus bens (atuais) seguem a legislação ordinária.

O Código Civil (de 1917) abolindo os foros eclesiásticos, na emphyteuse, nivelou a Igreja Católica quanto á aquisição e perda da propriedade em toda a extensão, mas ainda ha quem sustente que ela pode comprar, mas não pode dispôr livremente de imoveis. (Rodrigo Octavio — Do Dominio da União e dos Estados — § 135).

Assim o entendeu o acordam do Supremo Tribunal de 9 de maio de 1903, afirmando que as "ordens religiosas, pelo que respeita ao patrimonio, não estão emancipadas da ação do Estado, doutrina essa sustentada por Barbalho (op. cit.).

Talvez o caso se prenda aos prazos e condições das instituições que a Igreja administra.

As corporações de mão-morta eram obrigadas a converter, dentro em um ano em apólices os bens possuidos (Lei de 1864) prazo depois reduzido para seis meses.

CARTA DO PROVINCIAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA
AO REI FILIPE II

Padre Hélio Abranches Viotti

Bahia de Todos os Santos, 7 de agosto de 1583

TEXTO: *Arquivo de Simancas*, Seção *Guerra antigua* (ou também *Mar y Tierra*), maço 148, documento 166. Texto até há pouco inédito, ali encontrado casualmente pelo historiador espanhol Rumeu de Armas, que dele deu uma primeira notícia ao Rev. Pe. Murilo Moutinho, no ano de 1983.

IMPRESSÃO: *Hispania*, Revista Española de História, t. XLV (1985), ps. 5-32. Sob o título: "Una carta inédita del Apostol del Brasil, Beato José de Anchieta, al Rey Filipe II" e, como subtítulo: "La expedición de Diego Flores de Valdés al Magalhanes". Autor do artigo de comentário: Antônio Rumeu de Armas (Membro da la Academia de la Historia e professor da Universidade de Madrid).

EDIÇÃO: Imprime-se a tradução portuguesa do original espanhol. Pelo fac-símile, publicado em *Hispania*, verifica-se que se trata de um apógrafo em letra caligráfica. Autógrafos de Anchieta somente a expressão "siervo humilde" e a rubrica do autor "Joseph de Anchieta".

SUMÁRIO

1. Pelo mês de (janeiro) enviou ao Rei um maço de cartas de Diogo Flores Valdês e uma própria sobre a situação da armada. 2. Levam as cartas de Flores informações cabais; resta dizer que, no período de março a maio, esteve Anchieta aguardando no Rio o regresso da armada; no Brasil, tudo tranquilo. 3. Sugeriu a Flores passar pelo Espírito Santo, aí estudando a fortificação do porto, o que ele não conseguiu. 4. Anchieta ali achou todos atemorizados com a ameaça de Fenton, de novo ataque dos ingleses, um ano depois. 5. Se estes o tentarem para valer, não haverá maneira de resistir-lhes e lá poderão eles fixar-se facilmente. 6. Governador e povo desejam assumam a Coroa a capitania e a fortifique, única forma de se salvarem. 7. Fortalecer o Brasil, como se requer, será meio para assegurar a navegação e a posse do Sul do continente; Valdês deverá expor o

assunto. 8. Recebeu do governador Teles Barreto carta do Rei, a quem fornecerá os subsídios que pede para o avanço da catequese. 9. Para sustar a extinção dos índios, solicita particular proteção de Filipe II; sem eles não se conservará o Brasil; no trato com eles só pensam os colonos em seus interesses pessoais. 10. Quanto ao trabalho dos jesuítas, contenta-se com a recompensa divina, mas confia no testemunho de vista de Valdês perante o Rei. 11. Para que essa missão se cumpra com proveito, oferece orações e sacrifícios da Companhia de Jesus. Segue-se o fecho da carta.

†

Jesus

Sacra Cesárea Real Magestade

1. Por um patacho de aviso, que veio a estas partes do Brasil e partiu do Rio de Janeiro no último do mesmo mês, enviei a Vossa Magestade um maço de cartas do general Diogo Flores e escrevi (acerca) do estado em que ele se achava com sua armada ⁽¹⁾.

2. E porque sobre o demais que sucedeu, Vossa Magestade será informado por suas cartas, resta-me a mim dizer como estive esperando por ele no Rio de Janeiro todo o mês de março, como ele me havia encomendado, e ainda depois mais todo o mês de abril e parte de maio ⁽²⁾, em que voltou da boca do estreito e achou as capitâneas do Rio de Janeiro e São Vicente como as deixara, muito quietas na obediência e serviço de Vossa Magestade, como o está toda a costa.

3. No Rio de Janeiro tratei com ele se seria bom que visitasse a capitania do Espírito Santo, porque havia poucos dias que ali estivera um dos galeões ingleses, que pelejaram com as naus de São Vicente ⁽³⁾, para que visse o sítio da barra, para nela fazer-se algum forte. Mas como as naus estavam muito destroçadas e os tempos foram contrários e bravos, se veio direito a esta Bahia com muito trabalho.

4. Eu me vim pelo Espírito Santo e achei toda aquela terra alarmada, com medo dos ingleses, porque deixaram dito que, para o ano que vem, viriam ali, com três ou quatro galeões armados.

5. E se o cumprirem e quiserem fazer força, não teem os moradores que fazer, senão recolher-se cada qual pelos montes por onde melhor puder, porque não teem outra defesa e a barra é tão acomodada que, se os ingleses fizerem algum forte nela, seria mui dificultoso expulsá-los daí.

6. Pelo qual, assim o governador dela Vasco Fernandes Coutinho, como os moradores estão muito desejosos de que Vossa Magestade tome a capitania como sua ⁽⁴⁾ e a fortifique, como coisa de que depende toda a sua salvação.

7. E disto teem muita necessidade todas as capitánias, não só para conservação deste Estado do Brasil, mas também para a navegação do estreito, Rio da Prata e Peru ⁽⁵⁾. Além de outras vantagens, que não são para carta, que Diogo Flores tem bem entendido, e creio leva determinação de praticar muito miudamente com Vossa Magestade.

8. O governador deste Brasil, Manuel Teles ⁽⁶⁾, me entregou uma de Vossa Magestade, em que me manda lhe dê todas as informações e avisos necessários para aumento da conversão dos índios a nossa Santa Fé e conservação nela ⁽⁷⁾. Eu farei o que Vossa Magestade me manda, dando-lhe as lembranças necessárias, principalmente em coisa de tanto gosto e obrigação de Vossa Magestade ⁽⁸⁾.

9. Porque a maior parte dos índios, naturais do Brasil, está consumida, e alguns poucos, que se não conservado com a diligência e trabalhos da Companhia, são tão oprimidos, que em pouco tempo se gastarão. Pelo que teem muita necessidade de particular favor de Vossa Magestade ⁽⁹⁾. Assim para que os já convertidos se conservem na Fé, como para que os outros venham do sertão a recebê-la de novo. E juntamente haja quem ajude a defender a terra ⁽¹⁰⁾. Porque bem se deixa ver e os portugueses assim o confessam, que sem eles mal se poderá conservar este Estado do Brasil. E com tudo isso vai a coisa de maneira que, em caso de servir-se dos índios, cada um tem respeito a seu próprio interesse, mais que ao bem comum da terra, nem à utilidade e conversão deles.

10. Do que a Companhia faz e dos trabalhos que leva nesta terra em serviço de Deus e de Vossa Magestade, não quero mais testemunha que o mesmo Deus no céu ⁽¹¹⁾. E confio que o general Diogo Flores cá na terra, como testemunha de vista, dirá o que passa.

11. Ao qual espero de ajudar muito com sacrificios e orações dos da Companhia, como até aqui se fez, para que Nosso Senhor o leve adiante dos olhos de Vossa Magestade e lhe dê particular relação de tudo, como Vossa Magestade deseja.

Da Bahia de Todos os Santos, a 7 de agosto de 1583 anos.

De Vossa Real Magestade Servo Humilde

José de Anchieta ⁽¹¹⁾

NOTAS

1) Houve, pois, uma primeira carta de Anchieta a Filipe II, atualmente desaparecida. Do mês de janeiro? *Rio de Janeiro* é como designa Anchieta todas as vezes a cidade, donde escrevera. Menos desta primeira vez, quando escreve "de Henero". Com esse termo relaciona Rumeu de Armas o mês, em que chegou e partiu do Rio o

“patacho de aviso”. Certifica-nos o inglês *João Peters*, deixado no Rio por Eduardo Fenton, em seguida ao combate de 24 de janeiro de 1583 com as naus de Eguino em Santos, que, quando desembarcou no Rio, aí entrava o pequeno navio de Pedro de Rojas. Se foi esse o “patacho de aviso”, aí teria permanecido cinco ou seis dias apenas. (BNRJ, mss. II - 31-21-10).

2) Anchieta que, em outubro de 1582, se encontrava em São Vicente (*Carta de Diogo de la Ribera*, BNRJ, mss. I - 22-25-5), regressara ao Rio, donde, a 6 de dezembro desse ano, escreve ao Ir. Antônio Ribeiro. Sua permanência no Rio, durante os meses de março a maio de 1583, não impede uma visita a São Paulo, onde se achava a 10 de abril, festa da páscoa. A 9 de maio de 1583, reentrava na Guanabara a esquadra de Flores, vinda do estreito, para seguir finalmente para a Bahia a 2 de junho. Antes de partir para a pescaria de Maricá, dispôs Anchieta de duas a três semanas para seus colóquios com o comandante espanhol. De Maricá só regressou a 6 de junho, seguindo dias depois para o Norte.

3) Por fevereiro, provavelmente, de 1583, se apresentou no Espírito Santo o galeão de Eduardo Fenton. A esse propósito escreve mais tarde Pedro Sarmiento de Gamboa: “Aqui estava como governador Coutinho, um português afeiçoado ao serviço de Vossa Magestade, que havia dado combate à nau de Fenton, o pirata inglês, quando havia tentado saquear a cidade (sic)”. (A. Landim Carrasco, *Vida y Viages de Pedro Sarmiento de Gamboa*, Madrid, 1945, 168).

4) De sua passagem por Vitória e a pacificação do povo capixaba, escreve Anchieta na *Anua* de 1583 (*Cartas*, 348). Já não era a primeira vez que se levantava a idéia da encampação da capitania pela Coroa. Em tempo do primeiro donatário, a consigna Nóbrega, em carta de 1 de junho de 1560 ao Cardeal Infante Dom Henrique (*Cartas do Brasil e mais Escritos*, Coimbra, 1555, 365). Como Nóbrega, nada mais faz aqui Anchieta do que *transmitir* o anseio geral, processo perfeitamente democrático!

5) Frisemos o interesse do Apóstolo do Brasil, em favor da segurança deste “Estado”. E como percebeu que, de sua estabilidade e fortalecimento, dependeriam a segurança e o progresso do resto do Continente, daquilo, pelo menos, que atualmente se vem apelidando o “Cone Sul”. Primórdios sem dúvida de uma visão panamericana de feição ibérica. Para a tentativa de assegurar o monopólio da navegação interoceânica Atlântico-Pacífico, representou o Brasil um fator, senão suficiente, imprescindível .

6) Primeiro governador geral no período filipino, foi Manuel Teles Barreto (1583-1587). Com ele, a 9 de maio de 1583, chegou também o visitador Cristóvão de Gouveia. Recebera Teles vivas recomendações, em favor da obra evangelizadora dos jesuítas (HCJB, II, 168-169). Sem embargo, não cessou de hostilizá-los, no que foi secun-

dado por Gabriel Soares de Sousa, por exemplo. Embora cumulando de atenções ao visitador em Lisboa, foi ao governador que Filipe II entregou a mensagem ao provincial. Entendia e muito bem que a vinda de um visitador não se destinava *ipso facto* a anular ou substituir as funções desse provincial, cujas informações reclama. A *Representação ao Cardeal Alberto* de 1584 (HCJB, II, 617) e a *Representação do Padre Luis da Fonseca a El-Rei* de 1585 (HCJB, II, 620) e principalmente o *Discurso das Aldeias* (*Cartas Jes.*, III, 349-394) são respostas a este apelo de Filipe II. Não podem ser interpretados, como já se fez, como atitude imprudente de Luis da Fonseca, que cumpria ordens de Anchieta!

7) Convicto inteiramente se encontra Anchieta da sinceridade religiosa do Monarca. De seu zelo pelo arraigamento da fé cristã no Novo Mundo. Tal como de sua determinação de proteger a integridade da fé e a defesa do Catolicismo em todo o mundo. Falhas de seu temperamento, indecisões e morosidades de seu governo obstaculizaram o pleno êxito de sua missão de verdadeiro "Defensor Fidei".

8) Ao lado desses "oprimidos" esteve sempre a Companhia de Jesus, nos dois séculos de apostolado em nossa terra (1549-1760), e acabou sacrificada por isso. É de justiça, entretanto, reconhecer que a decadência numérica da raça indígena não se deveu exclusivamente a uma tal "opressão". Principal fator foram as epidemias, que periodicamente dizimaram povoações de catecúmenos e planteis de escravos, como aquela, que vem graficamente descrita na *Ánua* anchietana de 1581, §§ 10-13 (*Cartas*, 305-308).

9) Quanto ao papel dos índios aldeados pelos jesuítas na defesa e alargamento da terra, dificilmente poderá ser encarecido. Sem índios, não se teria conservado o Brasil. É o que mais tarde proclamará mais uma vez Antônio Vieira. Através da miscigenação e do acultramento concorreram, aliás, em medida não desprezível para a formação do povo brasileiro.

10) Repete aqui Anchieta, aquilo que já dissera aos representantes de Sua Magestade dessa armada do estreito: Indo a São Vicente — escreve por exemplo Diogo de la Ribera, em carta do mês de outubro de 1582 — à cura de abastecimento, recebeu todo auxilio por parte do Capitão-mor Jerônimo Leitão e do Padre Provincial José de Anchieta. Para aquele pede ao Rei uma mercê, não para este, visto que "el padre provincial no quiere otro premio, sino el de Díos y que V. Mtd. entienda con cuanta voluntad y fidelidad la Compañia de Jesus en todas partes acude al servicio de Díos y de su Rey" (BNRJ, mss., I-22-25-5).

11) Facsimilada, na publicação do historiador Rumeu de Armas (*Hispania*, XLV, 159 (1985), 5-32), apresenta-se esta carta toda em letra caligráfica. Autógrafos de Anchieta são apenas a expressão "siervo humilde" e a sua assinatura.

REPAROS E ADITAMENTOS À OBRA
“A IMPRENSA PERIÓDICA DE SÃO PAULO”

Antônio Barreto do Amaral

Dentre as obras publicadas pelo eminente historiador Afonso A. de Freitas, cuja biografia vem traçada em o primeiro número da “Revista do Arquivo Municipal”, releva destacar *A Imprensa Periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914*, publicada em 1915, e reproduzida no volume XIX da “Revista” deste Instituto (pgs. 321 a 1133).

Fruto de uma pesquisa ímpar, arrolou o autor nada menos de que 1.496 periódicos, aos quais acrescentou 9, em artigo publicado em o volume XXV da mesma Revista, fazendo-os acompanhar de algumas notas a respeito dos jornais mencionados na primitiva publicação.

A essa vultosa obra de Afonso A. de Freitas, manancial onde nos abeberamos todos que escrevemos sobre tão fascinante tema, oferecemos agora 254 notas que ampliam, em parte, as citações do Autor ou que, de alguma forma, esclarecem ou lhes fazem pequenas retificações e mais uma relação de 42 periódicos que deixaram de ser mencionados pelo ilustre historiador.

Para melhor entendimento dos leitores, registramos, após cada nota e entre parentesis, o número que acompanha, na obra de Afonso A. Freitas, o periódico de que tratamos.

Assim, sob a indicação I, estão arroladas as Notas e, sob a II, os Jornais não citados em *Imprensa Periódica de São Paulo*.

I) *Notas*

1 — A primeira tentativa para dotar São Paulo de um estabelecimento tipográfico foi levada a efeito pelo Governo Provisório, como se depreende do seguinte tópico da ata da 8ª sessão, realizada a 11 de junho de 1821: “Que se escreva aos Deputados, que se acham no Rio, para que examinem, se a imprensa, que se quer vender, está em termos de comprar-se ou se as letras já estão gastas de mais e se estiver capaz de servir, que a ajustem e comprem, ajustando ao mesmo tempo um compositor e um impressor e comprando o papel necessário e tudo isto com a maior brevidade”. Não se conhece o andamento que teve

tal negócio: o certo, porém, é não ter sido levado a bom termo, pois São Paulo continuou, ainda, por muito tempo, sem tipografia. (pg. 330)

2 — Ofício nº 33. IImº. e Exmº. Sr. Tendo representado a S.M.O.I., pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda a necessidade que havia de uma oficina Tipográfica nesta Província, que é talvez a única que não tem em sua Capital, e a qual devendo concorrer para o desenvolvimento da ciência alimentaria a opinião, e civilização pública, de cujos progressos e unidade tanto depende o aumento e prosperidade do Estado, pedindo por isso que mandasse enviar quanto antes uma Imprensa, que já estava destinada e pronta para esta dita Capital, e bem assim um Impressor para a estabelecer e dirigir, e que no caso de não poder vir gratuita, conferisse ao menos licença para a sua ereção à custa dos particulares, que não duvidavam subscrever para tão importante fim, como será presente a V. Exa. pela cópia inclusa, não tive resolução alguma até a presente. Continuando porém a reconhecer o quanto a Imprensa concorre para multiplicar rapidamente as idéias, e estas as luzes e instrução dos Povos, devo lisongear-me que V. Exa. movido pela reflexão de semelhante vantagem, fará presente desta minha nova rogativa a S.M.I. que se dignará atende-la com aquela Justiça e beneficiência que o caracteriza, e aliás tem demonstrado seu incansável desejo de promover e elevar a propriedade deste Império ao maior auge possível, mandando por consequência a Imprensa que peço, ou permitindo ao menos, que ela se estabeleça à custa dos particulares. São Paulo 11 de Agosto de 1824. IImº e Exmº Snr. João Severiano Maciel da Costa. Lucas Antônio Monteiro de Barros". (pg. 332)

3 — Segundo o Boletim Bibliográfico, nº 12, pg. 173, a publicação de "O Farol" foi feita até meados de 1832. (pg. 336)

4 — Não obstante o seu retardamento em obter imprensa, São Paulo ocupou sempre um dos primeiros lugares na distribuição de periódicos: Em 1879 a Província mantinha 50, ao passo que a do Amazonas tinha 6, o Pará 17, o Maranhão 10, o Piauí 7, o Ceará 7, o Rio Grande do Norte 7, a Paraíba 6, Pernambuco 24, Sergipe 5, Alagoas 9, a Bahia 22, o Espírito Santo 7, o município neutro do Rio de Janeiro 26, o Paraná 3, Santa Catarina 5, o Rio Grande do Sul 25, Goiás 2, Mato Grosso 2 e Minas Gerais 23. Um século após o aparecimento do primeiro jornal paulista, em 1927, São Paulo contava nada menos de que 682 periódicos, contra 527 que se publicavam no Distrito Federal, 396 em Minas Gerais, 221 no Rio Grande do Sul, 137 no Rio de Janeiro e igual número na Bahia. Dos periódicos paulistas, 642 eram escritos em português, 19 em italiano, 5 em árabe, 5 em japonês, 3 em espanhol, 3 em alemão, 2 em inglês, 1 em francês, 1 em húngaro e 1 em letão. (pg. 337)

5 — José da Costa Carvalho, mais tarde Barão, Visconde e Marquês de Monte Alegre, foi chefe do 10º Gabinete Ministerial, a partir de 8 de outubro de 1849, em substituição ao Visconde de Olinda, que

tomara posse a 29 de setembro e não do 9º Gabinete, em substituição a Francisco de Paula Souza e Melo. (2 — O Farol Paulistano)

6 — Vol. XII e não vol. IX. (2 — O Farol Paulistano)

6-A — Segundo referências da Luz Brasileira, *O OBSERVADOR CONSTITUCIONAL*, ainda não havia sido fundado em 18 de setembro de 1829. Freitas Nobre em *História da Imprensa de São Paulo* e Augusto Goeta no livro *Líbero Badaró*, pg. 52, informam que a fundação teve lugar a 23 de outubro de 1829. (3)

7 — *O AMIGO DAS LETRAS* e não *AMIGO DAS LETRAS* foi o primeiro jornal publicado pelos acadêmicos de direito de São Paulo, e, também, o primeiro jornal de estudantes de todo o Brasil. Impresso na tipografia do *Farol Paulistano*, tinha, como epígrafe, o verso de Ovídio: “Dulcique animos novitate tenebo” e apresentava, como seus principais objetivos, “radicar profundamente o amor à liberdade no coração dos leitores” e “animá-los a respeitar e a promover a moral pública sem a religiosa observância da qual cái um em desprezo à prática dos bons costumes, e periga a independência das nações. Seus vinte e quatro números circularam nas seguintes datas: 4, 18 e 25 de abril; 2, 9, 16, 23 e 30 de maio; 6, 13, 20 e 27 de junho; 4, 11, 18 e 25 de julho; 1, 11, 18, 26 de agosto e 1, 15, 22 e 29 de setembro de 1830. (5)

8 — Josino do Nascimento Silva, redator principal de *O Amigo das Letras*, pertenceu à turma de 1830-1834. *O Rol da Academia*, publicado em 1832, o dá como natural do Espírito Santo, e Almeida Nogueira, em *Tradições e Reminiscências*, di-lo nascido em Campos, a 31 de julho de 1811. Foi um dos fundadores da “Sociedade Filomática” e do teatro acadêmico e o 32º presidente da Província de São Paulo. (5)

9 — José Inocêncio Alves Alvim e não Alves Abreu. (7 - O Novo Farol Paulistano, pg. 364)

10 — *O FEDERALISTA* era publicado aos domingos e não às 5as. feiras. O primeiro número é do dia 19 de fevereiro de 1832, domingo e traz essa declaração. O Arquivo do Estado tem os ns. 1, 3, 4 e 9. (10)

11 — José Marciano Gomes Batista e não José Mariano Gomes Batista. Ele publicou, na Revista, duas poesias, reproduzidas no *Parnaso Acadêmico*, de Paulo do Vale e na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, num estudo do Dr. Manoel Viotti, sob o título “Poetas Mineiros na Faculdade de São Paulo”. (11 - Revista da Sociedade Philomathica)

12 — Foram seis os números publicados: o primeiro a 14 de junho de 1833, quatro seguintes em julho, agosto, setembro e outubro e, o último em dezembro. (11 - Revista da Sociedade Philomathica)

13 — Luís Maria da Paixão faleceu de paralisia, em São Paulo, e foi sepultado a 9 de outubro de 1866. (12 - O Paulista Oficial)

14 — 30 de dezembro de 1834 e não 3 de janeiro de 1835. (12 - O Paulista Oficial)

15 — O primeiro número de *O PAULISTA OFICIAL*, é de 17 de novembro de 1834, como se verifica de um aviso d' "O Novo Farol Paulistano", nº 314. (12)

16 — 14 de maio de 1838 e não 14 de maio de 1828. (12)

17 — Conforme se verifica de *O Sete de Abril*, nº 222, de fevereiro de 1835, a 29 de janeiro daquele ano circulara o nº 12 de *O JUSTICEIRO*, com um artigo sob a epígrafe "Estado atual do Brasil depois da morte de D. Pedro". (13)

18 — Ver o título 33 - *O FUTURO*.

19 — Manoel Francisco da Costa Silveira. Foi posteriormente funcionário público e faleceu no exercício de um cargo na Faculdade de Direito, a 22 de novembro de 1865. (15 - O Nacional)

20 — "Feijó redigiu também "O Observador Paulistano", mas o principal redator foi sempre o dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, cônego e, posteriormente diretor da Academia de São Paulo. O primitivo título do jornal era — "O Observador das Galerias" — e o seu primeiro número distribuído a 19 de janeiro de 1838. Encerrada a sessão desse ano da Assembléa Provincial, passou o periódico a denominar-se, do seu nº 34, distribuído a 18 de maio daquele ano, em diante, — "O Observador Paulistano" —, título que conservou até seu desaparecimento, com a distribuição do nº 439 em 2 de maio de 1842. Colaboraram por algum tempo n' "O Observador", em 1838, os bachareis Daniel Augusto Machado e Agostinho José d'Oliveira Machado" (Nota do autor no vol. XXV, pg. 448, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). (17)

21 — A Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo possui os seguintes números de *O Observador Paulistano*: 48, 49, 55, 56, 59, 61, 114, 119, 159, 227, 289, 290, 291, 292, 299, 300.

22 — O *FÊNIX* manteve durante toda sua existência uma luta aberta contra *O Observador Paulistano*, numa interminável polémica partidária, degenerada, por vezes, em processo-crime e pena de cadeia contra "testas-de-ferro". (18)

23 — Além dos periódicos citados existiu, em 1901, mais um outro sob a mesma denominação. Ver título 884. (20 - Ipiranga)

24 — Acrescente-se à frase citada "... gênio tutelar das cábalas e dos pequeninos chefes de arribação estrangeira", que é como consta do original. (21 - O Solitário)

25 — O início da publicação é 2 de maio e não 2 de março. Desapareceu quando o Brigadeiro Tobias assumiu o governo da Província não mais se justificando a oposição para que fora criado. (21 - O Solitário)

26 — Antônio Pereira Pinto era, então, 5º anista de direito. (22 - O Publicola)

27 — 2º reinado. (22 - O Publicola)

28 — O *ESCANDALISADO* aparecia em dias indeterminados e distribuía-se gratuitamente. Sua divisa era “Abaixo o validismo... Abaixo a ditadura dos devoristas... Impere o Sr. D. Pedro II”. Os devoristas eram os redatores de *O Guarda Nacional Paulista*, cuja ação procurava anular, e redigido pelos drs. Joaquim José Pacheco e Clemente Falcão, os quais procuravam denegrir e anular o prestígio dos Andradas, então na direção do país em consequência da declaração da maioria do imperador. (23)

29 — O *GUARDA NACIONAL PAULISTA* “era redigido pelos drs. Joaquim José Pacheco e Clemente Falcão, em descomedida linguagem e combatia, desabridamente, o Ministério Andrada e o Governo da Província. Sua divisa era “Abaixo o cepticismo! abaixo a ditadura financeira! Viva o Imperador, a Constituição, o ato adicional e sua interpretação!” Cessou sua publicação no dia 30 de setembro, após a queda do partido liberal” (Nota do autor no vol. XXV, pg. 459, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). (24)

30 — O jornal *Fénix*, de 20 de novembro de 1840, nº 280, assim se refere a este periódico: “. . . periódico mal escrito, que em formato pequeno aparece de quando em quando nesta cidade com o título de Monarquia Constitucional”. (25)

31 — “Era este o programa de *O Escorpião*: “Eleições provinciais. Está enfim chegada a quadra das eleições, e é justo que o nosso *Escorpião* vá mordendo nos fátuos, que presumem-se com direito a poleiro no sagrado recinto da representação provincial. Eleitores, hoje mais que nunca, cumpre fazer uma escolha, que vos possa ser útil para o futuro: hoje que o Brasil, ameaçado tão de perto pelo hediondo monstro da anarquia, está em risco iminente de desmoronar-se; hoje que a monarquia periga com as insidiosas intrigas dos especuladores de março; hoje, finalmente, que as maiores calamidades pesam sobre a nossa pátria infeliz, a eleição de uma assembléia provincial é por certo, de toda a ponderação, e pode importar, ou a criação de um elemento vigoroso, que resista às maquinações de um governo corrompido, que por ventura pretenda oprimir-nos, ou então uma corporação venal e corrompida que se curve humildemente aos acenos de qualquer agente do poder. Meditai profundamente na escolha que ides fazer, e não vos deixeis levar pelo mesquinho interesse do partido, que por muitas vezes cega, e fascina os eleitos do povo. Eleitores! A confiança que em vós depositou esta Província, vos impõe a rigorosa

obrigação de eleger para deputados homens de mérito reconhecido e de coragem cívica para arrostar os perigos que ameaçam a Província e o Brasil inteiro, homens de toda a probidade, e incapazes de abandonarem as fileiras dos amigos da província para se incorporarem aos traidores e escravos do poder. E vacilareis um momento na escolha? Será muito difícil escolher entre os Tobias, Françaes, Santos, — e os *Pachecos, Carvalhos e Falcões?* (Nota do autor no vol. XXV, pg. 460, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). (26)

32 — Redigido pelos drs. Antônio Pereira Pinto e Joaquim Antônio Pinto Júnior, era de formato de 21×31, de 4 páginas a duas colunas. Subscrivia-se no estabelecimento em que era impresso, a 1\$000 por 12 meses. O nº 8, tem a data de 11 de junho de 1841. (*Voz do Povo* - 27).

33 — *O GOVERNISTA* desapareceu em 1850, tendo sido o governo autorizado, pela lei nº 440, de 19 de julho desse ano, e também por outra do ano anterior, a fazer cessar a sua publicação e a empregar a quantia de Rs. 2.000\$000 destinada à manutenção da tipografia provincial, na publicação dos atos oficiais em contrato com qualquer empresa tipográfica que oferecesse melhores vantagens econômicas. (30)

34 — Era dirigido pelo Dr. Peixoto Gomide (o velho), segundo se depreende de uma “correspondência”, datada de junho de 1847, assinada por Vicente de Urioste — Ver *O Saquarema*. (33 - O Futuro)

35 — *O AMERICANO* era publicado às quartas-feiras e sábados, na Tipografia do Americano, à Rua do Príncipe nº 24, onde se subscrivia por 8\$000, por ano e 4\$000, por semestre, pagos adiantados. (31)

36 — Com o nº 58, de 23 de fevereiro de *O FUTURO*, foi distribuída, sob o título “Retrato fiel do caráter do Sr. Dr. João da Silva Carrão” uma correspondência assinada e datada da Vila do Príncipe pelo dr. Francisco José Correia, em que este, adversário político do dr. João Carrão, depois de o chamar “hipócrita” e “judas”, conclui com os seguintes tópicos, que lhe valeram ser processado pelo ofendido: “Em outra ocasião desceremos à análise da conduta política do Sr. Carrão e então nos esforçaremos a dar uma idéia das gentilezas que praticou em 1842 na Corte, ora beijando os degraus das escadas dos ministros, ora presenteando as maiores influências do partido da ordem, e se não que o diga o Sr. Sousa Martins, e depois da dissolução da câmara regressando a esta província denunciou, segundo consta, a uma alta personagem da Corte todos os passos do partido a que diz pertencer (nós duvidamos se o tem) até escrevendo para Curitiba, que ia ser despachado pelo Exmº Sr. Paulino José Soares, juiz de direito desta comarca, pelas grandes revelações que tinha feito e, finalmente, para mostrarmos que em tudo o Sr. Dr. Carrão prima tocamos na traição (consta) fez ao digno Dr. Falcão não sendo até

certo ponto isento do bote da víbora e muito probo e integérrimo cidadão, o Dr. Rafael de Araujo Ribeiro”. Fecha a — Correspondência — o seguinte período: “Felicitamos ao *Futuro* por ser redigido por tão habéis colaboradores, que s’esforçam pela publicidade dos desvairios do partido dominante, a fazer ressurgir pela energia de sua pena viril dias mais ditosos, que nos façam esquecer os sofrimentos com que há perto de três anos temos lutado: a empresa é digna de quem defende a Monarquia Constitucional! Vila do Príncipe, 26 de setembro de 1846. Dr. Francisco José Correia”. No Cartório do 2º Ofício Cível de São Paulo, apenso ao processo crime movimentado pelo Dr. Carrão contra o Dr. Correia, maço nº 2, 1847, existe um exemplar da Correspondência, de 26 de setembro. Redigiram “*O Futuro* os drs. Joaquim José Pacheco, Clemente Falcão (o velho) e Francisco Peixoto Gomide” (Nota do autor no vol. XXV, pg. 461, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). (33)

37 — *O CENSOR* apareceu, realmente a 15 de abril de 1845, como afirmou Antônio Egídio Martins. Era impresso na Oficina do Americano, à Rua Nova de São José. (34)

38 — *ENSAIOS LITERÁRIOS*. Foi fundado pelos primeiranistas da Faculdade de Direito, em 1846, dentre os quais José de Alencar. Nele, o futuro autor de *O Guarani*, *Iracema*, e tantos outros romances que marcaram uma escola literária brasileira, publicou a biografia do índio Filipe Camarão: “Pátria de Camarão”, e o artigo “Questão de Estilo”. Entre os primeiros colaboradores do periódico estavam Joaquim da Silva Guimarães, José Machado Coelho de Castro. João Guilherme Whitaker, João Almeida Pereira e Antônio Joaquim Ribas que, em 1850, publicou um fragmento da “História dos Paulistas”. (35)

39 — “*O SAQUAREMA*, foi redigido pelo dr. Peixoto Gomide, segundo se depreende da seguinte notícia estampada n’*O Conservador*, nº 1, de 26 de abril de 1849: “O Dr. Peixoto Gomide. — Como correligionários e amigos faltariamos a um dever sagrado, se tendo de escrever o 1º número deste jornal, não comemorassemos com sincera dor a morte desse nosso prestante aliado. Um serviço importantíssimo havia ele prestado ao partido publicando, com outros amigos que hoje o choram, *O Futuro* e, logo depois, *O Saquarema*. Foi nos dias aziagos do domínio brutal de nossos adversários que ele fundou aquele jornal e no fim de quase cinco anos de ostracismo não é pequeno esforço levantar a voz contra os delírios de dominadores tão ímpios” (Nota do autor no vol. XXV, pg. 463, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). *O Saquarema* era órgão do Partido Conservador de São Paulo e o seu redator era o Dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide, que foi promotor público nesta Capital, e deputado provincial na 8ª legislatura (1850-1852), não tendo chegado a completar o mandato por haver falecido. Esse jornal saía às quartas-feiras e aos sábados e publicava-se na tipografia da Viuva Sobral (impressor Luís Antônio Correia), à Rua do Imperador nº 1. Subscrevia-se, por seis meses, a 4\$000. Publicava anúncios a 80 réis por linha. Seu

número 26 está datado de sábado, 10 de fevereiro de 1849, fazendo crer que, se houve regularidade na publicação, começou a circular a 1º de novembro de 1848, quarta-feira. (37)

40 — Segundo o mencionado no cabeçalho do nº 206, aparecido a 9 de agosto de 1851, a Tipografia Liberal havia mudado para a Rua do Comércio nº 41. O jornal era subscrito no mesmo local a 4\$000, por semestre, e a 8\$000, por ano, pagos adeantadamente; dele constava esta nota: “publicará gratis de seus assinantes correspondências e comunicados que forem de interesse geral”. (38 - O Ipiranga)

41 — Em 1855, Francisco Inácio M. Homem de Melo publicou em *O IPIRANGA*, redigido por Antônio Ferreira Viana, os seus primeiros estudos de história do Brasil, cujo assunto foi a renúncia de Feijó. (38)

42 — *O ARREBOL*, editado na Tipografia Liberal, à Rua das Flores, não trazia a indicação dos seus responsáveis. Dele conhecemos, apenas, o nº 3, primeiro trimestre, julho de 1849, existente na Biblioteca Nacional, com artigos de Joaquim Felício dos Santos, Antônio Augusto de Oliveira, Diogo José Vieira de Matos, José Bonifácio de Andrada e Silva, João Teodoro Xavier, José Francisco Cardoso e poesias de J. Ramos Coelho, João Silveira de Sousa, José Bonifácio de Andrada e Silva e Diogo José Vieira de Matos, todos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. (39)

43 — *O CONSERVADOR* foi posto em circulação a 26 de abril de 1850, mas estampou, por equívoco, em seu cabeçalho, a data de 26 de abril de 1849. Publicado inicialmente na tipografia do Governo, em Palácio, passou, posteriormente, a ser impresso na tipografia da Viuva Sobral. É desse primeiro número, a seguinte notícia: “O Deputado da Morte. Foi necessário que a mão de um assassino arrancasse a vida ao dr. Macedo, para que o dr. Gabriel tomasse assento na Assembléia Provincial. Foi mister que a febre — farrapa — levasse ao túmulo o dr. Peixoto Gomide para que o sr. Gabriel recebesse o diploma de deputado geral. Só as facadas, e a febre poderão dar ao sr. Gabriel um assento no parlamento; e é por isso que com razão lhe chamam — o deputado da morte”. O dr. Macedo (Francisco de Paula Araujo Macedo), foi assassinado depois de eleito para a 9ª legislatura; o dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide foi substituído pelo dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, na 8ª legislatura Geral (1850/52). (47)

44 — *REVISTA MENSAL DO ENSAIO FILOSÓFICO PAULISTANO*, órgão da associação acadêmica “Ensaio Filosófico Paulistano”, fundada a 3 de março, e não de maio, de 1850, teve sua publicação iniciada no mês de maio do ano seguinte, sendo uma das mais brilhantes revistas da Faculdade de Direito. Hoje é quase impossível encontrar-se a totalidade dos exemplares publicados, sendo um dos últimos conhecidos o de nº 2, da 14ª série, de julho de 1864. (49)

45 — *O PREGOEIRO* e não *O PROGRESSO*. (50)

46 — Ver o título 40-A, em Jornais não citados em *A IMPRENSA PERIÓDICA*.

47 — *O ACAIABA*, redigido pelos acadêmicos Quintino Ferreira de Sousa, que, em 1853, adotaria o cognome de Bocaiuva, com que se celebrou e Félix Xavier da Cunha, teve, entre outros colaboradores, Francisco da Costa Carvalho, Leandro Barbosa de Castilho, Antônio Carlos Carneiro, Viriato Catão e Manoel Antônio Duarte de Azevedo. O exemplar de julho, transcreve o “Discurso proferido por Viriato Catão na sessão fúnebre do “Ensaio Filosófico Paulistano”, realizada em homenagem ao falecido estudante do 5º ano, o poeta Manoel Antônio Álvares de Azevedo. (54)

48 — Em 16 de outubro de 1866 o Ateneu Paulistano procedeu à eleição dos dirigentes que deveriam servir no exercício de 1867, obtendo o seguinte resultado: presidente, bacharel Frederico de Almeida Rego; vice-presidente, Luís de Freitas Guimarães; 1º secretário, Luís Henrique Pereira de Campos; 2º secretário, Maximiano de Freitas Valente; adjuntos, Filipe de Sampaio Correia, Antônio Máximo de Nogueira Penido; tesoureiro, Antônio Augusto de Oliveira; orador, Joaquim A. Barreto Nabuco de Araujo; vice-orador, Antônio Agostinho Correia. (56)

49 — Ver o mesmo título no Suplemento. (57)

50 — Pessanha Póvoa em seu livro *Anos Acadêmicos*, pg. 152, diz que o *CRUZEIRO DO SUL* era dirigido pelo chefe do partido político a que pertencia (liberal). (66)

51 — Informa Afonso de Freitas (Revista do Instituto Histórico e Geográfico, vol. XXV, pg. 466, ter colhido, posteriormente, em *O Ipiranga*, de 21 de abril de 1855, as seguintes informações: *O PAULISTA*. No dia 18 do corrente apareceu uma folhinha, não periódica, pois publica-se sem determinação, como declara o seu frontespício, com o título — *Paulista* — Diz: “Dedicado sem reserva à causa do partido saquarema entendemos que *sem infâmia* não poderíamos deixar de romper um silêncio, cuja continuação envolverá a total ruína do partido saquarema e o triunfo dos especuladores, que tendo combatido por honras e emolumentos, pensam estarem seguros de suas posições e impacientam-se para relegar ao sossego e a apatias da vida material os membros menos proeminentes do partido que lhes serviu de escola”. Ainda bem! Confessa que os chefes desse partido em vez de tratar do bem do país, *combaterão por honras e emolumentos*. Os chefes são que representam o partido; que melhor compreendem e exprimem os seus dogmas e os dirigem; um partido é politicamente o que são os seus chefes. Logo, o partido saquarema foi sempre nesta província, como o descrevia o partido liberal. E que defesa vem fazer o tal *Paulista!* Repetir as acusações esmagadoras, que agora estão radicadas na consciência pública! Isto é *judiação!* Assim como a

medicina é importante para restaurar vida em um corpo que entrou em decomposição, a política não tem meios para fazer virar um partido que por vícios se desorganiza. Por ora é filho de pai incógnito. Parece que é um *rabino*, pois vem defender a indefensável *lei antiga*, como os judeus, e com capa de interessar-se pela *lei nova!* Deus queira que não seja algum filho de Rebeca, pois que então estamos todos mal, tanto saquaremas que lhe não obedecem, como os liberais. Há tantas vidas *não materiais*, a que o rabino podia aplicar-se. Se é *judeu*, como parece, então não é Paulista, porque felizmente não há na província família dessa raça proscrita; e por isso melhor seria que se empregasse na medicina, pois que temos muita falta de médicos, e nessa profissão, se tem talento, poderá fazer muito bem tratando de enfermos. Para a política afirmamos que não tem jeito, porquanto falta-lhe o *sentimento da nacionalidade*, que o estrangeiro nunca adquire, por mais longa que seja a sua residência no país. A inspiração filantrópica ditou a Horácio esta verdade de todos os tempos e de todos os lugares. *Coelum non assimum mutante transmarente cumunt*. Temos muitos Paulistas saquaremas que tratam dos interesses políticos de seu partido, os quais, com o *sentimento da nacionalidade* conhecem, promovem e defendem seus interesses com o adequado proveito. Não temos em número suficiente homens que tratem da medicina, e para isso não se precisa de *sentimento da nacionalidade*, como para a política. A medicina, pois, sr. pseudo paulista, que é vida não material e ativíssima”. No mesmo número, sob o título — Pequenas Distrações — encontra-se: “A mão estrangeira alçou-se entre nós — apareceu o *Paulistinha!* É periódico de origem inglesa e promete defender os interesses do partido Saquarema”, etc., etc., e o artigo termina com o seguinte conceito: “O *Paulistinha* é de boa raça, tem a quem sair!”. O *Paulista* era redigido pelo médico escocês dr. Ricardo Gumbleton Daunt”. (67)

52 — No primeiro número de *O GUAIANÁ*, destacam-se os artigos “Idéias Políticas”, de João Batista Cortines Laxe e “Sete de Setembro de 1822”, de H.M. (Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo). Ao pé deste artigo há esta nota: “Este artigo em função é o mesmo que publicamos no nº 569 do *Ipiranga*; fizemos-lhe, porém consideráveis modificações e refundimo-lo todo”. Nos demais números há, entre outros, artigos de Linforf Ernesto Ferreira França: “Inteligência e Liberdade” e “Duas Palavras sobre M.A. Álvares de Azevedo”; de João Batista Cortines Laxe: “Duas Palavras Sobre a Política de Pedro Grande, em Relação à Guerra do Oriente” e “As Repúblicas do Prata”; de Francisco Inácio Homem de Melo: “Constituição Brasileira - 1824”; de Luís Joaquim Duque-Estrada Teixeira: “Fundamentos do Direito de Punir; de Avelino Rodrigues Milagres: “Necessidade de um código civil pátrio e “O Brasil e a Inglaterra (protesto contra a atitude inglesa na questão do tráfico)” e de Couto de Magalhães: “O que é a imitação em literatura”. Foram publicadas, ainda, uma novela de Lindorf França, intitulada “A confissão

do moribundo”, e várias poesias do mesmo e de Bittencourt Sampaio, Duarte de Azevedo, Félix da Cunha e LV. Ferreira França. (71)

53 — Os artigos publicados nos oito números que conhecemos, não trazem o nome dos autores e são os seguintes: nº 1, de 30 de março: “O Acadêmico do Sul - Prospecto”, “A Imprensa”, “Direito Público - Princípios sobre o Governo”; nº 2, de 7 de abril: “Direito Público - continuação do artigo anterior”, “Religião - Meditações”, “Moral - Suicídio”, “Taquigrafia”, “Rápida observação crítica sobre um artigo que apareceu no primeiro número de Guaianá, do ano passado, sob o título “Perspectiva do Brasil”; nº 3, de 25 de abril: “Direito Público”, “Religião” e “Moral”, Direito Criminal - O § 2º do artigo 9º do nosso Código Criminal é religioso e constitucional”, “Taquigrafia”; nº 4, de 9 de maio: “Direito Público”, “Religião”, “Direito Criminal” e “Discurso preparado para ser lido no dia 7 de setembro de 1856”; nº 5, de 30 de maio: “Direito Público”, “Direito Criminal” e “Estudos - Revelação e Filosofia”; nº 6, de 15 de junho: “Direito Público”, “Religião”, “História - A Mulher sobre a Terra”, “Filosofia - Da Existência Pessoal”; nº 7 de 30 de junho: “Direito Público”, “História”, “Estudos - Revelação e Filosofia”, “Meio eficaz de civilização para o Brasil - O Clero”; nº 8, de julho: continuação dos artigos publicados no número anterior. (O Acadêmico do Sul - 74)

54 — Embora desconhecida a data de seu desaparecimento, ainda continuou a circular, após o empastelamento em maio de 1859, conhecidos que são diversos de seus números referentes a 1860. (Publicador Paulistano - 76)

55 — *A LEI*, nº 22, ano I, de 23 de novembro de 1857, inclui em seu cabeçalho as seguintes declarações: “A Lei é jornal especialmente político. Publica-se duas vezes na semana e subscreve-se em casa do gerente Manoel Antônio Bittencourt, no Largo do Chafariz. As assinaturas são pagas adiantadas, recebem-se correspondências e comunicados em termos decentes e comedidos e com a competente responsabilidade e reconhecimento de tabelião, pois que pelo seu conteúdo não responde a redação; o preço das publicações será convencionado, e nas notícias que nos forem comunicadas é essencial a assinatura do informante, unicamente para esclarecimento da redação. Publicam-se anúncios. Folha avulsa 160 réis”. (77)

56 — Jornal científico e literário. Joaquim Batista Pereira foi um dos seus redatores. (79 - Iris)

57 — *O ESPELHO D'ASSEMBLEA* e não *O ESPELHO DA ASSEMBLEA*. Seu primeiro número tem a data de 20 de fevereiro de 1858. (80)

58 — Parece não ser estranho à sua redação o dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior. “Publicava-se indeterminadamente na tipografia Imparcial, Rua do Ouvidor nº 46: o primeiro número circulou na segunda-feira, 14 de março de 1858, tendo por epígrafe a seguinte qua-

dra; Fulmino a letal maledicência// Castigo o crime que se ostenta ufano// Da Divina Vontade altivo fruto// Puno o insolente e poupo o insano. Era este o programa de *O RAIÃO*: “Quem diz o que quer ouve o que não quer”. *O RAIÃO* já no 1º número publicou o “Retrato” do comendador Antônio de Queirós Teles Junior, mas foi logo processado por esse político que, mui justamente se julgou alvejado em sua honorabilidade pelos conceitos emitidos na verrina. *O RAIÃO* atacava furiosamente o Barão de Guaratinguetá, então deputado provincial pelo partido conservador” (Nota do autor no vol. XXV, pg. 468, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), *O Raio* - 82.

59 — *REVISTA DA ACADEMIA DE S. PAULO*. Jornal científico, jurídico e histórico, chamado inicialmente *REVISTA ACADÊMICA*, fundada e redigida por José Vieira Couto de Magalhães. Apareceu em abril de 1859, ostentando a divisa “Só há um bem é a ciência — um único mal, a ignorância”. Em seu 4º e último número publicou um trabalho da lavra de Couto de Magalhães, sob o título: “Fundação da Academia - Trabalhos da Mocidade - Associações - Jornais”, cuja transcrição figura na obra de Paulo do Vale — *Parnaso Acadêmico Paulistano*. (85)

60 — Não sabemos quando *A IMPRENSA PAULISTA* desapareceu. O nº 227, ano 4º, distribuído no sábado, 12 de abril de 1862 é o mais alto que desta publicação conhecemos. Era, então, impresso na tipografia Imparcial, de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, à Rua do Rosário nº 49. (86)

61 — “O Clube Científico foi fundado a 25 de julho de 1858, tendo por presidente honorário o dr. José Vieira Couto de Magalhães e 1º presidente efetivo o acadêmico João Carlos de Araujo Moreira. No ano seguinte o Clube resolveu sobre a publicação de um jornal e o 1º número dos *Exercícios Literários* apareceu em agosto do mesmo ano inserindo artigos e poesias de Teodomiro Alves Pereira, João Carlos de Araujo Moreira, Martim Pereira e João Soares. Os *Exercícios* eram publicação mensal, tendo o 2º nº circulado em setembro e o 3º em outubro: com as férias escolares suspendeu a publicação para reaparecer em abril de 1860 com a distribuição do nº 4. O nº 5 foi distribuído em julho, o 6º em outubro ainda de 1860 e o 7º em agosto de 1861. O Clube Científico e o seu órgão na imprensa, os *Exercícios* ainda viviam em 1867. Em 1865 pertencia à diretoria do Clube Científico o estudante José Maria da Silva Paranhos Júnior, posteriormente Barão do Rio Branco” (Nota do autor no vol. XXV, pg. 471, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo). (88)

62 — No exemplar de 26 de maio figura uma rápida biografia do acadêmico Francisco Leite de Bittencour Sampaio, uma das glórias da Faculdade de Direito, autor da letra do *Hino Acadêmico*, biografia escrita por um estudante que se ocultou sob o pseudônimo de Saudol.

O CALEIDOSCÓPIO publicou o drama, em cinco atos "O Romance de um Moço Rico", dos então estudantes Luís Bivar, Salvador de Mendonça e Belfort Duarte. (93)

63 — *O TIMBIRA* veio a lume a 5 de maio e não a 7 de abril de 1860 e circulou até 24 de outubro do ano seguinte, quando, com o número 48, encerrou sua publicação. (94)

64 — A respeito das atividades da *Revista Dramática*, Pessanha Póvoa, seu redator-chefe, declarou: "A *Revista Dramática* agita todas as questões, ataca as idéias e não as pessoas, condena os extremos, prega a paciência, até a caridade, se é possível, e não tem egoísmo. A prova está tirada: — ainda o talento, abate a inveja, e defende esta academia, já vantajosamente conhecida e acreditada na Europa, em virtude dos seus esforços". (95)

65 — O número 4 é, também do mês de junho. Neles há colaborações de Araujo Abranches, Paulo Egídio, Assis Drummond, P.V. de Azevedo e Pedro Fernandes Pereira Correia, este nascido em Minas Gerais, em 1837, onde faleceu, em 1879. (96 - Trabalhos literários da Associação "Amor à Ciência")

66 — Dr. Júlio Teles Ferraz e não Ferrão. (96)

67 — *A LEGENDA* era um órgão político-literário. Aí Pedro Luís Pereira de Souza publicou "Ode", consagrada a Landulfo Medrado. (98)

68 — Pessanha Póvoa inclui *O VOTANTE* entre os periódicos literários e semipolíticos redigidos pelos estudantes da então Academia de Direito (*Anos Acadêmicos*, 2ª ed., pg. 188). (99)

69 — Pessanha Póvoa em seu *Anos Acadêmicos*, e não *Anais Acadêmicos*, faz duas referências a este jornal. Na primeira, após referir-se ao aparecimento de *O Timbira* "jornal político e literário", acrescenta, em novo parágrafo: "Aquele grito de alarma pelos liberais acadêmicos, causou apreensão ao partido conservador, representado na imprensa pelo sr. João Mendes, e não tardou a resposta. Apareceu *A Lei*, redigida por Migueis Tavares, Monteiro da Luz e, não tenho certeza, se por Melo Matos, o chefe dos conservadores na academia"... (2ª ed., pg. 149). Não há, como escreveu o autor, qualquer referência por onde se concluisse ser *A LEI* um jornal acadêmico. Páginas antes (pg. 97, 2ª ed.), ao relacionar os jornais políticos existentes na Capital, Pessanha Póvoa inclui *A LEI*, tendo como redatores dr. J.(oão) M.(endes) de Almeida e D.(uarte) de Azevedo. (100 - *A Lei*)

70 — Sacramento Blake, em seu *Dicionário Bibliográfico* (1º vol., pg. 286), afirma a existência deste periódico, que seria uma revista acadêmica, na qual teria colaborado o bacharelado Antônio Pereira dos Santos. (*O Guaicuru* - 102)

71 — Impresso na Tipografia Imparcial, dele circularam apenas seis números. (106 - Fórum Literário)

72 — “Foi nesta revista que Fagundes Varela publicou, em julho de 1861, ano 1, nº 1, a poesia “Vem”, dedicada a R. . . , que outra não era senão a célebre mundana Ritinha Sorocabana, fascinante rainha da Paulicéia Bregeira de 1860-1870, poesia que, nas *Obras Completas*, aparece desdobrada em duas, sob as epígrafes “+++” e “A Uma Mulher”. O *VAGALUME*, no nº 2, distribuído em agosto seguinte; “Palavras a um Louco”, primeiras páginas em prosa que conhecemos de Varela, no nº 3, de setembro; “Tristezas”, poesias no nº 4, ano 2º, de 11 de maio de 1862. “Acúsmatas”, páginas em prosa que se não devem confundir com o poema do mesmo título mais tarde publicado pelo poeta, no nº 6, de julho de 1862. Destes trabalhos, “Acúsmatas” e “Palavras de um Doido”, não aparecem nas *Obras Completas*, assim como a fantasia em prosa “Ruínas da Glória”, dadas a lume em 186. . . no “Correio Paulistano”. A poesia “Tristezas”, foi reproduzida sem modificação e as belíssimas estrofes de “O Vagalume” sofreram alterações nas edições definitivas. Esta mimosa poesia, recitada por Varela em suas serenatas pelas varzeas do Pari, em companhia do musicista Emílio do Lago, sonhador e poeta, de Henrique Levy, exímio clarinetista, de Luís Gama, de Américo de Campos, de Huáscar de Vergara, artista do lápis, e de Ferreira de Menezes, o sublime folhetinista, constituía-se, primitivamente, de seis estrofes apenas e foi remodelada nas *Obras Completas*, como se vê das seguintes quadras

A tribo das mariposas,
Das mariposas azuis
Segue teus giros no espaço
Astro de pálida luz.

São elas flores sem tige
Tu és estrela sem céu
Procuram elas as luzes
Tu buscas da noite o véu.

(Da *Revista*, nº 2, ano 1º, agosto de 1861).

A tribo das mariposas
Das mariposas azuis
Segue teus giros no espaço
Mimosa gota de luz.

São elas flores em *hastea*
Tu és estrela sem céu
Procuram elas as *chamas*
Tu buscas da *sombra* o véu.

(Das *Obras Completas*). (Nota do autor no vol. XXV, pg. 472, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*). (107 - *Revista da Associação Recreio Instrutivo*)

73 — A *REVISTA MENSAL DO INSTITUTO CIENTÍFICO* apareceu em agosto de 1862, destinando-se aos estudos de direito, filosofia, ensaio literário e à poesia. Nela colaboraram os acadêmicos Manoel Antônio Duarte de Azevedo, José Maria da Silva Paranhos, Paulo Egídio de Oliveira Carvalho, Cândido Torres Filho, José Ricardo Pinheiro de Ulhoa Cintra e Antônio Correia de Oliveira. (111)

74 — As sessões eram assistidas sempre por um dos lentes da Academia e verdadeiramente revestiam-se do caráter de lições práticas. (113 - Núcleo Jurídico)

75 — “A esta pequena referência podemos juntar hoje, com segurança, os esclarecimentos seguintes: *A Ordem* era jornal político, órgão da opinião conservadora, redigido pelos acadêmicos J.M.A. Ledo Veca, redator-chefe e M.F. Correia, bacharel J.M. da Luz, J.N. da Silva Filho, A.J.R. Torres, redatores. Era impresso na tip. do “Constitucional, à Rua da Glória nº 9, e sua assinatura custava 5\$000 por 20 números. *A Ordem* era de publicação semanária distribuindo-se às 2as. feiras; o 1º número circulou a 2 de junho de 1862 e o último a 13 de outubro do mesmo ano. Formato 25×35, a três colunas” (Nota do autor no vol. XXV, pg. 474, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). (114)

76 — A *SITUAÇÃO* era um jornal político que acompanhava a orientação do Partido Conservador. A folha avulsa custava 160 réis e a assinatura anual 10\$000, para a Capital, subscrita em casa do gerente, Manoel Antônio Bittencourt, à Rua Direita, nº 8 (Largo do Chafariz). Do nº 8, circulado sábado, 11 de julho de 1863, transcrevemos interessante artigo relativo à “Questão Christie”: “A questão anglo-brasileira. São da maior importância as notícias que recebemos pelo último paquete transatlântico sobre o desenlace da questão de honra entre o governo imperial e a Grã-Bretanha. A 5 de maio p.p. dirigiu o nosso ministro em Londres ao Conde Russell a esperada declaração pelo insulto violento e atroz que sofreu o pavilhão e o território nacional no modo por que, em plena paz, e por uma nação amiga, se realizaram no porto do Rio de Janeiro, represálias do cruzeiro inglês. “As circunstâncias que acompanharam os atos e que, julgou dever recorrer o governo britânico, pondera em sua primeira nota o distinto sr. Carvalho Monteiro, imprimiram-lhe o caráter de uma agressão de guerra, que não poderia deixar de ferir profundamente os brios da nação brasileira, excitados por uma invasão tão inesperada do seu território, e de provocar, de parte do governo de S.M. o Imperador, um justo pedido de reparação pelo ato, ataque feito à soberania nacional”. A esse documento, que traduz com fidelidade a mágua da ofensa recebida e que conclui pelo pedido formal de satisfação à honra afrontada do país e a os interesses lesados pela pirataria do sr. Christie, respondeu o Conde Russell, a 18 de maio, protestando a inconveniência de discutir fatos que tão sério desacordo haviam causado entre as duas nações e assegurando, simplesmente, que o governo da rainha não foi impellido às medidas coercitivas de

que lançou mão “por sentimentos menos amigáveis para com o Imperador do Brasil, nem por simples vontade de agressão contra o território de S.M. Imperial”, e que era esta suficiente e satisfatória resposta à nota do ministro brasileiro. Qualquer governo civilizado do mundo que não pesasse o seu direito e a procedência das questões internacionais pelo número e alcance das suas baterias de guerra, não zombaria por tal modo de tão justa reclamação feita por uma nação fraca, que na altura do seu pundonor ofendido eleva-se assim à sobrançeria da nação prepotente. À injúria acresceu o escárnio; à justiça se antepôs a força material; à reparação exigida se respondeu que estava no seu direito; à afronta sobrepujou a audácia. Com a infundada recusa do governo inglês é fácil de conjecturar em que termos replicaria o ministro brasileiro. Comemorando, por mais de uma vez, todos os atos da violência praticados pelo governo britânico e tornando por demais patente a injustiça com que a Inglaterra procedia para conosco, conclui o sr. Carvalho Monteiro em sua habilíssima nota de 25 de maio: “Na situação em que esta recusa o coloca, não lhe resta outra alternativa senão, obedecendo às ordens de S.M. o Imperador, declarar ao muito honrado Conde Russell que o Governo Imperial, não podendo sujeitar-se ao peso de uma ofensa irreparada, cede à necessidade de interromper as suas relações com o Governo de S.M. Britânica; pelo que tem a honra o abaixo assinado de informar a s. exc. que cessam também, desde agora, as suas funções oficiais e pede-lhe queira ter a bondade de mandar-lhe os competentes passaportes para si, para sua família e para o pessoal de sua legação”. Consumada esta obra de dignidade e de patriotismo retirou-se para Paris o eminente diplomata. Entretanto a imprensa inglesa e quase toda a francesa, estigmatizava o procedimento do *Foreign Office*, em termos violentos, ou pelo menos deplorava a ocorrência de tais acontecimentos. Ao mesmo tempo recebia o sr. Carvalho Monteiro, de todo o corpo diplomático residente em Londres, dos homens políticos das mais elevadas hierárquias, e da voz unânime da opinião pública, as mais inequívocas expressões de estima e consideração por sua pessoa, e de admiração pelo seu país. Este ato a que conseqüentemente se liga o pedido que dos seus passaportes consta que fizera o sr. Elliot no Rio de Janeiro, não pode deixar de ser aplaudido por todos os brasileiros. Não conhecemos rivalidades domésticas de partido, nem dissidências políticas, quando se tratar de manter ileso a honra, os bríos, e a dignidade nacional. Para defender tão sagrados interesses, o soldado da pátria é um único homem, o povo inteiro”. (116)

77 — *IMPRESA ACADÊMICA*, jornal inicialmente comercial, agrícola e noticioso, teve fases distintas, a primeira de 1864 a 1865 e a última de 1866 a 1871. Segundo se verifica do nº 37, de 21 de agosto de 1864, sua redação, composta de alunos de todos os anos, estava assim constituída: redator-chefe, Luís Ramos Figueira, do 2º ano; redatores, Pessanha Póvoa, do 5º; Joaquim Xavier da Silveira, do 4º; Joaquim José Ferreira de Menses, do 3º; Antônio Cordeiro Negreiros de Saíão Lobato, do 2º, e Emiliano Rodrigues do 1º. Essa diretoria,

pouco depois, mas, ainda, em 1864, ficou organizada como mencionada no texto.

Chamada a juízo pelo indivíduo Caitano Ferreira Baltar, seu editor, Henrique Schroeder, exibiu o autógrafo do artigo incriminado, referente a questões ligadas ao elemento servil, de autoria do grande negro abolicionista Luís Gama, assim redigido:

“ESCANDALO INAUDITO: Existe vendida, na cidade de Sorocaba pelo sr. Caetano Ferreira Baltar uma africana livre de nome Inácia, que o mesmo sr. houve de dote ou por herança de seu finado sogro, dr. Lourenço Aimberé, que também comprou-a de um finado laráprio de Santos, que tendo arrematado os seus serviços vendeu-a como escrava. O finado e muito virtuoso sr. Felício Fernandes Lima, a despeito da pobreza que o trazia de rastos, sem temor do valimento do sr. Baltar, provou com documento e com testemunhas perante a delegacia desta Capital a condição da africana Inácia. Por fraqueza de alguém continuou a referida africana em escravidão até que a Sociedade Artística Beneficente moveu ao honrado dr. Rodrigo Otávio para tomar a si a proteção da infeliz. O ilustre advogado fez quanto cabia em suas forças, os autos foram ao delegado suplente do Exmo. Sr. Dr. João Teodoro, lente da Faculdade de Direito, que há dois anos tem-nos em si! Este fato obriga-me a perguntar às autoridades de São Paulo se é lícito, se é moral e digno de um povo que se diz civilizado conservar em escravidão pessoas livres, como são a africana Inácia e seus filhos.”

Durante a segunda fase, teve sua redação, inicialmente, a cargo de Carlos Augusto de Carvalho, e como redatores Martim Francisco e Antônio Cândido da Cunha Leitão, que publicou, de sua autoria, os artigos “Crítico de Guizot” e “Poder Moderador”. Desde então, como órgão do Partido Conservador, que passou a ser, o lugar de redator-chefe foi considerado de grande importância e, para ele, eleitos, simultaneamente, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Rui Barbosa, em 1869. Este último, em virtude de suas tendências liberais, desinteressou-se do cargo, indo fazer parte do *Radical Paulistano*. No ano seguinte, quando de eleição, “a Academia dividiu-se entre liberais e conservadores, pleiteando as candidaturas de Afonso Augusto Moreira Pena, liberal e Francisco de Paula Rodrigues Alves, conservador”.

Tendo havido empate na votação, deliberaram que os redatores seriam os dois eleitos, muito embora os conservadores se achassem em evidente minoria. Completaram o corpo redatorial, como 2º redator, João Pires Nogueira da Gama e, como colaboradores, figuravam Misael Pena, Benedito de Campos Valadares, João Ludovice e João Peregrino Viriato de Medeiros. Em 1871, ano em que terminou sua publicação, o jornal era dirigido pelos acadêmicos Carlos Augusto de Carvalho, redator-chefe; Benedito Valadares, Misael Pena, Joaquim

Duarte Pimenta Bueno, João Álvares Rubião Júnior, José Luís de Almeida Nogueira, Francisco Bernardino Rodrigues da Silva, José Rodrigues, Duarte Ribas, José Pacheco, Teixeira de Matos e Evaristo Marinho, redatores particiais.

Na *Imprensa Acadêmica* colaboraram, com destaque, Castro Alves, em 1868 e Júlio César de Moraes Carneiro, mais tarde Padre Júlio Maria. (192)

78 — Embora este jornal não oferecesse a indicação da data nos doze números da primeira série, existe, na 4ª página no número 1, uma crônica assinada por “Cleofas” e datada de 17 de setembro de 1864 de onde teria o autor tirado a conclusão de ter sido esse o dia em que o jornal começou a circular. Entretanto, como o *Diabo Coxo* era domingo e esse dia caiu em um sábado, cremos que o dia exato em que o jornal apareceu foi a 18 do mesmo mês e ano.

Não obstante em o número 12 dessa mesma série trazer, na primeira página, a indicação: “Fim da 1ª série. 31 de dezembro de 1864”, é certo que, nesse mesmo número, na página 7, há um anúncio do “Teatro Baturai”, de um espetáculo “dramático, vocal, instrumental para “quarta-feira, 28 do corrente”. Ora, se o jornal houvesse efetivamente saído no dia 31 de dezembro, não se pode admitir que anunciasse um espetáculo a realizar-se no dia “28 do corrente”.

Assim é de concluir-se que o último número do *Diabo Coxo* foi publicado antes do dia 28 de dezembro, uma quarta-feira. E, como o domingo anterior — dia da semana em que o jornal circulava — foi o dia 25, pode-se concluir que esse número é desse dia.

Embora, ainda, haja o autor declarado que “o nº 9, o mais alto que conhecemos, da segunda série e presumivelmente o último publicado, corresponde a 24 de setembro de 1865”, foram publicados mais três, isto é, todos os doze de cada uma das séries, e o último da 2ª circulou com a data de 31 de dezembro de 1865. (123)

79 — Semanário liberal e abolicionista cuja impressão chegou a ser rejeitada pela Tipografia Alemã, cujo proprietário afirmava que o jornal se desviara do seu propósito, como insultar a “pessoas honradas”. Iniciou sua publicação na data que lhe deu o título, com um apelo assim: “Romeiros da Liberdade, ajudai-nos!” (130 - O Sete de Abril).

80 — “ARQUIVO LITERÁRIO E ARQUIVO JURÍDICO LITERÁRIO, não são dois jornais distintos como supôs Lafaiete e já havia saído a lume *A Imprensa Periódica de São Paulo*, quando o acaso me fez chegar às mãos o VI fascículo do *Arquivo Literário*, correspondente ao mês de setembro de 1867, e impresso na Tipografia do *Ipiranga*, à Rua do Ouvidor nº 48: por esse fascículo chega-se à evidência que a publicação iniciada em 1865, e irregularmente distribuída até setembro de 1867, conservou seu primeiro título até esse mês, passando de

outubro em diante, a circular com o título — “Arquivo Jurídico Literário”. — A própria edição de setembro deveria ter circulado sob a nova epígrafe, assim porque com a primitiva denominação já existiam diversas páginas impressas há muito tempo: — “*A Revista*” deste mês, diz a Redação referindo-se ao citado fascículo nº 6, sai com o título de Arquivo Jurídico Literário, por existirem páginas impressas a (sic) muito tempo com esse nome”. Assim, pois, é fora de dúvida que o *Arquivo Literário* por nós registrado sob nº 150, às páginas 179 e 203, da “Imprensa” são uma e a mesma publicação, apenas tendo havido em sua última fase ligeira modificação no título tornando-o, aliás, mais consentâneo com o programa da publicação. O intervalo entre a distribuição do V e VI fascículos foi longo, tendo o nº 5 circulado provavelmente em princípios de 1866. Não sabemos certo a data da publicação desse fascículo, em todo caso foi antes de abril de 1866, como se deduz de uma carta de agradecimento endereçada à redação pelo Barão Homem de Melo, a 22 de abril de 1866, e publicada no nº VI, de setembro de 1867, carta essa que teria sido estampada no número anterior se esse tivesse vindo a lume depois de abril de 1866. Ainda mais: a própria redação do “Arquivo” afirma pela rútila prosa de Américo de Campos, na crônica que fecha o fascículo de setembro, ter sido “de longos meses” o retardamento da publicação do nº VI.

“O *Arquivo* reaparece. Supunham-no morto e sepultado mas apenas desmaiou. De como esse dormir teve boas razões de ser, embora dormiu de longos meses e seu tanto igual ao que se lê em contos de fadas, é assunto que não cabe ao cronista, mas é muito peso e muito de ser levado em conta de justificação aos redatores”.

Em 1867, o escritório do “Arquivo” era à Rua do Carmo nº 58, residência particular de João Cesário dos Santos, para onde devia ser enviada toda correspondência do periódico: o número avulso custava 2\$000 e a assinatura, por trimestre, 3\$000, para a Capital e 4\$000 para fora da Capital.

O fascículo VI apareceu com 60 páginas, numeradas de 223 a 282, encerrando o seguinte sumário:

Victor Cousin — História da filosofia do século XVIII, trabalho escrito pelo senador Firmino Silva, em 1835, e oferecido à redação do “Arquivo” pelo sr. João Júlio dos Santos.

José de Alencar — Iracema, por José Inácio Gomes Ferreira de Meneses.

Amores de um Voluntário — romance (continuação) pelo dr. Ramos Figueira.

Do Pátrio Poder — em relação aos bens adventícios do filho (Estudo de Direito Civil) por A. Cândido da Cunha Leitão.

Por causa de uma caixa de charutos — narrativa (continuação) pelo dr. Galvão Bueno.

Carta dirigida ao sr. João Cesário dos Santos, membro da Redação Geral do Arquivo Literário — por F. I. M. Homem de Melo.

Nuvem Branca — Poesia por Carlos A. Ferreira.

O Guerreiro — Poesia por Salvador de Mendonça.

Visão Noturna — Poesia pelo dr. Paulo Egídio de Oliveira Carvalho.

Crônica — Pelo dr. Américo de Campos.

A direção intelectual do “Arquivo sub-dividiu-se em Região-Geral, Comissão de Direito e Comissão de Literatura, as quais, em 1867, estavam assim organizadas:

Redação Geral: dr. Manuel Antônio Duarte de Azevedo, dr. José Maria Correia de Sá e Benevides, dr. Carlos Mariano Galvão Bueno, dr. Américo Brasília de Campos, João Cesário dos Santos.

Comissão de Direito: dr. Sá e Benevides, presidente, Cândido Leitão José Francisco Diana, José Rubino de Oliveira, Aureliano Carvalho Bulhão.

Comissão de Literatura: dr. Galvão Bueno, presidente, dr. Paulo do Vale, Ubaldino Fontoura, Dídimo Júnior, bacharel Salvador de Mendonça.

Também colaboraram no “Arquivo”, entre outros, os drs. Antônio Carlos R. de Andrada Machado e Silva, Saião Lobato, Antônio da Silva Prado, Antônio Joaquim Ribas, Carlos Ferreira, Francisco I. M. Homem de Melo, Francisco Quirino dos Santos, Cons. José Bonifácio, J.V. Couto de Magalhães, José Maria Lisboa, Joaquim Roberto Filho, Martinho Prado Júnior, etc., etc. . .

Dimensões e formato: 16×25, com 40 a 60 páginas a uma coluna” (Nota do autor no vol. XXV, pg. 474, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). (131)

81 — Trata-se de um semanário político, literário e noticioso. Seu número 6 traz a data de 11 de maio de 1865, sendo de 1\$000 a assinatura mensal. (135 - Sete de Setembro)

82 — Levado pela circunstância da haver um Ulrico Zwingli, sabidamente pseudônimo do acadêmico Ferreira Braga, colaborador do *Ipiranga*, confundiu-se o autor dizendo pertencerem-lhe as “Crônicas Literárias”, mas a verdade é que elas são de autoria do acadêmico Vicente Xavier de Toledo, formado em 1869, que primeiro usou daquele pseudônimo. As “Críticas Literárias, formam dois fas-

círculos, com 77 páginas, referente ao ano de 1866 e com 117, o de 1867. (Ver título nº 126). (136 - Palestra Acadêmica)

83 — “O PAGÉ e não O VELHO PAGÉ, como mal informado escrevemos, parece ter aparecido na primeira quinzena do mês de maio de 1866, segundo se deprende da seguinte notícia inserta no “Diário de S. Paulo”, de 14 de maio daquele ano: “Acabamos de lei o 1º número do Pagé e exultamos de prazer contemplando a maneira enérgica por que o espírito público começa a erguer-se contra esta nefanda situação. Prasa aos céus que o Pagé possa sustentar-se enquanto o País reclamar o valioso apoio de tão valente lidador, e as bençãos dos amigos da liberdade hão de vitoriar as penas robustas que se consagram ao serviço da Pátria”.

Relativamente a este periódico encontramos a seguinte notícia da “Opinião Liberal”, transcrita pelo “Diário de São Paulo”, de 12-6-1866: “Publicou-se em São Paulo um novo jornal político *O Pagé*. Vem lá do interior das matas com a aljava carregada de setas e muitas delas envenenadas. Não vem triste como um pagé das Matas de Goiás, vaticinando desgraças e chorando sobre a ruína da tribo; traz erguida a fronte e o cocar multicolor lhe tremula com audácia no alto da cabeça. O Pagé mostra na linguagem que é guerreiro acostumado aos combates da imprensa. De S. Paulo não nos vem só o sr. Paula Souza. Vem-nos também *O Pagé*. Ainda bem”. (Nota do autor no vol. XXV, pg. 478, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). (137)

84 — Ainda sobre O LIDADOR, encontramos a seguinte notícia no “Diário de São Paulo”, de 9 de outubro de 1866: “Acaba de sair dos prelos da tipografia do Diário de São Paulo um jornal político intitulado “O Lidador”. Pela sua profissão de fé, consignada nas primeiras linhas, se depreende que seja mais um pujante paladino que vem à arena defender os princípios liberais tão maculado pelos homens do poder. No primeiro número apreciamos a sua linguagem independente, a frase correta, florida, a unição e a verdade transpirando de todas as linhas, o que nos faz crer uma longa vida. Praza aos céus que o “Lidador” caminhe impávido por sobre esses preconceitos estúpidos que soem aparecer desde que se trata de fulminar, ou antes, de fazer a luz sobre as mazelas do governo e patentear ao povo as evoluções acrobáticas de certos galopins políticos de nossa boa terra”. (Nota do autor do vol. XXV, pg. 479, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo).

O jornal citado por Afonso de Freitas, publicou, no dia 13 do mesmo mês, mais a seguinte nota: “Aí temos O Lidador, folha de crenças robustas, de convicções sãs e refletidas no contante revolver das crises, das facções políticas que se propôs a sustentar ilesas as idéias de um grande partido — o Liberal — hoje fraccionado pela deserção de tantos chefes. É só o campeão: mas em seu peito brota o amor da pátria — em sua alma a vontade enérgica dos grandes

caracteres e as suas idéias são puras como o mel que transborda das nossas palmeiras do deserto. É um brado de indignação atirado à face de um povo livre que se vai deixando escravizar pela sua indolência e voluntário curva a fronte para passar sob as forças caudinas que lhe impedem os pretendidos dominadores da situação”.

Quanto à referência às Crônicas Literárias e seu suposto autor, leia-se a nossa nota sob nº 82. (138)

85 — Sobre o processo referido a fls. 513, veja-se “Curioso Crime de Imprensa em 1886”, em *Arquivos da Polícia Civil de S. Paulo*, vol. IX, de autor destas notas. (O Cabrião — 139)

86 — A Biblioteca Nacional possui os ns. 1 a 9 e 23 a 26, de 1866 e 1 a 51 de 1867. (139)

87 — Luís Gama, o grande abolicionista, foi um dos redatores de *DEMOCRACIA*, jornal de propriedade de Bento Pais de Barros Neto, redigido por Eduardo Fontes. Em o número 27, de 6 de junho de 1868, este semanário publicou o seguinte “Programa”: “A redação desta folha professa a doutrina liberal em toda a sua plenitude e propõe-se a discutir as seguintes teses que julga de maior interesse para a real e futura grandeza do Brasil: aliança federativa republicana da América; absoluta liberdade de consciência e de cultos, de ensino, de imprensa, de comércio, de indústria, de associação e de reuniões pacíficas; abolição da escravatura, de exércitos permanentes, da Guarda Nacional, da pena de morte e da religião do Estado; polícia coletiva, emancipação colonial; temporariedade do Senado; desenvolvimento comercial, agrícola, industrial e artístico, descentralização e reformas administrativas, sobre a base desenvolvida do processo eletivo; sufrágio universal, e eleição direta. Em uma palavra: em política sustenta as idéias republicanas, como socialista a democracia cristã”. Seu formato era de 36,5x24,5 e não de 16x38. Circulou até 4 de julho de 1868 (141)

88 — O primeiro número circulou a 18 de abril de 1867. (143 — *Tribuna Liberal*)

89 — O segundo número de *VOZ DO POVO* apareceu a 11 de janeiro de 1866, segundo notícia publicada no “Diário de S. Paulo” de 12 daquele mês. (145)

90 — Sobre este periódico assim se exprime o diretor da Academia Brasileira de Letras, em artigo estampado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1920: “Como já tivemos ocasião de noticiar, os arquivos da Academia possuem, entre as suas raras preciosidades, o original da publicação do primeiro escrito do Sr. Rui Barbosa, oferta que lhe fez o Dr. Henrique Coelho, de São Paulo. Trata-se do jornal *A Independência*, de 9 de agosto de 1868, que traz ao lado de uma poesia de Castro Alves, a poesia “A Humanidade” feita sobre uma paráfrase de Laménais,

o filósofo de "Palavras de um Crente". Essa poesia foi o primeiro produto, a consagração inicial às letras do grande cidadão, cuja biografia, na bela frase de Alcindo Guanabara, pode ser simbolizada por uma reta traçada entre a Liberdade e o Direito. *A Independência* era um semanário político e literário redigido em São Paulo por Castro Alves, Rui Barbosa, M. Cabral e outros. O Sr. Afonso A. de Freitas, da Academia Paulista, refere-se a ele no livro em que estudou a imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios.

Foi só no ano seguinte, em 1869, depois, portanto, da "*A Independência*", que o Sr. Rui Barbosa colaborou no *Radical Paulistano* e no *Ipiranga*, primeiros jornais citados pelos que lhe estudam a biografia, inclusive o Sr. Artur Mota, que é o mais recente deles. Isso prova o alto valor da oferta do Dr. Henrique Coelho, recebida pela Academia com o mais vivo interesse e entusiasmo".

Pela transcrição acima vê-se que ao autor da *Imprensa Periódica* cabe, de inteira justiça, a satisfação de ter sido o primeiro a divulgar a existência de *A Independência*".

Fazia, também, parte da direção Martim Cabral (o Bólido) Moreira dos Santos, paulista de Pindamonhangaba. Formou-se em 1869 e faleceu a 18 de dezembro de 1871. Era talento de primeira grandeza, destinado a renome nacional, se não fosse tão cedo roubado à Pátria. Dele, disse o colega Rui Barbosa, já então no fastígio da glória: "Grande bólido fulgurante que se perdeu no horizonte da Tribuna Brasileira". (147)

91 — O *ACADÊMICO* foi lançado para combater a *Imprensa Acadêmica*, em sua segunda fase, com apoio da "Boêmia", concentração de estudantes oposicionistas. Fazia parte de sua direção Aureliano de Sousa e teve Castro Alves entre seus colaboradores. (148)

92 — Ver a nota nº 80. (150 — Arquivo Jurídico e Literário)

93 — Deste jornal, que era semanário e não quinzenário, publicaram-se, apenas, doze números, tendo o primeiro circulado a 18 de julho de 1869 e o último a 12 de outubro do mesmo ano. Do número 1 ao 7, foi O *Anhanguera* impresso na Tipografia Americana de propriedade do Capitão Paulo Delfino da Fonseca, à Rua das Flores nº 47 e, do 8º ao 12º na Tipografia Aurora, de Cândido Justiniano da Silva. Do número 9 em diante declarava, em seu cabeçalho, ter o escritório à Rua da Consolação nº 67, (residência de C. Silva) e ser seu redator o Dr. Jará Hormiguero. — Anúncio: Tremam! Tremam! O *Anhanguera*. Este jornal só será distribuído mediante as condições seguintes: Assinatura para uma série de 8 números, pagos adiantados, na tip. do *Diário*, à Rua Direita nº 25, a 2\$000.

Atacava, furiosamente, o Dr. Clemente Falcão Filho, a quem chamava fal...cõesinho e contra quem tinha frases como estas:

"grande prazer sentimos em ouvir a defesa *brilhante* que fez o filho da pu... fal... cãosinho (nº 8, de 22 de agosto). Falcão, falcão de borra// hipócrita animal// infame como um de pior casta// que um burro ou cardeal. Que diz asneiras, como um sandeu// que é mais infame de que um judeu (nº 7, de 15 de agosto). (153)

94 — Este jornal aparecia uma vez por semana. Nele colaborou, quando estudante, Francisco de Paula Rodrigues Alves, futuro presidente do Estado de São Paulo e da República. (154 — Opinião Conservadora)

95 — O *OPERÁRIO* teve seu primeiro número publicado a 18 de julho de 1869, sendo semanário artístico, literário, noticioso, de distribuição gratuita. (157)

96 — O primeiro número do *RADICAL PAULISTANO*, traz a data de 12 de abril de 1869. Américo de Campos foi, também, um dos seus fundadores. (158)

97 — Em sua fase derradeira *O CONSTITUCIONAL* publicou mais quatro números, o último deles a 4 de outubro de 1886, em homenagem ao falecido Conselheiro Dutra Rodrigues. O nº 2, em comemoração à data de 11 de agosto. A 11 de maio de 1889, quando já bem próximo da República, vinha a lume o nº 1, ano XVI, pregando a direção do jornal, através da pena do acadêmico João Luís Alves Júnior, seu redator-chefe, contra o "liberalismo, com seu ardor reformista e o republicanismo". Acreditamos que, proclamada a República, seis meses depois, haja sido esse um dos últimos, ou o último número do combativo e duradouro órgão acadêmico. (166)

98 — *A CRENÇA* era uma revista dirigida pelo acadêmico Cândido da Cunha Leitão. (174)

99 — A circulação do *ONZE DE AGOSTO*, o primeiro desse nome, teve início a 17 de agosto de 1875 e, nesse ano, circularam mais quatro números: a 1º e 16 de setembro e a 1º e 15 de outubro, apresentando artigos e poesias na totalidade subscritos com pseudônimos. Em 1876, voltou a circular, como periódico literário e científico, tendo, como redator-chefe, Estevão Leão Bourroul, gerente Moisés Marcondes e secretário Ezequiel de Camargo. Nesse ano foram publicados sete números, datados de 29 de abril, 14 de maio, 29 de maio, 17 de junho, 4 de julho, 11 e 31 de agosto. Quatro foram os números aparecidos em 1877: 12 e 20 de maio, 7 de julho e 25 de agosto. (186)

100 — A partir do 3º número, Luís da Costa Ribeiro, Antônio do Nascimento Camargo e José Roberto Leite Penteado, foram substituídos pelos estudantes Canuto de Figueiredo, Alcebiades Uchoa e Joaquim X. Guimarães. (186)

101 — *A REPÚBLICA DAS LETRAS* era editada por José Maria Lisboa e teve vida efêmera, havendo sido distribuídos alguns números apenas. (191)

102 — *A ACADEMIA DE S. PAULO* tinha, como redator-chefe, Antônio Tibúrcio Figueira, aluno do 5º ano. Em seu primeiro número figuram os versos “Minha Amante”, de Lúcio de Mendonça e “Liberdade”, de Vicente Machado; “O Recruta”, conto do Amazonas, de Luís Dolzani; o artigo político “O empenho de honra do Gabinete de 25 de julho”, de autoria de Edmundo da Cunha; os artigos “O evangelho do povo” de Laurindo Pita de Castro e “A instrução pública na província de São Paulo”, de Antônio Munís de Sousa e a notícia da fundação, a 30 de março, do “Clube Republicano Acadêmico”. (192)

103 — Luís Carlos Fróis da Cruz e não Luís Carlos Fróis da Cunha. Foi ele um dos signatários da Constituição Federal de 24 de fevereiro, na qualidade de deputado pelo Rio de Janeiro; era pai do ator Leopoldo Fróis, também bacharel em direito. Faleceu em princípios de 1923. (192)

104 — O 2º número de *A CONSCIÊNCIA* tem a data de 20 de abril. Com a publicação de onze números, cessou, a 30 de setembro do mesmo ano, a circulação deste jornal. (193)

105 — Eram, também, redatores de *O POLICHINELO* José Luís Flaquer e Américo de Campos. (195)

106 — *A REPÚBLICA*, órgão do “Clube Acaêmico Republicano”, fundado a 30 de março de 1876, começou a circular a 19 de maio, sob a seguinte direção: redatores-chefes: 1º semestre Laurindo Pita de Castro; 2º semestre Antônio Joaquim Machado de Campos. Redatores-parciais: Antônio Lara Fontoura Palmeiro, Joaquim Vaz do Prado Amaral, José Augusto de Paula Santos, Salvador Leite de Camargo Penteado, José Gomes Pinheiro Machado, Brasília Rodrigues dos Santos e Adolfo Afonso da Silva Gordo.

Em 1877, após o período de férias escolares, voltou a circular, a 3 de maio, tendo, como redator principal, Lúcio de Mendonça e redatores Afonso Celso Júnior, Francisco Antônio de Carvalho Júnior, Magalhães Castro, Paula Santos, Pita de Castro, Severino Prestes e Salvador Penteado.

De seu artigo de fundo, assinado pelo redator principal, reproduzimos apenas os seguintes tópicos:

“Reaparece *A República* na imprensa acadêmica; é, pois, um lutador conhecido, que não carece de declarar a que vitória voltou o seu esforço. De resto, bem claro e bem alto o diz a bandeira que é o seu nome.

.....

Em vez de dizermos ao povo que estamos prontos a morrer por ele, melhor é que lhe ensinemos que pode viver por si. que a sua força é bastante, é sobeja para não precisar de sacrificios. Em vez de cerrarmos o punho para o monarca e para a monarquia, demonstremos pela História, pela Filosofia, pelo Direito, que ele é um usurpador e ela um erro e um crime.

Propagandistas da República, tenhamos principalmente as grandes e simples qualidades que dão ganho de causa aos partidos políticos: energia e prudência, bom senso e perseverança”.

Colaboraram, nesse número, Magalhães Castro, Paula Santos, Severino Prestes, Carvalho Júnior, Salvador Penteado, Afonso Celso Júnior e Teófilo Dias (Rienzi).

O número seguinte, de 10 do mesmo mês, apresentou artigos de Magalhães Castro, Severino Prestes (E.) e Laurindo Pita (César Dória) e versos de Afonso Celso Júnior e Fontoura Xavier.

Colaboraram, ainda, durante esse ano, Brasília dos Santos, Felício dos Santos, Munis de Sousa, Manhães de Campos, Carmo Cintra, subscrivendo artigos e Vicente Machado, Severino Prestes (E.L.B.), Munis de Sousa, Brasília dos Santos e Manhães de Campos (Fásio Sagah) publicando versos.

A partir de 24 de junho, quando do aparecimento do número 9, a comissão de redação passou a ser exercida por Laurindo Pita de Castro, redator principal, e Brasília Rodrigues dos Santos, Carmo Cintra, Felício dos Santos, Fontoura Xavier, Antônio Joaquim Manhães de Campos, Sousa Brandão e Sousa Neves, redatores.

No primeiro número de 1884, circulado a 21 de abril, o estudante Pedro de Toledo, que em 1932 seria Governador de São Paulo escreveu:

“No parlamento, em geral, dormem os nossos representantes, à sombra dos subsídios o sono reparador das forças perdidas nas intrigas políticas. E enquanto descansam ou falam banalidades, os interesses do país sofrem, e o povo, já até certo ponto servil, cspera e espera sempre.

Os altos cargos políticos estão à mercê do primeiro aventureiro. Não se procura o mérito, nem se procura o talento. Para ser ministro, basta se ter mostrado fraqueza de caráter: basta se ter assinado uma obrigação de servilismo. Para se chegar à presidência do conselho não se precisa do que ter riscado o seu nome do manifesto de 1870”.

Após fazer esta referência ao Chefe do Gabinete, Lafaiete Rodrigues Pereira, e tecer algumas outras considerações, acrescentou:

“Felizmente, porém, arma-se um partido, cuja missão é toda regeneradora e cujo fim é de pregar a verdade e praticar a justiça: é o partido republicano”.

O último número que conhecemos, deste jornal, corresponde ao ano XI, nº 1, de 29 de julho de 1886, tendo sido apresentado com a seguinte declaração: “*A República*, único eco da Democracia no centro da mocidade acadêmica, aparece, como nos anos anteriores, defendendo os princípios de uma escola e combatendo os erros dos adversários”. (198)

107 — Em seu primeiro número *O CATÓLICO* não perdeu ocasião para atacar o jornal *A Academia de S. Paulo*, de idéias francamente liberais.

Após seu aparecimento circularam mais quatro números. A 14 de julho, 2 de agosto, 25 de agosto e 16 de setembro. Neste, informou a redação: “Com este número suspende *O Católico* sua publicação”. (199)

108 — O Círculo dos Estudantes Católicos foi instalado a 4 de maio e não a 6 de maio, tendo, na mesma data, circulado o primeiro número de *A REAÇÃO*, seu órgão. (204)

109 — Ao completar seu 20º aniversário, eram seus redatores os acadêmicos João Batista de Souza, José Augusto César, Benedito Rolim Júnior, José Aristides de Sousa, Horácio Gonçalves Pereira, Henrique Capelano e Genulfo de Barros Lima. (204)

110 — *LABARUM* era órgão da “Associação Literária e Científica do 1º ano”, tendo como redator-chefe Eduardo Paulo da Silva Prado e redatores Valentim Magalhães, Joaquim de Almeida Leite de Moraes Filho e Francisco Neto Carneiro Leão.

Entre os diversos artigos publicados em seu primeiro número e as poesias de Fontoura Xavier e Valentim Magalhães, merecem destaque os que têm por título “A Revolução de 1842” e “Os Partidos Políticos na Academia”. Neste, o autor anônimo, promete proceder ao estudo e apreciação de cada um dos partidos acadêmicos.

O segundo número, appareceu a 27 de junho e o terceiro a 11 de agosto do mesmo ano, figurando, então, Valentim Magalhães como redator-chefe, ao lado de Eduardo Prado. (205)

111 — A apresentação de *O LIBERAL*, embora não assinada, é de autoria de Espiridião de Barros Pimentel, que escreveu: Surgindo na arena política tem por fins o órgão do “Clube Liberal Acadêmico”: 1º provar que a mocidade da Faculdade de Direito de São Paulo não se conserva indiferente aos destinos da Pátria; ao contrário, tenta na esfera das idéias proporcionar à mãe comum a felicidade da liberdade; 2º provar, também, que dos partidos políticos militan-

tes, o que mais impressiona e assegura-lhe confiança é o partido mártir no ostracismo político, o partido liberal”.

Nesse número, foram publicados os artigos “Restrições das atribuições do Poder Moderador”, de Batista Caetano, “A liberdade pela descentralização”, de Sousa e Melo e “O Partido Republicano”, de Venceslau Escobar.

No 2º número, de 26 de maio, sob as iniciais E.B.P. (Espiridão de Barros Pimentel Júnior), figurou o artigo “Nós e os revolucionários”, de combate ao que ele chamava “os ultramontanos e os republicanos”.

A 9 de junho circulou o nº 3, tendo em destaque o artigo de Barros Pimentel, sob o título “A República”, em resposta a considerações expendidas pelo *O Liberal*, em seu número dois.

O 4º número foi distribuído a 30 de junho, o 5º, tem a data de 14 de julho, o 6º a de 11 de agosto, servindo de pretexto ao redator-chefe para comemorar a data da fundação dos Cursos Jurídicos.

O nº 7, circulou a 1º de outubro, encabeçado por longo artigo de autoria de Cansação de Sinimbu Júnior, intitulado “A Chegada Imperial”.

O primeiro ano terminou com a publicação do nº 8, a 15 de outubro. Em 1878, a chefia da redação foi entregue a Luís de França Viana, figurando, como redatores, Venceslau Escobar, José Brício da Gama e Abreu, Sousa Queirós, Luís Barbosa de Oliveira, Batista Caetano, Carlos Ferreira Ramos e Alberto Fialho.

O nº 1 apareceu a 14 de abril, apresentado por França Viana; a 17 de maio circulou o nº 2; a 12 de junho o nº 3; a 11 de julho o nº 4, este sob a direção de Júlio Benedito Otôni, redator-chefe, tendo, como redatores, B. Ferreira, L. de Bulhões, Hermenegildo de Almeida, João Carvalho, Monteiro Peixoto, Leopoldo Teixeira e José Vieira da Cunha.

O nº 5 apareceu a 24 de julho e, o nº 6, a 11 de agosto, trazendo, em comemoração à data magna, o artigo da redação.

A 20 de setembro foi publicado o nº 7, e, a 19 de outubro, o nº 8, apresentando o seguinte Comunicado: O LIBERAL termina hoje o seu segundo ano de existência. A atual redação deposita o sagrado legado que recebeu, crente que outros lhe sucedem continuando melhor a árdua tarefa tão brilhante encetada o ano passado.

O Liberal ainda circulava em 1885. Seu número 4, de 22 de novembro, indica, como redator-chefe, Sebastião Landulfo Rocha Medração e, como redatores parciais, Donato da Fonseca, João Albino, João Fleury, Bernabé Carvalhais, Francisco da Cunha Brito e Augusto José Pereira das Neves. (206)

112 — Abílio Marques em seu Almanaque para 1878, dá o título desta publicação como sendo *REVISTA NACIONAL DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES* e afirma terem sido seus redatores Inglês de Sousa e Januário Pinto Ferraz (Antônio). (207)

113 — *O ACADEMUS* e não *ACADEMIUS*, era um jornal literário, aparecido em 20 de junho de 1877, sob a direção de Antônio Muniz de Sousa, então no 4º ano, onde se destacava pela inteligência e pelo ardor com que propugnava pela República. (209)

114 — Trata-se de Carvalho de Mendonça Júnior e não de João Jacinto de Mendonça Filho. (213 — Revista da Fraternidade Literária)

115 — A redação da parte científica estava a cargo do acadêmico Carlos Ferreira França. (214 — Direito e Letras)

116 — Segundo se verifica das *Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo*, vol. LXVI, pg. 36, em data de 12 de fevereiro de 1880, Alfredo de Almeida comunicava à Câmara que no “dia 9 do mesmo se havia retirado da gerência do jornal — *Constituinte* que se imprimia à Rua da Boa Vista nº 74. (222)

117 — Nesta revista colaborou Manoel Joaquim Valadão, natural do Rio de Janeiro. Só fez estudos preparatórios. É autor de dramas, comédias e romances, como “Sonhos de Louco”, “O Pai da Escrava”, “A Fidalguia na Corte” (romance). (225 — Revista da Sociedade Fenix)

118 — Considerado por Edmundo Lins “o mais brilhante periódico da imprensa acadêmica republicana”. (229 — O Federalista)

119 — A *REVISTA DE CIÊNCIAS E LETRAS* foi fundada por Augusto de Lima, com a colaboração de Raimundo Correia, Alexandre Coelho, Rancilfo Augusto de Oliveira Fabrino, Afonso Celso Júnior, Silva Júnior, Valentim Magalhães e Teófilo Dias. Publicada na Tipografia da Tribuna Liberal, combateu a degeneração romântica. (234)

120 — *A COMÉDIA*, era um diário noticioso e variado publicado fora da Faculdade de Direito por alunos da mesma. Além dos fundadores, contou mais com a colaboração de Raul Pompeia, Raimundo Correia, Eduardo Prado, Afonso Celso Júnior, Assis Brasil e Fontoura Xavier. Do Rio de Janeiro, enviavam-lhe colaboração, Machado de Assis, Filinto de Almeida e Luís Murat.

Trazia a declaração: “*A Comédia* não tem côr política, cada redator é responsável pelos seus escritos.

Surgida a 2 de março de 1881, era apresentada em versos, possivelmente de autoria de Valentim Magalhães:

“Ansicsa, alegre, cheia.
 A platéia,
 Ao apito soberano,
 Sobe o pano!

E a comédia da Alegria
 Principia,
 Deslumbrando de repente
 Toda gente

.....
 Vinde todos, vinde todos.
 Como doidos;
 Dar bons dias à Comédia
 Fresca e nédia!

Tem sorrisos, tem pilhérias
 Muito sérias!
 Apenas não bastantes
 Assinantes!

Em o número de 2 de abril, Raimundo Correia, sob o pseudônimo de Peff, publicou, com alusão ao livro “Sombras”, de Pelino Guedes, onde o poeta se ocupava, abusivamente, com animais domésticos e feras, esta sextilha:

“Graças sem fim te adornam, criatura,
 Desde a fronte à cintura, e da cintura
 Ao pé mimoso, leve e pequenino;
 Nem mais astros possui o céu profundo,
 Nem grãos de areia o pego furibundo
 E nem bichos as *Sombras* do Pelino”.

Este jornal, onde Raimundo Correia publicou o maior número de seus versos humorísticos, e que se tornou famoso embora houvesse circulado menos de três meses, encerrou sua publicação a 22 de maio apresentando-se tarjado de luto, o artigo de fundo precedido de uma essa com tocheiras, trazendo os sonetos “Morte da Comédia”, de Raimundo Correia e Valentim Magalhães. (240)

121 — O *AMERICANO* era publicado às quartas-feiras e aos sábados. Nele colaboraram, assiduamente, Teófilo Dias, Bernardino Augusto de Lima, Filinto Bastos, João da Mota Azevedo, Oscar Pedrneiras e Raimundo Correia.

O número 6, de 6 de julho, é todo dedicado à memória de Castro Alves, contendo artigos de Sá Viana, Ciro de Azevedo, Filinto Bastos, Brasil Silvano e Manoel de Alvarenga e versos de José Bonifácio, Brasília Machado, Raimundo Correia, Augusto de Lima e João da Mota Azevedo.

A 3 de setembro, com a publicação do número 19, encerrou-se a publicação do jornal. (243)

122 — Também Alberto Torres participou de sua redação. (245 — Nove de Setembro)

123 — O *CASTRO ALVES* foi publicado a 10 de julho de 1881. (249)

124 — Redigiam, também, *O BOÊMIO* os acadêmicos Raimundo Correia (Peff), Fontoura Xavier (Poff), Randolpho Fabrino (Ralfo), Bernardino Augusto de Lima (AL), Teófilo Dias (Rienzo) e Raul Pompeia (Lauro). No primeiro número Raul Pompeia, revelando um dos aspectos de seu gênio artístico, ocultando-se sob o pseudônimo de Rapp, desenhou a *Galeria do Boêmio*, constituída pelos oito organizadores do jornal. Suas caricaturas ilustraram, ainda, até final, as páginas do periódico, com grande escândalo, pela violência de suas críticas. Valentim Magalhães usava o apelido de Piff e Ezequiel Freire de Dr. Gregório. (250)

125 — Número 1, em 4 de novembro, 2 a 11, 3 a 18 e 4 a 25, todos do mesmo mês. (252 — Recreio)

126 — O nome completo dos redatores parciais do *IHERING* é: João Brás de Oliveira Arruda, Constantino Luís Paleta e Domingos José Nogueira Jaguaribe.

No segundo número, aparecido a 8 de maio, foi prestada homenagem à memória do Marquês de Pombal, destacando-se um artigo da lavra do acadêmico Francisco Coelho Duarte Badaró, que assim tem início: "Portugal promovendo a comemoração do centenário de Pombal, paga, simplesmente, os juros da grande dívida que contraiu no período de 1750 a 1777".

A partir do nº 3, aparecido a 8 de junho, reservou a redação "algumas colunas à literatura, colunas que, serão, conforme esclareceu — franqueadas às inteligências laboriosas".

Nesses, e nos três números seguintes, que conhecemos, datados de 8 de julho, 11 de agosto, e 28 de setembro, colaboraram, na parte jurídico-filosófica, Washington Badaró, João Brás Arruda, Constantino Paleta, Bernardino Augusto de Lima, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Duarte Badaró, João do Vale, Nogueira Jaguaribe, Pedro de Toledo, João de Araújo, Olavo de Andrade, Artur Vergueiro, Raimundo Correia e Joaquim Delvaux Pinto Coelho. Da parte literária incumbiram-se Augusto de Lima, Randolpho Fabrino, F. Braga Júnior, F. F. Egídio de Andrade, Ernesto Correia, Nogueira Jaguaribe, Olinto Horácio de Paula Andrade, Delvaux Pinto Coelho e Venceslau de Queirós. (255)

127 — Com igual título existiu outra revista. Ver nota 180. (256 — Revista Acadêmica)

128 — Nomes exatos: Argemiro Cícero Galvão e Juvenal Augusto Alves de Carvalho. (262 — A Luta)

129 — *O DISCIPULO* apareceu em 7 de setembro de 1883 e os números posteriores nas seguintes datas: nº 2, 24 de maio e nº 3, 2 de dezembro de 1884; nº 4, 15 de novembro e nº 5, 30 de dezembro de 1885; nº 6, 3 de maio e nº 7, 24 do mesmo mês, ambos de 1886; nº 9, 24 de maio e nº 10, 11 de agosto de 1887. (263)

130 — Dr. R. N. e o engenheiro Ramos Nogueira. (264 — O Arado, pg. 599)

131 — Guilherme Xavier de Toledo, o Guita, é o tabelião preferido a fls. 599. (264)

132 — Órgão do "Centro Abolicionista de São Paulo". Seu 1º número é de 9-8-1882 e o 2º número circulou a 23 de setembro. (266 — Cá-Irá!...)

133 — Foi este o segundo jornal dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo a tratar da abolição. Apareceu a 19 de julho de 1884, tendo como diretores Edmundo Munis Barreto e Francisco Leite de Bittencourt Sampaio Júnior e redatores Joaquim Dias da Rocha, Raul Pompéia, Pedro Augusto Gomes Cardim, A. Tupinambá, Bartolomeu de Assis Brasil, Coelho Neto e Gustavo Galvão.

No artigo de fundo do 3º número, publicado a 13 de setembro, assinado por Munis Barreto, de que reproduzimos alguns períodos, é mostrado à sociedade o ardor com que se batiam os acadêmicos de Direito em prol da idéia que haviam esposado:

"Quando uma idéia incrusta-se no espírito do povo, a ponto de ser o seu único pensamento, de resumir o seu único desejo, o poder público, que se presume ser o representante da vontade popular, deve concretizá-la no mais curto prazo, sob pena de, além de cometer um erro político, manifestar sentimentos antipatrióticos e desejar a perturbação da ordem social.

Assim apresentada, essa idéia traduz indubitavelmente uma soma de utilidades que interessam a todos os membros da sociedade, utilidade cuja importância está na razão direta do desenvolvimento mental do povo que as pesa, que as avalia, antes de pedi-las.

E a vontade do povo civilizado, ao contrário do que sucede com o povo primitivo, não é em geral intuitiva: o motivo que a determina é o resultado lógico de um cálculo utilitário, que nada tem de imoral.

Essa necessidade sobe de ponto quando a vontade popular revela-se sob uma forma altruísta.

A idéia da abolição da escravatura, está perfeitamente compreendida nessa hipótese: é hoje — repete-se a cada momento — a mais palpitante aspiração nacional, base de muitas outras, também imprescindíveis, que dela dependem para a sua realização, que a ela estão estreitamente ligadas, como os efeitos às causas, as conseqüências aos princípios, e os corolários às proposições demonstradas donde dimanaram.

Querer cerceá-las é agitar os espíritos, provocar explosão de ódios acumulados durante muitos anos de sofrimentos e resignações.”

Ainda no mesmo número, sob o título “Aspiração”, escreveu Antônio Álvares Lobo:

“A idéia escravagista é um cadáver: os corvos que voam e revoam em torno desta organização de vermes, representam o passado ignominioso que se esfacela, que se moi, que se nulifica. Deixemos que estas aves agourentas vão-se reunindo junto das ossadas de outras instituições anômalas que, se afastando do sublime objetivo imposto ao gênero humano, conseguem levar os povos aos abismos mais desgraçados.”

No ano seguinte, havendo quase todos seus redatores terminado o curso e, portanto, não mais fazendo parte da Faculdade de Direito, substituiu-os, com a mesma dedicação, outro grupo, que fundou o “Centro Acadêmico Abolicionista”, passando *A ONDA* a ser órgão dessa associação.

Foram, então, seus redatores: Eneias Galvão, redator-chefe; Pedro Mibieli, Alfredo Duarte, João Crespo Júnior, José de Almeida Martins Costa Júnior, João de Araujo e Isaias Vilaça.

Em 1886, procedendo o Centro a nova eleição, foi a redação do jornal entregue a Alfredo Duarte, redator-chefe e Artur Itaipirano, João Crespo Júnior, Bittencourt Sampaio Júnior, Diana Terra, Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu e Camilo Soares de Moura Júnior.

Deixando de existir o “Centro Abolicionista Acadêmico”, surgiu só o título de “Congresso Abolicionista Acadêmico” a sociedade de cujos interesses passou *A Onda* a pertencer.

Teve, nessa oportunidade, como redator-chefe, Vítor Marques da Silva Airosa e redatores parciais todos os sócios do Congresso.

A 28 de setembro publicou um número especial, em “honra à memória do Visconde do Rio Branco e homenagem à gloriosa lei de 28 de setembro de 1981”.

Anunciava que, nesse dia, o "Congresso" restituía à liberdade seis escravos, pertencentes ao dr. Miguel Monteiro de Godoi, Aureliano de Camargo Duffles, Padre Joaquim Gonçalves Pacheco, Maria Osório Pereira de Toledo e J. N. Camargo Couto. (273 — A Onda)

134 — *A ORDEM* era órgão do "Clube Conservador Acadêmico". (274)

135 — Trata-se de Paulino José Soares de Souza Júnior. (274)

136 — José Aníbal Marcondes Machado. (275 — O Pindamonhangabense)

137 — Luís Teixeira de Barros Júnior. (275)

138 — Artur Mesquita Cortines Laxe. (A Idéia — 276)

139 — Dirigida por Venceslau de Queirós. (276)

140 — *A UNIAO* era órgão da "Sociedade União Acadêmica". Seu número 1 é de 6 de julho de 1883 e o 2º de 5 de setembro do mesmo ano. Os dois números do ano seguinte são: 1º, de 18 de agosto e 2º de 15 de outubro. (277)

141 — *O PATRIOTA* era órgão do "Clube Comemorativo a Tiradentes". (280)

142 — *PESTALOZZI* e não *O PESTALOZZI* era órgão dos alunos da Escola Normal. Sua redação ficava à Rua de São Bento nº 57, a assinatura, somente trimestral custava 1\$500 para a capital e 3\$000 "para fora". O nº 2 circulou a 17 de maio de 1884. (291)

143 — *LITEROPERA* era órgão da sociedade do mesmo nome. (294)

144 — Ver o título 287-A, em Jornais não citados em Imprensa Periódica.

145 — *OITENTA E NOVE* — Periódico quinzenal, literário e científico, lançado na Capital em março de 1889. Era impresso na Tipografia União, tinha redação à Rua da Princesa nº 28. Sua direção estava a cargo de Isidro Pinto de Sousa, redator-chefe e Pinto Freire, E. Fontes, M. de Barros Júnior, Sales Pinheiro, Paulo Teixeira e Pereira de Castro, redatores parciais.

Em artigo publicado em o nº 6, datado de 31 de maio, Paulo Teixeira informa ter sido escolhido pelos colegas de redação para assumir a chefia do jornal, em substituição a Isidro Pinto de Sousa, que se afastara por motivos imperiosos e acrescenta: "Não me inquietaram mais a respeito do nome da folha — não responderei, ou apenas direi: o jornal chama-se *Oitenta e Nove* e não é revolucionário pela mesma razão porque conheço muita Clara preta, muito Cordeiro zangado, muito Guerra pacífico, até aqui bem perto conheço um Duque

que é poeta nobre, mas não tem brasão de nobreza, nem o nome inscrito na nobiliarquia pátria". (303)

146 — Os números 2, 3 e 4 foram publicados, respectivamente, a 22 de fevereiro, 15 de março e 8 de abril. (308 — O Meridiano)

147 — A publicação dos ns. 1 a 8 obedeceu às seguintes datas: de 1 a 4, 11, 16, 24 e 31 de agosto; 5 a 7, 8, 15 e 20 de setembro e nº 8, 4 de outubro de 1885. (320 — A Democracia)

148 — Era, também, redigido por F. L. Falcão Júnior. (326 — O Ganganelli)

149 — O *SETE DE SETEMBRO*, tendo como redator-chefe Arlindo Ferreira Carneiro, teve a seguinte apresentação: "A sociedade União Literária, fundada no Colégio Moretz-Sohn, por moços de talento como Alexandre Coelho, Piza e Almeida, Oliveira Portes, Gervásio Monteiro, A. O. Monteiro de Barros, etc., etc., vem no seu sexto ano de existência apresentar-se perante o público por meio de um modesto órgão, intitulado *O Sete de Setembro*."

O jornal foi publicado no domingo, 7 de setembro de 1884 e não de 1885. (331)

150 — Trata-se de Antônio Bernardo Quartim e não Antônio Maria Quartim. (335 — O Canudo)

151 — Álvaro Augusto da Costa Carvalho (336 — Tribuna Acadêmica)

152 — Francisco Gaspar da Silveira Martins é o diretor referido como F. G. da S. Martins. (337 — A Situação)

153 — O primeiro número de *A SITUAÇÃO* é de 10 de novembro de 1885, o 2º de 23 do mesmo mês e o 4º de 1º de janeiro de 1887. O número 3 é de 10 de dezembro de 1886 e não de 1883. (337)

154 — Francisco Gaspar da Silveira Martins, (citado como Francisco Gaspar). (337, pg. 622)

155 — Benjamin Franklin Silveira da Mota. (Citado como Silveira da Mota). (338, pg. 622)

156 — Francisco Gaspar da Silveira Martins. (Citado como F. Gaspar). (338, pg. 622)

157 — O *ALLIOTH* é de 1888 (1º de janeiro) e não de 1886. (340)

158 — Francisco Gaspar da Silveira Martins. (Citado como Francisco Gaspar). (340)

159 — *GLI ITALIANI AL BRASILE* circulou, pela primeira vez, a 5 de agosto e não a 1º de setembro e, conforme se lê na apresen-

ficando a redacção a cargo de Furtado de Mendonça e J. Rodrigues. (377)

162 — De sua apresentação: “É nossa crença que a federação, feita ou não com o auxílio do separatismo, sobrepuja todas as mais espécies de governo. Como federação completa, sem mistificações e só nô-la concede a República, será pela República que quebraremos as nossas melhores lanças. Somcs republicanos. A República é a teoria liberal praticada, é a implantação no governo dessa idéia a que tendem todas as escolas, mesmo as que negam, como a alemã da força (opinião de Foille) dessa idéia que é a mira de todos os sistemas, porque é o espírito do século. Estavamos convencidos de que o governo mais descentralizado, aquele que o indivíduo tem o máximo de ingerência nos negócios sociais, em que melhormente fiscaliza seu interesse é a República”. (O Mês — 401)

163 — “Eis como nos conta Hipólito da Silva a origem do aparecimento deste jornal: “Poucos dias depois de proclamada a abolição do cativo e ainda sob a impressão da campanha que obtivera triunfo completo a 13 de maio de 1888, fui à casa onde residia meu companheiro de lutas, o prof. João Vieira de Almeida, à Rua Santa Ifigênia nº 14. Que faremos agora? Descansar armas? Essa é a opinião de Antônio Bento. Que eu não accito... Que nós não aceitamos! Está visto! A questão social está resolvida. Réstanos a questão política. Que é preciso reviver! Que é preciso agitar! A campanha abolicionista pela nobreza de seus intuitos, sufocou, em parte, a propaganda republicana. E o terceiro reinado aí vem...

Impreterivelmente. O imperador está por pouco!

Pobre velho! E se ele morre na Europa... É preciso que ponhamos entraves ao advento do terceiro reinado. A campanha republicana tem vivido até agora no terreno doutrinário. É o Quintino no País, o Pestana na Província, o Aristides no Popular e... a crítica alegre de jornais neutros feita pelos republicanos de coração!

Isto só não basta. É preciso dirigir o ataque à Instituição, preparar o espírito público, fazer a propaganda nos quartéis... E, sobretudo, combater pelo ridículo o príncipe consorte, de modo a tirar-lhe as veleidades de governo quando o velho succumbir.

Está visto. Rien n'est sacré pour un sapeur!

Mãos à obra!

Uma semana depois aparecia o 1º nº do *GRITO DO POVO*. Estávamos à 1º de junho de 1888”. (Nota do autor em o vol. XXV, pg. 482 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). (405)

tação, a seguir reproduzida, não veio a lume para substituir *L'IMMIGRANTE*. Era um novo órgão, pertencente ao antigo proprietário dele.

“San Paulo 5 Agosto 1886. Il programma dovreb'essere inutile a noi, che prima e durante la breve ed agitata carriera del *L'Immigrante*, francamente manifestammo le nostre idee ed i nostri propositi. Sarà dunque invece solo una semplice e modesta presentazione, ed anche una spiegazione che dobbiamo a quei bene voli, que cici furono generosi della loro adesione e c'incoraggiarono nella via intrapresa.

Será altresí un'esplicita dichiarazione che il giornale *Gli Italiani al Brasile*, dal predecessore ricevette l'eredita di concetto insieme agli impegni da lui lasciati insoddisfatti.

Quindi, i nostri intendimenti si riassumono in questo: Offrire nele colonne del giornale ai connazionali, un paio per la difesa dei loro diritti, e dove, la verità, la giustizia, la libertà ed il progresso troveranno sempre in noi strenui ed energici difensori: dovi, si tratteranno le questioni con quell'indipendenza, calma e serenità d'animo che sole, dovrebbero sempre presidire alle discussioni d'elevato interesse generale.” (350)

160 — Até a data do falecimento de Antônio Bento (8-11-1898) foram publicados diversos números mais deste jornal, tendo, sempre, como redator-chefe, o grande abolicionista, cujo nome permaneceu no cabeçalho do jornal, nessa qualidade.

Além dos números referidos na obra de Afonso de Freitas, foram publicados ainda: nº 139, a 13 de maio de 1889, para comemorar o primeiro aniversário da Lei Áurea; nº 140, a 13 de maio de 1890; sem número, a 13 de maio de 1893; 13 de maio de 1895, 27 de junho, 18 de julho e 22 de agosto de 1897, todos sem número. Do último destacamos o seguinte trecho: “... É a terceira vez que eu com minha vara de bambu, com as competentes bexigas de boi assopradas, bato neste povo para recordar-lhe que o dia 13 de maio de 1898 é o primeiro decênio da áurea lei que deu a liberdade a uma porção de brasileiros que trabalhavam sol a sol para enriquecer outra porção de vadios. Se tivéssemos a certeza de que esta geração festejaria o centenário dessa lei não escreveríamos neste jornal. Debalde temos dado três números da *Redenção*”.

Em o número de 30 de setembro desse ano, insistiu Antônio Bento sobre as comemorações. A 13 de maio de 1898 foi publicado o número comemorativo do decênio da lei e, a 13 de maio do ano seguinte, possivelmente o último, já falecido seu fundador. (366)

161 — A partir do nº 5, de 23 de julho de 1887, a propriedade e direção de *A PENA*, passou a ser de Rodolfo de Faria Pereira,

165 — *O ESCÂNDALO*, impresso na Tipografia da *Província de São Paulo*, tinha por lema: “Combater o mal com o mal eis o sistema dosimétrico da medicina social”, Karl Marx. Seu primeiro número circulou a 16 e não a 15 de agosto como informa o autor. Embora a declaração deste, de se tratar de “jornal de propaganda republicana”, não há em sua apresentação, qualquer referência à mesma, como se vê a seguir. “O último livro do autor das *Notas à Margem* sugeriu-nos a idéia de prolongá-lo no cabeçalho deste periódico.

Isto não quer dizer — com a mesma habilidade e com o mesmo brilhantismo, mas com o mesmo fim.

Nesta tradicional Paulicéia dá-se, todos nós o vemos, o mesmo fenômeno da vida superficial e pedante de uma parte do meio fluminense. A hipocrisia, o pedantismo, o enfatuamento, o ridículo, na política, na literatura, em todos os ramos da atividade do nosso povo é a nota dominante de muita gente. Mas ninguém se atreveria de dizê-lo cara a cara, isto provocaria uma repulsa ainda mais ridícula e improfícuo; ninguém se atreveria a dizê-lo em um livro; isto seria a condenação do escritor e da perda do editor; eis os tempos em que vivemos, de completo apregoamento de todas as liberdades. A mais leve e desprezenciosa crítica seria o atassalhamento da honra e da dignidade; o espírito por mais fino seria o escárneo escarrado na face do mundo inteiro, um perfil mal delineado o elevamento de um homem à posição de judas em aleluia; um fato insignificante a mentira mais descarada e escalavrante; e, no entanto, quanta inocência às vezes, quanta involuntariedade de ofender, quanta ingenuidade muitas vezes nessa pilhéria, nesse dito, nesse pensamento!

Isto explica-se — é a correção moral que conseguiu desorganizar o cérebro, é o hábito da inconsciência desejando o devastamento do vício, é a doença dos tempos que correm e dos organismos que a alimentam, que avassalando o corpo, lhes provoca muitas vezes a icterícia que lhes faz ver tudo mau e amarelo. Pobre icterico!

Nós temos, porém, a coragem precisa para lhes descobrir as manhas; a coragem física e moral dos que a podem ter e para quando for preciso, o que, temos a certeza, não o será.

Eis o que é *O ESCÂNDALO* na consubstanciação daquelas idéias, o primeiro ato de uma comédia, levada ao jornal em folhetins periódicos e cujos personagens agarrados no meio da multidão das ruas, na coletividade social, no esbracejamento das mais desencontradas idéias, falam, por si, matam-se a si próprios, tudo num andamento fácil, natural da escola mais naturalista possível.

O ESCÂNDALO é a esteriotipação de um canto de nossa vida, de uma metade do nosso meio, mas visto unicamente numa hora de bom humor e disposição de espírito.

Perdoem-lhe a máscara cetinosa; se alguma vez um olhar seco, prescrutador e inexorável de homem ela não ocultar, outras vezes o leitor, magoado até, quem sabe? descobrirá na transparência delas as cintilações travessas duns olhos femininos." (413)

166 — A respeito deste jornal, escreveu *O Oitenta e Nove*, em seu número 5, de 17 de maio de 1889: "Apareceu *A Fanfarra*, redigida pelos distintos acadêmicos Enéas Marcondes e Marinho de Andrade.

Francamente, genuinamente republicano, traz magníficos artigos de propaganda, traçados pelos pulsos vigorosos dos destemidos colegas que a redigem.

Ao contrário de *A Luta*, declara *A Fanfarra* que vem em auxílio das novas idéias, nas Arcadas do velho Mosteiro de S. Francisco.

É uma *Fanfarra* afinada, justamente deixando transparecer em cada um dos artigos o talento dos distintos colegas, aos quais abraçamos. (429)

167 — O 3º número foi publicado a 11 de julho e o 4º a 1º de agosto. (453 — A Quinzena Paulista)

168 — *A OPINIÃO* era um jornal essencialmente literário, redigido, inicialmente, pelos acadêmicos Jaime Pinto Serva, Vicente França Carvalho, Torquato Pinto Gonçalves e Arlindo Leal.

A partir do quinto número, datado de 1º de setembro de 1889, os dois últimos deixaram a redação, ocasionando a publicação do seguinte comunicado: "Ao leitor. Vicente França C. Carvalho, o bom, o distinto companheiro desde a fundação do nosso periódico, foi-se, deixando-nos só, com os olhos embaciados de lágrimas, a tradução da saudade, que nos vai pelo coração. Também deixou-nos Torquato Pinto Gonçalves, o nosso novo redator.

Então, enlutados com a ausência dos antigos companheiros, chamamos à nossa pequenina tenda de combate dois novos líderes, duas novas inteligências na luta pelo saber e pelo amor à Pátria.

São eles -Valdomiro Silveira e Ermelino Leão, o bom colega que já nos tem honrado com a sua colaboração".

Nesse jornal foram publicados os versos "Ao Crepúsculo", de Magalhães de Azeredo, "Violetas", de Olívio Jares e "Miniaturas" de Valdomiro Silveira. (446)

169 — *O ESTUDO* era um pequeno jornal acadêmico, órgão do "Clube Pereira da Silva". Aparecido a 14 de maio de 1889, tinha como redator-chefe o aluno do primeiro ano, Alberto Gomes Cardoso de Melo. (454)

170 — *A FOLHA ACADÊMICA* apareceu a 18 de maio de 1889, redigida por estudantes das aulas superiores da Faculdade de Direito. (455)

Fundada por Eduardo Pereira Lins, Afonso José de Carvalho, Adail de Oliveira, Bento Barata Ribeiro, João Martins de Carvalho Mourão, Francisco Brant e Emiliano Dias Pernetá.

171 — Marinho Rodrigues de Andrade, poeta, natural de Paraíba do Sul, escrevia semanalmente a "Crônica do Inverno" (1890). Faleceu em Limeira (SP), em 1892. (469 — *Jornal da Tarde*)

172 — *A FOLHA* tinha redação à R. Riachuelo nº 36 e era impressa na Tipografia Internacional. Assinatura trimestral 1\$500, semestral 3\$000, número avulso 200 réis.

A seu respeito publicou *O Estado de S. Paulo*: "Começou há dias a sua publicação nesta Capital um elegante periódico com este título — *A Folha*. É quinzenal e exclusivamente literário, muito bem impresso, em bom papel, com oito páginas. Diz ser colaboradora pelos melhores escritores nacionais e efetivamente brilham no seu primeiro número alguns nomes de escritores dos mais festejados das nossas letras.

São seus diretores os srs. Adolfo Araujo e Renato Carmil. O número a que nos referimos é variadíssimo; traz crônicas — uma *Azul* e outra *Vermelha*; um conto de D. Júlia Lopes de Almeida, um artigo de Raimundo Correia e vários outros escritos interessantes e originais. É uma das melhores publicações que no gênero têm aparecido em S. Paulo: por isso lhe desejamos vida próspera e milhões de assinaturas". (474)

173 — *IL PENSIERO ITALIANO* e não *IL PENSIERO*. (482)

174 — O acadêmico Severiano de Rezende, natural de Mariana (MG), veio para S. Paulo em 1889, quando se matriculou na Faculdade de Direito, voltando a inscrever-se no ano seguinte. Nesse ano abandonou a Faculdade em virtude de sua atividade no caso da jubilação do professor Conselheiro Justino de Andrade, monarquista, por ele defendido contra todos da escola, inclusive a Congregação, em artigos pela imprensa.

Em Santos reuniu, em volume, sob o título de *Cartas Paulistas*, os seus artigos sobre o caso. (485 — *O Prego*)

174-A — Um outro jornal, sob o mesmo título circulou em 1896 (Ver nº 692-A). (503 — *Il Messagero*)

175 — *SFIDA*, jornal satírico-político, humorístico, redigido em italiano, saía quando podia — "Esce quando puó". A redação, que não tinha o endereço afixado no jornal, ficava no bairro do Cambuci.

A assinatura custava 1\$000, por mês, sendo de 100 réis o preço do número avulso.

Era seu diretor proprietário Peracchia Roberto, que assinava quase todos os artigos e poesias.

Dimensões e formato: 39x54, com 4 páginas de texto e 4 colunas de anúncios comerciais na última página. (515)

176 — *REVISTA AURORA JUVENIL* e não *AURORA JUVENIL*. (529)

177 — O nome completo dos redatores da *FOLHA ACADÊMICA* é: Afonso Celso Garcia da Luz, Cândido Bretas, Adalberto Garcia da Luz, Manoel Tomás de Carvalho Brito, Carlos Camargo Soares Júnior e Joaquim Teixeira de Freitas. (537)

178 — Ver título nº 569 e uossa nota nº 181. (539 — *Gli Schiavi Bianchi*)

179 — Pedro Augusto Gomes Cardim, citado apenas como Gomes Cardim. (540 — *O Autonomista*)

180 — *REVISTA ACADÊMICA*, órgão literário dos estudantes de direito de 1892, tendo, como redator-chefe, João César Bueno Bierrenbach e, como redator-secretário, Antônio Augusto Serpa Pinto. Foram editados somente dois números, o primeiro a 11 de agosto e o outro a 15 de novembro.

Entre outros artigos foram publicados dois de César Bierrenbach e um de Serpa Pinto, como "Homenagem da Revista Acadêmica à Trindade Genial: Alvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela". Nesta homenagem a Revista consigna:

"Em homenagem a estes 3 poetas os bacharéis de 1892, colocaram na porta da Academia de Direito de S. Paulo 3 lápides comemorativas da passagem dos mesmos por aquela Faculdade." (552)

181 — O periódico *GIUSTIZIA* nada mais era do que o jornal *Gli Schiavi Bianchi* (título 539) cuja direção resolvera trocar-lhe o título por julgar o novo mais apropriado à sua finalidade.

Ao apresentar-se com nome novo, declarava "*Gli Schiavi Bianchi* "di casta" non son piú, VIVA LA GIUSTIZIA! Mutiano il titolo della nostra publicazione".

Após algumas considerações acrescentava: "Noi che, in questo conflitto sorgiamo vindici del lavoro sulo sfruttamento capitalistico, lo repetiamo, non abbiamo riserve nè preoccupazioni di colore e di razza.

E continuiamo il nostro lavoro di propagandisti e di combattenti, mutando soltanto il nome dell'arma nostra. Abbiamo inalterato il vessillo della *Giustizia*". (569)

182 — Acreditamos ter sido publicado unicamente o primeiro número de *O REBATE*, tendo em vista a violência do artigo que, sob a o título “A Revolução”, Afonso Celso publicou. (578)

183 — *O MENSAGEIRO POPULAR*, quinzenário católico, apareceu a 23 de abril de 1893. (589)

184 — Sob este mesmo nome ver título nº 813-A. (616 — O Juvenil)

185 — Alfredo Medeiros de Vasconcelos era o diretor-redator e o secretário, que se ocultava sob o pseudônimo Dr. X.P.T.O., B. Medeiros Vasconcelos.

O número 18, publicado a 29 de julho, traz a seguinte nota:

“Cremos ser este o último número d’*A SETA*, no seu 4º período de publicidade. O motivo já sabem os leitores, é terminarem-se no fim do presente mês nossas férias escolares, mas se continuarem os concursos do Ginásio de Campinas podem nos esperar que ainda sairemos, e se não até 20-12-1896”. (617)

186 — Nesse seu único número iniciou a publicação do trabalho histórico “A Anselmada”, da lavra de Estevão Leão Bourroul e publicou, entre outros artigos, “A Raça Caipira”, de Joaquim Floriano de Godoi e “Amador Bueno da Ribeira”, de Martim Francisco (III). (628 — São Paulo Histórico)

187 — Dom Duarte Leopoldo e Silva. (632 — Mocidade)

188 — O número 3, de setembro, onde figuram os nomes da comissão de redação, composta por Beütencourt Rodrigues, Coriolano Burgos e Guálter Pereira e do Secretário, Sérgio Meira, traz a seguinte declaração: “Por causas alheias à nossa vontade sai o presente número com grande atraso”.

A redação pedia que toda a correspondência fosse dirigida para a Rua Brigadeiro Tobias nº 81. (633 — Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia)

189 — Ver, também o título *AMÉRICA ILUSTRADA*, sob nº 703-A. (645 — A Tarde)

189-A — *A REVISTA POSTAL* — Era uma publicação bimensal, com escritório e redação à R. S. Bento, 78, Caixa Postal nº 249.

Em seu primeiro número colaboraram Carlos D. Fernandes, Manoel Batista Cepelos e outros. (649)

190 — *A PUERICIA*. — Jornal católico, publicava contos, versos, provérbios de elevado espírito cristão e ensinamento moral, dedicado à juventude. Endereço: Caixa Postal 300. Publicação Mensal.

Tipografia Aurora, à R. 24 de Maio n° 50. O primeiro número circulou em abril de 1895.

A Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo possui os exemplares de n° 1 a 7 e 10. (653)

191 — *A TARDE ILUSTRADA* teve três e não duas fases. A terceira é aquela em que, a partir de 20 de agosto de 1897, se transformou em quinzenário sob o título de *América Ilustrada* (Ver título 703-A). (655)

192 — Ângelo Mendes de Almeida, citado, apenas como Ângelo Mendes. (660 — Autoridade)

193 — Após o 2° número, até o 13°, teve, como secretário, Luciano Esteves Júnior, substituído, a partir do número seguinte, por Álvaro de Sousa Queirós. (660 — Autoridade)

194 — José Gabriel de Toledo Piza, citado apenas como José Piza. (674 — A Boêmia)

195 — Posteriormente, em 1896, foi seu diretor-literário o jornalista Luis Carneiro. *A Boêmia* - (674)

196 — Ilustrações, também, de Peregrino de Castro. (676 — *A Paulicéia*)

197 — Colaboraram, mais, Júlio César da Silva, Jacomino Define, Carlos Ferreira de Melo, Vieira de Almeida, Cantídio Bretas e Luís Pistarini.

198 — Em 1897, *A Paulicéia* passou à propriedade de Nogueira de Carvalho e Oscar Monteiro, sendo, o primeiro, diretor político e, o segundo, diretor técnico, apresentando, então, ilustrações de Oscar Pereira da Silva e de Peregrino de Castro. (676 — *A Paulicéia*)

199 — *A VIDA DE HOJE* inicialmente semanário e, depois, bi-semanário de literatura, esportes e costumes, tinha sua redação à R. Direita n° 9, sobrado, e era vendido na charutaria do “Progrédior”, no “Castelões”, no “Frontão Boa Vista” e no “Politeama”. Tinha, como *slogan*: “a única folha elegante de São Paulo”.

Em julho de 1899, transferiu-se para o Largo do Rosário e sua última sede foi à R. Direita n° 4, para onde se mudou em julho de 1902, defronte da Confeitaria Fasoli, e onde permaneceu até seus derradeiros dias, em 1904.

Arauto da poesia decadentista, tendo à frente seu diretor, um poeta simbolista, contou com a colaboração, entre, outros, de: José de Freitas Vale (Jacques d'Avray), autor do primoroso “pantoun inverti”, publicado em novembro de 1902, sob o título de “Sérenade”; Manoel Batista Cepelos, que publicou vários sonetos, nos anos de 1899-1900, e que figuraram, depois, em *Rosa Mística*; Alfonsus Guimarães (Afonso Henrique da Costa Guimarães) publicou vários de

seus poemas, sendo que, alguns escritos em francês, como "La Chanson du Silence", "Pour Berceur l'Âme de l'Admirable Roden Bach", "Soir d'Hiver", "Chanson d'Hiver", "Serenade à minuit", etc., trabalhos que datavam de "Aix-le-Desert". Em 1892 publicou uma das mais avançadas poesias dessa fase inicial do simbolismo, "AEIOU", à memória de Rimbaud; Wenceslau de Queirós aí publicou os versos depois estampados em "*Rosas do Diabo*" e, em 1899, "Depois de Morto", versos que figuraram, mais tarde, em *Cantigas*; Júlio César da Silva, no período de 1899 a 1903 publicou várias poesias, algumas em francês, outras pertencentes a um poema, "Ester", poema lírico. Um de seus melhores trabalhos dessa época, a poesia "Asas Brancas", foi publicada no número de novembro de 1900; Severiano de Rezende, em agosto de 1900 publicou o soneto parnasiano "O Porco", com anotação de fazer parte dos *Painéis Zoológicos*. Em março de 1903, o jornal informou aos leitores que Severiano Rezende tinha em preparo uma coletânea de versos revolucionários — "Comemorativamente" — uma verdadeira bomba de dinamite atirada ao meio social e político. E publicou o soneto "Treze anos", escrito a 15 de novembro de 1902, 13º ano da proclamação da República. (680)

200 — O "Clube Bernardo Guimarães", fundado em 1896, por volta de 1897/1898, passou a denominar-se "Centro Literário e Científico Acadêmico" do qual faziam parte Francisco Rodrigues Alves Filho, Raul Soares, Armando Prado, Artur da Silva Bernardes, Heitor Penteado e Manoel Batista Cepellos.

Foram publicados sete números, quatro no primeiro ano, dois em 1898 (25 de maio e 11 de agosto) e, o último, a 1º de abril de 1899. (A Evolução — 684)

201 — Em seu sexto número, de 25 de julho, dava a "relação dos colaboradores que até hoje figuraram nas colunas de *A Época*: Jucelino Coroadó, Ari de Seixas, E. Erdizzi, Lino Moreira, Lelis Vieira, Marques Leite, Arnaldo Rubalta, José F. Cantinho, D. Augusta de Faro Fleury, B. Diógenes da Costa, José Nogueira e Ezelino Glória". (711 — A Época)

202 — Ainda circulava a 1º de janeiro de 1904, ano V. Nesse número dizia: "Non piú di questo per ora possiamo dare ai nostri lettore, lo abbiamo promesso nell'último numero, abbiamo detto che daremo ai lettore un numero speciale, eccolo.

È lavoro del conosciuto stabilimento grafico di Carlo Cardinali, che in S. Paulo, nel campo delle arte grafiche, occupa un posto importantissimo.

Non abbiamo fatto molto quest'anno per i nostri lettore, abbiamo promesso un numero speciale, ed eccolo.

L'anno venturo, speciało, sereno, piú sciuponi e piú signori, daremo di premio agli abbonati la nostra palazzina da estrarsi fra gli abbonati che avranno pagato il 1904 in tutto febbraio corrente.

Que! che promettiamo manteniarno. Feliz anno bom e Reis... muitos contos..." (713 — Capitan Fracasso)

202-A — *CECILIANA* apareceu a 4 de abril de 1897, prestando uma homenagem às moradoras do bairro de Santa Cecília. Lê-se, no artigo de apresentação: "E hoje aparece *Ceciliana* e é ainda mulher... é-nos excusado dizer o resto, porquanto o leitor inteligente já advinhou no título uma homenagem prestada às formosas habitantes do bairro de Santa Cecília, que bem podia chamar-se Jardim Paulistano.

Publicado em abril, maio, junho e julho, entretanto seu 8º número só circulou a 10 de outubro, alegando, como motivo da interrupção, a ausência forçada da Capital, de seu diretor e a falta de um substituto para assumir a direção.

A partir do nº 11, de 16 de dezembro, os artigos que, até então, apareciam subscritos com pseudônimos, passaram a trazer o nome do autor, entre eles Heitor dos Santos, Plínio Mota, J. Queiroz Filho, Lélis Vieira, Antônio Pimentel Júnior e B. Diógenes da Costa.

O nº 19, datado de 26 de março de 1899, apresenta-se sob novo aspecto. Passa a circular não mais como jornal e sim como revista, com trabalhos assinados por Júlio César da Silva, Mário dos Reis, Tomás Moretz-Sohn e Júlio Prestes.

A 11 de abril, o nº 20 assinala o 3º aniversário de *Ceciliana*, oferecendo poesias de Júlio César da Silva, Mário dos Reis, Júlio Prestes e Tolentino de Almeida e artigos de Artur dos Anjos, M. Miranda e Luciano Descaves.

Em o número de julho figuram os poetas Júlio Prestes, Benjamin Mota, Francisco Moreira, Preciliana Duarte de Almeida e Ricardo Gonçalves. Sobre este, escreve a redação: "Damos, no presente número, um soneto do inteligente menino Ricardo Meades Gonçalves para o qual chamamos atenção aos leitores. Ricardo poderá ter, quando muito, treze a quatorze anos, é 2º anista do ginásio, promete muito". Após a morte de Ricardo Gonçalves, "Monteiro Lobato & Cia." editaram-lhe os versos, dando ao livro o título de "IPÊS", onde, em apêndice, incluíram aqueles produzidos aos quatorze anos, entre os quais, no entanto não aparece o que *Ceciliana* publicou, que se intitula "Soneto" e é dedicado a Luís Maia:

A noite, a mensageira da tristeza,
Vinha caindo calma e lentamente
Tu meditavas recostada à mesa
Os olhos fitos no rubor do poente.
Ante o sossego e a paz da natureza
A alma buscava repousar contente
Nas regiões do ideal, essa deveza,

Florida sempre, sempre sorridente.

Eu fantasiava cenas de carinho
 Sonhava para nós risonho ninho
 Onde a vida corresse venturosa.

Mas minha alma que voava tão distante
 Rolou-te aos pés, ferida agonizante
 Ao ver-te fria e ao ver-te desdenhosa.

O último número por nos conhecido é o 26º, de 30 de novembro de 1899. (722)

203 — No número 75, ano II, de 18-19 de fevereiro de 1900, *NOVIDADES* publicou o soneto, inédito, de Cruz e Sousa, intitulado "A Volta". A 20-21 de junho noticiou que em breve, seria erigido um monumento a João Mendes de Almeida, na praça que tem seu nome, achando-se exposta, no Rio de Janeiro, a respectiva maquete, obra da escultora D. Miquelina de Assis.

Do Largo do Palácio, mudou-se a redação para a R. São Joaquim, nº 56 e, posteriormente, para a R. São Bento, nº 29.

Em data que não podemos precisar, passou a ser diretor-proprietário do jornal, Ferreira de Melo.

O último número de que temos conhecimento é o 285, ano V, de 21 de fevereiro de 1904. (762 — *Novidades*)

204 — O nº 4 é quase todo dedicado à comemoração do 4º aniversário da fundação da "Escola Modelo Prudente de Moraes", trazendo estampado, em toda a primeira página, o retrato do diretor do estabelecimento, prof. Pedro Voss. (787 — O Beija-Flor)

205 — Aristides Pinheiro fez parte, também da direção e redação da *CAPITAL PAULISTA*. (790)

206 — Teve a colaboração de Escaragnole Dória, Eduardo da Fonseca, Gustavo Teixeira, Venesláu de Queirós, Cardoso Júnior, Itagiba Caldas, Dias da Rocha Filho, Francisco Lagreca, Júlio Prestes, Alvaro Guerra, Júlio Radel, Luís Carvalho e outros. (790 — *Capital Paulista*)

207 — 13 de junho de 1894 e não de 1895. (Referência ao Dr. Alfredo de Toledo, pg. 837)

208 — De *O ACADÊMICO* conhecemos, apenas, os números 3 e 4, de 1º de julho e 11 de agosto de 1901.

No primeiro, sob o título "A Reforma do Ensino", Melo Nogueira Júnior faz severas críticas à reforma do ensino superior, "partida do Poder Executivo, que, assim, invadiu a órbita do Legislativo".

Colaboraram mais, nesse número, Agencir Silveira, Xavier de Almeida, Haroldo Amaral, Pedro Dória e Melo Nogueira.

O número 4, é dedicado à fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. (817)

209 — A primeira fase de *A LANTERNA*, durou até 1904 e não até 1911, como se verifica do esclarecimento prestado no número 354, de 13 de julho de 1933: “*A Lanterna* foi fundada em 1901, aparecendo o primeiro número em 7 de março. Essa fase durou até 29 de fevereiro de 1904, sob a direção de Benjamin Mota, sendo publicados 60 números, com 28 em edição diária, que durou de 15 de dezembro de 1903 a 24 de janeiro de 1904. Foi, portanto, de 3 anos a primeira fase deste jornal. A segunda foi iniciada a 17 de outubro de 1909, e durou até 19 de novembro de 1910, sempre sob a direção de Edgard Leuenroth.” (851)

210 — Ver o título 875.

211 — Agosto de 1900 e não de 1901 é a data do aparecimento da *Arcádia Acadêmica*. (854)

212 — Esta revista é a mesma. *Arcádia Acadêmica* (título 854), em seu segundo ano de apresentação e com o título reduzido. (Arcádia — 875)

213 — O primeiro número de *IMPRESA ACADÊMICA*, apresenta um bom artigo escrito por Taciano Basílio, comemorativo dos 74 anos do Curso Jurídico no Brasil e reproduz o discurso pronunciado, a 27 de junho, pelo acadêmico F. Fagundes de Almeida Filho em homenagem ao falecido Conselheiro Gaspar Silveira Martins.

Merecem um especial destaque as notícias e o artigo “Vandalismo”, da lavra de Augusto Simões Lopes, a respeito do conflito havido a 7 do mesmo mês entre a polícia e os alunos da Faculdade de Direito que prestavam solidariedade aos colegas do Rio de Janeiro, fazendo o enterro simbólico de Eptácio Pessoa.

Foi, nesse número da *Imprensa Acadêmica*, que apareceu, pela primeira vez, um soneto que se tornaria uma das jóias da poesia brasileira: “Cristo de Marfim”, do estudante Antero Bloem. (881)

214 — Rafael Marques Cantinho, citado, apenas, como Cantinho Filho. (881)

215 — Luís da Câmara Lopes, citado, apenas, como Câmara Lopes. (881)

216 — Adotou, mais tarde, o título de *La Verità*. (Ver título 1045). (La Redame 894)

217 — Sob a mesma denominação começou a circular, a 6 de setembro, um outro jornal. (Ver título 941). (913 — Indicador Comercial)

218 — Ver o título 1173. (923 — O Jocosos)

219 — Em seu primeiro ano *A ÉPOCA* publicou, apenas, 4 números. Em 1903, publicou os números de 5 a 10, este datado de 11 de outubro, quando eram seus redatores Dagoberto Sales, Pedro Odilon do Nascimento e José Carlos de Macedo Soares.

Com o lançamento do número 10, foi suspensa a circulação do jornal, que publicou a seguinte nota: “Com o presente número *A Época* suspende sua publicação do corrente ano, para recomeçá-la ao iniciarem-se as aulas do próximo ano. Durante o ano de 1903, esta folha deu 6 números, nos quais (com orgulho dizemos) foram só e unicamente publicados trabalhos de sócios do “Círculo Jurídico Acadêmico”. (927)

220 — *O APRENDIZ* apresentou-se com a seguinte declaração: “O nosso fim é exercitar-nos nas lides do jornalismo. Soldados bisoños, mas cheios de coragem, marchamos eretos para esse campo de batalha, onde tantos têm naufragado, na certeza de que, se cairmos, teremos, ao menos, o mérito de haver lutado corajosamente”.

Tinha redação à Avenida Paulista nº 6. (964)

221 — O número 4 é de 7 de junho. (*A Semana* — 991)

222 — *O ONZE DE AGOSTO*, órgão oficial do “Centro Acadêmico XI de Agosto”, fundado a 11 de agosto de 1903, veio a lume no mesmo dia, com uma longa apresentação, tendo o “Centro” procurado, desde o aparecimento de seu jornal, fazê-lo imprimir todos os anos, o que nem sempre foi possível, tendo mesmo deixado de circular em alguns períodos.

Longo seria narrar a história desse jornal, tal o volume de matéria de alto valor que apresenta para a pesquisa e o conhecimento da História de São Paulo, da Imprensa Acadêmica e, mesmo, da imprensa em geral.

Um ano após sua fundação, foi posto a circular o nº 3, estampando a Redação um longo artigo, alusivo à data. Nesse mesmo ano foram publicados os ns. 4 e 5, respectivamente de 7 de setembro e 12 de outubro.

No primeiro deles colaboraram Paulo Sampaio, Gustavo Pais de Barros, Salvador Torres, Tapajós Gomes e Luís Pereira de Campos Vergueiro, e, no último, figuraram o conto “Gens Ennuyeux”, de Monteiro Lobato e o soneto “Mimo de caçador”, de Ricardo Gonçalves, trabalhos classificados, em primeiro lugar, no concurso lite-

rário promovido pelo "Centro", de cuja comissão julgadora participaram os drs. Sílvio de Almeida, Garcia Redondo e Amadeu Amaral.

O nº 2, ano IV, de 14 de julho de 1906, traz o comentário da Redação sobre a vitória alcançada pelo povo francês, com seu desafio a Luís XVI e sua corte e, mais, entre outros, os artigos "Evolução do Direito", de Alberto Azevedo, "Eduardo von Hartmann e a filosofia do inconsciente", de Adolfo Konder e "Poetas e Filósofos" de Waldemar Ferreira e o conto de Antônio Sampaio Dória, "Lúcia de Vilhena".

O nº 3, ano VI, de 7 de setembro de 1909, apresenta a reprodução de um artigo de Lino Moreira, escrito a 11 de agosto, sobre Euclides da Cunha, onde o autor diz: "O Centro Acadêmico Onze de Agosto, que tinha em Euclides da Cunha um dos mais dedicados amigos e que era um dos mais devotados admiradores do eminente publicista fluminense, sentiu em todo seu horror o ecoar desse dobre fúnebre que cobriu de tristeza e de luto todo este grande país, e chorou as lágrimas mais sinceras pela desdita própria e de todo o Brasil".

Publica mais os versos "O Louco", de Plínio Barroso, "Ao Cristo", de Alfredo de Assis e "Versos Frívolos" de Arnaldo Porchat.

O nº 4, ano VII, de 25 de janeiro de 1910, presta, em seu artigo de fundo, homenagem a Carlos Vilalva Júnior, falecido ao alcançar o 5º ano da Faculdade. Todo este número é dedicado à sua memória, traçando-lhe a biografia e reproduzindo artigos publicados em toda a imprensa paulista.

O nº 2, ano VIII, de 1º de outubro de 1910, reúne os artigos "Intra Muros", escrito a respeito da tentativa de deposição da Diretoria do "Centro Acadêmico" e "As Fórmulas da Vida-Cívica", de Florivaldo Linhares; discurso do Dr. Reinaldo Porchat, orador oficial na comemoração da data magna acadêmica e os versos "Epigrama" e no "Olimpo", de Manuel Carlos Ferraz e "Dor do Frade", de Eurico Sodré.

O nº 1, ano IX, de maio de 1911, contém artigos sobre o falecimento dos professores Rafael Correia da Silva e João Pedro da Veiga Filho e os versos "No Convento", de Laerte Setúbal e "Esfinge" de Pedro Krähenbül.

O nº 2, ano IX, de junho-julho, do mesmo ano, apresenta, entre outros artigos, "A Utopia Socialista", de Alexandre Correia, "Dois Extremos", de José do Patrocínio e "XX de Setembro" de M. Carneiro de Mendonça.

O nº 3, ano IX, de agosto-setembro, ainda do mesmo ano, entre os vários artigos inclui "Onze de Agosto", de Justo Seabra e "A Infância

desacompanhada” de M. Carneiro de Mendonça e os versos “Roma” de Paulo Setúbal, “Uma Vela que Passa”, de Ricardo Gonçalves e “Wagner”, de Laerte Setúbal.

O nº 1, ano X, de agosto de 1912, lembra a grande data da Faculdade, em artigo de Teodoro F. Camargo.

O nº 2, ano X, de outubro de 1912, publica, entre outros artigos, “Assistência Judiciária”, de J. Benício de Paiva, “Nero Artista”, de Bolívar Barbosa, “Divagando”, de Genésio Cândido Pereira e “Crime e Contravenção-Elementos Constitutivos”, de Gontran Reis.

O nº 3, de 15 de dezembro, desse mesmo ano, apresenta o artigo que, sob o título “Duas Festas Expressivas — A Chave e a Bandeira” escreveu Aureliano Guimarães.

O nº 1, ano XI, de julho de 1914, traz, entre outros, os artigos “Estudos Históricos”, de Brás de Souza Arruda, “O Romantismo de Álvares de Azevedo”, de Manoel de Azevedo e “O Onze de Agosto e a Academia”, onde Teodoro F. Camargo tece comentários a respeito desse jornal. (1.001)

223 — Sua assinatura anual era de 6\$000 e a semestral de 3\$000. (O Estudante — 1.004)

224 — A partir do nº 18, ano II, de 9-10 de janeiro de 1904, foi constituída nova empresa, assumindo a direção política e literária Hipólito da Silva e Arlindo Leal, continuando a parte artística com Peregrino de Castro.

Foi na *VIDA PAULISTA* que Afonso Schmidt, então com 13 anos, publicou seus primeiros versos. (1.012)

225 — Os redatores de *A MOCIDADE* eram, apenas, Júlio dos Santos Júnior (redator-chefe) e Florentino Bela. Domingos Mateus fazia parte da redação, autorizado a receber as assinaturas, passando, posteriormente, a exercer as funções de secretário.

O último número deste jornal foi publicado em dezembro de 1903, nº 4, tendo desaparecido para dar lugar à revista *A Idéia*, segundo comunicado inserido no mesmo:

“A *IDÉIA*. Nascida da fusão d’*A MOCIDADE* e d’*A IDÉIA*, jornal literário e crítico, de Angelo Sílvia, virá à luz da publicidade, a princípios de fevereiro, uma nova revista mensal: literária, crítica, humorística, intitulada *A IDÉIA*. As pessoas assinantes d’*A MOCIDADE*, que quiserem receber a nova publicação, de fevereiro a fevereiro (um ano), terão de nos enviar mais 2\$000.

Do contrário, receberão só 7 números da mesma revista, até inteirar o ano de assinatura d’*A MOCIDADE*, contados os números deste jornal até hoje. A *IDÉIA* contará com a colaboração dos mais

festejados poetas e prosadores desta Capital e mais localidades do interior do Estado, e com a ilustração de três distintos desenhistas de São Paulo.

Por termos de tratar da publicação d'A IDEIA, que deverá sir a princípios de fevereiro, não será publicada em janeiro *A MOCIDADE*". (1.017)

226 — Seu nome era *A SEMANA* e não *REVISTA "A SEMANA"*. Este jornal vinha revestido com uma capa de papel com os dizeres: — "Revista" — "*A SEMANA*". (1.030)

227 — Protásio Rodrigues e não Protário Rodrigues. (1.030)

228 — Sob a mesma denominação circulou outro jornal, em 1905. (Ver título nº 1.108). (*L'Independente* — 1.038)

229 — É a seguinte a apresentação de *MERCÚRIO*: "Aparecendo hoje na arena da imprensa periódica paulista o pequeno órgão *Mercúrio* vem animado do mais acendrado devotamento em prol do engrandecimento do Comércio.

Pugnando, como se propõe, a defender na órbita de suas atribuições esse meio seletto que abriga em sua vasta plenitude todas as forças vitais de nossa Pátria, fazendo-as fortes e respeitadas perante as nações civilizadas, há de envidar o seu mais pujante esforço em bem de seu desideratum.

Assim se apresentando despido de preconceitos, porém, animado do mais forte desejo, espera o concurso dos seus admiradores o necessário incitamento para a sua luta." (1.065)

230 — Assim se apresentou *O COLIBRI*: "O Nosso Programa — O título desta publicação sintetiza o seu programa! Como a gentil avezinha de irisadas cores saltitante voa de flor em flor osculando-as com ternura e haurindo-lhes precioso néctar, assim nós, procurando os assuntos mais delicados e brilhantes, e tratando-os com carinho e amor, deles extrairemos alguma coisa de ideal e de belo, para mimosar o paladar apurado das nossas gentis leitoras." (1.096)

231 — Da longa apresentação de *ANIMA E VITA* transcrevemos alguns de seus trechos:

"Il nostro programma non é vasto quanto lo potrebbe essere, dato el numero grande di cose e di scopi buoni cui rivolgiamo un pensiero di conquista.

Il nostro programma é molto breve, anche perché abbiamo sempre avuto la convinzione che quando si fanno molte promesse, difficilmente si possono mantenere.

.....

Noi vorremo che tutto il mondo, che tutta l'imensa falange umana non conoscesse il dolore all'infuori di quelle ene é intrinseco alla vita nelle sua manifestazioni naturali.

Vorremo che tutta le umane creature e, specialmente quelle la cui vita non traccia un solco inutile sulla terra e non inutilmente passe attraverso all'avvicinarsi dei secoli, solo perche hanno lavorato pel bene, per l'utilità della grande famiglia umana, non conoscessero mai le tristezze della miseria, l'angoscia che strazia, pensando all'incerteza del domani.

Vorremo che l'ignoranza non avesse piú ospitalità dal cervello de gli uomini e che ogni sguardo di creatura che incomincia a sentire ed a comprendere la vita coi suoi molteplici bisogni fosse um lampo di luce che aiuta a diradare quelle tenebre che ancora avvolgono la coscienza ed il sentimento di molti, a svantaggio del bene comune.

Vorremo che ogni creatura umana dopo aver pagato, como di dovere, alla società il suo tributo di lavoro, si vedesse riconosciuto da questo il diritto alla vita, alla gioia, diritti contesti ancora oggi alle grande maggioranza degli uomini che da tanti secoli compiono verso la società il loro dovere. Vorremo che di fronte alla fame que lacera le membra che s'adoprono al lavoro quotidiano, alla miseria che uccide che la vita consuma nel creare ricchezza, un barlume de giustizia rischiarasse l'errore, dimonstrando che la vita, così com'è, fatta di soprusi e di inganni, non é bella, non é nobilmente spese.

Vorremo poter cancellare tutte le passioni che traviano, gli errori che ingannani per veder sorgere sulle loro rovine l'idea buona che ensega gli uomini la grande legge d'amore universale.

Tutto ciò vorremo, e ben altro piú bello ancora; ma le nostre forze sono poche e troppo deboli. Non abbiamo altro, altro che e! Anima e la Volontá, che é Vita, per adoperarci alla bizogna.

.....” (1.101)

232 — O nome completo é *BOLETIM COMERCIAL DE RAMOS & COMP.* (1.113)

233 — O primeiro número circulou a 11 de fevereiro de 1905. (1.122 — Arara)

234 — O *AMÉRICA* era de propriedade e direção de Álvaro Viana e não de Álvaro Viana & Comp. Seu número 5, ano I, circulou a 10 de abril de 1905, o que faz acreditar que, em se tratando de

uma publicação mensal, o primeiro número havia saído em dezembro de 1904.

Assinatura 6\$000. Redação Provisória: Rua Uruguaiana nº 64. (1.124)

234-A — O último número (6) do volume III, de *IRIS*, não apresenta, como todos os anteriores, a indicação do mês em que foi publicado. Traz, no entanto, a seguinte declaração: “Por motivos alheios à nossa vontade, só agora nos é dado distribuir este fascículo, que é o 6º e último do III volume de *IRIS*. Sendo-nos absolutamente impossível regularizar por meses a publicação da nossa revista enquanto ela não tiver oficina própria, os srs. assinantes, bem como os senhores anunciantes, contarão o prazo das suas assinaturas, ou anúncios, não mais por *meses*, mas sim por *vezes* ou fascículos, correspondendo cada ano a uma série de 12 números”. (1.164)

235 — É a seguinte a apresentação de *O ALBUM IMPERIAL*: “Em duas palavras diremos ao que vem o *Album*. Revista político-literária seu próprio título define a parte principal que se traçou e que se promete cumprir: render homenagem por meio da biografia e do retrato, aos brasileiros ilustres do Império.

O Album virá, dessa forma, pela pena de festejados colaboradores, escrevendo aos poucos a história pátria, através da biografia de seus vultos eminentes nas diversas manifestações do espírito humano e nas múltiplas esferas da atividade. E, assim, à medida que recordar, para exemplo dos moços, a vida dos que deram brilho e glória ao nome brasileiro, irá também prestando culto ao passado que aqueles dignificaram e no qual se formou o caráter dos que ainda, presos ao nome desse mesmo passado, condenam os desvairios do presente”.

Os números que se seguiram foram publicados nas datas seguintes: nº 2, 20 de janeiro; nº 3, 5 de fevereiro, nº 4, 20 de fevereiro; nº 5, 5 de março; nº 6, 20 de março, nº 7, 5 de abril; nº 8, 20 de abril; nº 9, 5 de maio, nº 10, 20 de maio.

Publicado nos dias 5 e 20 de cada mês, o último número 24 ano II, apareceu, a 20 de dezembro de 1907. (1.171)

236 — O segundo número de *A IMPRENSA ACADÊMICA*, foi distribuído a 3 de agosto, nele figurando os sonetos “Mistério e Paz”, de Flexa Ribeiro e “Soneto”, de Paulo Eiró, dedicado à afilhada Gabriela.

De outubro é o número 3, dirigido apenas por Vilalva Júnior, apresentando, na primeira página, um soneto de Cândido de Carvalho, dedicado a Vicente de Carvalho e, entre outros, os versos “Frêmitos de Amor”, de Ricardo Gonçalves e “Despedida”, de Agcnor Silveira.

O 4º número apareceu em dezembro. Nele tem destaque os versos “No Avanhandava”, de Freitas Guimarães, “Soneto”, de Agenor Silveira e “Do Cancioneiro de Dois Tristes”, de Carlindo Lelis. (1.191)

237 — Sem vinculação com a Faculdade de Direito a partir do 5º número. (Ver título 1.222). (1.191)

238 — O primeiro número é de 26 e não de 24 de maio. (1.191)

239 — O *SORRISO* ainda circulava a 19 de abril de 1908, quando foi publicado o nº 6, ano II, trazendo uma crítica do livro *Florário*, de Francisco Gaspar, e estampando sonetos de Yde Schloembach, Sotter Nóbrega e J. Gaglianone de Oliveira. Anunciava, para breve, a colaboração de Terêncio Porto. (1.205)

240 — Ver título 1.191. Continuando a numeração de *A Imprensa Acadêmica* (nota 236), seu nº 6 é de maio e o 7 de agosto. O 8º, circulado em 1908, não traz a data e o 9º e último é de fevereiro desse ano. (1.222 — Revista Nova)

241 — Página 997, da revista citada, número de ordem 1.178 e não 1.180. (1.235 — A Vida Moderna)

242 — 14 de dezembro e não 18, como se lê do nº 105, de 18 de dezembro de 1909; “Comemora o *Argus*, com este número, o segundo aniversário de seu aparecimento.

Quando, a 14 de dezembro de 1907, apareceu o primeiro número deste semanário...”. (1.252)

243 — A Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, possui os ns. 2, 3 e 5 de *IL FIORE*.

Preço: assinatura anual 5\$000, semestral 3\$000, número avulso 200 réis. (1.278)

244 — Nesse número, o primeiro, o estudante de direito Aureliano Leite, declarou: “Exultam desde o dia 23 de agosto os pseudos civilistas de São Paulo, com o resultado dessa já célebre convenção, que eles chamam solenemente de nacional, que para nós, os insuspeitos e desapaixonados, que não ignoramos que o Brasil tem vinte Estados e um Distrito Federal, não passa de uma esfarrapada reunião de, na sua maioria, despeitados, injustos e ambiciosos”. (1.324 — Vinte e Dois de Maio)

245 — O número 1 é de janeiro de 1910, tendo na página central dupla, ilustrada por Yoyo (Aureliano Amaral), os versos “A Invenção do Diabo”, de Vicente de Carvalho.

O número 11 é de março do mesmo ano. Preço: assinatura para a Capital, ano 15\$000, para o interior do Estado, 18\$000; semestre 8\$000 e 10\$000, respectivamente; número avulso em todo o Brasil, 400 réis. (1.338 — A Lua)

246 — O primeiro número de *LA SCURE* foi posto à venda, ao preço de 200 réis, no dia 2 de abril de 1910. Tinha sede provisória à Rua Boa Vista nº 44.

Sua finalidade foi assim explicada: — “Un altro giornale! Già: un altro giornale. Ma — in compenso — non un giornale como gli altri. Gli altri giornali che esistono nel nostro ambiente, si possono raggruppare in tre categoria: i giornali di speculazione commerciale, i giornali di ricatto ed i giornali di idee e di propaganda d'un determinato partito. *La Scure* pretende di far casa a se a dicostituire una quarta categoria: quella del giornali di lotta...”

Nesse número anunciava que o seguinte só apareceria a 23 de abril, por que o diretor, Alceste De Ambris estaria em viagem de propaganda pelo interior do Estado e que o número 3 seria dedicado “al Primo Maggio e sara doppio, contendo notevoli articoli di collaborazione intorno alla ricorrenza operara e disegni originali”. (1.344)

247 — *A PERSEVERANÇA* ainda circulava a 20 de setembro de 1911, quando apareceu o nº 10, onde é reproduzido, em português, o trecho do livro de George Clémenceau a respeito da cidade e do Estado de São Paulo. (1.361)

248 — Era diretor-proprietário de *O PIRRALHO*, José Oswald N. de Andrade. Nos primeiros números trazia caricaturas feitas por Voltolini e, posteriormente assinadas por PAU.

Redação à R. 15 de Novembro nº 50-B.

Publicava violentos artigos contra o Governo do Marechal Hermes da Fonseca e contra o Senador Pinheiro Machado.

O último número que conhecemos tem a data de 11 de julho de 1914. (1.382)

249 — Em maio de 1912, circulou o segundo número de *A FANFARRA*, o último que publicou, trazendo um apelo à classe acadêmica para que se unisse. Colaboraram, nesse número, entre outros acadêmicos, Sarti Prado e Francisco Arantes Junqueira e o bacharel Waldemar Ferreira. (1.390)

250 — Baby de Andrade, mais tarde, grangeou larga notoriedade na direção de *O PARAFUSO*. (1.408 — Gavroche)

251 — “O 1º número do *Gavroche* foi distribuído a 9 de março de 1912, aparecendo essa data na página de frontespício, embora na respectiva capa veja-se gravada a data de 9 de março de 1911. Essa data, diz Oswald na citada edição: “Porque aparecemos. Num momento de rebelião nós formamos uma parede e nos desagregamos de um chistoso semarário da Capital. Resolvemos agir por nós mesmos, continuando uma orientação que foi nossa e bem aceita pelo público;

vamos procurar com os mesmos esforços a reintegração de um direito, que nos assiste porque já foi um direito por nós conquistado; palmas, confiança e popularidade. Oxalá que sejamos felizes. Oxalá, respondeu o nosso padrinho.”

O semanário a que se refere a nota era *O Pirralho*, do qual Baby e Teófilo acabavam de se separar”. (Nota do autor em o vol. XXV, pg. 490, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). (1.408)

252 — O primeiro número de *O MONITOR* é de 19 de março de 1913. Nele declara: “A nossa Associação completa hoje o seu segundo ano de existência. E para comemorar esta data gloriosa, que representa mais um triunfo para a nossa Associação, a diretoria resolveu iniciar hoje a publicação d’“O Mensageiro”, que continuará a aparecer mensalmente, no intuito de bem orientar os srs. consócios de todo o movimento da nossa Associação, principalmente aqueles que moram no interior e não podem freqüentar a sede social”.

Era distribuído no primeiro domingo de cada mês. (1.441)

253 — O terceiro número é de 29 de outubro. Tratando-se de uma publicação semanal, conforme se verifica do anúncio publicado na página 24: “esta folha semanal assina-se à Rua da Quitanda nº 21-A”, o primeiro número teria saído a 15 desse mesmo mês.

Da circular expedida ao clero paulista, pelo bispo coadjutor, D. Joaquim Arcoverde, recomendando a tomada de assinaturas, consta que os pedidos deviam ser dirigidos ao Presidente do Conselho Superior da Federação Católica de S. Paulo, Dr. Brasília Machado.

A partir do nº 80, de 19 de maio de 1895 a *PÁTRIA* passou a ser impressa em tipografia própria.

A 26 de abril de 1896, nº 129, apresentou-se com novo formato, tendo a redação declarado: “A *Pátria* entrando hoje em nova fase, muda de formato, mas não muda de idéias”.

Será sempre o mesmo órgão da Federação Católica, sem renegar o seu passado, nem desconhecer a sua origem, sem modificar sua legenda, nem desmentir suas tradições, nem trair seus intuítos, nem alterar seu programa.

Defendendo o princípio católico em toda sua pureza, que constitui o patrimônio da Igreja, não esqueceremos os interesses da Pátria, que se confundem com a Religião. (1.490)

II) JORNAIS NÃO CITADOS EM IMPRENSA PERIÓDICA DE SÃO PAULO

15-A — *O OBSERVADOR DAS GALERIAS*, jornal de oposição ao governo geral e ao da Província de São Paulo. seu primeiro núme-

ro apareceu a 19 de janeiro de 1838, e circulou até 15 de maio do mesmo ano quando passou a denominar-se, com o número 34, desse dia, *O Observador Paulistano* (título 15, e nossa nota nº 20).

Publicava-se duas vezes por semana, na Tipografia de Costa Silveira, à Rua São Gonçalo nº 14. A assinatura custava 1\$280 réis por dois meses.

Na Hemeroteca Júlio Mesquita existe o exemplar nº 15, de 9 de março, do qual transcrevemos a parte inicial de seu artigo de fundo:

“Ê chegado a esta Cidade o Sr. Venâncio José Lisboa, novo Presidente da Província, que já em outro tempo honrou a nossa terra com uma empresa mal sucedida. S.E. deu prova de sua grande atividade na pressa com que arrunceu o fato enquanto se lhe passava a carta. Se as rebeliões das províncias fossem providas como o negócio a que S.E. vem correndo, há muito deviam estar acabadas.

Muito contentes devem estar as influências momentâneas da Província, pois tanto elas desejaram a mudança do Presidente, que é público terem-na exigido como condição *sine qua non* para votarem no Exmo. Sr. Pedro de Araujo Lima para Regente.

O dia 22 de abril não está longe, era necessário acudir com este movimento rápido. Em breve veremos o resultado, que deve ser muito esperançoso, ajudado com as pastorais de S.E.Rm. cujo auxilio há de ser pronto e enérgico assim como foi há pouco a favor do Exmo. Sr. Vasconcelos, posto que mal sucedido, e precedentemente nas eleições provinciais e gerais.

S.E.Rm. nesta parte é engenhosa e sublime. Em lugar de recomendar a invocação do Divino Espirito Santo, ele mesmo se constitui Espirito Santo (dos que chamam de orelha), para **inflamar aos seus Ministros** e às suas humildes ovelhas. Podemos afoitamente afirmar que nenhuma Diocese do Brasil, e talvez de todo o orbe Católico, estão associadas às Sacrosantas Funções Espirituais a intrigas das eleições, e a uma intriga baixa, muito acima da qual devia estar elevado o Caráter Episcopal: mas o que há de ser? A Província de S. Paulo não pertence hoje aos Paulistas, se exceuarmos poucos que nela têm parte por clientela, ou por convicção.

Paulistas honrados! acordai-vos do sono letárgico em que deixastes levantadas espumas estranhas. Consultai vossa consciência e vossa dignidade! *Sêde Paulistas!*”

40-A — *O DESPERTADOR CRISTÃO* — Semanário religioso, aparecido em 1849, que circulava aos domingos. Era impresso na

Tipografia Comercial, à Rua do Comércio n° 41, onde se subscrevia a 6\$000 por ano ou 3\$000 por semestre, pagos adiantadamente.

De seu cabeçalho: “Deveres do homem fundados na Religião (Hi in curribus et hi equis; nos autem in Nomine Dei Nostri. . .).

69-A — *A SALUBRIDADE* — Seu primeiro número tem a data de 12 de dezembro de 1855. Não tinha dia certo para ser publicado. Era vendido a 80 réis o exemplar, impresso na Tipografia Imparcial.

72-B — *MISCELÂNEA* — Periódico manuscrito, seu número 1 tem a data de 13 de julho de 1856. Publicava-se duas vezes por mês, em dias indeterminados. Assinatura 640 réis por ano e 320 réis por semestre.

Dimensões e formato: 22 x 16 1/2. Meia folha de papel almaço dobrada em duas. Manuscrito em tinta preta em três colunas separadas por traços verticais a tinta vermelha.

Acreditamos ser o número 1 o único aparecido.

110-A — *O BUSCAPÉ* — Jornal acadêmico, impresso na Tipografia Imparcial. Cobrava 2\$000 “pelo tempo que durasse os trabalhos letivos”. O seu 2° número tem a data de 4 de julho de 1862.

125-A — *A CRENÇA* — A respeito deste jornal, escreveu João Amoroso Neto em *O Estado de S. Paulo* de 27 de julho de 1947: “A Crença, publicação literária, era impressa na Tipografia “Imparcial”, de J.R. de Azevedo Marques. O exemplar que possuo tem o n° 11 e foi editado em 7 de setembro de 1864, II bimestre. Tem quatro folhas numeradas de 9 a 16. Publica o seguinte: Na primeira página um artigo intitulado “A liberdade”, alusivo à data da nossa Independência. Não está assinado. Na segunda, “Fragmentos de um romance. Carta I”, assinado por Stefano. Na terceira página “Soneto”, de João Guilherme Ratcliff. Na quarta página, “Balada I”, de Fernando S. F. Magalhães, com a nota (continua). Na quinta página vem a “Crônica Semanal”, sobre a inauguração do teatro S. José, no dia 4 de setembro de 1864, com a peça “A túnica de Nessus”, de Sizenando Barreto Nabuco de Araujo, drama exibido pela primeira vez na Corte, no teatro do Ateneu Dramático. Anuncia também a próxima representação nesse teatro do drama “Aristocracia e dinheiro”. Na sexta página participa “à leitora uma boa notícia, toda poética, artística e literária”. O distinto escritor brasileiro o Sr. Machado de Assis vai dar a lume um volume de versos. Versos de Machado de Assis! O maior elogio para o livro está no nome que o assina. Dentre todos os mancebos ilustrados que compõem a moderna falange literária, Machado d’Assis é um dos mais modestos, dos mais inteligentes, dos mais poetas. O autor do “Caminho da porta” é o autor dos “desencantos”, é o poeta singelo, melodioso, encantador dos versos a “Corina”, essa Corina que se passar d’um sonho de vinte anos,

é mais do que uma simples poesia do momento. Machado d'Assis publicando o seu volume poético, satisfaz a mil pedidos, a mil desejos d'uma multidão ávida de versos mimosos. Ass's é o nosso "Deumier". Na sétima e oitava páginas publica "Crônica teatral, sobre a representação de "A túnica de Nessus". O articulista tece elogios à peça e comenta o trabalho dos artistas Gabriela, Cardoso, Vitorino e dr. Oliveira, que se portaram mais ou menos bem. Quanto ao ator Gonçalves achou-o muito afetado na declamação. E, para terminar: "Leitores, não posso ocultar-lhes o meu pensamento. O drama não foi estudado como devera ser. O autor bem se esmerou... mas deixaram-no (sic) só. Esperava-se muito mais da inteligência e da boa vontade dos artistas. "A túnica de Nessus é um belo drama, que, se tem defeitos, compensa-os todos com as imensas belezas que os leitores lhe entreverão. Bem quizera eu analisá-lo... mas sobra-me trabalho e escasseia-me o tempo".

Do exemplar nº 11 não constam os nomes dos seus redatores, o endereço da redação, o preço da assinatura e do número avulso nem a indicação dos dias em que o periódico se publicava. Dimensões e formato: 28 x 18 1/2 cms., 4 folhas, 1 coluna de 6 cíceros e 12 pontos, tomando toda a largura da página."

151-A — *QUINZE DE OUTUBRO* — Jornal de estudantes da Academia de Direito redigido, entre outros, por Rui Barbosa. Apareceu a 30 de outubro de 1868.

287-A — *A GAZETINHA* — Jornal aparecido a 27 de janeiro de 1884, sem a declaração de quem ou de quais seus responsáveis, o que somente foi feito no 3º número, a 11 de agosto. Figurou, então, como seu redator, o estudante de direito Vitor Marques da Silva Airosa.

Foi este o primeiro jornal acadêmico a manifestar-se em prol da libertação dos escravos.

No primeiro número publicou o conto "O Leilão", de Antônio Barreto do Amaral, e os sonetos "Vibrações", de Oliveira Martins e "Soneto", de Silva Braga.

O segundo número circulou a 21 de abril, com artigo da redação alusivo à data, assinado por Constâncio da Silveira, versos de Eduardo da Silva Chaves, de Vitor Airosa e de Oliveira Martins e um conto de Antônio Barreto do Amaral.

Em comemoração à data da fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, circulou, a 11 de agosto, o terceiro número. Nele, Vitor Airosa, subscreveu o artigo de fundo, manifestando o pensamento do órgão a favor da libertação dos escravos.

623-A — *L'ITALIA* — Publicação redigida em italiano, declarava ser um giornale settimanale intransigente". Redator G.A. Santanello. Redação Ladeira São Francisco nº 16. Assinatura: um ano 10\$000, semestre 6\$000, número diário \$100, atrasado 200 réis.

Conhecemos somente o nº 40, ano II, de 25 de março de 1896.

676-A — *IL TRIBUNO ITALIANO* — O único número que conhecemos traz as seguintes indicações: Giornale Quotidiano. S. Paolo, Martedì-Mercoledì, 23-24 Giugno, nº 2 — Celso Pasini Direttore-Responsabile. Redazione e Amministrazione — Rua 15 de Novembro num. 43-A. Stabilimento tipográfico a vapore, Rua Marechal Deodoro n. 40.

692-A — *IL MESSAGGERO* — O único número deste jornal, que conhecemos, tem o número 9, ano I, e a data de 5 de dezembro de 1896, o que nos leva a crer ter aparecido no mês anterior.

Redação e administração, em S. Paulo, à Rua da Fundação nº 2-A e no Rio de Janeiro à Rua Regente nº 9.

Era publicado em italiano e continha uma "Seção Brasileira", redigida em português.

694-A — *REVISTA DO JARDIM DA INFÂNCIA* — Revista anual, o primeiro número é de 1896 e o 2º de 1897. Publicação oficial. Tipografia a vapor de Espíndola, Siqueira & Comp., Rua Direita 10-A.

Colaboração de Zalina Rolim, Maria Ernestina Varela e Gabriel Prestes.

Do número inicial destacamos o seguinte: "Graças ao patriótico auxílio do Governo do Estado iniciamos hoje a publicação da *Revista do Jardim da Infância* tendo por fim tornar conhecidos os processos empregados em tais instituições de ensino e reunir os elementos artísticos necessários à organização do ensino infantil pelo sistema froebeliano.

Por esse modo aperfeiçoaremos a instituição já criada nesta Capital e facilitaremos novas criações que, por ventura, se venham a fazer ou pela ação do Governo ou por iniciativa particular."

699-A — *O AIMORÉ* — Órgão do "Clube Aimorés". Publicado anualmente, durante o carnaval. Seu primeiro número teria sido editado em 1897. A Hemoroteca Júlio e Mesquita possui o número de 14 de fevereiro de 1904, ano VIII.

712-A — *REVISTA DO BRASIL*. Fundada em 1º de julho de 1897, tendo como diretor o poeta simbolista Cunha Mendes e secretário Vale Silva, o qual deixou o cargo a partir do nº IV. Legenda "Fac et spera". Revista literária, que foi grande divulgadora da

“arte nova” em S. Paulo, tinha na capa um desenho do pintor Almeida Júnior. A respeito dela, em o número XII, ano II, foi feita esta declaração: “A capa com que, durante o ano, foi impressa a Revista do Brasil, é uma recordação oferecida ao nosso director. Sendo agora impressa no corpo da Revista, poderá conservar-se por muitos anos, como lembrança do pranteado Almeida Júnior”.

Até seu desaparecimento, em 1901, teve elevado número de colaboradores, entre os quais Afonso Arinos, D. Edwiges de Sá Pereira, Virgílio de Sá Pereira, Amadeu Amaral, Artur Andrade, Alcides da Cruz, Teófilo Dias, Viana de Carvalho, Gil Gois, Araripe Júnior, Félix Bocaiuva, Clóvis Beviláqua, Marcolino Fragoso, Artur Azevedo, Emilio Kemp, Alcides Cruz, Júlio Ribeiro, Xavier de Carvalho, Garcia Redondo, Celso Vieira, Coelho Neto, Paulo Egídio, Antero Bloem, Alberto Seabra, Batista Cepelos, Silvio Romero, Benjamim Mota, Vicente de Carvalho, Júlio Pernetta, Freitas Guimarães, Bruno Barbosa, Amália de Freitas, Silvio de Almeida, Emilio de Meneses, Leônidas Arantes Barreto e Artur Prestes.

725-A — *O PALADINO* — Periódico quinzenal, cujo primeiro número circulou a 2 de dezembro de 1897. Redação, R. Vitória nº 55. Dimensões e formato: 23x16, 4 páginas a 2 colunas.

Colaboraram, nesse número, Ricardo Mendes Gonçalves, então com 14 anos de idade, Adalgiso Pereira da Silva, Porfirio Prado Alfredo de Vasconcelos e Quinca Júnior.

757-A — *GAZETA POPULAR* — Jornal diário, de propriedade de Oliveira & Cia., posto em circulação a 23-24 de julho (sábado-domingo) de 1898.

Do seu longo artigo de apresentação, destacamos o período final: “Combatendo a especulação comercial que nos oprime o crédito, orientando o espírito público no desencadeamento dos fatos, pugnando pela prática dos princípios democráticos para prestígio das instituições que nos regem, acorçoando a iniciativa particular e o desenvolvimento do comércio, indústria e lavoura para o engrandecimento nacional, enfim, na expansão de todos os elementos vitais do país, tanto de ordem social como política, a *Gazeta Popular* demandando um posto nos arraiais da imprensa paulista, uma das que mais honram o jornalismo pátrio, por lema terá: DO POVO E PARA O POVO”.

Em o número 28, de 27 de agosto, reproduziu, com destaque a poesia que Tomás Ribeiro escreveu em homenagem ao Dr. Campos Sales e que o Conselheiro Augusto de Castilho leu no banquete oferecido a S. Exa. na Sociedade de Geografia de Lisboa.

A 3 de outubro prestou grande homenagem ao Presidente eleito do Brasil, a ele dedicando toda a primeira página, ilustrando-a com uma apoteose, “Homenagem ao General Campos Sales”.

A partir do dia 6 de setembro passou o jornal a ser publicado à noite, e posto à venda às 19 horas.

786-A — *REVISTA LITERARIA* — Propriedade de Mário Miranda. Seu primeiro número é de junho de 1899.

786-B — *RENASCENÇA* — Sobre este periódico conhecemos apenas as seguintes notícias publicadas pelo jornal *A Noite*, em seus números 426 e 432, de 9 e 16 de junho de 1899: “A 15 do corrente será entregue ao público o 2º fascículo de *RENASCENÇA*, publicação artística dirigida por uma falange de rapazes...” e “O 2º número da *Renascença* veio deveras magnífico”.

Colaboraram na revista Ciro Costa, Eugênio de Melo, Batista Cepelos, Mário Pobina, Félix Bocaiuva, Tito Franco, Raul Soares, Eurico de Gois, e outros.

790-A — *ENSAIOS JURÍDICOS* — Revista publicada em fascículos pelo “Instituto Jurídico Acadêmico”, associação dos alunos do 2º ano da Faculdade de Direito.

Apareceu a 15 de julho de 1899, tendo como redator-chefe Manoel Batista Cepelos e, como redatores, Nicanor de Arruda, Teodomiro de Toledo Piza, João Pinto e Silva, Arduino Bolivar e Bento van Langendonck.

O primeiro número, só o que conhecemos, e possivelmente o único editado, contém colaboração de Teodomiro Piza, Nicanor Arruda, Luis Gonzaga Mendes de Almeida, Taciano Basílio, J. Pereira de Matos, Van Langendonck, Amanajós Arruda, Aristides de Toledo Piza e Arduino Bolivar.

813-A — *O JUVENIL* — Publicação religiosa que não contém qualquer indicação a respeito de sua direção e localização.

Dela conhecemos o nº 15, vol. VI, de 22 de abril de 1900, que não se deve referir ao jornal de igual título (nº 616).

853-A — *REVISTA DA SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E COLONIZAÇÃO DOS INDIOS* — Órgão da sociedade que lhe dava o nome, fundada pelo Dr. José Vieira Couto de Magalhães a 12 de maio de 1901, com a participação do Cônego Ezequias Galvão da Fontoura, Fr. Bernardino de Lavalle, Fr. Pedro Hierro, Von Ihering, Cônego Araujo Marcondes, José Jacinto Ribeiro, Padre M. Lacerda, Dr. Dinamarco Rangel, Augusto Baiona, Alberto Sousa, Dr. João Mendes Júnior, Teodoro Sampaio, Basílio Machado, Eduardo Prado, Orville Derby, Fr. Miguel Kruse, e outros. O primeiro número da revista, está datado de julho do mesmo ano, tendo sido impresso na tipografia a vapor de Espíndola, Siqueira & Cia., à Rua Direita nº 10-A.

902-A — *O ECO* — Deste jornal só conhecemos o número 72 ano VIII, contendo os artigos “A Escola”, de Júlia Lopes de Almeida

e “Hino à Árvore”, de Rocha Pombo; os contos “Lágrimas de Noiva”, de Coelho Neto e “O Talismã”, de Viveiros de Castro e os sonetos “Mea Culpa” de Maria de Almeida, “Flores Azuis”, de Alberto de Oliveira e “Ao Cair das Folhas”, de Antônio Nobre.

910-A — *O INSTITUTO* — “Propriedade de uma associação”, conforme consta do cabeçalho do jornal, pertencia aos alunos do “Instituto Ciências e Letras”, estabelecido à Rua Senador Queirós nº 24.

Conhecemos, apenas, o número 10, ano II, de 28 de dezembro de 1903, pertencente ao Arquivo do Estado.

997-A — *PAULÓPOLIS* — Revista de arte, ciências e letras, cujo primeiro número circulou em junho de 1903, tendo como redatores, Horácio Rodrigues e Veiga Miranda. Sua redação ficava no Largo da Liberdade nº 39.

Em seu artigo de apresentação declarava: “Era desnecessária, por óbvia e intuitiva, a profissão de fé desta revista. E só diremos duas palavras, meramente como apresentação cortez ao público, para que a não julguem semelhante a esses navios sem bandeira que cruzam o oceano, deixando ignorada a sua nacionalidade e a sua crença. Uma inscrição no paládio do combatente, eis tudo”.

Mas as duas palavras prometidas prolongaram-se por um longo artigo, terminando por esclarecer, ao que vinha: “Ao lado do caráter literário, uma feição elegante e mundana tornará atraente a nossa publicação àqueles que, mui desveladamente, se não interessam por coisas de Arte e Literatura. Trazer os leitores ao corrente de todo o movimento político e social do Velho Mundo, por meio de extrato e resumo das revistas estrangeiras, fornecer-lhes, em detalhe, notícias e ilustrações pela fotografia de fatos nossos, será certamente um meio de torná-la aceitável e lida em todas as classes”.

Publicação mensal, dela conhecemos apenas seis números, que contaram com a colaboração de Agenor Silveira, Afonso Celso, Garcia Redondo, Valdomiro Silveira, Paulo Falcão d’Eça, Benedito Otávio, Franklin Magalhães, Euclides da Cunha, Heráclito Viotti, Vicente de Carvalho, Veiga Miranda, Freitas Guimarães, Afonso de Carvalho, Júlio Prestes, Solferi de Albuquerque, Amadeu Amaral, Hipólito Pujol, J. C. Gomes Ribeiro, Alba Valvez, André Rebouças e alguns outros.

1.061-A — *A REVISÃO* — Folha independente, órgão político, noticioso e comercial. Só conhecemos o número 50, aparecido em 20 de junho de 1905, sob a direção de seu proprietário, Rafael Henriques, tendo como secretário Zacarias Henrique.

Periódico semanal, tinha sede à Rua Benjamin Constant, 2-B, custando o número avulso 100 réis e a assinatura anual 8\$000.

Fazia oposição aos governos federal e estadual, atacando, desabridamente o Conselheiro Rodrigues Alves.

1.123-A — *REVISTA SUL AMERICANA* — Dirigida por Júlio César da Silva, que figura como seu redator-literário. Publicação mensal, tratava de literatura, teatro, música, política, jurisprudência, etc.

Redação e administração à Rua do Quartel nº 30.

O número 4, ano I, foi publicado em julho de 1905.

1.145-A — *O BEDEKER PAULISTANO* — Seu primeiro número circulou em julho de 1905, todo dedicação à publicação do “Manual do Monarquista”.

Publicação mensal, tendo como gerente A. Lessa. Tiragem 3.000, assinatura anual 8\$000, número avulso \$500. Sede à Rua 15 de Novembro nº 22.

1.218-A — *L'ARCA DI NOÉ* — Conhecemos, apenas o número 33, ano II, com as seguintes indicações: “Giornale satírico, humorístico moderno. Anuidade 10\$000, R. Conselheiro Crispiniano nº 50-A. 20-fevereiro-1909”.

1.228-A — *IL TRE DI PICCHI* — Jornal satírico-humorístico-mundano, redigido em italiano, tinha por lema: “Divertire oggi... ricominciare domani”. Publicava-se todos os sábados, mesmo que chovesse. Seu diretor escondia-se sob o pseudônimo de Pipi.

Redação à Rua S. Bento nº 26, assinatura anual ao preço de 10\$000.

Seu primeiro número deveria ter saído a 6 de julho de 1907, sábado, uma vez que o nº 4, do qual João Amoroso Netto dá notícia, apareceu a 27 do mesmo mês.

Desse hoje raro jornal, dispõe o Arquivo do Estado de um exemplar do número 18, ano II, aparecido a 25 de abril de 1908, no qual o lema fora trocado para “La vita é una carta da gioco” e o diretor-proprietário mudara seu pseudônimo para Chicot. A administração passara para a Rua da Caixa d'Água, nº 1-E.

1.236-A — *O TELESCÓPIO* — Este jornal, cujo primeiro número foi posto em circulação em 1907, como órgão de propaganda da Casa Edison, estabelecida à Rua São Bento nº 26, não traz a data de sua publicação. Algumas cartas, nele reproduzidas, são dos meses de março, abril e junho, donde se infere ter ele aparecido no segundo semestre do ano. Distribuição gratuita. Tiragem 75.000 exemplares.

1.241-A — *REVISTA BRASILEIRA* — “Resenha mensal de agricultura, indústria, comércio e finanças”. Redatores Luís Carneiro, L. Giovanetti, Rodriguez Leiroz, G. B. Cecchi.

Desta revista, eminentemente especializada, não conseguimos obter o primeiro número. O número 2, é de outubro de 1907, e nele colaboraram elementos os mais destacados de cada setor, como Paulo Rangel Pestana, Edmundo Navarro de Andrade, Veiga Filho, Francisco de Toledo Malta, Adolpho Pinto, Rodolfo von Ihering, Carlos de Carvalho, Henrique Coelho, Alarico Silveira e outros.

A Hemeroteca Júlio Mesquita possui os números de 2 a 8.

1.242-A — *GAZZETINO ARTISTICO-TEATRALE* — Jornal redigido em italiano, era publicado nos dias 3, 10, 20 e 27 de cada mês, tendo como redatores Luigi Schirone e Ettore Canli.

Tratava exclusivamente de assuntos teatrais. Era vendido a 200 réis o número, e a assinatura anual custava 10\$000. Redação à Rua Marechal Deodoro nº 40 e agência no Hotel Panorama.

Desconhecemos a data em que foi posto em circulação. Há no Arquivo do Estado o nº 23, ano II, de 7 de maio de 1908.

1.261-A — *L'ECO* — Órgão da "Unione Magistrale Italiana", cuja finalidade, segundo seus estatutos, publicações no primeiro número do jornal, a 19 de março de 1908, era "studiare tutti i problemi riguardanti la vita della scola italiana in questo paese; il prestigio di esse di frontalle scuola nazionali e straniera; il miglioramento morale e finanziario delle scuola associate".

Tinha, como diretor, o professor Francesco Frugiuele e sua direção e administração localizavam-se à Rua Livre nº 7.

Há, no Arquivo do Estado, o primeiro número desse jornal.

1.674-A — *BOLETIM DA EXPOSIÇÃO PREPARATÓRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO* — Distribuído gratuitamente no recinto do pavilhão da Exposição Preparatória do Estado para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro.

Redação e Administração, R. da Quitanda nº 2, sobrado. O número 1 tem a data de 31 de maio de 1908.

1.275-A — *BOLETIM DA ECONOMIZADORA* — Publicação destinada aos sócios da "Caixa Internacional de Pensões — A Economizadora Paulista", presidida pelo Dr. Luís Piza, senador estadual. O número 4, único que conhecemos, tem a data de 10 de setembro de 1908.

Redação, Rua São Bento, 63.

1.279-A — *MONSIGNOR PERRELL* — Jornal humorístico, redigido em italiano, publicado aos domingos, tinha como legenda: "Castigat Ridendo Mores! — Ridendo Ruis Vetat Dicere Verum?".

Foi posto em circulação a 4-5 de julho de 1908, sendo seu diretor-proprietário Pasquale Nigro. Redação à Rua da Caixa d'Água nº 2.

Há, no Arquivo do Estado, seu primeiro número.

1.306-A — *AL HADIKAT* — Jornal sírio, posto em circulação a 28 de janeiro de 1909. Publicação noticiosa, aparecia às quintas-feiras. Redator Kais Labaki. Redação, Rua Florêncio de Abreu nº 82. A Hemeroteca Júlio Mesquita possui o nº 14, de 29 de abril.

1.364-A — *A RAZÃO* — Órgão político, científico e literário, eminentemente monarquista, intitulado-se um “jornal de combate”.

Publicação quinzenal, tinha, por lema “Deus, Pátria e Liberdade”.

Diretor responsável Artur de Souza Campos.

Instalado, inicialmente, à Rua Formosa nº 62, transferiu-se, a partir do nº 10, ano II, para a Travessa da Sé, nº 12, sobrado; quando do aparecimento do número 20 achava-se à Rua Jacareí nº 14 e ao publicar o número 32, estava na Rua 13 de Maio nº 67.

O último número que conhecemos é o 32, ano III, datado de 26 de junho de 1912.

A Hemeroteca Júlio Mesquita possui quase todos os 32 números.

1.385-A — *A UNIÃO* — “Órgão de defesa das Sociedades dos Empregados do Comércio de São Paulo, Santos e Campinas”, tinha redação à Rua São Bento nº 2, sobrado. Redator, A. Gonçalves Leite Mont Serrat.

Tinha os lemas: “A União faz a força” e “O trabalho tudo vence”.

O 3º número, ano I, de novembro de 1911 é quase todo dedicado à recepção e festas promovidas pela Sociedade União dos Empregados do Comércio de São Paulo, em homenagem aos empregados no comércio de Santos e Rio de Janeiro.

A *União* aparecia todos os meses, para distribuição gratuita aos sócios da Sociedade local e da Associação dos Empregados do Comércio de Campinas e Santos. As pessoas não associadas, poderiam receber o jornal, mediante o pagamento de 3\$000 por ano.

1.416-A — *A NAÇÃO* — “Hebdomadário político, noticioso e popular”, propriedade de uma empresa, com redação, administração e oficinas à Rua da Consolação nº 7.

Conhecemos, apenas, o nº 53, ano II, datado de 12 de abril de 1914, quando completava o primeiro aniversário.

Estevão Leão Bourroul escrevia: "Sursum corda! Meu caro amigo e colega Jorge Aimberé. Parabéns ao seu jornal, por ver romper ovante este primeiro marco. A história da Imprensa no Brasil tem sido um verdadeiro martirologio. É melhor não o relembrar, *infandum renovare dolorem*".

Este número é quase, em sua totalidade, ocupado com artigos tecendo encômios aos drs. Rafael Sampaio Vidal, Secretário da Fazenda; Eloi Chaves, Secretário da Justiça e Segurança Pública e Altino Arantes, Secretário do Interior.

1.435-A — OS ENCANTOS DA ARÁBIA — Revista Histórica Romântica. Edição semanal. O 1º número apareceu em dezembro de 1913, publicando parte de "A Jovem dos Gassans", romance de origem árabe, de Jorge Zaidam, traduzido por Miguel Daruj.

Assinatura, por um ano, 10\$000. Número avulso 300 réis.

SESQUICENTENÁRIO FARROUPILHA - 1835-1985

OS PORQUÊS DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE DE 1836, PRECURSORA DA NOSSA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1889

Henrique Oscar Wiederspahn

Ao comemorarmos o Sesquicentenário da eclosão da Revolução Farroupilha, de tendências republicano-federativas, não será demais repetir que aquele movimento surgido então no Rio Grande do Sul e que iria durar quase dez anos, não constituiu um ato isolado no cenário político-social brasileiro. É que já com a chamada Inconfidência Mineira de 1789, considerada em nossos dias como precursora da nossa Independência, tivera resquícios ideológicos de um republicanismo latente, visando ao mesmo tempo uma autonomia tanto política como administrativa e que não passaria à fase preliminar de uma conspiração ainda algo fantasiosa, promovida por pequeno grupo de patriotas entusiastas e que os levaria ao exílio perpétuo na então África portuguesa, e apenas a um deles, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, a condenação a morte por enforcamento.

Já a Revolução Pernambucana de 1817 seria de fato republicana, embora apenas de âmbito regional, mas que no decorrer da nossa Revolução da Independência, traria, promovida pelos antigos revolucionários de lá aquela ameaça de se declararem contra tanto as autoridades de Portugal, como contra as do Rio de Janeiro, temporariamente autônomos, separados pois, pelos mesmos motivos que os baianos chegariam também a ameaçar, em 1822, de se anteciparem, proclamando uma República também autônoma, caso o então Príncipe Regente D. Pedro, não se decidisse logo pela separação nossa definitiva de Portugal. E seria com uma ameaça idêntica feita pelos baianos em 1840, que se precipitaria a antecipação da declaração da maioria de D. Pedro II, eles que cerca de 3 anos antes se haviam envolvido, com a Sabinada, num movimento de pouca duração irradiado da ilha de Itaparica e tipicamente republicano-federativo quanto aos seus propositos, a exemplo do farroupilha, este bem mais feliz.

Convém lembrar que já, em 1822, se chegara até a cogitar de dar ao recém proclamado Império do Brasil uma estrutura monarco-constitucional liberal e confederado, sob a presidência coroada e hereditária da dinastia bragançina, nos moldes muito parecidos aos do Império

Alemão de 1871, confederado e sob a presidência hereditária dos reis da Prússia de então, idéia que acabaria sendo abandonada em proveito de um unitarismo imposto pela ausência do necessário consenso entre as nossas lideranças políticas, temerosas de um esfacelamento em prejuízo da nossa unidade territorial, o que vinha acontecendo desde 1810, desde o México até a Patagonia com os nossos co-irmãos hispano-americanos.

Com a crise institucional surgida após haver D. Pedro I dissolvido motu-próprio a Assembléia Constituinte e outorgado a nossa primeira Constituição em 1824, unitária, reagiria desde logo Pernambuco, sublevando-se e com a cooperação das lideranças políticas de maior prestígio de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, desligar-se-ia do Governo imperial do Rio de Janeiro sob a forma republicano-federativo, a Confederação do Equador de 1824, subjugada sanguinariamente e com fuzilamentos após julgamentos sumaríssimos de quase todos seus chefes tanto civis como militares.

Verdade que outros movimentos de revelia surgidos sucessivamente em São Paulo (Sorocaba), liderado pelo Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, e em Minas Gerais, liderado por Teófilo Ottoni, ambos ainda em 1842, teriam suas origens outras que as dos farroupilhas gaúchos, dos pernambucanos e dos baianos, mas que poderiam ter influido bastante em proveito de um republicanismo-federativo futuro, se tivessem conseguido firmar-se por algum tempo enfrentando com algum sucesso as forças imperiais contra um e outro enviadas do Rio de Janeiro, ao comando do então ainda barão de Caxias.

Todos estes movimentos revolucionários se apresentariam inicialmente como se fossem apenas reivindicatórios, de protestos contra arbitrariedades e direitos conspurgados, tal como a própria Revolução Americana de 1776, e onde, graças à intolerância e aos erros cometidos pelos representantes do Governo de Londres, na maneira como estes procuraram reagir naquela colônia inglesa ultramarina da época, os mais exaltados, os radicais, embora a princípio não passassem de uma minoria insignificante, mas bastante ativa, levariam aos seus companheiros de lutas a se decidirem a proclamar a sua separação e independência em 4 de julho de 1776, sob a forma republicana e federativa. Seu exemplo iria estimular gradativamente aos hispano-americanos no decorrer das guerras napoleônicas, e seus reflexos em nosso Continente, inclusive na já citada conjura da Inconfidência Mineira de 1789, bem como especificamente na Confederação do Equador de 1824, são incontestáveis.

Tais reflexos, reforçados pela difusão de livros recebidos a seguir, tratando das inovações propugnadas pela Revolução Francêsa, não deixariam de influir bastante nas mentes da intelectualidade daqueles tempos, no Rio Grande do Sul, criando uma predisposição rumo aos acontecimentos surgidos a partir de muito antes de 20 de setembro de

1835, a data da eclosão da Revolução Farroupilha, que nunca deixaria de ser exclusivamente brasileira em seus propósitos e realizações.

O Rio Grande do Sul que muito sofrera no decorrer das lutas contra os sublevados uruguaios e seus aliados argentinos, desde 1825 até 1828, e que com a antiga Província Cisplatina declarada independente, perdera sua maior fonte fornecedora de sua então próspera indústria exportadora de produtos de origem pecuária, achacada com aumentos opressivos de impostos em proveito do erário imperial, via-se relegada e praticamente abandonada pelo Governo Imperial do Rio de Janeiro, que chegaria a desviar parte dos recursos que lhe cabiam para atender dificuldades financeiras de uma outra província.

A ofensiva planejada pelos argentinos e uruguaios e executada em princípios de 1827, tinha características de uma guerra revolucionária, visando com a cooperação de elementos sulinos tidos como adeptos da República, repetir o que no século anterior a Revolução Francesa conseguira com seus exércitos impor na Suíça e na Itália, criando em ambas, Repúblicas. Mas a maneira como os invasores platinos se comportariam na região de Bagé, saqueando e arrebanhando todo o gado existente por lá, anularia toda possibilidade de adesão, despertando em tais elementos esparsos uma repulsa crescente e em proveito da nossa causa brasileira, salvo raríssimas exceções.

Já o antigo presidente imperial da província, o paulista Feliciano Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo, em seus clarividentes "Anais da Província de São Pedro", ousaria afirmar textualmente que "desde 1828 troavam revoltas no céu tão sereno e puro desta Província e choviam sarcasmos e injúrias, ante-correios da tempestade, contra o Governo Geral e Provincial. . . Faltava só um homem de algum prestígio, tanto para ele estava tudo preparado, suficientemente atizado o fogo revolucionário que se fez homem e encarnou o Coronel de um Regimento de Cavalaria", Bento Gonçalves da Silva.

Assim, quando da Revolução de 7 de abril de 1831, que pusera fim ao atribulado reinado de D. Pedro I e também do predomínio crescente de seus áulicos tidos como anti-liberais, embora a mesma não correspondesse de todo ao que esperavam os liberais mais exaltados, repercutiria no Rio Grande do Sul de maneira satisfatória e com certas esperanças da parte de alguns e contrárias da parte de outros, desencadeando uma campanha através dos respectivos periódicos, usando de uma virulência desenfreada, agravando assim o ambiente já bastante agitado politicamente.

Com o esvaziamento crescente da Revolução de 7 de abril da qual nada ou quase nada resultara, a não ser o chamado Ato Adicional, imposto pelo Senado para refrear aspirações de maior autonomia admi-

nistrativa nas províncias e para manter assim o centralismo unitário da Carta Constitucional de 1824, inclusive naquilo que dava ao Imperador e à Regência o direito da livre escolha quanto à nomeação e destituição dos presidentes provinciais apesar das concessões criando as Assembléias Legislativas em todas as províncias, bem como uma nova lei eleitoral mais ampla que a anterior.

Mas a volta ao poder dos antigos partidários de D. Pedro I, a neutralização dos principais líderes políticos liberais do 7 de abril, os erros e omissões da parte dos Regentes e dos presidentes imperiais pelos mesmos nomeados para o Rio Grande do Sul, contribuiriam para o agravamento da situação em benefício dos mais exaltados, os de tendências já francamente republicano-federativas, representados então na província por certa minoria, esta constituída de maneira preponderante por elementos brasileiros nela radicados ou "exilados": fluminenses, mineiros, pernambucanos, paulistas e até baianos.

Se influência houve platina, esta se restringiria apenas ideologicamente a alguns poucos letrados e muito mais a um auxílio material e político, a começar pelo fornecimento da cavallhada — necessária à remonta do exército farroupilha, — de gado, gêneros e remédios essenciais, ao livre transito desde o porto de Montevidéu de armas e munições e também à entrada dos destacamentos revolucionários na faixa fronteira uruguaia, toda vez que estes se vissem compelidos a transpor a raia, quando atacados por forças imperiais mais numerosas. Era evidente o interesse dos líderes político-militares, tanto uruguaioes como argentinos, que lutavam entre si pelo poder na República vizinha, que a situação na nossa província sulina se prolongasse ainda mais. Alguns deles auferiam grandes lucros com o que forneciam aos farroupilhas e aos próprios imperiais, além de poderem também transpor a linha divisória nos momentos de crises, sem serem hostilizados, desarmados e internados.

Ao irromper já com o consenso quase geral e em 20 de setembro de 1835 o Movimento Farroupilha, aparentemente como se fosse apenas reivindicatório também, a pretexto de depor o presidente provincial imperial Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga e afastar do comando das armas o Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, e já sob a liderança aceita do Coronel Bento Gonçalves da Silva, procurara-se encobrir outros propósitos da parte dos líderes revolucionários. É que embora o movimento trouxesse em seu bojo aspirações bem mais radicais, camufladas então por motivos compreensíveis de prudência, estas somente viriam claramente à tona num revide às ameaças de perseguições e violências da parte do novo, nomeado pelo Governo da Regência para substituir o deposto, o Dr. José de Araújo Ribeiro, que assim obrigariam às lideranças farroupilhas a mobilizarem novamente seus contingentes e de dar novos rumos à revolução.

O rompimento conseqüente da antiga frente única revolucionária, a perda de Porto Alegre e o desastre da ilha do Fanfa, no rio Jacuí,

com o aprisionamento de Bento Gonçalves e de outros líderes farroupilhas por um ato julgado de traição da parte do Coronel Bento Manuel Ribeiro, que se passara para as hostes imperiais abandonando seus antigos companheiros, o envio dos prisioneiros para o Rio de Janeiro, apenas serviria para que os confessadamente republicano-federativos se inpussem e obtivessem o apoio de seus companheiros mais moderados e ainda em armas, para já proclamada República Rio-Grandense e, em consequência, de sua separação do Império, como único meio para dar novo alento ao movimento iniciado em 20 de setembro do ano anterior.

Assim, às instâncias de Domingos José de Almeida, mineiro há muito radicado em Pelotas e considerado como “o verdadeiro cérebro da Revolução”, e do então Major João Manuel de Lima e Silva, fluminense e um dos tios paternos do nosso futuro Duque de Caxias, e com a ajuda de Joaquim Pedro Soares e Manuel Lucas de Oliveira, que há muito comungavam das mesmas idéias, deixar-se-ia convencer o então Tenente-Coronel Antoni de Sousa Neto, logo após a sua vitória algo espetacular sobre um contingente imperial, no combate do Seival, a proclamar, no próprio local da luta e no dia seguinte, em 11 de setembro de 1836, a independência da província como República Rio-Grandense, decisão recebida com grandes manifestações de regozijo por todos seus comandados, inclusive oficiais.

Este ato foi confirmado e oficializado em ata lavrada no dia seguinte, 12 de setembro, às margens do rio Jaguarão, assinada por Sousa Neto, seus oficiais e sargentos, e imediatamente divulgada em cópias por todo o interior da província. Aceita com a adesão da quase totalidade de suas camaras municipais, a começar pela de Jaguarão, a decisão de Sousa Neto reacenderia de tal forma o entusiasmo e o ânimo combativo dos revolucionários farroupilhas, inclusive entre os mais moderados e prudentes, que neutralizaria completamente os efeitos do desastre sofrido pouco depois, em 4 de outubro, na ilha do Fanfa, que noutras circunstâncias talvez tivesse sido fatal para a causa liderada por Bento Gonçalves da Silva.

Instalado o novo governo republicano-federativo em Piratini, escolhido para ser a capital, já em 6 de novembro proceder-se-ia a eleição de seu presidente, sendo escolhido o Coronel Bento Gonçalves da Silva para este posto. No seu impedimento, pois achava-se preso, já num forte em Salvador, Bahia, a presidência passaria a ser exercida interinamente pelo benemérito cidadão Coronel José Gomes de Vasconcelos Jardim, imediatamente empossado, cabendo as outras vice-presidências em ordem cronológica, a Antonio Paulo da Fontoura, o poeta farroupilha, ao Coronel José Mariano de Matos, fluminense, ao já citado mineiro Domingos José de Almeida e ao íntegro varão Inácio José de Oliveira Guimarães.

Nomear-se-ia Domingos José de Almeida para o Ministério do Interior e Fazenda, o Coronel José Mariano de Matos para o da Guerra

e interino da Marinha e para o da Justiça e Exterior o coronel José Pinheiro Ulhoa Cintra, mineiro, assim constituindo-se o seu 1º gabinete exclusivamente de elementos não sul-riograndenses, mas todos há muito radicados na província e adeptos declarados do novo sistema de governo. É que os naturais da província preferiram continuar à frente de suas unidades e destacamentos como chefes militares e nos postos hierárquicos para os quais haviam sido confirmados ou promovidos pouco antes.

Como câmara municipal da capital da nova república, a de Piratini passou a ter atribuições correspondentes às de uma assembléia geral até que se providenciasse a eleição para esta. Assim, no mesmo dia da instalação do governo, deliberou a câmara de Piratini, após dar posse ao presidente interino, adotar e fazer observar a Constituição do Brasil e mais leis em vigor, isto é, as do Império, em tudo que fosse compatível com as circunstâncias momentâneas da República e aplicável ao estado de Revolução em que se encontravam, reafirmando-se, pois, seus vínculos à nacionalidade comum brasileira e contando-se com uma futura união republicano-federativa com as demais províncias que o desejassem.

Esta situação prolongar-se-ia até a ata de pacificação da província, a do Convênio de Ponche Verde, em 1845, já que não se chegou a aprovar e promulgar o ante-projeto apresentado em Alegrete, em 3 de fevereiro de 1843, para a Constituição da República Riograndense, pois então se vinham manifestando sérias divergências pessoais entre os deputados farroupilhas recém-eleitos para a sua primeira assembléia geral reunida naquela vila, a última capital revolucionária.

Entre os primeiros atos do governo republicano de Piratini foi o da aprovação e execução das propostas pelo major João Manuel de Lima e Silva para a reorganização do exército farroupilha, estabelecendo-se sua hierarquia militar de uma maneira mais condizente com o regime republicano implantado. Foram abolidos os quatro postos que existiam antes no generalato e substituídos por um único, o de General da República. Para este seria nomeado o então ainda major de 1ª linha João Manuel de Lima e Silva, como o 1º general farroupilha, antes mesmo da promoção a este posto do Coronel Bento Gonçalves, então ainda na Bahia, encerrado num forte de lá.

Ainda antes da institucionalização do regime republicano e para evitar que o movimento ficasse militarmente acéfalo, tornar-se-ia necessária a designação de um novo e operoso líder para substituir Bento Gonçalves, embora em caráter interino no comando-em-chefe das forças farroupilhas, a única maneira de impedir que as operações fossem conduzidas desordenadamente e ao belprazer dos comandantes das diversas colunas que atuavam no interior. Coube pois então ao comandante das armas interino, o ainda major João Manuel de Lima e Silva, e por indicação da quase totalidade dos demais chefes militares, aquele

encargo e no qual se houve, apesar do agravamento de sua saúde em consequência do ferimento mal-curado que recebera na tentativa frustrada de expulsar os imperiais da zona portuária de Rio Grande, com destaque graças à sua capacidade de organizador e planejador, somente suplantada entre os Lima e Silva pelo seu sobrinho, o Duque de Caxias.

Seria com aquela organização e graças às medidas então tomadas pelo já general acima citado e apesar de sua morte provocada à traição por elementos ao serviço de partidários do Império nas proximidades de São Borja, na região missioneira, que os anos de 1838 e 1839 deram aos farroupilhas uma série de vitórias que compensariam alguns de seus insucessos, permitindo que se prolongasse a luta por mais cinco anos, enfrentando o crescente poderio das forças imperiais de que então iria dispor o ainda barão de Caxias.

20-09-1985

O REGIMENTO IPIRANGA NA 2ª GUERRA

ALGUNS DOCUMENTOS

José Geraldo Evangelista

O que pretendo apresentar aos nobres confrades do Instituto, nesta noite, não é todo o desempenho do valoroso 6º Regimento de Infantaria, de Caçapava, na 2ª Guerra Mundial. MUITÍSSIMO menos, uma análise da Força Expedicionária Brasileira no conflito. São, simplesmente, algumas notas sobre documentos que, por acaso, me vieram às mãos, há mais de vinte anos e que vou passar à guarda da seção de manuscritos de nosso sodalício confiante de que os conservará melhor que eu.

Por este motivo, não usarei nenhuma bibliografia de apoio, já conhecida de todos e que consiste na obra do General Mascarenhas de Moraes (“A F.E.B. pelo seu comandante”), no livro amargo, que foi o “Depoimento dos Oficiais da Reserva sobre a F.E.B.” e no grosso volume do General Floriano de Lima Brayner, entre outros. E não usarei, porque os documentos que tenho aqui são boletins oficiais publicados em Caçapava, quando o Regimento começou a se preparar para a guerra; no Rio de Janeiro, quando se aprestava para o embarque; em vários acampamentos na Itália, durante as operações e de novo no Rio de Janeiro, no vitorioso regresso. Infelizmente, não é a coleção completa dos boletins regimentais mas, ao seu lado, aparecem partes de combates, propostas de condecorações, relação de mortos, planos de fogos, notas de instrução, interrogatórios de prisioneiros, mensagens de comandantes aliados e outras. Documentos frios, imparciais, escritos na hora dos acontecimentos, permitem uma visão do que foi a participação do regimento paulista na Campanha da Itália.

Esclareço que a doação ao Instituto de material tão valioso foi autorizada pelo exmo. sr. General de Exército Sebastião José Ramos de Castro, comandante do II Exército, que também lutou na Itália, como 2º Tenente de Cavalaria do Esquadrão de Reconhecimento, a quem somos profundamente gratos.

A PREPARAÇÃO

Quando se decidiu que nossa Declaração de Guerra às potências do Eixo, em revide ao afundamento de pacíficos navios de passageiros, fazendo a cabotagem de linhas do Nordeste, não seria simplesmente platônica mas efetiva, com empregos de contingentes armados, várias questões foram propostas: qual a contribuição quantitativa, qual o teatro de operações, qual a tropa brasileira.

Em termos de quantidade, achou-se que menos de um Corpo de Exército seria ridículo. Na verdade, empenhou-se somente uma divisão de infantaria mas chegaríamos ao corpo de exército, se a guerra se prolongasse, pois o total de nossos homens no exterior atingiu a 25.000.

Quanto ao teatro de operações, decidiu-se que seria o do Mediterrâneo, onde nosso pessoal teria maiores facilidades quanto à língua, religião, costumes e condições climáticas.

Já quanto aos contingentes, seriam do país todo, começando por São Paulo (o 6º R.I., de Caçapava), Rio de Janeiro (o 1º R.I.) e Minas Gerais (o 11º R.I., de São João Del Rei), além de outros contingentes menores.

Não foi preciso decidir uma questão: ao lado de quem, quais os nossos aliados, pois os Estados Unidos já estavam combatendo desde Pearl Harbour, em 1941. Então, o problema se simplificava, pois bastava unir nossas tropas às deles. Ou se complicava, porque a organização de nosso Exército era a do Exército Francês, em virtude do trabalho da Missão Militar Francesa.

E como a guerra é sempre urgente, tivemos de mudar, num abrir e fechar de olhos, de fevereiro a junho de 1944, nossos regimentos do tipo francês em regimentos do tipo americano, para haver o entrosamento necessário de comandos e de sua escala hierárquica, de armamentos, de viaturas, de alojamentos, de assistência médica e tantos outros.

A primeira consequência prática foi a tradução apressada, com distribuição fulminante, de Guias e Manuais do Exército Americano. Mudava a terminologia: Oficial S/2, Oficial S/3, C.C.R., C.A.C., C.C.1, C.C.2... Mudavam as atribuições: que faz o S/2? e o S/3? É certo que para o soldado, o "mestre praça", o "pracinha", como foi chamado carinhosamente, não havia muita diferença, pois tanto o S/2, como o S/3, lhe davam muito serviço, muita instrução e... muita cadeia! Mas em termos operacionais, não foi fácil a transformação. Estes são os primeiros documentos.

E, se o soldado não se importava muito com os problemas dos oficiais, importava-se, porém, com o novo uniforme, mais elegante.

Acabavam-se as horríveis e incômodas perneiras, surgiam blusões e os desajeitados capacetes de cortiça eram mudados em gorros de bico. E junto ao ombro, o dístico orgulhoso: Brasil. São os documentos seguintes.

Porisso, o Cel. Segadas Viana, em fevereiro de 1944, pedia aos soldados da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária que se compenetrassem do papel de representantes do Brasil e dizia que estariam empenhados na "gloriosa missão de se bater pelo princípio da liberdade dos povos". Nossos homens sabiam, portanto, porque estavam em armas e que o objetivo de sua luta vinha na mesma cadeia gloriosa de tantos movimentos de libertação.

Para facilitar a transformação, o Regimento foi levado para a Vila Militar, no Rio de Janeiro, junto ao porto de embarque mas os oficiais reclamavam a impossibilidade de ministrar instrução adequada, porque o armamento individual dos homens não fora distribuído, o que só seria feito na Itália, criando-se um aparente paradoxo: uma tropa desarmada. A isto o General Zenóbio da Costa, Comandante da Infantaria Divisionária, respondia que devia ser incrementado o preparo físico, as pistas de trajetórias, a instrução de combate e o conhecimento das armas. O resultado pôde ser visto, quando todo o efetivo desfilou, em acelerado, com o general à frente, pelas avenidas do Rio, mais de 20 km. Meia maratona, diríamos hoje.

A preparação compreendeu, ainda, a criação da Polícia Militar, a elaboração e divulgação de tabela de soldos e vantagens (terço de campanha, gratificação em triplo, pagamento em dólares, pensões para as famílias), organização da Capelania Militar, postos do Banco do Brasil, o Correio, divulgação, muito precoce, de cuidados nas montanhas e no inverno e a maneira de transporte da bagagem, nos sacos A e B, além de outras.

Tudo isto exigia ser explicado, ensaiado diversas vezes, com revistas de mostra e certo rigor. Afinal, o navio transporte tinha capacidade limitada e se cada um achasse de levar o que bem entendesse, naturalmente não haveria espaço físico nos porões.

EMBARQUE E VIAGEM

Por sua vez, praticamente, ninguém tinha experiência de viagem marítima. Foi preciso instruir e exercitar os homens em embarque por rede e em prancha, várias vezes, sempre no maior sigilo, para evitar que possíveis espões avisassem os submarinos alemães. E cada exercício era como se fosse o embarque verdadeiro, tudo sendo levado ao navio e tudo descarregado, depois.

Soldados e oficiais só souberam que estavam partindo, quando o navio americano passou a barra da Baía de Guanabara. Todos com sua placa metálica de identidade, todos com sua bagagem em sacos marcados, todos em bom estado de saúde, todos já saudosos da pátria, que se esfumava na linha do horizonte.

Quando o barco entrava no Mediterrâneo, o seu comandante americano saudou os primeiros soldados sul-americanos que iam combater na Europa, como os que deixaram a melhor impressão, dos muitos que já transportara. Era um bom augúrio para a nossa gente. O navio "General Mann" chegou a 16 de julho de 1944, entrando em Nápoles.

AÇÕES DE GUERRA

Para o Gen. Mascarenhas de Moraes, a participação da F.E.B. na Campanha da Itália pode ser assim dividida: a) da entrada em linha, a 16 de setembro, até a defensiva de inverno, a partir de 13 de dezembro; b) a estabilização da frente, de 13 de dezembro a 18 de fevereiro; c) a ofensiva final, de 19 de fevereiro até a vitória.

Da primeira fase, temos o Boletim Regimental de 17 de setembro, do Acampamento de Filetoli, e que narra o batismo de fogo, na linha Massarosa-Bozano-Monti-La Certosa-Via Del Pretino-Santo Stefano, na Cadeia dos Apeninos, felizmente sem registro de baixa em ação. Todavia, já o Boletim de 3 de outubro, do Acampamento de Massarosa, acusou a exclusão, por morte em ação, do soldado Cesário Aguiar e a baixa ao hospital de 13 homens, por ferimentos em combate. Foram, portanto, bem-vindos os capelães padres Aquiles Silvestre e Jonas Wanderley, que se apresentaram para o serviço, aliviando o Capelão-Chefe, Padre Noé Pereira. O Regimento estava com um efetivo de 3.318 homens arranchados.

Da segunda fase, no período de inverno, aparecem as mensagens de Natal à tropa, do Gen. Mascarenhas e do Gen. Truscott, Comandante do 4º Corpo, a que estava subordinado o R.I., uma instrução sobre mina de concreto e armadilha anti-tanque, destino do material capturado ao inimigo e uma parte de combate, relativa ao golpe de mão, que os alemães lançaram, sem sucesso, contra a 7ª Cia., na madrugada de 5 de fevereiro. No final desta fase, o Boletim de 13 de março, do Acampamento de Porreta, mostrava um efetivo de 3.280 homens, acompanhados de 35 muares, para o serviço de transporte em montanha.

Ainda desta fase, são três interrogatórios de prisioneiros de guerra, assinados pelo Ten.-Cel. Amaury Krueel. No primeiro, eram soldados de 20, 21, 31 e 35 anos; no segundo, eram três sargentos desertores (dois da Força Aérea, desativada e ex-combatente da frente russa) e no terceiro, um cabo, com 42 anos. Poucas informa-

ções prestaram estes alemães mas um deles afirmara ser anti-nazista, ter participado do golpe de abril de 1944 e permanecido preso até setembro, quando foi mandado para a linha de frente.

Na fase final, os fatos se precipitam. A tropa já não era inexperiente, a diretiva geral seria sempre de ofensiva, o desembarque na Normandia prosseguira vitorioso até o coração da Alemanha e todos percebiam que o fim estava próximo.

No 6º R.I., procedeu-se a um reajuste de posições, na região de Gorgolesco-Cappella de Ronchidos, melhoraram as ligações e transmissões e determinou-se o plano de fogos de artilharia, de barragem anti-aérea e anti-carros.

Então, inicia-se a ofensiva, na região de S. Maria Villiana, Rocca Pitigliana, Soprassasso e Castelnuovo, de que dá notícia o Relatório de Combate, marcado com a rubrica de "segredo", datado de Vidiciatico, em 20 de março. Todos os objetivos foram atingidos, ocupados o espigão de Soprassasso e a cidade de Castelnuovo, feitos 85 prisioneiros, capturado copioso armamento, mas, o Regimento teve 3 mortos, 21 feridos e 11 acidentados.

Neste quadro de ofensiva, devem ter ocorrido numerosos acidentes, atividades de patrulha e golpes de mão, para capturar adversários, como o da 8ª Cia., sob o comando do Cap. João Augusto Los Reis, relatado a 25 de março, trazendo 8 soldados alemães.

Naturalmente, o comando estava atento para outros fatos, tais como, a necessidade de construção de abrigos, a elevada perda de equipamento individual, as condições de trégua, o respeito à Cruz Vermelha, os recolhimentos de feridos nossos e do inimigo, o sepultamento e a exumação dos mortos dos dois lados e outros.

A última parte de combate tem a data de 12 de abril (que deve ser corrigida para 12 de maio), do Posto de Comando de Tortona e relata o mais brilhante episódio da F.E.B., que foi o cerco e rendição da 148ª D.I. Alemã e Divisão Itália, aprisionando-se 15.265 inimigos, entre os quais um Tenente-General alemão e um General de Divisão italiano, para um total de 5 mortos brasileiros (a 8 dias do fim da guerra!), 28 feridos e 15 acidentados. O Cel. Nelson de Melo, Comandante do R.I. em quase toda a campanha, que assina o relatório, juntou cópia da intimação de rendição ao comando alemão.

NOSSOS HERÓIS

Se foi heróico o comportamento de todos os soldados e oficiais, que integraram o regimento paulista, alguns homens, todavia, se destacaram mais que outros e mereceram as honras de condecoração e promoção, por atos de bravura, sob o fogo do inimigo.

Foi o caso do conscrito de 1941, Sargento Onofre Rodrigues de Aguiar, natural de Mogi das Cruzes, que foi promovido a 2º Tenente e proposto para a Cruz de Combate de 1ª Classe, porque, diz a proposta, “com o objetivo de fazer um reconhecimento das posições alemães, num assomo de ousadia e sangue frio, se infiltrou decididamente numa posição defensiva inimiga, com sua patrulha, onde estava instalada uma metralhadora inimiga e sua guarnição. Numa atitude de desapego à vida e desprendimento, rastejou com seus homens até a aludida posição e prevalecendo-se da surpresa do adversário, conseguiu apoderar-se da referida peça de metralhadora, aprisionou dois homens de sua guarnição e capturou seu armamento. Ao se retirar, foi pressentido e, então, com um gesto de heroísmo, não titubeou em orientar seus comandados na luta contra o inimigo que o vira, oferecendo tenaz resistência, tendo então sido mortos diversos soldados alemães. Graças à ação serena e corajosa do seu comandante, a patrulha regressou a salvo, conduzindo os prisioneiros capturados e o armamento apreendido”.

Nas partes de combate muitos outros nomes aparecem mas nenhum com o destemor do moço de Mogi das Cruzes, que, sorteado, como se dizia, foi servir em Caçapava, foi promovido a sargento e terminou a guerra como oficial. Rapaz do povo, simples, ele bem serve de paradigma de toda a juventude da época que, em razão da pátria “erguer da justiça a clava forte”, não fugiu da luta.

NOSSOS MORTOS

Sem data, sem cabeçalho, sem assinatura, um simples rascunho, provavelmente, numa meia folha datilografada, aparece uma lista dos “Mortos do Batalhão”, que deve ser o 1º do 6º R.I. Em ordem cronológica, com o posto de cada um e o local em que tombaram, estão os nomes de 18 homens, sendo um 1º Tenente, um 2º Sargento, quatro Cabos e doze Soldados. É evidente que mais quatro centenas de nomes deveriam constar ao lado destes dezoito.

Não importa. Para nós, porém, esta relação leva ao mais pungente destes documentos e que é o arrolamento dos bens particulares dos que morreram até 31 de outubro, realizado pelo Comandante da 3ª Cia., o Cap. Aldenor da Silva Maia, no dia de Reis de 1945. Ora, já lembramos que a bagagem de cada um era limitada; então, em que consistiriam os “bens particulares” destes meninos, que não voltaram?

Veja-se os que eram do soldado Manoel Correia: “uma caixa de papelão contendo uma escova de sapato, um pente de bolso, uma caneta de madeira, uma escova de dentes, um lápis, um livro de orações em italiano, um pincel para barba, um pente fino, um canivete pequeno com lâminas quebradas e bastante usado, um maço de

cordões para sapatos, C\$0,80 (oitenta centavos) em níqueis, duas medalhas de santos, uma carteira de sócio atirador do Tiro de Guerra nº 3 de São Paulo, com fotografias e recibos do "C.R. Nitro Química", um "Manual de Orações do Soldado Brasileiro" e mais três livretos de orações, envelope e correspondência recebida".

A do soldado João Muniz dos Santos seria pitoresca, se não fosse trágica: "uma sacola de pano contendo: um cachimbo, um pente de senhor, uma escova da dentes, um óculos preto faltando um vidro, um vidro preto para óculos, um rosário partido, vários postais, fotografia e santos de papel, um "Evangelho segundo S. Mateus", um livreto de orações, um volume da 1ª Aritmética para Meninos de J. T. Souza Lobo e envelope de correspondência recebida".

E o enumerar dos "bens particulares" dos nossos meninos, que não voltaram, prossegue, para outros: "um anel de metal já partido", de um, "uma gaita de boca", de outro, "uma caneta tinteiro sem pena", "uma carteira profissional fornecida pelo Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo", "um par de tornozeliras para futebol", "um espelho quebrado", "um recibo do Banco do Brasil, de dinheiro remetido"...

"Bens particulares" de nossos franciscanos soldadinhos, que, na verdade, só tinham um bem, que deram ao Brasil: a vida!

O que lamento não constar destes documentos são as circunstâncias da morte de meu amigo e vizinho, do parceiro de infundáveis partidas de xadrez e de mútuo empréstimo de livros, o 2º Tenente Manoel Barbosa da Silva. Outro amigo, o saudoso Prof. Eurípedes Simões de Paula, é que me contou e o Boletim Regimental confirma: no dia 22 de outubro, o Ten. Barbosa, comandando uma patrulha, saiu de Bologna, para reconhecer inimigos em Molazzano e Cascio, na região de Barga. Penetrando fundo em território inimigo, a patrulha retrocedida debaixo de fogo, quando o seu comandante buscou abrigo em uma casa abandonada, que foi, então, atingida por um impacto direto de obus incendiário. Foi impossível reconhecer os mortos. O Ten. Barbosa foi condecorado "post-mortem" com a Cruz de Combate, com a menção: "por uma ação de feito excepcional na Campanha da Itália".

Toda esta epopéia dos nossos bravos pracinhas é, hoje, mais ou menos desconhecida, porque as obras que trataram da F.E.B. foram publicadas nos vinte anos seguintes à vitória. Passaram-se, portanto, outros vinte anos e a geração que nasceu no após-guerra não conhece nada do que se escreveu, pois são edições esgotadas, somente encontradas nas casas de livros usados.

E é uma pena, porque são obras sérias, o seu tanto laudatórias, o que se compreende, mas que fizeram muita auto-crítica, também. Não louvaram por louvar, nem esconderam as muitas dificuldades e os muitos erros cometidos na época. E não é preciso buscar muito, bastando compulsar o livro do Gen. Mascarenhas, o de mais fácil acesso.

Evidentemente, sua leitura, agora, diminuiria o impacto, para os moços, de um livro recentemente lançado, cujo mérito maior foi o de pesquisar, em arquivos alemães, ingleses e americanos, o que existia sobre a nossa força expedicionária, além de ouvir depoimentos de nossos adversários da época, ainda vivos. Porque, então, o que é agora apresentado de forma incomum e como se fosse uma desmistificação das ações de nossos soldados, reduzindo-as à sua mais simples expressão, poderia ser cotejado com aquilo que já se escreveu sobre o assunto, no Brasil e por brasileiros. Em outros termos, apresentou-se de forma enfática uma face e deixou-se na semi-obscuridade a outra face, sob o pretexto de já ser conhecida.

Basta examinar alguns aspectos, como, por exemplo, a alegada falta de conscientização de nossos soldados, para as razões de nossa entrada no conflito. Qualquer coleção de jornais antigos, de 1942, mostraria o que foram as grandes manifestações populares de repúdio ao torpedeamento de nossos navios mercantes e de passageiros, em águas nacionais. O povo saiu às ruas, em multidões gigantescas, clamando contra os atos de barbarismo, que matavam crianças e mulheres, sem justificativa possível, pedindo a declaração de uma guerra que nos era imposta. Será que os rapazes, que foram mais tarde para a Itália, não sabiam disto, não participaram das manifestações, acoraram-se medrosamente? Evidentemente, não, todos sabiam e muitos até verberavam a atitude dúbia do governo ditatorial, que tanto demorou para se decidir. Nossa Força Expedicionária sabia porque estava lutando.

O que a maior parte ignorava era a organização militar americana que, como já mostramos, substituiu a organização francesa. E aqui surgiu um problema que apareceu em praticamente todos os momentos da Campanha da Itália: a diferença de língua. Problema sério, quando nos lembramos que a difusão da língua inglesa no Brasil, que hoje tem um curso em cada bairro da cidade, só ocorreu depois da guerra. Mesmo entre os oficiais, raríssimos os que entendiam o inglês. E repare-se que a língua não era só necessária para a conversação mas era nela que estavam as instruções para o uso de veículos, de armamentos, de cidadãos médicos e sanitários, de medicamentos, tudo, numa palavra. Daí as desobediências, o não cumprimento de ordens, as incompreensões, os mal-entendidos, a impressão deixada nos americanos de tropa meros disciplinada, de pessoal menos inteligente e incapaz de executar missões complexas, de soldados de segunda categoria. Como fazer aquilo que não se entendia?

Entretanto, se a diferença de língua já criava uma barreira entre brasileiros e americanos, havia outra tão ou mais difícil. Todos nós sabemos que se nosso parque industrial começou a crescer com a primeira guerra mundial, seu desenvolvimento e diversificação só ocorreu após a segunda guerra. Portanto, quando nossos pracinhas desembarcaram na Itália, eles estavam chegando de um país que não tinha, por exemplo, indústria automobilística. Se, hoje, qualquer menino de 15 anos faz todas as manobras para tirar e guardar um carro na garagem, naquela ocasião poucos sabiam dirigir um veículo. E não obedeciam, obviamente, os cuidados mínimos para sua manutenção, que, ainda, por cima, estavam escritos em inglês... Esta falta de familiaridade com máquinas não seria suprida em dois ou três meses de treinamento na Itália. Mesmo, porque, máquinas, veículos, carros de combate, armamento só foram distribuídos lá. E só soldados tinham estas dificuldades? Não, oficiais, também. Os do Esquadrão de Reconhecimento ficaram aturdidos com a substituição de seus cavalos reíunos por carros blindados, que dispunham de armamento pesado, como me contou um então 2º Tenente de Cavalaria.

É evidente que todos estes inconvenientes seriam contornados mais depressa, se o nível de escolaridade fosse mais elevado. Mas então já não estaríamos tratando de soldados brasileiros mas de outros muito diferentes. Infelizmente, nossa realidade era, como ainda é, aquela que sabemos e sobre isto nem adianta comentar agora, embora tenha também influído poderosamente em outros campos, como o da saúde. Daí as numerosas baixas ao hospital, o descuido com a própria saúde, o uso inadequado das instalações sanitárias. Todavia, jogar todas estas deficiências no rosto do pracinha, que estava arriscando sua vida, é atirá-las na face do povo brasileiro, de que era legítimo representante no além-mar.

Os meninos, em momento de crise, como o de todas as guerras, em terra estranha, vestindo uma farda que se assemelhava à dos inimigos, longe da família, sem a alimentação de seu hábito, mexendo com máquinas que nunca viram, como nunca viram a neve que caía nos Apeninos, naquele duro inverno de 1944, ouvindo uma língua incompreensível, os meninos, apesar de tudo, não perderam sua alegria e se lançaram para a frente, bisonhamente, é verdade, mas com coragem e decisão.

Perderam algumas batalhas, o que não deve surpreender e pode até ser considerado normal, quando nos lembramos que os cariocas do 1º R.I. e os mireiros do 11º R.I. entraram em combate sem praticamente nenhum treinamento. Afinal, não houve uma Dunquerque? O magnífico e glorioso exército francês não se desintegrou em maio de 1940? Os russos não foram empurrados até Moscou e até Stalingrado? E os americanos não foram sendo expulsos de ilha após ilha, até das Filipinas? E em Anzio, ali mesmo, na Itália, quanto tempo os soldados de Tio Sam não ficaram "arranhando a areia da

praia, como caranguejos"? O Monte Cassino não foi o seu Monte Castelo?

Há experiências insubstituíveis, que nenhuma teoria, nenhum treinamento consegue suprir. A de guerra é uma delas. Ou se esteve ou não se esteve em combate. Antes e depois. Quando a nossa Força Expedicionária viu chegar a primavera de 1945, já era outra gente que estava ali, cheia de cicatrizes gloriosas, com a alma enlutada por nossos mortos. E as vitórias foram se acumulando, mesmo sendo uma tropa inexpressiva, numericamente. Menos de uma divisão, nunca chegando a 10.000 homens em linha. Um pugilo de bravos, no 4º Corpo, do 5º Exército. Poder-se-ia esperar deles um grande destaque no teatro de operações do Mediterrâneo? Que fosse capaz de decidir a guerra? Seria estultice pensar assim!

O que é preciso deixar bem claro e proclamar alto e bom som é que a F.E.B. não só soube cumprir o seu dever, como foi além dele, que nos orgulhamos de seu desempenho e que a nação há de ficar sempre agradecida aos seus soldados.

Não desejo me alongar mais, sr. Presidente, porque os confrades de nosso sodalício, que sabem ler nas entrelinhas dos documentos, já perceberam que nestes papéis amarelados, que passo às mãos de V. Exa., há muito de sangue e de lágrimas da gente paulista. O Instituto saberá guardá-los, com o respeito que merecem, neste ano do 40º aniversário de nossa vitória.

5-6-1985

CARACTERÍSTICAS DA GUERRA

Cel. Adauto Fernandes Andrade

Não pretendemos ter equacionado neste modesto e resumido trabalho para alguns minutos de atenção, todos os quesitos de formulação doutrinária ou polêmica sobre as Características da Guerra, assunto este muito complexo e controvertido, cujas raízes se fixam, há milênios, no terreno pedregoso da História, principalmente. Tampouco, pretendemos ter abordado todo o pensamento filosófico de várias épocas sobre o momentoso tema, para nos determos nos meandros da própria História, colocando aqui e ali as prateleiras da Filosofia, da Sociologia, da Política, do Comércio, da Economia, da Religião, etc., e sobre elas empilharmos os destaques mais interessantes que se entremeiam na busca dos acontecimentos mais relevantes das civilizações que se formaram, ou desapareceram em conseqüência da própria guerra. Tudo fizemos para resumir dados esparsos e abrangentes a respeito da matéria, oferecendo aos que gentilmente aqui nos ouvem, os seus aspectos mais impressionantes, também, embora gerais, desde que o homem, inimigo do próprio homem começou a lutar pela sobrevivência da espécie.

É da própria índole humana a indagação como instrumento de pesquisas nos vários campos de estudo, mas que responde apenas pela colheita farta ou medíocre das especulações efetuadas em terreno fértil ou árido, dos inúmeros estágios das civilizações que nos antecederam. Mas o homem, insaciável na sua ânsia de conquistas, não se acomoda com o insucesso nem mesmo com o sucesso passageiro do seu trabalho. Por isso mesmo, o progresso ininterrupto dos meios materiais oferecidos à humanidade em todos os campos de atividade, não nos entusiasma quanto à possibilidade de uma paz mesmo longínqua de que necessitamos tanto. Ao contrário, contagiam-nos o medo, a incerteza do amanhã, e as investidas da ciência no campo militar.

No estudo das origens das guerras, entendem alguns historiadores e pensadores que é possível incluir nele a morfologia da guerra, isto é, a sua estrutura, fundamentados na composição de dados históricos e constatações atuais para se admitir, inclusive, um único tipo de conflito. Inegavelmente, tal possibilidade não só seria remota

quanto impossível, de vez que as sociedades só se modificam de acordo com o progresso, e este impõe formas complexas e variadas de guerra.

Langonette admite três formas de guerras internacionais, isto é, as guerras de intenção, as guerras de equilíbrio e as guerras de independência. No primeiro caso, teríamos a proibição imposta a determinados governos do uso e práticas contrárias à civilização. E exemplifica este ponto com a intervenção da França na emancipação política da América. Inglaterra e França fazem intervenção contra a Rússia em 1854, bem como à China e México. Em 1888, os Estados Unidos da América fazem intervenção em Cuba e Filipinas, atingindo diretamente os interesses da Espanha.

No segundo caso, teríamos que nos remontar à Grécia clássica e ao nacionalismo italiano, como parte da própria política europeia referida nos tratados de Westfália, Utrecht e Viena. As guerras de independência, por fim, remontam desde os tempos longínquos das civilizações, continuando, em muitos casos, em procedimentos típicos de guerras civis.

Isto posto como introdução e alerta, acordemos, em seguida, para a definição de guerra, admitida ser ela uma "luta com armas entre nações" ou "arte militar" ou, simplesmente, "luta", que já se permitiu invadir o campo teórico da Filosofia, da Sociologia, da Economia, etc., desfraldando aqui e ali a sua bandeira de mil cores diferentes, seja em nome de Deus, do Comércio, da Política, enfim, de tudo que possa justificar. Teve, assim, e os tem em nossos dias, justificadas ou combatidas os seus métodos, os seus crimes, as suas destruições e cujos escumbros emergem sempre os heróis, os traidores e covardes, numa sinfonia macabra de manifestações caricatas de procedimentos pertinentes à própria guerra, isto é, crimes, morte e destruição.

Dizia Voltaire, em seu dicionário filosófico da "Guerra", o seguinte: "todos os animais estão em guerra perpétua; cada espécie nasceu para devorar a outra. Os machos de uma mesma espécie entram em guerra pelas fêmeas, tal qual Menelau e Páris. O ar, a terra e as águas são campos de destruição. Parecera que Deus, tendo dado razão aos homens, esta razão deveria adverti-los e se não envolvessem imitando os animais, sobretudo quando a natureza não lhes proporcionou nenhuma arma para matar a seus semelhantes, não teriam o instinto que os leve a sugar o sangue".

De outra parte Nicolau Maquiavel, florentino de nascimento, em 1521, quando escrevera sete livros sobre a Arte da Guerra, além de outros referentes a assuntos diversos, em várias oportunidades, que também chorava a morte do inesquecível e sanguinário Borgi por julgá-lo o único homem capaz de defender a independência e

Itália retalhada de principados e republiquetas, dizia logo na introdução do seu segundo livro dos sete referidos: “depois de haver encontrado os homens, é preciso armá-los”.

Para nos aquilatar-mos da moral de Maquiavél, que chegou a pertencer à diplomacia italiana, resumiremos as suas doutrinas extraídas de “O Príncipe”, um de seus livros publicados:

- 1º — Zelai apenas pelos vossos próprios interesses.
- 2º — Não honrais a mais ninguém, além de vós mesmos.
- 3º — Fazei o mal, mas fingi fazer o bem.
- 4º — Cobiçai e procurai obter tudo que puderdes.
- 5º — Sede miserável.
- 6º — Sede brutal.
- 7º — Lograi o próximo toda vez que puderdes.
- 8º — Matais os vossos inimigos e, se for necessário, os vossos amigos.

Este defensor e codificador da força bruta para imposição do direito do mais forte, e que se aprofundou na arte da guerra pesquisando os passos da política e da história da antiguidade, morreu sem que uma única medalha por feitos guerreiros lhe encimasse o peito. Não participou de nenhuma batalha para que pudesse, ele mesmo, esquematizar e por em prática seus planos de ataque e defesa extraídos dos seus próprios livros. Morreu, lamentando não ter tido um Estado para que pudesse, enfim, empregar os seus conhecimentos militares sobre a guerra, conhecimentos estes tão bem explorados em várias épocas por diversos generais, inclusive Napoleão Bonaparte, na formação e desenvolvimento do “quadrado” e no emprego da infantaria e cavalaria.

Mas para que a humanidade atingisse este adiantado grau de desenvolvimento bélico, milhões de anos decorreram desde a era glacial, permitindo que o macaco se transformasse no homem-macaco, na concepção revolucionária de Darwin. Foram quarenta milhões de anos, e mais trezentos anos para que este espécimen da raça humana chegasse a caminhar de cabeça erguida; matar a sua presa para saciar a fome e, longos anos depois, vagar pelos campos e florestas até descobrir o cobre, primeiramente, e mais tarde o ferro, possibilitando, assim, adestrar-se melhor no manejo das novas armas que então fabricava empiricamente.

Vagarosamente, caminhou o homem, e como já o disseram, ele “é uma criatura estúpida e seu progresso tem sido muito lento. Se avança, também retrocede em seu progresso, chegando-se a admitir

que há quatro séculos os gregos eram mais civilizados que a grande maioria da população atual”.

Na sua lenta e penosa caminhada nos tempos pré-históricos, a luta que começou pela busca da subsistência contra animais, a princípio, passou a tornar-se mais violenta, porque grupos de indivíduos vagando pelos campos à procura de caça para o sustento da prole, entravam em choque na disputa de uma presa, de um agasalho de peles, de pedaços de terra mal cultivados e de pequenos rebanhos de animais domesticáveis.

Vivendo, desta maneira, tão miserável e perigosamente, aos poucos o homem aprendeu a utilizar-se de projéteis adequados ao arremesso, dispensando o uso exclusivo da pedra. E os períodos glaciais obrigaram-no a se desenvolver mais rapidamente, descobrindo, em conseqüência, o fogo e o seu uso; inventando melhores agasalhos e aproveitando melhor as cavernas transformadas em lar de numerosa família, isto é, a família das cavernas.

Com o progresso que já manifestava em vários setores dessa vida primitiva, a ânsia de conquista dos poucos aglomerados humanos foi tomando características de verdadeira luta, destacando-se, mais tarde, em muitos pontos da Terra, nações mais aguerridas como, por exemplo, a Assíria que por algum tempo aterrorizou o mundo contemporâneo. Guerreavam, os assírios, mais por prazer pela arte da guerra, do que mesmo pela fome ou pelo comércio já generalizado entre os povos da época.

A guerra, como fenômeno social, sempre participou do desenvolvimento das civilizações. Embora repudiada pela maioria das pessoas, nunca lhe faltaram adeptos, muitos dos quais a admitiam como imposição divina, conforme se verifica destas palavras pronunciadas antes, isto é, ela, a guerra, é “quase divina em si mesma, posto que é uma lei do mundo...” Aliás, no Antigo Testamento vemos que, por ordem de Deus empreendiam-se guerras de extermínio contra os inimigos, as quais massacravam mulheres e crianças. Outro exemplo mais recente temos o das Cruzadas, que por longos anos fizeram derramar muito sangue.

Georgi Del Vecchio, ao referir-se à grandiosidade e beicza da guerra, afirma que: “só quem despreza a morte é verdadeiramente digno de viver”.

Mas a luta dos grupos anteriormente realizada entre parentes, isto é, famílias e tribos, depois se estende entre vizinhos, como cantões, departamentos, províncias e, assim, sucessivamente, chegando às associações religiosas, científicas, artísticas, etc. Esta luta, porém, não se esquematizava em guerras, propriamente. Contudo, o seu desenvolvimento alastrador propiciou uma situação mais determinante das características guerreiras, na seleção dos Estados. Não resta a

menor dúvida, que esta seleção foi devida a eficácia das lutas no desenvolvimento da sociedade. De qualquer maneira, os defensores das lutas fratricidas que dali por diante se originaram, com características próprias da guerra e com os meios da época, reconheceram que as lutas primitivas que exterminavam os vencidos, mantendo-os, também, em muitos casos, como escravos em trabalhos punitivos, eram mais sanguinolentas que as atuais. Naturalmente, porque na atualidade não se admite que as suas conseqüências expandam para uma seleção natural com preponderâncias racistas.

Apreciando a "Carta Magna do Racismo" apresentada por Gobineau, destacamos o seguinte argumento: "Se as raças humanas fossem iguais entre si, a história nos apresentaria um quadro comovedor, magnífico e glorioso. Todas igualmente inteligentes, a atenção desperta para seus verdadeiros interesses, igualmente hábeis em obter meios de vencer e triunfar, desde os primeiros dias do mundo teriam alagado a superfície do globo por uma multidão de civilizações simultâneas idênticas e igualmente florescentes". "Mas a humanidade está repartida em frações dissemelhantes e muito diferentes ou, melhor ainda, em uma série de categorias subordinadas umas às outras, nas quais o grau de inteligência marca o grau de evolução".

Segundo Celestino Bougle, "é o racismo o dogma segundo o qual um grupo étnico está condenado, pela natureza, à inferioridade congênita e outro grupo se acha destinado à superioridade congênita". Para nós, então, seria a eliminação de determinadas raças para a conservação de outras, o que, no mundo atual, admitimos como absurdo e intolerância racista.

Se, antigamente, nos primórdios da nossa civilização, o inimigo derrotado era tido como elemento desprezível, desagregador da sociedade, mesmo mais tarde, Aristóteles negava-se a considerar os povos da África iguais aos gregos. O Império Romano não despia de suas vestes originais e guerreiras para oferecer igualdade aos povos conquistados.

Porém, de tudo que já se disse a respeito da supremacia racial, destacamos este conceito: "Qualquer raça que se considere hoje, seja ou não homogênea, pelo fato de ser civilizada e ocupar desde há tempo um lugar na história, é necessário considerá-la como uma raça artificial e não como raça natural. Raças naturais não se encontram hoje senão entre os povos selvagens. Somente entre estes pode-se encontrar populações isentas de toda a mescla... A maior parte das raças civilizadas não são raças históricas... "isto é, raças criadas pelos azares da conquista, pela mistura de indivíduos de origens diferentes".

Apesar de todas as contribuições ao racismo, nenhum doutrinador conseguiu demover Houston Stewart Chamberlain, em 1899, desta

doutrina, ele que foi, apesar da sua origem inglesa, inspirador do nacional-socialismo que se tornou a bandeira política de Adolph Hitler para conduzir a Alemanha à guerra, admitindo este que o povo alemão, de origem ário-nórdico substituiria a unidade celto-eslavo-germânica pela força da raça nórdica.

Sabe-se que os arianos tiveram como pátria de origem a Ariânia, considerado país mitológico, sendo que a sua localização na Ásia nunca foi definida. Todavia, é de se supor que os arianos deram origem à raça branca que se expandiu pela Europa.

Na França, os arianos cruzaram com outras raças, inclusive com os escandinavos que ocuparam a Normandia e a Inglaterra. Estes foram os únicos que até os dias atuais conservam a essência ariana. Nestas condições, os alemães são tão germanos quanto os franceses e, ainda mais, há quem atribua aos ingleses mais sangue germânico do que aos alemães. Por aí se vê que Adolph Hitler, na sua arrogância megalomaniaca da superioridade racial germânica entre os demais povos, não conhecia a História. Aliás, há quem proclame, alto e bom som, que o seu tão decantado livro *Mein Kampf*, que acelerou a eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial, arrastando parte da juventude alemã aos maiores arroubos guerreiros, em nome da superioridade germânica, não é de sua autoria.

Aceita como improcedente a diferença étnica dos povos como responsáveis pelas guerras, fundamentaram muitos pensadores e filósofos que: “desde os tempos imemoriais o sexo tem sido causa da guerra, porquanto os homens têm combatido pelas mulheres ou por causa delas. Nas tribos primitivas era por demais freqüente que se fizesse a procura da mulher em outras comunidades, o que determinava da parte do despojado a necessidade de tomar represálias que, como não tinham caráter individual mas coletivo, degeneravam em guerras as mais das vezes”. E aqui poderíamos ilustrar este conceito com fatos não mui distantes ocorridos em Esparta, entre os wikings, em Meca, no antigo Israel, na Assíria-Babilônia, bem como o chamado “rpto das sabinas”.

Na explicação biológica da guerra, a destruição de um lar pela ausência do marido morto ou afastado pelo conflito, implica na projeção de nascimentos ilegítimos, bem como no aumento da prostituição como se denunciou depois da Primeira Guerra Mundial, causando, assim, uma deformação no organismo social.

No sentido técnico da guerra, teríamos que nos envolver na introdução do bronze e principalmente na do ferro, para avaliarmos o desenvolvimento dos armamentos primitivos observados no mundo ocidental. Tal acontecimento, que se eclipsou com o aparecimento da pólvora e, conseqüentemente, com a fabricação das armas de fogo, não perdeu, contudo, e por muito tempo ainda, o emprego da arma

branca nos combates corpo a corpo, eis que a arma de fogo levou cerca de mil anos para firmar-se, definitivamente, dentro da técnica da guerra.

A infantaria, contudo, recobrou o seu poder ofensivo que havia perdido para a cavalaria, embora a mudança de dispositivo das operações militares, ou melhor, das batalhas, ainda demorasse muito tempo para influenciar a condução da luta.

Não resta a menor dúvida, que daqui por diante, a industrialização da guerra tornou-se um fato consciente com reflexos na expansão da sociedade. Admite-se mesmo que a sociedade industrial já firme em seus alicerces, superou a sociedade militar que já existia. O desenvolvimento da técnica militar permitiu que os exércitos passassem a selecionar melhor seus contingentes, ao invés da primazia da força bruta, simplesmente, tão necessária antes para o manejo da pesada espada, do incômodo escudo, da perigosa e comprida lança.

Seria demasiado longo avançarmos por este caminho em considerações mesmo gerais sobre a técnica militar, principalmente depois das duas últimas guerras mundiais, cujas armas convencionais deram lugar ao aparecimento de novos e mortíferos engenhos de destruição, que põem em perigo a vida no planeta Terra.

Já se admite hoje, que os moderníssimos mísseis nucleares cedem lugar aos chamados "olhos do espaço", isto é, aos satélites vagando pelo espaço em ininterrupta vigilância, numa constatação de que, possivelmente, poderemos ter com esses terríveis censores silenciosos uma "guerra nas estrelas", cuja ficção já nos detém incrédulos e temerosos frente aos aparelhos de TV.

Esse novo e ameaçador engenho é descrito da seguinte maneira: "O Asat norte-americano — Anti-Satélite Interceptor — é uma combinação da mais avançada tecnologia do míssil com a potencialidade extremamente flexível de uma aeronave de combate como o F-15 Eagle, sem o uso de um veículo espacial para colocar o sistema em órbita. A principal peça desse sistema que os EUA começam a testar (haverá mais de 11 provas até 1987), é o míssil anti-satélite de reduzidas dimensões — cerca de 50 centímetros de comprimento — capaz de se dirigir para o alvo com grande precisão guiado por seu próprio computador e por minimotores de direção. Ele busca qualquer fonte de irradiação infravermelha, que pode ser um satélite em órbita alta — até 700 quilômetros — e a chegar ao objetivo detona uma mini-ogiva nuclear. Mesmo errando o alvo, o que não é provável, o pulso eletro-magnético da explosão é capaz de inutilizar completamente o satélite. Esse pulso é capaz de "queimar" circuitos eletrônicos, o que explica a escolha da mini-ogiva para equipar o Asat americano. O F-15 carregando o pequeno míssil eleva-se em vôo quase vertical até sua altitude máxima — 21 mil metros — e o dispara, na direção

aproximada do satélite. O Asat então passa a ser acionado por seu computador e dirige-se para o alvo, que pode estar a centenas de quilômetros, em órbita alta”.

Por outro lado, sabe-se que a URSS está tentando a supremacia militar no espaço, a fim de que possa impedir o acesso a ele de qualquer outra nação do globo. A denúncia feita pela Central de Informações do Pentágono, afirma que o plano soviético é essencialmente ofensivo, eis que os chamados “satélites matadores” que vêm sendo desenvolvidos desde a década de 60, têm por finalidade destruir os satélites inimigos com a detonação de uma carga explosiva.

O chamado “satélite matador” é descrito da seguinte maneira: “Trata-se de um satélite disparado por um foguete, que é colocado em órbita baixa e se orienta para o satélite “adversário”, alinhando-se com ele. O chamado “satélite matador” então explode (explosivo convencional) e destrói o outro satélite, ou danifica de forma irreversível seus circuitos eletrônicos. A desvantagem evidente do sistema soviético em relação ao Asat norte-americano, é o fato de depender de demorados e custosos lançamentos de foguetes. Isso explica o interesse dos soviéticos em conseguir uma moratória dos testes de armas anti-satélites antes das negociações para desmilitarização do espaço, o que implicaria na automática suspensão das provas do avançado sistema norte-americano. (A.C.)”

A revista britânica “Jane’s Defense” de outubro p/passado, que trata, entre outros, de assuntos militares, afirma que a URSS desenvolve um programa de guerra nas estrelas com o emprego de raios Laser antimísseis.

Todavia, talvez essa tão decantada guerra nas estrelas, segundo opiniões divergentes, seja o meio pelo qual, diante do crescente e espetacular desenvolvimento tecnológico, torne obsoleto o emprego das armas nucleares armazenadas nos arsenais das grandes potências — EEUU e URSS, capazes de destruir o mundo catorze vezes.

Sobre este aspecto, perguntaram, certa vez, a Albert Einstein como seria a terceira guerra mundial, ao que ele respondeu: não sei, mas acredito que a quarta guerra mundial será com paus e pedras.

Há uma grande corrente de opiniões, que não admite a eclosão da terceira guerra mundial com o emprego de armas nucleares, diante do aperfeiçoamento das armas antimísseis com ogivas nucleares. Por conseguinte, o estoque atual de armas nucleares das grandes potências já mencionadas, não oferecerá mais o perigo de uma destruição total da humanidade, uma vez que não poderão ser usadas com resultados positivos. Os novos engenhos antimísseis, produtos da moderna e avançada tecnologia, são capazes de atingir, por exemplo, um tanque de guerra a mais de 5.000 quilômetros de distância, e com tal precisão que somente ele seria atingido e nada mais em

seu redor. Logo, desapareceria a possibilidade de destruição total das cidades que hoje são alvos dos mísseis instalados na Europa e em outros lugares.

Talvez seja por isso mesmo que MacNamara, ex-secretário da Defesa dos Estados Unidos houvera dito, naturalmente com outras palavras, que as discussões diplomáticas sobre a redução das armas nucleares ensaiadas pelos americanos e russos, são apenas aproximações políticas com o objetivo de diminuir a tensão internacional a respeito do assunto. O interessante, segundo ele, seria o desarmamento completo nuclear e não, simplesmente, a redução das armas desse tipo.

No momento atual, o que se pretende com prioridade é a discussão sobre a desmilitarização do espaço, e não mais a produção de artefatos nucleares. Até lá, o presidente Ronald Reagan pede novas verbas ao Congresso americano para produzir os engenhos antimísseis para vigiarem o espaço. A par disso, Washington não faz segredo da sua decisão de instalar até 1995, uma estação orbital em torno da Terra, que será habitada permanentemente.

Atualmente, a NATO, através dos seus comandantes, pressiona seus aliados para que se crie um novo arsenal de armas biológicas, à vista do desenvolvimento dessa arma pela Rússia, que tem meios suficientes para acabar com a população mundial.

Enquanto o presidente Reagan declara, ao mesmo tempo, estar fazendo o possível para se chegar a um controle de armamento e a proibição de armas químicas, propõe, de outro lado, um programa de cinco anos para conseguir o equilíbrio em armas dessa espécie.

Embora 94 países, incluindo os EEUU e a URSS assinassem uma convenção sobre Armas Biológicas em 1972, garantindo que jamais produziram, acumulariam ou adquiririam armas biológicas, os russos têm, apesar disso, sete centros de produção de tais armas, enquanto os americanos têm dois.

Atribui-se à sociedade industrial que substituiu a sociedade militarista, "hábitos de paz e cooperação incompatíveis com a guerra. Os combates que poderão um dia ser realizados com tais meios de destruição, seriam tão cruentos que não haveria bastante homens vivos para enterrar os mortos, pelo que sobreviveriam terríveis guerras civis, que obrigariam ao desarmamento universal a fim de impedir tais extremos".

Por aí se vê que Mac Namara, ao defender a necessidade do desarmamento universal, fundamentou-se numa realidade futura e no interesse da humanidade, porque a corrida armamentista não cessará com uma guerra nas estrelas, tampouco com o aperfeiçoamento dos "satélites silenciosos" antimísseis.

A própria guerra química, que desde 1914 vem se alinhando, mal disfarçada, ao lado da artilharia, da aviação, da guerra submarina etc., seria de um poder destruidor indiscriminado. Haja vista as informações que nos chegam, constantemente, através da imprensa, dos efeitos dos gases nas aldeias do Afeganistão, quando as forças sociéticas as atacaram para expulsar os guerrilheiros das montanhas daquele país invadido e ainda não conquistado.

Mas a luta desigual continua em novas frentes nesse país massacrado pela cruesa da guerra, e isto porque um grupo liderado pelos chamados “guardas revolucionários” islamíticos de Teerã assume o controle militar e político de determinada zona do Afeganistão. Formou assim, a organização “Sepah-E-Pasdaram-E-Ingelas”, para tentar eliminar os grupos guerrilheiros da região e aldeias, com o objetivo de apoderarem-se de armas e liquidar os chefes das organizações rivais.

Na defesa da tese de que o uso de armamento sofisticado tem assegurado o desenvolvimento cultural dos povos, só tem encontrado adeptos entre os que se servem da guerra para o domínio político, industrial e social da humanidade. Seria a admissão absurda de que só a eficácia da guerra é fator de desenvolvimento social. Todavia, já se admite que, “as piores formas de governo — as menos justas e as menos amadurecidas — são as que mais se inclinam para a guerra e as melhores preparadas para as suas provas”.

As conseqüências políticas da guerra fazem parte da história de cada povo, seja ela de intervenção, de propaganda, de equilíbrio ou guerra de independência, com os seus diferentes matizes de origem.

As guerras bárbaras tiveram na economia o seu denominador comum, o mesmo acontecendo até nossos dias, embora em termos mais pertinentes ao capitalismo moderno, que não desdenha o “modus faciendi” do capitalismo totalitário das nações tidas como socialistas ou comunistas.

Já se proclamou que o comércio é a fonte das finanças, e as finanças são o nervo vital das guerras. Por fim, é bom acreditarmos, como já se disse antes, com toda a soma de dados, que “é a guerra, assim, consequência violenta das leis sócio-econômicas naturais, isto é, consumo, produção, exportação, etc., sem que nenhum tipo de conflito bélico possa subtrair-se a esta explicação, de tal forma que até as guerras religiosas tentam a mesma coisa”.

Outro fator considerado determinante da guerra, embora este quadro se reflita mais na antiguidade, é a religião. É um dos exemplos mais marcante deste fato, verificamos na história um pouco ainda obscura dos aztecas, apesar de ser mais moderna do que o Antigo Testamento.

Folheando as páginas da História, encontramos sobre os aztecas estes dados de singular importância para o estudo das guerras religiosas.

Vejamos: “Suas principais divindades eram deuses agrários, como correspondia a um povo de agricultores, Havia entre eles deuses da Terra, a mãe fecundante; deuses da chuva sem a qual são impossíveis as culturas e deuses que presidiam o crescimento das plantas, principalmente do milho. Os deuses da meteorologia, que residiam nas colinas, nas montanhas, locais onde surgem as tormentas, de onde nascem as águas, as fontes e o regato. A eles sacrificavam os meninos, porque estes, com as dores do sacrifício deixavam correr as lágrimas; por magia simpática, esses prantos provocavam as chuvas... Por causa dos ritos cruéis reclamados pelos deuses do panteon mexicano, a vida no apogeu do império azteca, por muitas razões, está mergulhada em uma atmosfera de terror...”

“Desta maneira, o sacrifício no campo de batalha era pouco comum, já que as guerras empreendiam-se para capturar inimigos e não para matá-los, razão pela qual raramente envenenavam suas armas”.

Um dos pontos mais explorados pelos homens, que pretendem caracterizar a guerra dentro do condicionamento social da humanidade, seja ela de cunho religioso, comercial ou econômico, é a noção de pátria, que se tornou a mola mestra de toda a multiplicidade de razões que justifiquem a guerra.

Pátria, dentro da Sociologia, é uma noção abstrata que se fixa como uma necessidade prática, condicionando uma vida coletiva dos membros que a integram, antes mesmo de se apresentar como um sentimento. Porém, a existência de um Estado, território, instituições de línguas distintas que podem constituir uma pátria, independe do patriotismo de seus membros.

Se, anteriormente, o patriotismo estava vinculado à religião, dificilmente poderíamos destacar se as ações bélicas ocorridas eram movidas por ela, ou pelo sentimento pátrio dos guerreiros. Há, como se vê, uma impossibilidade de discernimento analítico no estudo de tais fatores, e que se torna mais difícil ainda, quando envolvemos nele o enquadramento de tropas mercenárias lutando pela mesma bandeira.

Marx, por sua vez, admite que o proletariado não pode ter pátria, isto porque pátria, na concepção marxista, está ligada à noção de propriedade. Para ele, “o operário não deve conhecer senão uma guerra: a luta de classe, pois que ele tem um inimigo apenas — o capitalismo”. No entanto, o maior país reconstruído politicamente sob bases marxistas, mas com administração socialista debaixo da bandeira comunista, isto é, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no último conflito mundial — 1939-945 — conclamava seus filhos a defender a *pátria* ameaçada, a fim de expulsar de seu solo o invasor alemão. E depois de cada batalha, na qual a vitória brilhava para as armas russas, Stalin, o ditador de todas as Rússias, como era chamado, lançava pelo rádio uma proclamação ao povo que terminava com estas palavras

significativas para o regime: "Glória eterna aos heróis que tombaram. Morte ao invasor alemão".

Aliás, se volvermos à história política do Vietnã, a partir de 1925, verificaremos que as teorias de Marx, nas quais se apoia o pedestal comuno-socialista, nem sempre foram aceitas pelo governo comunista daquele país, tanto com referência ao interesse privado, como na reforma agrária empreendida, além da noção de pátria condenada pelo marxismo. Tanto é verdade, que o "slogan" da chamada Fase Anti-Imperialista proclamada por Ho Chi Min, decorrida de 1940-949, era "Pátria Acima de Tudo". E abordando as lutas de classe do manual comunista, entrega-se ele às lutas imperialistas e anti-feudal, até a completa libertação da antiga Indochina do domínio francês, com a proclamação da República Democrática do Vietnã que tanto queria, e que durante sua agitada vida política adotou vários nomes diferentes para poder levar seu país à vitória.

A partir de 1946, três meses depois da referida proclamação, em 2 de setembro de 1945, aquele chefe comunista vietnamita deu início às hostilidades contra as forças francesas que lá ainda permaneciam, recebendo apoio tanto dos comunistas como dos nacionalistas, até a assinatura do armistício celebrado em Genebra, e a divisão consequente da influência chinesa e soviética em suas zonas de ação.

Hoje, ainda podemos, em consonância com a Sociologia que pode delimitar as características da guerra, estendê-las à chamada guerra de cérebros, em virtude, naturalmente, da amplitude que tomarem os conflitos internacionais.

Se, no passado, a espionagem também oferecia meios para a condução das operações militares, na atualidade, mais do que nunca, ela é um trunfo muito importante na estratégia da guerra.

Não se pode hoje ignorar o que se passa no mundo, principalmente nos bastidores da política internacional. Por esta razão, atrás de toda a imunidade e ética diplomáticas que se estabeleceram entre as nações, há a burla dos chamados Serviços Secretos que procuram, realmente, segredos militares nos arquivos dos ministérios de guerra, nos ministérios das relações exteriores, etc. É, na verdade, uma guerra sigilosa, furtiva, clandestina, e na qual se empregam homens e mulheres.

O afundamento de um destróier francês na guerra da Indochina, da qual falamos linhas atrás, foi a consequência de atuação dos sabotadores. O ataque traiçoeiro a Pearl Harbour, em 1941, por parte da aviação japonesa, é uma lição para todas as nações militaristas.

Prevenir, evitar, capacitar os países na melhor realização de sua política exterior, é função primordial da guerra de cérebros. Em todas as épocas, afirmou Henderson em seu ensaio sobre a guerra — "o

poder do intelecto se confirmou na guerra. Nem só coragem e experiência fizeram Anibal, Alexandre e César os maiores generais da antiguidade. Napoleão, Wellington, o Arquiduque Charles certamente foram os mais bem treinados soldados de seu tempo, ao passo que Lee, Jackson e Sherman provavelmente sabiam mais de guerra antes de empreendê-la, do que qualquer outro dos Estados Unidos”.

Serviço Secreto, ou “informação comunicada”, é a definição desse novo tipo de ação, ao passo que as agências que se envolvem nessa atividade são conhecidas como “inteligência”, e a qual, por sua vez, é definida como “informação avaliada”.

Pearl Harbour é, ainda, o recente exemplo perfeitamente configurado da objetividade e eficácia da chamada “guerra de cérebros”. E diante desta realidade presente, na paz e na guerra, não é demais lembrarmos aqui as palavras do general Matheu B. Ridgway, quando na chefia do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos da América, isto é, “Vista a presente situação mundial, é mais importante que nunca ter completa informação, baseado na qual, se possa determinar o mais econômico desdobramento das Forças Armadas, proporcional à situação militar, minimizar a possibilidade ou vantagem de uma agressão de surpresa, e assegurar o mais eficaz emprêgo de todas as forças, se houver necessidade”. “Adequado serviço de informação constitui a base fundamental para o cômputo de riscos, a formulação de planos, o desenvolvimento do equipamento, distribuição de recursos e a direção das operações”.

Napoleão Bonaparte estimulava a ação do Serviço Secreto, a ponto de interessar-se pelos traços de caráter dos oficiais que se opunham aos seus planos. Inclusive, ele procurava, por todos os meios possíveis, buscar informações sobre a vida e hábitos dos generais, seus inimigos.

Antes da invasão da Noruega, o Serviço Secreto da Alemanha entrou em contato com o major Vidicum Quisling, daquele país, o qual forneceu informações sobre as Forças Armadas norueguesas e sobre a política internacional do seu governo. Antes da invasão, em 1940, referido oficial forneceu dados sobre o porto de Narvik, por onde desembarcou parte das tropas alemãs.

Os ataques à ilhas do Pacífico ocupadas pelos japoneses durante o último conflito mundial, foram precedidos de copiosa informação, inclusive com recomendações de que não era conveniente a invasão de todas as ilhas. Seria mais interessante desgatar o Alto Comando japonês com ações isoladas, e nas quais também entrariam em confronto os atos de sabotagem, ação esta que está dentro do conjunto orgânico do Serviço Secreto.

As operações de sabotagem tanto podem ser efetuadas por cidadãos contra o seu próprio governo ou indústria como, igualmente, con-

tra forças de ocupação de um país invadido; contra territórios ocupados de uma nação contra outra ou, enfim, como esforço para substituir certas operações militares ditas convencionais.

Sabotagem francesa originária de "sabot", que se traduz por tamanco, foi considerado um "símbolo da revolta dos trabalhadores camponeses revolucionários" que prejudicavam, por todos os meios, não só a indústria, lançando os tamancos dentro do maquinário, como agindo, também, na lavoura durante os séculos XVIII e XIX.

É, sem dúvida, a sabotagem, uma operação especial, e o sabotado é registrado como "agente secreto" ou "especialista". Há diversas formas de sabotagem, e nos dias atuais temos tomado conhecimento e não raras vezes, através da imprensa, de farto noticiário sobre a ação dos sabotadores em diferentes partes do mundo, seja na sua forma direta de incêndios, explosões, etc., seja na sua forma indireta como no retardamento de trabalhos nas indústrias, extravio de peças necessárias em maquinário das fábricas, ou deixando, até mesmo, um parafuso solto na engrenagem das máquinas.

Na sabotagem psicológica, vemos a eclosão de movimentos subterrâneos e conflitos diversos sob os mais variados pretextos ou, ainda, telefonemas anônimos indicando a colocação de uma bomba em hotéis, aviões, cinemas, etc.

Um novo tipo de conflito teve início no final da Segunda Guerra Mundial — é a chamada guerra fria. É, de qualquer forma, um novo tipo de guerra de cérebros que estamos abordando em seus vários aspectos.

A guerra fria tem sido explorada, com especial carinho, pelos comunistas de vários países. Segundo opiniões diferentes, guerra fria é, simplesmente, sinônimo de operações da Inteligência, a qual por sua vez, se esconde nos meandros divisionistas do próprio Serviço Secreto.

Um exemplo da operosidade da chamada guerra fria, encontramos nas rebeliões ocorridas na Checoslováquia, conhecidas por Primavera de Praga, e na Polônia, em diferentes oportunidades, consequentes da intromissão da União Soviética no governo desses países inclusive com emprego da força.

Tanto a guerra fria como a sabotagem, tornaram-se a arma principal dos guerrilheiros gregos durante o último conflito mundial, inicialmente contra as forças italianas que invadiram o seu território para depois se estender por todo o país e de que se valeram as forças que combatiam o nazi-fascismo, mesmo quando aquelas foram socorridas pelo exército alemão.

Por outro lado, também precisamos admitir que as modificações estruturais de um sistema político, tende a expandir-se além fronteiras do país em causa, forçando alterações sociológicas mercê do progresso

que sempre acompanha as conseqüências da luta, malgrado o desgaste da economia que atinge, também, os países fora do conflito. E como efeito geral da guerra, ele tende a fortalecer o poder político do país envolvido, cujos exemplos encontramos no estudo da história de cada nação. Citemos como prova de alguns casos, o que aconteceu no último conflito mundial, quando a situação interna da Alemanha fez criar o Conselho Ministerial para a defesa do Reich. A Inglaterra, do mesmo modo, criou um Gabinete de Guerra, enquanto a França ampliou os poderes do governo por delegação do Parlamento.

A par disso, a economia, de um modo geral, interfere na condução da guerra, seja na sua preparação, seja no decorrer das operações militares, especialmente após o conflito que a gerou. E há, indiscutivelmente, muita economia na preparação da guerra, numa estreita vinculação entre a política econômica e a estratégia militar, exigindo um equilíbrio entre ambas, a fim de que haja possibilidade de emprego dos recursos exigidos. E a maneira de se obter recursos para a guerra tem sido diversa, em várias épocas. Vai desde o confisco de bens, à pilhagem, roubo, aumento de impostos, etc. Como se vê, guerra e economia precisam andar de mãos dadas. Assim, não poderíamos deixar de citar aqui as palavras do marechal de Saxe, que responde pela economia e pela guerra, isto é, para fazer a guerra são necessárias três coisas: dinheiro, dinheiro, dinheiro.

O campo da economia é muito vasto e inóspito para analisarmos aqui, de passagem. Tanto na preparação da guerra como durante e depois do conflito, as conseqüências econômicas atentam contra a estabilidade dos regimes, a insatisfação dos povos e a durabilidade de uma programação rápida para contornar o caos. Nestas condições, somente os governos totalitários têm conseguido algum resultado, porque a força do poder discricionário se impõe perante a insatisfação social. Apenas alguns países, e aqui podemos destacar os Estados Unidos da América e a Inglaterra, puderam conseguir a estabilidade do regime anterior na difícil reestruturação do país do após-guerra.

A necessidade da alimentação, como ponto de partida para sufocar a insatisfação popular, é de vital importância. E vale agora lembrarmos de alguns fatos correlatos, ocorridos na antiguidade, na busca da alimentação, quando o canibalismo na Melanésia foi considerado como uma das causas da guerra, o mesmo acontecendo com os neo-caledônios que procuravam, na luta, os meios de sustento da prole. Há, ainda que destacar, a prática de se engordar prisioneiros para saciar a fome, ocorrido também na Polinésia como no Arquipélago Bismarck, ilhas Marquesas e em outros tantos pontos da terra.

Porém, diante deste quadro geral exposto sobre as várias modalidades de que se caracterizam as guerras, não poderíamos deixar de abordar a ação das guerrilhas, mesmo porque elas estão insertas na própria história da nossa nacionalidade.

Guerrilhas são operações esparsas, algumas delas com características militares, realizadas por voluntários que agem fora do campo de luta, propriamente, e geralmente por meio de emboscadas. Elas obedecem ao comando de um chefe, militar ou civil, que elabora e executa os planos de ataque, usando todos os meios possíveis para alcançar o objetivo colimado, e com emprego de armas leves, petrechos, bombas de fragmentação imediata ou retardada, além de várias modalidades de sabotagem, às vezes como um preparo antecipado de uma grande operação militar a ser realizada.

Admite-se que no Brasil, e isto tem sido motivo de controvérsia, que as guerrilhas surgiram durante as invasões holandesas em Pernambuco, disputando-se a primazia do seu emprego entre o índio Camarão, Henrique Dias e Domingos Fernandes, chamado o Calabar. Inegavelmente foram estes três chefes, verdadeiros líderes de seus grupos, isto é índios, pretos e luso-brasileiros, respectivamente. Calabar, porém, se destaca entre eles, não só pelos êxitos alcançados quando pertencia às hostes de Matias de Albuquerque, como pela sua ação como major do exército holandês, única honraria que concordou aceitar para poder comandar seus homens, de vez que já havia sido capitão de terço junto àquele chefe português. Aliás, Calabar, quando combatia os holandeses engajados nas tropas de Matias de Albuquerque, impôs séria derrota ao tenente coronel Adolph Tuerleste na batalha de Nossa Senhora do Real. O seu comportamento depois, aderindo aos holandeses, está expresso nos motivos alegados em sua carta enviada àquele general português, a serviço da Espanha, em resposta a um convite de adesão que este lhe fizera. Senão vejamos:

“Senhor General Matias de Albuquerque.

Depois de ter derramado meu sangue pela causa da escravidão, que é o que defendeis ainda, passo para este campo, não como traidor, mas como patriota, porque vejo que os holandeses procuram implantar a liberdade no Brasil, enquanto os espanhóis e portugueses cada vez mais escravizam o nosso País. Como homem, tenho o direito de derramar o meu sangue pelo ideal que quiser escolher; como soldado, tenho direito de quebrar o juramento que prestei enganado. O meu desinteresse é sabido por aqueles que foram meus chefes. Quisestes confiar-me um honroso posto na frente de vossas tropas. Recusei.

Se meus bens se acham em terras ocupadas, pela vossa gente, não é visível que só tenho a perder com minha mudança de bandeira? Derramei meu sangue por uma causa que reputava santa e que entretanto era o da escravidão da minha Pátria. É a causa que vós defendeis. Com os seus votos os holandeses têm provado melhor que os portugueses e espanhóis. Enquanto nas terras por vós ocupadas existe a mais negra es-

cravidão e tirania, eles, não somente protegem materialmente os naturais, como lhes dão até liberdade de consciência.

Em Recife e Olinda, como na Europa, cada um pensa como quer. E entre vós bem sabeis.

Com o mesmo valor e sinceridade com que me bati pela vossa bandeira, me baterei pela bandeira da liberdade do Brasil, que é a holandesa. Tomo Deus por testemunha de que meu procedimento é indicado pela minha consciência de verdadeiro patriota.

— Domingos Fernandes Calabar.

Todavia, há os que pretendem remontar à época do surgimento das guerrilhas, depois da chegada de Tomé de Souza à Bahia. Mas no entender de outros, as guerrilhas surgiram durante a luta contra o chefe Zumbi, na chamada guerra dos Palmares. No entanto, muito antes deste fato que faz parte da história de nossa gente, já em 1534 foi organizada uma força policial de repressão na região de Iguape — litoral vicentino — invadida pelos espanhóis vindos do sul e chefiados por Ruy Moshera. Essa luta, inicialmente desfavorável aos brasileiros, durou até 1542, quando a Câmara de Vereadores de São Vicente convocou os habitantes da região para se organizarem e expulsar os invasores, tarefa executada por Pedro Góes e Ruy Pinto. Pois bem, as características desta luta se identificaram com as características das guerrilhas.

Ainda estão recentes em nossa memória os fatos ocorridos no Vale do Ribeira, no litoral sul do nosso Estado, no ano de 1972, quando o ex-capitão Carlos Lamarca, alcunhado de “O Messias sem Deus”, desertor do Exército, quando pertencia ao efetivo do 4º Regimento de Infantaria, ou “Regimento Raposo Tavares”, sediado em Quitaúna, organizou uma base de treinamento de guerrilha.

Aliás, nessa mesma região foram encontrados em fins de 1963, inúmeras fotografias de trincheira, munição de procedência checoslováquia, dinheiro russo, farto material de propaganda marxista, material este que entregamos, pessoalmente, ao general Aldévio Barbosa de Lemos, então secretário da Segurança Pública de São Paulo, depois de havermos levado o caso ao conhecimento do governador Ademar de Barros. Nada se fez, oficialmente, para a averiguação do fato...

Para exterminar o foco de guerrilha da responsabilidade de Lamarca, foram mobilizados contingentes do Exército e da Polícia Militar do Estado, que seguiram para aquela região ameaçada.

Quando, certa noite, regressava de uma missão naquela zona turbulenta, o então tenente Alberto Mendes Júnior, da milícia paulista,

foi emboscado com sua tropa pelos guerrilheiros de Lamarca que, postados no alto de um morro bloqueando a estrada com sua gente, abriram fogo contra os milicianos. Depois de cerrado tiroteio, no qual ficaram feridos vários de seus comandados, o tenente Mendes se apresenta ao capitão Lamarca propondo a sua prisão pela liberdade de seus soldados, muitos dos quais necessitando de tratamento urgente. Conduzido preso pelos guerrilheiros, mata a dentro, enquanto sua tropa regressava à base de operações, o tenente Mendes, ameaçado de morte pelos seus inimigos, encontrou, momentaneamente, apoio por parte de Lamarca que, como militar de carreira, achava absurdo matar seus prisioneiros. Porém, cedendo, mais tarde, à pressão de sua gente, Lamarca resolveu submeter a um julgamento sumário o referido tenente, embora ainda tentasse deixá-lo amarrado para que as patrulhas que rondavam a região o encontrasse, enquanto os guerrilheiros empreenderiam a fuga. Todavia, foi o tenente Mendes julgado, condenado à morte e imediatamente executado a golpes de coronha, para que nenhum tiro atraísse a atenção das tropas, as quais, àquela altura já deveriam estar vasculhando a região. Assim, em plena mata, consumou-se mais um bárbaro crime que se soma aos demais cometidos pelos guerrilheiros de Lamarca, assassinando friamente sentinelas nos quartéis e guardas de bancos comerciais nos seus assaltos em plena capital de S. Paulo. Estávamos, então, no fatídico dia 10 de maio de 1972...

Outros focos de guerrilha foram localizados entre 1967-1975, na região do Araguaia, sob a liderança do guerrilheiro Oswaldo Costa, de cor preta, e que foram exterminados, depois de algum tempo, pelo falecido general Hugo de Abreu.

Da mesma maneira, outro núcleo guerrilheiro foi localizado na serra de Caparaó, sob a chefia, na ocasião, do ex-deputado federal Leonel de Moura Brizola, hoje governador do Estado do Rio de Janeiro, núcleo esse que foi exterminado por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais.

Sobre este fato, naquela ocasião declarou Leonel Brizola: "No caso da Guerrilha de Caparaó, tive oportunidade de colaborar com o que estava ao meu alcance.

Nunca acreditei na ação da guerrilha como processo de luta possível contra o regime no Brasil, por sua inviabilidade. Não acredito em guerrilha no Brasil, assim como na América Latina, que é uma espécie de grande ilha rodeada não de oceanos, mas de controle militar".

Pretendiam, os guerrilheiros de Caparaó, estender suas ações até a Serra dos Órgãos, como parte de um plano para deflagração de outros movimentos em todo o país. Essa gente teria recebido instruções de

guerrilha em um sítio de Brizola, em Pando, no Uruguai e em Cuba, num campo de treinamento próximo do Pinal del Rio.

(Texto de um relatório do Exército, publicado pelo Jornal do Brasil, na edição de 13-08-967)

Meus senhores! Concluindo este trabalho resumido em suas proporções para esta conferência de 60 minutos, fraccionado, também, pela sua dimensão histórica, analítica, teórica e prática das características da guerra, em que mil pensamentos tentam configura-las numa redoma sociológica, a sua visão global nos deixa, assim mesmo, estarecidos.

O Direito Internacional Positivo tem se mostrado incapaz de exterminar as guerras em seus nascedouros, ou durante o desenrolar dos conflitos generalizados, eis que cento e cinquenta guerras já eclodiram desde a fundação da ONU, em 1945. Por esta razão, têm sido improdutivo como obstáculo às guerras, os organismos internacionais que se criaram com apoio de nações, muitas das quais responsáveis hoje pelos conflitos que já destruíram e mataram. No entanto, os estadistas de países tidos como militaristas não conseguem entender-se na mesa das negociações, apesar deste quadro dantesco do futuro. A supremacia bélica que se colocasse acima de quaisquer outros objetivos de interesse nacional e, conseqüentemente, de interesse da humanidade, produziria a neurose antibélica, pois os seus sintomas já se fazem sentir nas manifestações populares de protestos feministas e estudantis, ocorridos constantemente nos países europeus onde a liberdade ainda existe para tais extremos.

A invasão do Afeganistão não é a única prova dessa conduta de um dos membros da Organização das Nações Unidas, isto é, a ONU. Da mesma maneira, têm sido inócuos os chamados planos de paz para solucionar conflitos latentes em vários pontos do globo.

As relações entre os Estados têm a carência de um interesse mediato, que pode deflagrar-se em guerras de extermínio. Desta forma, toda a mobilização internacional para regulamentar a guerra, através do Direito expressa na Carta das Nações Unidas, não tem força suficiente para levar a bom termo o seu objetivo, pois nem mesmo é capaz de preveni-la.

Não padece dúvidas que a ameaça de uma guerra nuclear paira por sobre a humanidade. E para que isso não se torne realidade, será necessário uma política internacional de controle de armamentos, o que se nos parece impossível, porquanto a Rússia, principalmente, ciosa da sua tecnologia, não iria permitir uma invasão fiscalizadora periódica dos seus arsenais para esse objetivo. Por outro lado, o Ocidente, sempre atrasado na caminhada armamentista, não permitiria, igualmente, a fiscalização em suas grutas ou depósitos antimísseis por parte

dos russos, para retirar deles o segredo de sua fabricação e controle, em caso de guerra. É, como se vê, uma difícil negociação na mesa da diplomacia, e mesmo porque, se na Terra os avanços tecnológicos estão cada vez mais ativos, no espaço a sua profundidade não deixa caminho para um controle positivo.

O próximo desembarque na Lua e o seu aproveitamento para instalação de armas sofisticadas para vigiarem o espaço, como admitem os americanos, tornar-se-ia dispendioso e inadmissível uma fiscalização da parte dos russos; e mesmo pela NATO, quanto às plataformas soviéticas a serem instaladas, para que seus "misseis matadores" ou outra arma qualquer possam participar da "guerra nas estrelas". Assim, a paz, queremos crer, está segura apenas pelo indicador de uma das mãos desses rivais na guerra — russos e americanos — que antes de acionar o botão vermelho da destruição nuclear da humanidade, vacilará até o ponto em que a razão poderá interferir na decisão final da catástrofe, que atingirá ambos os contendores, também. Nenhum dos dois, admitimos nós, em momentos de madura reflexão, desejará ser o primeiro a acioná-lo, de vez que as conseqüências serão tão catastróficas para o mundo, que fogem à nossa suposição. E quem seria beneficiado com o fato?

Loucos e insanos são os proliferadores da arma bacteriana. Loucos e insanos são os fabricantes da arma nuclear contra a humanidade, pois será ela e não apenas um Estado, seja ele a Rússia ou os Estados Unidos da América que perecerá na própria industrialização tecnológica militar.

Há os que admitem ser o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, partidário da "Teologia do Armagedon", que tem os seus adeptos entre cristãos, para os quais a Bíblia antevê uma futura guerra nuclear com a União Soviética, e isto em virtude de uma declaração que fizera e publicada na revista "People", em 1983, nestes termos: "Os teólogos estudam as antigas profecias, inclusive a do Armagedon, e acreditam que agora mais do que nunca muitas delas estão se realizando".

Armagedon, descrito no livro do Apocalipse, significa a luta entre o bem e o mal, finalizando com a teoria do fim do mundo.

É possível que esta crítica ao presidente americano tenha se robustecido com o reequipamento das Forças Armadas de "Tio San", quando se sabe que cada soldado de determinados contingentes terrestres levam consigo, agora, além do seu armamento normal, mais uma granada nuclear de grande poder de destruição, sem nos determos, com outros dados, sobre as "mochilas nucleares" distribuídas em vários pontos estratégicos da Terra, a começar pelo território da Virgínia, para serem usadas, inclusive, pela Marinha de Guerra. Apenas os responsáveis por aquela denúncia se esquecem de alertar a opinião mundial sobre a recente modernização dos novos submarinos atômicos

soviéticos, que podem lançar mísseis com alcance de dois a três mil quilômetros de distância.

Por tudo isto, verifica-se que é muito complexo o estudo sobre as guerras, principalmente quanto ao futuro da humanidade. Tampouco devemos nos fixar nos pontos em que uns poucos a admitem como benéfica para a civilização, seguindo-se que, depois da hecatombe, um surto de progresso se expande em todos os quadrantes da Terra, ou nos determos nos fundamentos daqueles que tentam justificar a moral da guerra. São todas, formulações carentes, conclusões duvidosas e teorias esparsas, tornando-se, apenas, pontos de intercessão das guerras no contexto da História, sem podermos chegar a um convencimento natural e indiscutível da sua manifestação para a humanidade. Mas chegamos todos a uma indisfarçável conclusão, isto é, *Guerra é destruição e morte.* (6-2-1985)

FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS PARTIDOS INGLESES

Fernando Whitaker da Cunha

Na Inglaterra, a crescente ascensão do Parlamento (cujas origens estão indissolavelmente ligadas à luta pelas atribuições financeiras), em face do poder real, representou importante motor histórico, na formação de seu exemplar liberalismo. O reinado do ambicioso, vingativo e pouco lúcido CARLOS II (que, todavia, em 1660 oficializou o "Royal Society") constituiu, para a idéia partidária, importante marco, pois o Parlamento, fazendo, ao monarca, concessões de caráter econômico, para atender a seus gastos, dele obteve diversas leis e providências que, em última análise, vñeram robustecê-lo, com o conseqüente enfraquecimento do poder real.

Data desse reinado a formação dos *whigs* (escória), com fundamento no capitalismo urbano, e dos *tories* (bandidos), embasados na sociedade agrária, partidos ingleses tradicionais que tiveram, curiosamente, suas depreciativas denominações, como as rotulou SIZÍNIO LEITE DA ROCHA¹, tiradas de antigos salteadores irlandeses e escoceses. A distinção precípua entre os dois agrupamentos políticos era que o primeiro defendia a linha parlamentar e o segundo puxava pelos interesses do Rei. Essas corporações tradicionais substituíram, respectivamente, os antigos Partidos Agrário e Partido da Corte, sendo certo que, no reinado de CARLOS I, os componentes desse último eram designados por *Roundhead* (por usarem cabelo curto) ou *Cavalier*. Conhece-se também um partido radical (*Levellers*) liberado por JOHN LILBURN, preso por CROMWELL (sob seu governo, a Inglaterra conheceu constituição escrita, republicana e o sistema unicameral, pela abolição da Câmara dos Lordes), por defender princípios democráticos. O *Labour Party*, só em 1906 surgiu, na política britânica, em decorrência da decisão tomada pelo Congresso das *Trade-Unions*, de 1889, aprovando a moção *Holmes*, tendo-se firmado, com o declínio do Partido Liberal (*whig*), após a Primeira Grande Guerra, sendo certo que HYNDMAN, em 1881, havia fundado a *Social Democratic Federation*. Os partidos modernos, efetivamente, surgiram após a lei eleitoral de 1867.

1. *Sociologia Política*, pág. 96, Saraiva, 1939.

O historiador VERNON PARRINGTON é de opinião que os partidos britânicos clássicos sofreram, em sua origem, a influência dos partidos religiosos existentes: o anglicano e o presbiteriano, nascidos, por sua vez, das disputas teológicas.

Foi através de conquistas paulatinas e seguras que a Inglaterra edificou, de forma heróica e brilhante, o seu sistema de governo, que, em última análise, encontra seu germe nos costumes dos bosques da Germânia, cuja instituição do *Wapnatack* compelia, através do choque de armas, fazer-se a escolha dos chefes. Eram, também, decididas as proposições submetidas pelos reis a seus companheiros. "Em Roma, escreveu CÂNDIDO MOTA FILHO (*Introdução à Política Moderna*, pág. 62, José Olímpio, 1935), o direito é salva-guarda da comunhão. Entre os germanos, é salva-guarda do indivíduo".

O personalismo germânico, aliás, está nas origens do extremado pensamento liberal posterior, nutrindo LUTERO, os movimentos políticos anglo-americanos e a própria Revolução Francesa. Os invasores anglo-saxões, que se impuseram aos bretões, estabeleceram uma assembléia de altos dignatários denominada *Witanagemot*, na qual FREEMAN, que se orgulhava das raízes teutônicas, via a origem da Câmara dos Lordes (a Câmara dos Comuns data de 1265, quando SIMON DE MONTFORT, cunhado e adversário de HENRIQUE III, convocou um parlamento, com representantes dos burgos, obtendo, ainda, em 1258, do Rei, as Provisões de Oxford, que elegia os reis, elaborava leis, votava impostos, além de realizar a justiça e ditar a direção dos negócios do Estado. Em batendo as armas, os guerreiros manifestavam sua aprovação nesse conclave, típico de uma sociedade estamentária, que se realizava, segundo TÁCITO, na lua crescente ou cheia, e no qual o poder disciplinar era exercido pelos sacerdotes. Por sua vez, a *Curia Regis*, que os invasores normandos criaram, era, na verdade, um Conselho de Estado.

A instituição primeira do Conselho Privado do Rei, destacando-se do *Commune Concilium*, foi a semente do Gabinete. Com a morte da Rainha Elizabeth, sobe ao trono JAIME I, filho de MARY STUART (cuja figura foi tão bem estudada por SAINTE BEUVE), defensor extremado do Direito Divino dos Reis, em suas obras, com escopo dissimulado de lutar contra o Parlamento e dessorar o anglicanismo, o que praticamente não conseguiu. Sucede-o CARLOS I, despótico e astucioso, que, sob o pretexto de jogar a Inglaterra numa guerra ingrata, almejava a constituição de um exército permanente, que o conservasse no poder. MAQUIAVEL, aliás, já havia pregado a necessidade da existência de uma força armada permanente e não mercenária. A Revolução austera de CROMWELL (o qual, todavia, não conseguiu evitar excessos) terminou por levar, ao patíbulo, o intransigente soberano, que objetivava desconhecer a autoridade do Parlamento, mas o filho do Ditador, que lembrava os exemplos romanos, não conseguiu, por despreparo político, manter-se no poder, do qual foi derrubado por MONK, que possibilitou a subida ao trono de CARLOS II, o qual foi

sucedido por JAIME II, que, claramente, pôs em prática os desideratos do primeiro JAIME.

A Revolução de 1688, sob a bandeira do liberalismo, do respeito ao Parlamento e à religião protestante, trouxe, ao trono inglês, GUI-LHERME DE ORANGE, e sua esposa Mary, filha de JAIME II, instaurando uma diarquia, restando, aos partidários do rei deposto, brindarem o seu incorrido retorno, por sobre uma vasilha de água, símbolo do seu exílio francês.

Com o reinado da Rainha ANA, caracterizado pela violência das lutas políticas, Inglaterra e Escócia passaram a constituir um só Parlamento, em 1707, mas o falecimento dessa soberana, em 1714, que perdera todos os seus filhos, fez com que a casa de Hanover, numa União Pessoal de Estados, empolgasse a coroa de EDUARDO, o Confessor, que sagrara a abadia de Westminster (quem instituiu a figura do Príncipe de Gales, pela anexação desse país, foi EDUARDO I) e que teria legado o trono a seu primo GUILHERME, o Conquistador, filho natural de ROBERTO DE NORMANDIA, que o reivindicou pelas armas, nele sentando-se, após a vitória de HASTINGS sobre HAROLDO, em 1066. Os reis hanoverianos não falavam o idioma do país, mas apenas o alemão, não se identificando com a alma do povo que governavam. JORGE I falava, com WALPOLE, em latim. A figura do Primeiro Ministro (o título, usado desde o século XIX, em 1905, seria oficializado), como ocorrera com a do speaker, indicado, por seus pares, para falar com o Rei, surge, então, como uma necessidade; como um intermediário entre o rei estrangeiro, o Gabinete e o Parlamento, reunindo-se os ministros sob a presidência natural de um deles, assim como no Brasil, antes da reforma de 1926, a inexistência do veto parcial obrigou o Presidente da República a acompanhar de perto os trabalhos parlamentares, a fim de evitar a presença de normas que considerava inoportunas, nascendo daí a figura do líder da maioria, quer no Senado, quer na Câmara. Durante o reinado de JORGE I e JORGE II, o primeiro PITT, forma o Gabinete (o *Inner Cabinet* é hoje constituído pelos Ministros mais importantes, sendo um Gabinete do Gabinete, reunindo-se diariamente com o Rei) da maioria parlamentar, fixando um princípio. JORGE III tenta infrutiferamente reconquistar a plenitude do poder real, extinguindo-se, lentamente, nas trevas da debilidade mental, da ambição e da cegueira. Estava, pois, consolidada a teoria parlamentar que, como ressalta J. C. OLIVEIRA TORRES (*Cartilha do Parlamentarismo*, pág. 13, Belo Horizonte, 1962), se caracteriza pelos traços seguintes: separação entre chefia de Estado e chefia de Governo, integração entre o Executivo e o Legislativo, governo de responsabilidade coletiva e sem limite fixo de duração.

O trágico fim de BRUMMEL, no ostracismo, durante o reinado de JORGE IV, assinala o término, simbolicamente, de todo um *modus vivendi*. A nefasta gestão dos reis de Hanover, se arruinaram a Inglaterra, com a perda, por incúria, de sua grande colônia americana,

possibilitaram a definitiva estruturação do parlamentarismo inglês, sob as decisivas influências de WALPOLE e LORD CHATAM. *Ce fut à l'événement de GEORGES I que les deux partis se séparèrent complètement et se constituèrent définitivement pour le bonheur et la grandeur de l'Angleterre*", informa MENCHE DE LOISNE.²

Na opinião de RUSSEL (ob. cit., pág. 132), *"la division de l'Angleterre en deux grands partis a eu, selon moi, pour origine, et a encouru pour raison d'être des différences d'opinion graves et inconciliables"*.

HALLAN, que estudou, com sutileza, as tendências políticas de *whigs* e *tories*, esclareceu que havia problemas em que estavam de acordo e outros em que não se conciliavam, porque, dizia ele, *"le 'whig' avait une tendance naturelle, et le 'tory' une aversion marquée pour tout amélioration politique inséparable d' une innovation quelconque dans les institutions"*. Apesar disso, ambas as agremiações, num ponto importante, estavam acordadas: na manutenção da Monarquia, devendo-se dar razão a HUME (ob. cit. pág. 88) quando observa que *"determinar a natureza desses partidos é talvez um dos problemas mais árduos com que se possa deparar e prova que a História é capaz de encerrar questões tão incertas como qualquer que se encontra nas ciências mais abstratas"*. Para isso contribuiu, sem dúvida, a relativa estabilidade social da Inglaterra e o comportamento, até certo ponto, liberal de sua aristocracia, o que evitou acentuado antagonismo de classes, pelos menos na metrópole, a não ser em revoltas como a *Wat Tyler*, de 1781.

Malgrado isso, por ocasiões, se poderia dizer dos partidos ingleses, o que asseverou BRYCE a respeito dos americanos: *"Perderam todos os princípios distintivos, exceto estar no poder ou desejá-lo"*.

O Direito Constitucional do Reino Unido está intimamente ligado à História Constitucional, *"la exposición y interpretación de los aspectos formales revestidos, en su evolución, por las ideas políticas"*, diz INFESTA (ob. cit., pág. XIII), e ao conceito que faz de Constituição. O admirável comparatista RENÉ DAVID faz notar mesmo que *"le droit anglais présente, ici encore, une grande originalité et repose, à bien des égards, sur des principes qui lui sont propres"*.³

Tinha razão HUSSERL quando afirmava que toda expressão não apenas diz algo, mas também acerca de algo. Visando o Direito Constitucional resguardar a liberdade política, a sua atuação encarna verdadeira *"técnica da liberdade"* e da igualdade, e é sob esse prisma que se há de examinar o Direito Constitucional, não só da Inglaterra, como também dos Estados Unidos.

Estudando a mecânica do Estado inglês DICEY repara que o *"Direito da Constituição"*, como ele prefere denominar, se compõe de

2. *Le Gouvernement et la Constitution Britanniques*, pág. 45, Paris, 1868.

3. *Le Droit Anglais*, pág. 6, Presses Universitaires, 1965.

regras escritas (*statutes*) e não escritas (*common law*). Ao lado da "lei da constituição", DICEY admite as "convenções da Constituição (*conventions*), "non legal rules and usages" (S.B. CHRIMES *English Constitutional History*, 4ª ed. pág. 7), espécie de moral constitucional, que "se compose de maximes ou pratiques qui, quoique pouvant servir de règle de conduite ordinaire à la couronne, aux ministres et autres personnes soumises a la constitution, ne sont pas strictement de lois".⁴

Sob esses ângulos se pode aceitar como tatuagens específicas do direito inglês, a soberania legislativa do Parlamento, a supremacia da lei ordinária na Constituição e a dependência das convenções, acima citadas, à lei da Constituição.

A segunda característica poderia trazer dúvidas quanto à admissibilidade, na Inglaterra, da declaração de inconstitucionalidade das leis. Em nosso livro *Ensaio de Direito Público* (pág. 77), dissemos que essa declaração era possível, desde que o Parlamento, arbitrariamente, contrariasse a Constituição, por um procedimento inusitado, "discrepante", no dizer de PINTO FERREIRA, "dos costumes políticos".

O Parlamento inglês, constituinte permanente, realiza obra da arquitetura, na conservação de uma dinâmica estatal, e seus atos portam, sem discussão, os três elementos estruturais de uma Constituição, segundo GIORGIO LA PIRA⁵ *o técnico-jurídico, o social e o teórico*. O Código Básico, convém lembrar, exprime sempre determinada concepção do homem. Por considerarmos difícil que, na Inglaterra, a Constituição se oponha à realidade, pouco significado têm para ela os conceitos de GEORGES DASKALAKIS, sobre *paraconstituição* (em que a Constituição, apenas, formalmente permanece em vigor) e *contraconstituição* (em que a Constituição se torna uma figura semântica e nominal, surgindo comportamentos políticos visceralmente opostos à índole do regime legalmente constituído). JIMENEZ DE PARGA (*Formas Constitucionales y Fuerzas Políticas*, pág. 248, Madrid, 1961), define a Constituição Semântica, por outro lado, como a que "se aplica y funciona en su totalidad, pero con el fin de en mascarar el juego de las fuerzas políticas reales que detentan el poder".

4. *Introduction à L'étude du Droit Constitutionnel*, pág. 22, Paris, 1902.

5. *Para uma Estrutura Cristã do Estado*, pág. 211, Lisboa, 1965.

PADRE MANOEL DE PAIVA - Patrono

DISCURSO DE POSSE
ANTÔNIO DE ARRUDA CAMARGO

Ensinou-me, muitas vezes, para que eu pudesse aprender, o meu distinto amigo e insigne mestre neste sodalicio, o professor Brasil Bandecchi, que as revoluções, no Brasil, limitam-se ao descobrimento, que possibilitou a conquista e desenvolvimento da terra brasileira e ao 13 de maio que modificou, profundo e bem-aventuradamente, o sistema da nossa economia, extinguindo, no País, o trabalho escravo. Com a devida venia dos mestres, acrescentarei, no rol das revoluções mencionadas por Bandecchi, a catequese. Ela é o começo do Brasil moral, espiritual e cultural. Deu-nos, ainda, o primeiro sentido de nacionalidade, o País unido de Norte a Sul, numa só geografia.

Bastar-me-ia citar os nomes de Anchieta e Nóbrega, e toda a história da Companhia de Jesus, no Brasil, estaria completa. Porque são contas do mesmo sofrido rosário e se integram e se confundem na mesma grandeza, não se distinguindo onde termina o lirismo de um e onde começa a objetividade político-administrativa de outro.

Mas — e sempre há um mas — devo dizer algumas palavras sobre a vida e obra do meu patrono, nesta Casa tão ilustre e na Academia de Letras de São Paulo, neste ano comemorando o seu quadragésimo sexto aniversário, o virtuosíssimo Padre Manoel de Paiva, o Patinho Feio do Pátio do Colégio, nascido por volta de 1509, em Agueda, Distrito de Aveiro, Portugal.

Serafim Leite, em seu livro — “Artes e Ofícios dos Primeiros Jesuítas do Brasil” — escreve que as datas precisas do nascimento, só mais tarde, começaram a figurar nos catálogos, tornando-se quase impossível esclarecer com exatidão, a data e o lugar do nascimento de grande número de padres e irmãos da Companhia de Jesus. Presume-se pois, que o Padre Manoel de Paiva tenha nascido em 1509.

Ingressou já sacerdote na Companhia, aos 18 de julho de 1548. Embarcou, em Lisboa, com sete meninos órfãos que seriam aproveitados nos serviços da catequese, aos 7 de janeiro de 1550, tendo chegado à Bahia, no mês de março desse mesmo ano, em companhia dos inacianos Afonso Brás, Francisco Pires e Salvador Rodrigues.

Não há como não render preito de admiração àqueles homens ilustres e respeitados em suas terras e que se aventuravam numa longa

e arriscada viagem marítima, para correrem, depois, todos os riscos e sofrerem todas as provações, num país selvagem, povoado de índios ferozes. Não é o momento de relatar-lhes a epopéia, o sofrimento, a glória, o martírio.

Entre o seu nascer e o seu morrer, aos 21 de dezembro de 1584, com 75 anos de idade, desfia-se a vida de um homem escolhido por Deus, para realizar grandes e notáveis empreendimentos.

Em julho de 1551, vamos encontrá-lo no exercício de relevante cargo, na Companhia de Jesus, na Bahia, em substituição ao Padre Manoel da Nóbrega, ausente, em Pernambuco, a chamado de seus deveres de Padre Superior, na Província do Brasil. No dia 10 de julho de 1551, "passou o Provedor-mor mandado para o Almojarife Cristovão de Aguiar, que pagasse ao Padre Manoel de Paiva, maioral dos padres da Companhia de Jesus desta cidade (Bahia) na ausência de Manoel da Nóbrega, dois mil e quatrocentos réis em ferro a dois mil réis o quintal, que lhe eram devidos de seu mantimento, deste mês de julho, à razão de quatrocentos réis cada um, seis padres da dita Casa e Companhia", etc. etc.

O padre Manoel Pires, em carta aos Padres e Irmãos de Coimbra, datada de Pernambuco, 12 de agosto de 1554, declara que o padre Paiva, recém-chegado da capitania de Ilhéus, encontrava-se na Bahia, como Superior, juntamente com João Azpilcueta Navarro, Salvador Rodrigues e Vicente Rodrigues.

Vê-se, pelo exposto, que Manoel de Paiva desfrutava de alto conceito na congregação jesuítica, sendo talvez, o mais amado de Nóbrega que confiou a ele a tremenda responsabilidade de chefiar o grupo de padres e irmãos que, três anos mais tarde, enviaria ao Planalto para fundarem o Colégio de Piratininga.

Nóbrega, desde o início, instou com as autoridades civis e religiosas de Portugal, para que fosse designado um bispo para o Brasil. Foi o grande desgosto da sua vida. Dom Sardinha não estava a altura do cargo. Faltou-lhe o entendimento da sua missão, numa terra que estava se formando.

Não percebeu a importância histórica da sua vida, naquela antemanhã da vida brasileira. Encastelou-se na sede do Bispado, não quis ser Bispo de Bugre, numa terra de Bugres.

Não estava preparado para os métodos revolucionários da catequese que usou de todos os artifícios para penetrar o coração do índio e ganhar-lhe a confiança. Em seu ortodoxismo condenou esses métodos, criando grande inimizade entre a sua pessoa e os padres da Companhia de Jesus.

Horrorizou-o, por exemplo, o fato do padre Manoel da Nóbrega mandar anunciar, pelas ruas da Bahia e Vila Velha, distante meia

légua, a venda, em hasta pública, do padre Manoel de Paiva, alegando que o fazia para, com o produto da venda, comprar roças para o sustento dos meninos.

No dia apazado para a venda, presentes as autoridades, explicou o padre Manoel da Nóbrega que usara de tal expediente para experimentar o espírito de humildade e obediência do padre Paiva.

Estas duas virtudes são as que mais rareiam, em nossos dias, uma grande indisciplina no seio da Igreja, até vigários de pequenas paróquias contestando a palavra oficial de Roma e dando interpretação própria às determinações que vêm do alto...

Em carta dirigida ao Padre Simão Rodrigues, escrita em julho de 1552, relata, o bispo, com indignação, o fato de os padres da Companhia de Jesus levarem os meninos bugres, às igrejas, nos dias de festa e domingos, de cabelos compridos, a dançar e cantar canções selvagens, ao som de instrumentos bárbaros, as mesmas canções e os mesmos instrumentos usados nas festas canibalescas...

Até os padres participavam dos cantos e danças, e o bispo, esquecido de que Davi dançara e cantara diante da Arca do Senhor, denunciava, nominalmente, o padre Salvador Rodrigues.

Entre os padres e irmãos havia grandes cantores. Leonardo Nunes, cantor e regente, Antonio Rodrigues, cantor, regente e flautista.

A quaresma de 1552, passou-a o padre Paiva no Espírito Santo, designado que fora, por Manoel da Nóbrega para, em companhia do padre Navarro, pregar o jubileu do ano Santo nas Capitánias.

A fundação de um colégio nos Campos de Piratininga, de há muito estava nas cogitações de Manoel da Nóbrega, até como ponto de partida para a conquista do sertão. De lembrar-se, também, que não estava alheio ao pensamento de Nóbrega, uma excursão até o Paraguaí, descendo o Tietê e o Paraná.

Em 1553 reúnem-se, em São Vicente, as figuras mais destacadas da Companhia de Jesus; Manoel da Nóbrega que visitara o Planalto, Francisco Pires, Diogo Jacome, Pedro Correia, Antonio Rodrigues, Manoel de Chaves, João de Souza, Mateus Nogueira e Manoel de Paiva.

É a primeira vez que se reúne, no Brasil, no mesmo local, um tão grande número de inicianos, e muitos deles figurarão, no ano seguinte, como co-fundadores de São Paulo.

No Planalto, nesse ano, já acertada a fundação do Colégio, Manoel da Nóbrega prevendo futuras desavenças com o fronteiro da Borda do Campo, procurou um entendimento com João Ramalho. Declara o grande organizador do Brasil Político-Social: "Para maior ajuda é parente de Paiva que aqui o conheceu".

Em 1554, quando as rivalidades entre Piratininga e Santo André achavam-se tensas, o padre Anchieta escreveu que o Padre Paiva se

valeu do laço do sangue, bem chegado que reconheceu existir entre si e Ramalho, para pleitear em favor de São Paulo.

Esse parentesco não impediu o agravamento da situação, o próprio Manoel de Paiva ameaçado de espancamento e morte, pelos filhos de Ramalho, ao impedi-lo de assistir missa, por ser excomungado.

Nesse mesmo ano (1554) Manoel de Paiva retorna ao Colégio de São Vicente. E Anchieta relata: "Paiva é grande pregador, embora não letrado. Tem o falar rude do aldeão e o povo o estima e muito se espera dele". No ano seguinte, (1555) José de Anchieta volta ao assunto: "Aumenta a edificação dos portugueses com as pregações do Padre Paiva".

Em 1561 a Câmara Municipal de São Paulo, ao relatar à Rainha Dona Catarina, a situação de Piratininga, menciona uma expedição contra os tamoios. Manoel de Paiva e Gregório Serrão dirigem-se à aldeia dos amotinados. Nessa perigosa missão foi pregando e rezando missas. Com a Cruz nas mãos, avançou entre as flechas, até se aproximar do reduto contrário. E ali ficou, orando, até que todos se rendessem.

Há 427 anos Manoel de Paiva, designado por Manoel da Nóbrega, para chefiar o grupo que viria fundar o Colégio de Piratininga, oficiou a primeira missa do Planalto. Ali, naquele pedaço de chão santificado, estava reunida a bugrada de Tibiriçá, de Tamandiba, de Piquerobi, de todos os dozes caciques planaltinos.

Ao elevar-se do cálice, todos caem de joelho. O sol que vinha se levantando, bate, em cheio, na Hóstia Imaculada. O sertão todo resplandesce. Gorjeiam os pássaros, nas frondes.

Estava fundado o Colégio.

Estava fundada a cidade...

Quem a fundou?

Senhores Mestres, embora nada dizendo de novo, e apenas como cronista, procurei, nestas páginas, dar uma imagem, ainda que descolorida, da vida e obra de Manoel de Paiva.

Resta-me, agora, agradecer aos que, benevolmente, me trouxeram ao convívio desta Casa. E agradecer, também, aos amigos, tão queridos, que aqui compareceram para participarem desta solenidade e trazerem-me o estímulo do seu bem querer.

Não pretendi fazer história.

Apenas, um relato mal alinhavado, pelo que peço perdão.

Sejam Vossas Excelências complascentes com este vosso irmão que vem de tão longe, por tão difíceis e sofridos caminhos.

Sejam Vossas Excelências os meus guias. Permiti, Senhores, que seja o vosso ceguinho.

DOM PAULO DE TARSO CAMPOS - Patrono

DISCURSO DE POSSE MONS. PRIMO VIEIRA

Quando se escrever um dia (se é que se escreverá) a História Eclesiástica do Brasil em forma de crônicas, tomando como centro o governo religioso de cada bispo em sucessão linear, como aconteceu com as crônicas políticas dos primeiros reis portugueses, que foram o centro da história lusitana, na pena dos guarda-mores da Torre do Tombo, o nome de Dom Paulo de Tarso Campos despontará numa dimensionada auréola de grandeza e respeito, como um dos maiores bispos do Brasil contemporâneo. Na sua pessoa não sabemos o que mais admirar, se o brilho ínvulgar na cultura, se o prestígio avassalador da virtude... É, partindo da história das várias dioceses que se poderá ter a visão global de nossa História Eclesiástica e, pois, da sua exposição sistemática.

Dom Paulo de Tarso Campos, nasceu em Jaú, no Estado de São Paulo a 24 de agosto de 1895; filho de José Vicente de Campos e dona Ana Guilhermina Mendonça de Campos. Iniciou os estudos primários em sua terra natal e em Itu, onde residiu, prosseguindo-os no Seminário Menor de Pirapora; em 1913, completou o curso de Humanidades; matriculou-se em seguida, no Seminário Provincial de São Paulo, tendo sido ordenado a 15 de agosto de 1920, na Igreja da Consolação, por Dom José Marcondes Homem de Melo, arcebispo-bispo de S. Carlos, na ausência do arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Começou a carreira sacerdotal como coadjutor da Paróquia de Bragança Paulista; exerceu o magistério no Seminário Provincial de São Paulo, de 1923 a 1928. Nessa época, dirigiu-se à Universidade de Lovaina, na Bélgica, a fim de aperfeiçoar-se nas ciências sociais; regressou à Capital paulista para reassumir a cátedra.

Em 1932, foi nomeado vigário de Santa Cecília, em São Paulo, aí permanecendo até a sua designação, pela Santa Sé, para Bispo de Santos a 1º de junho de 1935. Recebeu a sua ordenação episcopal na Matriz de Santa Cecília das mãos de Dom Duarte Leopoldo e Silva, sendo co-ordenantes Dom José Carlos Aguirre, Bispo de Sorocaba e Dom José Gaspar d'Afonseca e Silva, então Bispo auxiliar de São Paulo e titular de Barca. Assumiu o governo da Diocese de Santos a 15 de agosto do mesmo ano.

Em Santos, devotou-se à construção da Catedral de Nossa Senhora do Rosário, à organização do Congresso Eucarístico diocesano que

teve, pela magnificência e esplendor, fóros de regional e até estadual, em 1941. Fundara, dois anos antes, a magnífica obra de assistência social, conhecida pela denominação de A.L.A. - Assistência ao Litoral de Anchieta, a que nos referiremos mais à frente.

Vagando a Diocese de Campinas, com o falecimento de Dom Francisco de Campos Barreto, a Santa Sé, por breve apostólico de 17 de dezembro de 1941, houve por bem transferi-lo, tomando posse do novo bispado a 1º de março de 1942. Em 1958, criado o arcebispado de Campinas, tornou-se o seu primeiro metropolitano.

Simultaneamente exerceu os seguintes cargos: — Reitor da Universidade Católica de São Paulo, Presidente do Secretariado de Educação da C.N.B.B., Vice-Presidente do Conselho Mundial das Universidades Católicas.

Realizou em Campinas as seguintes obras: — construção dos prédios do Seminário Diocesano e da Cúria; restauração da Catedral; reestruturação do patrimônio da Diocese e colaboração decisiva, com Mons. Emílio José Salim, para a implantação da Pontifícia Universidade que leva o nome da cidade.

Revelando uma vez mais a sua piedade eucarística, preparou memoráveis Congressos Eucarísticos regionais em vários pontos da sua circunscrição eclesial: — Piracicaba, Amparo, Mogi-Mirim, Piracununga, Rio Claro; um diocesano em Campinas e outro provincial na mesma cidade de Campinas, com a presença de dois purpurados, os eminentíssimos senhores Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Motta, de São Paulo e Dom Manoel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa.

Outro Congresso promovido por Dom Paulo e de grande repercussão foi o da Ação Católica, em julho de 1947, sob a direção e presidência do Cardeal Caggiano, arcebispo de Rosário na Argentina.

Resignou à Arquidiocese, por motivo de saúde em 1968, vindo a falecer do dia 2 de março de 1970, depois de 50 anos de sacerdócio e 35 de episcopado.

O ESTILISTA

Dom Paulo era uma personalidade rica, extraordinariamente bem dotada. Privilegiada inteligência, enriquecida por invejável cultura, aprofundou em Lovaina os seus conhecimentos filosóficos e sociais, revelando nos estudos uma seminarística dedicação, apesar de sacerdote há muitos anos.

Essa grande cultura que não conseguia esconder na palavra habitual, diria mesmo coloquial, quando a transpunha para os sermões e discursos, possuía os requintes do bom gosto literário, mostrando nele o estilista sóbrio e harmonioso. A oração fúnebre que proferiu por

ocasião da morte de Dom José Gaspar, é simplesmente antológica pelo brilho da imagem e pelo recorte da frase... Poderia repetir em seu favor aquilo que Fernando Pessoa (Alvaro de Campos) disse do heterônimo Ricardo Reis:

“Que, quanto é alto e régio o pensamento,
aúbita a frase o busca
e o escravo ritmo serve.”

(Fernando Pessoa — OBRA POÉTICA — organ., introd. e notas de Maria Aliete Galhoz, Rio ed. Aguilar, 1969, p. 25).

A sua Primeira Carta Pastoral dirigida aos diocesanos de Santos, em 1935, cujo tema fundamental era a EDUCAÇÃO, no espírito da “Divini Illius Magistri” de Pio XI, é uma obra prima pelo valor literário. Com que primorosas expressões se refere às anchietanas pairagens que deviam ser o teatro de sua atividade apostólica. São suas estas palavras: “Não ignoramos, tão pouco o lustre singular da nobre terra que vamos reger. Santos espande com brilho excepcional na história eclesiástica de nosso país: e bem alto remontam no passado os braços luzidos de sua nobreza. Mimoso porção da lendária Capitania de São Vicente, a Diocese de Santos é um relicário precioso de lances épicos que assinalaram a evangelização na América” (pág. 7).

Bastaria esse pequeno trecho para pano de amostra do seu estilo, mas não resistimos à tentação de acrescentar mais um ligeiro tópico dessa epístola: “Aí na orla branca de nossos litorais paulistas, como nos planaltos de Piratininga, mais de uma vez se balancearam os destinos de nossa nacionalidade nascente. A charrua que por aí passa não revolve terra anônima: é gleba sagrada como os suores de nossos maiores apóstolos e como as relíquias dos mais vulneráveis santuários” — “Locum, enim, in quo stas, terra sancta est.” (Exodo, III, 5).

É com religiosa emoção que piamos esse novo Horeb” (O. C., pág. 7).

O EDUCADOR

É um dos traços individualizantes de sua fisionomia moral, o educador que ele o foi em toda a extensão da palavra. Para comprová-lo basta a instituição, em Santos, da obra social, a A.L.A.

A sua primeira Pastoral é já uma afirmativa solene de que veio à sua primeira Diocese para exercitar-se na tarefa divina de educador de almas.

Depois de recordar com S. Tomaz de Aquino que de nossos pais recebemos três dons — o ser, o alimento, a educação (Sup, q.41, a.1) explica resumidamente e com mestria e verdadeiro sentido do que seja educar. “Educar, diz ele, é acima de tudo, plasmar a vontade no cum-

primento do dever, provocando hábitos e estimulando disposições para a virtude. Educar a criança, é vencer-lhe os primeiros caprichos, domar-lhe os instintos menos delicados, incentivando-lhe os sentimentos nobres e generosos” (O.C., p. 19).

Para não ficar no acomodado plano teórico, fundou a Assistência ao Litoral de Anchieta, sem dúvida nenhuma o marco de sua presença pelo sólio episcopal de Santos. Destinava-se ela ao levantamento do nível espiritual das populações litorâneas. O trabalho se realizava através do recrutamento de moças do litoral paulista, capazes de futura liderança educadora no meio, onde viviam. Um grupo de Filhas de Maria, de Santos (e os grupos se revezavam) fazia o recrutamento das jovens e as colocava sob os auspícios das Irmãs Agostinianas do Colégio Stella Maris (que terminaram por construir um prédio próprio para a obra) para um rude mas eficaz processo de educação em todos os níveis, por uma temporada de alguns meses. Eis os pontos fundamentais dessa educação libertadora: 1) levantamento do nível espiritual; 2) alfabetização e noções instrutivas próprias do meio; 3) educação física e cívica; 4) higiene do corpo e habitação; profilaxia das moléstias endêmicas e do meio, combate à mortalidade infantil e ao alcoolismo. — Pela ALA passaram mais de 2.300 moças que vieram a ser o fermento evangélico no seu meio ambiente.

Com a transferência para Campinas, a ALA, sem o timoneiro entusiasta, foi morrendo aos poucos, depois de 5 lustres de existência.

O HISTORIADOR

Dom Paulo tinha bossa de historiador e comprazia-se em pesquisas históricas, seja no recesso de seu gabinete de trabalho, lendo autores e manuscritos, seja visitando o interior da Diocese de Santos, recorrendo aos velhos arquivos das cidades mais antigas do litoral, seja compulsando os livros do Tombo, de datas mais recentes, mas que projetam luz sobre dias mais recuados no tempo...

Dizia-me, certa ocasião, que a nossa história pátria estava por ser escrita: o que possuíamos eram mais farrapos de informações, ficando o mais à livre conjectura dos historiadores, entre os quais avultava, como estrela de primeira ou maior grandeza, o simpático Capistrano de Abreu com seus “Capítulos da História Colonial”. Para se escrever a nossa verdadeira história, seja profana, seja religiosa, seria necessário que os governos de Portugal e o do Brasil se dessem as mãos em tarefa comum, e através de historiadores de ambos os países, bem remunerados, fizessem baixar de quilômetros de prateleiras da Torre do Tombo, os preciosos manuscritos intactos para serem estudados e divulgados.

Então, rematava ele, como seria contada de maneira bem diversa a nossa história do Brasil! Aí fica, pois, a sugestão de D. Paulo para os altos responsáveis pela nossa cultura.

Como documento válido e importantíssimo de suas laboriosas pesquisas, aí está o “ANUÁRIO CATÓLICO DA DIOCESE DE SANTOS”, 1942, enfeixando nas últimas páginas (são umas 172 ao todo) uma resenha biográfica dos outrora vigários do Litoral, alguns deles, sotainas gloriosas pela virtude ou pelo saber. As paróquias onde andaram esses vultos venerandos são: — Santos, São Vicente, Itanhaem, Iguape, Cananéia, São Sebastião, Ubatuba, Apiaí e a velha Xiririca, hoje Eldorado Paulista.

Alguns nomes merecem assinalados aqui, ainda que de passagem: em Santos, são os padres Carapeto (Fernão Luiz de Carapeto) ligado afetivamente a Tibiriçá e a Martim Afonso e José Rodrigues França, doutor pela Universidade de Coimbra, sem falar no padre Dr. Gaspar Gonçalves de Araújo, jurisconsulto famoso na sua época e o virtuoso Pe. Scipião Ferreira Goulart, que batizou o poeta Martins Fontes, foi deputado em duas legislaturas do Império e terminou a vida em Campinas, onde é nome de rua, depois de uma existência longa e farta de merecimentos...

Em São Vicente, é o Pe. Gonçalo Monteiro, que veio na armada de Martim Afonso e protegeu a Companhia de Jesus; é o Pe. Diogo Rodrigues da Silva, que deu início à construção do Santuário de Iguape.

Em Itanhaem, é o Pe. Patrício Manuel Bueno de Andrada, Vereador à Câmara Municipal de Santos e o mais velho dos irmãos Andradas.

Em Iguape, é o Pe. João Crisóstomo de Oliveira Salgado, que numa das legislaturas do Império, tomou assento ao lado do Pe. Diogo Feijó.

Em Cananéia, é o Pe. João de Eyró, famoso pelo naufrágio acontecido antes de seu paróquiato, que durou mais de sessenta anos.

Em Xiririca, é o Pe. José Martins Tinoco, formado em cânones pela Universidade de Coimbra e morto no antigo povoado de Iporanga, a 5 km. do atual vilarejo, e a respeito do qual Dom Paulo de Tarso finalmente anota: “Em meio ao denso matagal que tudo avassala, em vão procuramos um vestígio sequer da modesta vala que acolheu os restos venerandos desse sacerdote culto, zeloso e de vida ilibada”.

Dom Paulo de Tarso Campos deixou ainda um pequeno fichário, uma como continuidade dessas preciosas anotações biográficas e que felizmente se acham guardadas nas mãos seguras do atual Bispo de Santos, à espera, sem dúvida, de uma redação final...

Homem de Deus, Pastor de almas, educador emérito, Dom Paulo de Tarso Campos foi, como se viu, um historiador atento e incansável, cujas pesquisas aí estão, vasadas em estilo discreto e harmonioso...

Por isso, não podia o seu nome estar ausente desta Casa que, a partir de hoje o reverencia como patrono de uma das cadeiras reservadas para os sócios honorários.

Era a honra que tardava ao mérito do historiador!

OLIVIA GUEDES PENTEADO - Patrona

DISCURSO DE POSSE
ANTÔNIO DE ARRUDA DANTAS

Excelentíssimo Senhor Doutor José Pedro Leite Cordeiro,
D.D. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
Exmos. Srs. Membros da Diretoria deste mesmo Instituto
Agora, já meus prezados Consócios do Instituto Histórico e Geográfico
de São Paulo

Senhoras e Senhores

Que me seja permitido, preliminarmente, extravasar a ufania de que me sinto possuído, desde agosto do ano passado, por minha eleição para este excelso Instituto, que de longos anos acompanho, seja na frequência à sua Biblioteca; seja na leitura e na pesquisa de sua REVISTA; ou na presença à suas sessões.

E nesta ufania, agradeço aos senhores Sócios que me elegeram. E aos senhores Sócios, agradeço, comovido, ao muito querido e prezado dr. José Alves Palma, que foi o meu Virgílio introdutor nesta Casa.

Agora, então, na execução do determinado pelos artigos 58 e 62 do Regulamento Interno, quero justificar a escolha de minha Patrona nesta Casa, — quarta mulher que vem integrar a galeria de Patronos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Façamos um rápido apanhado cronológico da existência, que reputo curta, de dona Olívia Guedes Penteado: — Nasceu ela em Campinas, no ano de 1872, filha de José Guedes de Souza, futuro Barão de Pirapitinguy, e proprietário da importante Fazenda da Barra, então localizada no Município de Mogi-Mirim.

Era, o Tenente-Coronel José Guedes de Souza, neto do fundador de Campinas, — o Capitão Francisco Barreto Leme do Prado, natural de Taubaté; e exerceu a Presidência da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, quando o exercício desta Presidência correspondia ao cargo atual de Prefeito Municipal, durante o período de 1869 e 1880.

Após a infância transcorrida na Fazenda da Barra, dona Olívia acompanhou a família na transferência para a Capital, onde viveu sua futura existência.

Aos dezesseis anos de idade, casou-se com o primo Ignácio Penteado, integrante da trindade dos irmãos Antônio - (Conde Álvares Penteado) - e Juvenal.

Foi o jovem casal viver em Santos, onde Ignácio Penteado mantinha negócios de café; e de onde, cinco anos mais tarde, voltaram para São Paulo.

Na Capital, providenciou Ignácio Penteado a construção do solar da Rua Conselheiro Nébias, esquina com a Duque de Caxias, — onde atualmente existe o Hotel Comodoro; e onde dona Olívia iria exercer a enorme ação social, cívica, cultural e humanitária sobre São Paulo.

Acontece, porém, que desde o ano de 1895, em que o casal viajou para a Europa, a fim de adquirir adereços para a residência, conservou o hábito de constantes viagens ao Velho Mundo, prolongando-se a estadia em Paris, onde passaram a viver permanentemente até o ano de 1913, em que o estado grave de saúde de Ignácio Penteado provocou seu retorno à São Paulo, onde faleceria no ano seguinte.

Cessada a Grande-Guerra, dona Olívia voltou para a Europa; mas em 1922, desfez-se do apartamento em Paris, regressando definitivamente para São Paulo.

E agora, sim, por uma década intensa, é que ela vive a grande vida de São Paulo, marcando, com sulcos imperecíveis, sua atuação em nossa Capital.

Não quero me deter no seu mecenato artístico, principalmente com relação ao chamado *Movimento Modernista*, iniciado, justamente, no ano de 1922, e em que ela foi, podemos afirmar, o esteio social dos jovens artistas e intelectuais, que renovavam nossa vida cultural. Essa proteção, dona Olívia a exerceu a partir de 1923, quando estava, novamente, em Paris. Aí, é que conheceu, através de suas relações sociais e de seu gosto artístico, vários elementos do Movimento Modernista de São Paulo.

Da aproximação com eles, em Paris, veio a criar, em sua casa da Rua Conselheiro Nébias, o *Salão Modernista*, onde acolhia esses artistas renovadores, em fase de escândalo e de ridículo perante o gosto dominante e face à opinião pública; e que, ao serem prestigiados por uma senhora do quilate social de dona Olívia, passaram a ser encarados com respeito e seriedade pela sociedade dominante.

E não se limitou a este *aspecto moral*, de prestígio dos renovadores, a ação de dona Olívia; mas se exerceu, inclusive, de forma material, em auxílio econômico para artistas, até em suas permanências na Europa, para estudos e aperfeiçoamento.

Foi uma obra ímpar no panorama social de nosso País, e que fez com que essa senhora se inscrevesse, para sempre, na história artística do Brasil.

Não quero, também, deter-me em seu apôio e auxílio aos estudantes, prestigiando, até, a criação da Academia de Letras da Faculdade de Direito, cujo cinquentenário se celebrou em 1982.

E não pretendo, ainda, alongar-me sobre suas viagens pelo Brasil, quando, em consonância com o espírito de brasilidade, que animava os Modernistas, ela trocou as viagens pela Europa por excursões dentro de nosso País, em companhia de artistas e intelectuais, — uma dama de seu refinamento social enfrentando a rudeza primitiva de nossos transportes e as condições rudimentares de hospedagem, naquela época de 1920.

Primeiramente, foi o Carnaval carioca de 1924, de que ela foi participar, diretamente, nos subúrbios, nos morros e na Avenida Rio Branco.

Mais importante, porém, e fundamental, foi a viagem às cidades históricas de Minas-Gerais, no final da Quaresma e durante a Semana-Santa desse mesmo ano de 1924, — quando ainda não se fazia turismo interno no Brasil.

E aqui, surge a conseqüência magnífica dessa viagem: — dona Olívia e os companheiros voltaram entristecidos pelo estado de abandono em que se achavam as relíquias históricas e artísticas de Minas-Gerais. Então, em sua residência, ela promoveu uma reunião, para a qual convidou o então Presidente do Estado, Carlos de Campos, o dr. Macedo Soares, e personalidades de prestígio social, cultural e político, para falar-lhes dessa viagem; da grandeza e beleza de nosso patrimônio abandonado em Minas-Gerais e da urgência de sua proteção, — e daí, podemos deduzir que essa reunião foi a idéia inicial, o germe criador do futuro SERVIÇO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

E em 1927, numa audácia que ainda hoje nos surpreende, embarca ela para longo conhecimento da Amazônia.

Organizara um grupo de quatro: — ela, Paulo Prado, Afonso de Taunay e Mário de Andrade. Visitariam o litoral do Nordeste, desde a Bahia, e se enfurnariam pelo rio Amazonas e pela Estrada-de-Ferro Madeira-Mamoré. Tudo pronto, quase à hora do embarque no Rio de Janeiro, Paulo Prado e Taunay desistem. Mas dona Olívia não recua, esconde de Mário de Andrade essa desistência dos companheiros e leva duas jovens consigo: — uma sobrinha, Margarida Nogueira, que ingressaria na carreira diplomática e faleceu, já aposentada, no ano passado e a filha de Tarsila do Amaral.

E essa viagem teve repercussão nacional, como mensagem de cultura, confraternização e perspectiva econômica de São Paulo para o Norte do Brasil.

Tanto que, no ano de 1934, quando faleceu, dona Olívia planejava uma viagem pelo Sul, a exemplo da feita ao Norte, agora por inspi

ração de Assis Chateaubriand, e visando a pacificação regionalista do País, naqueles anos, amainando a má-vontade nacional contra São Paulo, pela presença de nossa Embaixatriz.

E aqui, sim, focalizo a obra que justifica sua introdução como Patrono neste Instituto:

Em janeiro de 1932, comemorava-se o VI Centenário da Fundação de São Vicente, — o verdadeiro e legítimo IV Centenário do Estado de São Paulo.

Era num momento sombrio para São Paulo, sob a derrocada econômica de 29 e o colapso político de 30; ocupado, militarmente, por tropas federais; sem auto-governo, humilhado e espesinhado. Qualquer comemoração poderia assumir ranço de reação, de rebeldia perante a Ditadura e o Tenentismo, que nos infelicitavam e nos maltratavam.

Então, dona Olívia abriu seus salões, suas reuniões de elegância e bom gosto, para, em sua casa, sob sua responsabilidade, com seu dinheiro e sua iniciativa, comemorar o IV Centenário da Fundação de São Vicente.

Ela valeu, num momento de depressão de São Paulo, por toda atos públicos, imprimiu um caráter de intelectualidade e cultura a essas comemorações. Promoveu uma série de conferências em sua casa, sobre a efeméride, havendo discorrido, sucessivamente, Ricardo Severo, Afonso de Taunay, seu genro Goffredo da Silva Telles e Guilherme de Almeida.

Estas conferências, mandou dona Olívia imprimir e destinou a edição a este Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Quando o livro saiu do prelo, já ela estava morta.

Ela valeu, num momento de depressão de São Paulo, por toda uma Comissão do IV Centenário. Ela fez, sôzinha, por sua conta, sob sua responsabilidade, por nosso Estado, o que, em 1954, toda uma Comissão, uma autarquia inteira faria no IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Esta, para mim, senhores Consócios, é a fundamental obra de dona Olívia, justificando a gratidão de nós, paulistas, e a homenagem deste Egrégio Instituto.

02/03/1983

MONS. LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA - Patrono

DISCURSO DE POSSE
ALFREDO CECÍLIO LOPES

I — EXÓRDIO

Sou-vos imensamente grato por me haverdes admitido com tamanha condescendência ao vosso ilustre convívio. Pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo constitui, em verdade, privilégio digno do mais justificado orgulho. Instituição quase centenária, de raízes entranhadamente mergulhadas nas mais lídimas tradições culturais da grei piratiningana, namorava-a eu de longe e a tempo perdido, timidamente, sem ousar aproximação mais chegada. A consciência da desvalia das qualificações que me permitissem fazê-lo manteve-me por longos anos distanciado deste sodalício glorioso. Senão quando um dia, já no crepúsculo da vida, com os preconceitos e acanhamentos esbatidos pelo rolar do tempo, a mão deveras amiga de nossa estimadíssima confreira, Professora Marília Antunes Alves, essa nobre Dama de São Paulo, cuja obra pioneira em prol da Televisão educativa em nosso Estado se alinha entre seus múltiplos títulos de pública benemerência, dispôs-se a fazer-me o inefável obséquio da almejada apresentação. E assim, pela sua carinhosa iniciativa e pela vossa nimia generosidade, aqui, neste momento, me encontro, a empossar-me na condição tão significativa de sócio honorário do Instituto.

Historiador sabeis que não sou, tampouco Geógrafo. Como poderia, pois, sem o mais mínimo dos constrangimentos, participar dos vossos trabalhos fecundos? Só mesmo assumindo a postura humilde que a Pitágoras lhe pareceu a melhor quando de sábio lhe chamaram. Não se julgando tal, disse desejar tão somente ser amigo da sabedoria. Não “sofos”, mas, sim, “filo” “sofos”. Onde, não exercendo o belo ofício de Historiador ou Geógrafo, só me resta proclamar-me amigo assim da História como da Geografia, mas amigo sincero, leal, dedicado. Esta será, portanto, minha profissão de fé, prezados confrades: ser de vossas ciências amigo, para o ser de vós outros também.

Devendo, em obediência a praxe dominante nos silogeus, escolher patrono como nune tutelar desta integração corporativa, ocorreu-me, de logo, o nome, conceituadíssimo nos domínios da Historiografia pátria, de Aluísio de Almeida, como se conheceu no mundo das letras o Padre, depois Cônego e, por fim, Monsenhor Luiz Castanho de Almeida.

Toda escolha apresenta, naturalmente, uma razão de ser, um motivo determinante. No meu caso, primeiramente, o falecimento recente de Aluísio de Almeida, à época de minha admissão nesta veneranda Casa, induzia-me a prestar-lhe a homenagem desse patronato. Depois, a circunstância de ter ele residido quase toda a vida em Sorocaba, onde, a par de exercer suas funções eclesiásticas e de magistério, iria erguer, também com apostólica determinação e sumo amor, a obra monumental que o haveria de consagrar como seu Historiador Magno. Ora, Sorocaba, sua cidade e seu povo, seu escol intelectual e sua mocidade acadêmica, tem representado para mim, neste último quartel de minha existência, um papel de destacada importância. Professor de sua respeitada Faculdade de Direito, inicialmente funcionando no velho prédio da Faculdade de Filosofia e Letras e, mais tarde, no imponente edifício na antiga Chácara do Vergueiro, a reiteração das aulas semanais e o contato cada vez mais estreito com a terra e a gente sorocabanas foram estabelecendo entre mim e elas, laços sempre mais apertados de simpatia, a princípio, de amizade, depois, e, ao cabo, de puro amor, escravizando-me o coração. Essas as razões por que, ao eleger Aluísio de Almeida meu patrono nesta Casa, resolvi estender minha carinhosa homenagem, por igual, à sua cidade adotiva tão fervorosamente cultuada, aquela que Baltazar Fernandes fundou, nos meados para os fins do Ano da Graça de 1654, em mês e dia ainda imprecisos, mas simbolicamente fixados em 15 de agosto. Por isso, para que se não me escapasse ensejo tão grato, tive por bem aguardar se escoasse o prazo de dois anos decorridos de sua morte, preceito imposto pelas nossas normas, a fim de que seu nome pudesse parainfar minha integração no Instituto.

II — ALUISIO DE ALMEIDA - PROGÊNIE - ESTUDOS ORDENAÇÃO

Singularmente bela foi a vida exemplar de Aluísio de Almeida e muito sólida, não obstante versátil, a obra opulentíssima que ele legou à cultura nacional. Para aquela, moveu-o irresistível chamamento religioso, que de sua alma translúcida fez uma perene dedicação à Deus e suas criaturas, servindo extremosamente a Santa Madre Igreja Católica. Para a segunda, sua autêntica vocação literária, servida por férrea disposição de trabalho, que insidiosa moléstia, prematuramente manifestada, não pôde quebrantar. De uma e de outra procurarei, em breve esboço, traçar agora, os aspectos mais memoráveis. Para tanto, vali-me, abundantemente, da rica documentação sobre Aluísio de Almeida possuída pelo ilustre escritor sorocabano, acadêmico Prof. Porphirio Rorich Vieira, cuja gentileza de proporcionar-me sua demorada consulta, que muito me facilitou essa tarefa, desejo, aqui, agradecer, assaz sensibilizado.

Aluisio de Almeida, primogênito dos cinco filhos do Coronel Anibal Castanho de Almeida e Dona Ana Cândida Rolim de Almeida, nasceu em Guareí, neste Estado, aos 6 de novembro de 1904. Descen-

dia de tronco português, cujos ancestrais em terra brasileira remontanavam a Antônio Rodrigues de Almeida e Maria Castanho, domiciliados em São Vicente, nas alturas do século inaugural de nossa colonização. Séculos decorridos, sangue germânico misturar-se-ia ao luso dos Almeidas, quando um de seus descendentes se fixou em Guareí, fundada por componente da leva de quase um milhar que D. Pedro I, em 1827, houve por bem mandar trazer da Alemanha. De cruzamento então ocorrido, resultou vir a ser Aluísio de Almeida trineto de alemães.

O Coronel Anibal possuía pequena indústria de algodão além de uma serraria. De índole comunicativa e afeito à música, dirigia modesto conjunto musical. Chefe político local, muito prestigioso, vez por outra hospedava personalidades de destaque que por lá passavam. Entre elas, Dom Lúcio, bispo de Botucatu, e Júlio Prestes de Albuquerque, de velha cepa itapetiningana, que seria Presidente do Estado e até eleito Presidente da República, só não se empossando no cargo, em 15 de novembro de 1930, em razão da vitória da Revolução de outubro, que derrubou a chamada República Velha.

Dona Ana Cândida era professora primária em escola isolada e, por isso, seu filho Luiz, o nosso Aluísio de Almeida, cresceu a vê-la lecionar, conforme ele próprio diria. Desde pequeno manifestou-se-lhe a vocação religiosa, talvez por influência de Dom Lúcio, e, por igual, sua tendência pelo saber histórico, tanto o prendiam as narrativas que ouvia de familiares a respeito de seus antepassados, designadamente seu xará, o Capitão Luiz Castanho de Almeida, participante da Guerra Cisplatina. Seu interesse pela História pátria e seus vultos preeminentes acentuar-se-ia cada vez mais, marcando uma preferência intelectual que só a morte interromperia, por obra e graça da influência exercida sobre sua mente juvenil pelo notável educador e seu mestre, o professor Antônio Silveira Mello. Este referia-se freqüentemente a Sorocaba e aos seus pró-homens, entre eles o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, chefe da Revolução Liberal de 1842. Seria isto uma predestinação? O fato é que mais tarde, na plena maturidade de seu espírito, iria Aluísio de Almeida dedicar à Sorocaba e à sua famosa rebelião, obras de grande valor, consagradoras, no mais alto grau, de sua nomeada de Historiador provectoro.

Suas primeiras letras fê-las em Guareí, na Escola Isolada Urbana, e no Colégio Diocesano de Botucatu, a partir dos treze anos de idade, seu curso secundário, já se preparando, então, intelectual e espiritualmente para a vida religiosa. Ingressaria, depois, no Seminário Menor e Maior dessa cidade, cujos currículos completaria em 1926. Não havendo ainda atingido a idade canônica para sua ordenação sacerdotal e enquanto aguardava a dispensa eclesiástica que a permitisse, ocupou as funções de chanceler do Bispado de Sorocaba, por designação de Dom José Carlos de Aguirre, grande prelado e o primeiro pastor dessa Diocese. Afinal, a 8 de maio de 1927, das mãos desse ilustre antístite recebeu ele a tão desejada ordenação sacramental, presentes seus orgulhosos pais, familiares e amigos, todos comungando de seu imenso

júbilo por haver sido admitido definitivamente ao serviço da Igreja e de Deus. Sua primeira missa rezou-a na sua terra natal seis dias depois.

Já à época se havia estabelecido entre Dom Aguirre e o jovem sacerdote uma sólida estima, alicerçada por forte admiração recíproca, aquele apreciando a inteligência e zelo com que o Padre Luiz se desincumbia das importantes e delicadas tarefas que lhe atribuía, este reconhecendo a excepcional formação espiritual e intelectual de Dom Aguirre, a quem, por isso, servia devotadamente. Dessa respeitosa amizade e colaboração muito se valeu o Pastor da Diocese, pela soma de trabalhos que o Padre, em proveito dela, ia realizando com dedicação insuperável. Por outro lado, o Padre, e por toda sua vida assim seria chamado, carinhosamente, pelos sorocabanos, haveria de receber, em pról de sua carreira eclesiástica, constante adjutório por parte de seu Bispo.

III — O SACERDOTE - A MOLÉSTIA

Assim(continuou, mesmo depois de ordenado, a exercer as funções de Chanceler do Bispado de Sorocaba até janeiro de 1929, daí saindo para cumprir, em Itapetininga, o coadjutorado. Logo depois, a pedido seu, por desejar ardentemente realizar o munus vicarial, e nomeado por Dom Aguirre para as paróquias de Araçoiaba da Serra e Itararé, nesta permanecendo até o mês de maio de 1930, quando se investe nas amáveis responsabilidades de dirigir a Paróquia de sua terra natal - Guareí, estendendo-se esse vicariato até fevereiro de 1933. Durante ele ocorrem dois fatos de real importância para a vida de Aluisio de Almeida: a Revolução Constitucionalista de 1932, à qual emprestou a maior colaboração nos serviços evangélicos e assistenciais, assim como sacerdote e cidadão, e a moléstia que, poupando-lhe, embora, a existência, não o eximiu, contudo, das suas conseqüências funestas, que determinaríam, em poucos anos, o truncamento de suas atividades pastorais, afastando-o, afinal, da vida paroquial, e, ao cabo, sujeitando-o a supinos sofrimentos físicos, progressivamente acentuados, que lhe proporcionariam, de outra parte, apurar, estoicamente, suas virtudes morais, aguçando, ainda mais, seus superlativos dotes de inteligência, de que iriam surgir ainda, por mais cinqüenta anos, os frutos opimos de sua vasta obra de historiador, folclorista e jornalista.

Foi em 1932, bem depois de terminado o nosso curto mas glorioso movimento constitucionalista, que inspirou a Guilherme de Almeida o imortal poema épico, tão caro à nossa emoção cívica, "Nossa Bandeira", do qual não posso deixar de recordar, aqui, duas de suas quadras pulcríssimas — "Bandeira da minha terra, bandeira das treze listas, são treze lanças de guerra, cercando o chão dos paulistas", "Mapa da pátria guerreira, traçado pela vitória: cada lista é uma trincheira, cada trincheira, uma glória", que terrível doença, o tifo, atacou de

modo brutal o Padre Luiz, fazendo-o oscilar entre a vida e a morte, e deixando-lhe seqüelas irreversíveis, a princípio mostras de surdez, aliás crescente, e perturbações do sistema nervoso, que acabariam por desembocar num processo acentuado de esclerose disseminada, múltipla ou em placas, afecção neurológica insidiosa, que lhe comprometeria progressivamente a locomoção até à paralisia, embora, **Deo Gratias**, lhe preservasse a mente lúcida até ao fim da vida. A fim de tratar-se, desloca-se para Itapetininga, mas Dom Aguirre, muito preocupado com a saúde do seu devotado amigo e colaborador, o traz de volta à Sorocaba, propiciando-lhe melhores condições para seu restabelecimento. Retornando a ela em fevereiro de 1933, assume, desde logo, as funções de Coadjutor da Catedral, passando a residir no Mosteiro de São Bento a convite e por obséquio do Prior, a quem o uniam laços de fraternal amizade, Dom Tadeu Strunck. Pouco depois, em 8 de maio seguinte, recebe, com grande alegria, o vicariato da Paróquia do Bom Jesus dos Aflitos. Mas meses após, em fevereiro de 1934, para provação sua, surgem as primeiras e indisfarçáveis manifestações da esclerose múltipla, que, em seu inexorável processo, acabaria por afastá-lo em definitivo do Sagrado Ministério pastoral, o maior sonho de sua vida. Compensaria, entretanto, essa frustração espiritual por uma entrega intelectual por inteiro à História, mercê de aturadas pesquisas a toda sorte de arquivos fossem os da Cúria, os da Prefeitura ou os do Cartório do 1º Ofício da Justiça local. Pode-se afirmar, sem riscos de contestação, que, em Sorocaba, onde quer que se encontrassem documentos de valor histórico, lá estaria Aluísio de Almeida para levantá-los e utilizá-los em seus valiosos estudos. Dessa entranhada e paciente dedicação à pesquisa histórica ficou-nos o registro de um fato saborosamente pitoresco. Estando um dia, no Paço Municipal de Sorocaba, a compulsar-lhe os arquivos, embebido na leitura de velhos documentos, distraiu-se de tal modo, como soem os sábios fazer, que se não apercebeu de que ficaria fechado no prédio, sozinho, noite a dentro. Não fôra a lembrança do secretário da Prefeitura de que não o vira sair, e o qual voltara ao prédio para reabri-lo, lá o encontrando como se nada de anormal houvesse acontecido, teria ele varado ali a noite, debruçado sobre venerandos papéis empoeirados, completamente alheio aos condicionamentos de espaço e tempo.

Já a 14 de novembro de 1937 é obrigado, em razão do agravamento de seus males, a largar seus plenos misteres vicariais no Bom Jesus, restringindo-se à celebração de missas, quer na sua Paróquia, quer na Capela do Divino e na Catedral. Compensando essa diminuição de atividades, pois não era criatura de acomodar-se às vicissitudes da vida, passou a lecionar, como professor substituto, no Ginásio do Estado local, nos anos de 1938 e 1939. Neste, veio a assumir as magníficas funções de Reitor, o primeiro, do recém-inaugurado Seminário Diocesano de Sorocaba. Dedicando-se intensamente a essas absorventes tarefas, nelas se incluindo, por igual, as do magistério, permaneceu no cargo até abril de 1944, quando dele se afastou de vez, fundamente golpeado pela moléstia implacável. Porém, se é certo que ela se lhe

assenhoreou do corpo combalido, não menos certo foi que teve a mercê de poupar-lhe a lucidez da mente, sem dúvida por designios do Senhor, cuja infinita e providente sabedoria permitir não quis que a cultura brasileira viesse a privar-se das obras de tão incansável quão modesto operário.

IV — O POLÍGRAFO

Impulsionado por vocação irresistível, madrugou em seu noviciado literário. Data de 1922, estudante ainda, sua estréia no jornalismo, em pequena folha de seu torrão natal. Seminarista já, prosseguiu escrevendo, e, sob o pseudônimo de “Arnobius”, colaborou freqüentemente no jornal da Diocese de Botucatu, “O Apóstolo”, assim como haveria de fazê-lo no órgão da Obra das Vocações Sacerdotais”, da mesma cidade, “A Messe”. E nunca mais pararia de escrever até que a morte o levasse, deixando após si um verdadeiro monumento literário, polivalente e sólido. De fato, perlustrou os mais diversos gêneros, desde o jornalístico até o poético, passando pelo biográfico, o ficcionista, o folclórico e o histórico, onde colheu os seus maiores êxitos intelectuais. Em resumo, um polígrafo de invulgar envergadura o meu saudosíssimo patrono, Monsenhor Luiz Castanho de Almeida, o consagrado Aluísio de Almeida.

Quando das comemorações que assinalariam o Jubileu de Prata — 25 anos de existência — do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, o eminente Dr. José Crespo Gonzales, ex-Prefeito Municipal, de grandes realizações, e então Vice-Presidente desse Instituto, resolveu prestar significativa homenagem a Aluísio de Almeida, a cuja iniciativa se devia a criação da benemérita entidade, razão pela qual seus co-fundadores haviam resolvido, num gesto de estrita justiça, elegê-lo seu Presidente Perpétuo. Consistiria essa homenagem na publicação da biografia sumária do grande sacerdote e magno historiador da terra de Baltazar Fernandes. Para tanto, resolveu entrevistá-lo, no sentido de colher dados bem precisos sobre sua vida e obra. O resultado desse encontro, franco e amistoso, foi um artigo de página e meia do “Diário de Sorocaba”, de 16 de setembro de 1979, a pouco menos de dois anos da morte do importante entrevistado, sob o sugestivo título de “Acima de tudo, um sacerdote da Santa Igreja”. Esse esboço biográfico, magnífico de fundo e forma, pela copiosa soma de fatos, datas e rol de obras, iria, de logo, erigir-se em fonte de consulta indispensável para quem quer que desejar conhecer com segurança o que foi, o que fez e o que pensou Aluísio de Almeida. Dele valí-me, em larga escala, para elaborar esta desalinhada oração, julgando apropriado destacar-lhe este tópico, bem revelador da sublimidade do estofo moral do homenageado: “Sou-lhe muito grato em querer fazer minha biografia e o agradecimento é antes para não ser póstumo, pois minha vida não vale um centavo mais e cada dia que passa é uma Graça de Deus. Só quero pedir, que não elogie: diga só os dados

exatos. Já vi um livro titulado “Como me tornei pintor” — devo-o ao Marangoni. Como me tornei escrevinhador, é o meu caso. Há escritores de 1ª, 2ª e 3ª ordem, mas é bom saber a vida dos de 3ª ordem sem os quais não haveria os de 2ª ordem e os de 1ª ordem, que são raros clarões de gênios, como o foram os dois Taunay — pai e filho. Mas quero dizer-lhe que prezo infinitamente mais minha condição de sacerdote da Santa Igreja, à qual, com a Graça Divina, tenho sido fiel há mais de 50 anos”.

Assim, Aluísio de Almeida não almejava elogios. Concedia, apenas, que sobre ele se divulgassem dados relativos à sua dupla vocação — a de sacerdote, para a qual invocava a primazia, e a de escritor, cuja valia subestimava tão humildemente. Evidentemente não seria possível que, diante de vulto de porte tão gigantesco do ponto de vista espiritual, moral e intelectual, malgrado sua débil compleição física, se calassem os adequados juízos de mérito. Mas, do mesmo passo, é de mister que para aqui se carregem, em termos mais minudentes, aqueles dados relativos à segunda fase de sua vida, aquela iniciada depois que a inexorável enfermidade o afastou definitivamente dos seus amados misteres paroquiais.

Recluso, por 37 anos, em seu pequeno sobrado da Rua Rui Barbosa, em Sorocaba, onde fizera consagrar uma capelinha para a celebração de suas missas diárias, ali, em meio aos seus livros e seus documentos, naquela desordem que é para o trabalhador intelectual a mais perfeita das ordens, com resignação e determinação apostolares diante dos sofrimentos físicos avassaladores e da consciência de seus deveres intelectuais, certamente convicto da missão que o Senhor lhe confiara, Aluísio de Almeida foi continuando, pedra por pedra, a erguer, até onde as forças lh'o permitissem, o monumento de inteligência e amor a que se propusera em prol da cultura pátria.

V — PRODUÇÃO JORNALÍSTICA - BIBLIOGRAFIA

Dos seus cerca de 2.000 artigos disseminados por jornais de Sorocaba, de São Paulo e do Rio de Janeiro, pode-se estimar que oitenta por cento deles pertenceram a essa segunda fase de sua vida, assim como também dela são os 18 livros dos 22 que publicou, o último, “História de Sorocaba para crianças”, que, em 1967, viera à luz em edição mimeografada, sendo distribuído dois dias antes de sua morte. Interessante é destacar que, além do próprio nome, se utilizou de dois pseudônimos para a divulgação de seus escritos, “Arnobius”, nos primeiros trabalhos, e Aluísio de Almeida, designadamente a partir de 1938, com o seu livro “Sorocaba, 1842”, com as exceções de “O Sacerdote Diogo Antônio Feijó”, 1951, editado por Vozes Ltda., em que sai seu nome de batismo, e de “A Diocese de Sorocaba e seu primeiro Bispo”, 1974, editado pela própria Diocese, levando seu nome por inteiro, com o pseudônimo Aluísio de Almeida entre parenteses. Por

que esse duplo critério, embora a nomeação Aluísio de Almeida prevalessa? Ele mesmo o explicou, singelamente, conforme o registra Gonzalez Crespo, *locus citatus*: “Naquele tempo era preciso licença do Bispo para publicações, principalmente em livros, mesmo que não fossem religiosos, e o Bispo Dom Aguirre sempre me deu ampla autorização para usar meu nome ou pseudônimo. Parecia-me que na Europa muitos padres também escreviam sem o título de padres e escolhi o nome “Aluísio” por ser sinônimo em latim de Luiz e Almeida por eu ser Almeida mesmo. Preferi assinar “Aluísio” para assuntos não religiosos”. No entretanto, subscreveu Cônego Luiz Castanho de Almeida num artigo de assunto folclórico, “O vidriquinho de Papai Noel”, publicado na “Folha Popular”, de Sorocaba, no dia de natal do ano de 1957, sendo que, nesse mesmo número do jornal, e sob o pseudônimo de Aluísio de Almeida, faz estampar interessantíssimo trabalho sobre “O teatro lírico em Sorocaba”.

Como jornalista de rara fecundidade, publicou em jornais, revistas e outras publicações periódicas, de Sorocaba e outras cidades, cerca de dois mil artigos, bem ilustrando o moto “nulla dies sine linea”. Em Sorocaba, freqüentou assiduamente as colunas do “Cruzeiro do Sul”, do “Diário de Sorocaba”, da “Folha Popular”, das “Vozes Marianas”, da Diocese local, de que foi fundador, do “Mitte Domine”, da obra das Vocações sacerdotais, dessa Diocese. Em Botucatu, escreveu no “O Apóstolo” e no “Boletim da Obra das Vocações”. Em Itararé, no “Santa Terezinha”, por ele fundado. Em São Paulo, colaborou no “O Estado de São Paulo” e no “Suplemento Cultural” deste, enriquecendo-os com, aproximadamente, 500 artigos, versando História e Folclore; no “Correio Paulistano”, na “Revista do Arquivo Municipal”, na “Revista de História”, da Universidade de São Paulo, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, do qual foi sócio correspondente em Sorocaba, na revista “Investigações”. No Rio de Janeiro, contaram com sua colaboração o jornal “A Manhã” e as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, assim como a “Revista do Brasil”, em sua 2ª fase, e a “Revista Ilustração Brasileira”. Finalmente, em Petrópolis, nas conceituadas “Vozes” e “Revista Eclesiástica Brasileira - Reb” fez publicar numerosos trabalhos.

De sua bibliografia, cerca de 22 obras, constam os seguintes títulos, no gênero biográfico: 1. “Gema Galgani”, seu primeiro livro, estudo hagiográfico dessa extraordinária criatura, santificada pela Igreja, 1930; 2. “Dom Lúcio”, relato da vida e obras de Dom Lúcio Antunes de Souza, primeiro Bispo de Botucatu, e que tão grande influência exerceu sobre o espírito juvenil de Luiz Castanho de Almeida, despertando-lhe a vocação sacerdotal, 1ª edição 1938, 2ª edição, 1956; 3. “Luiz Matheus Mailaski”, em co-autoria de Antonio Francisco Gaspar, 1938, contando a vida e as realizações do homem que lutou para que Sorocaba tivesse estrada de ferro ligando-a à Capital; 4. “Rafael Tobias de Aguiar”, separata da “Revista do Arquivo Municipal”, de São Paulo”,

nº 86, ensaio sobre o grande sorocabano, presidente da Província de São Paulo por duas vezes, 1831-1834 e 1840-41, e chefe prestigioso da Revolução Liberal de 1842, 1938; 5. "O Sacerdote Diogo Antônio Feijó", em que se destacam as funções eclesiásticas do férreo Regente do Império (1835-1837), companheiro decidido de Rafael Tobias no movimento liberal de Sorocaba, 1951.

No gênero histórico, em que exceleu, destacam-se os seguintes trabalhos: 1. "Sorocaba, 1842", 1938, em que descreve particularizadamente o ambiente da cidade, ao tempo da famosa Revolução liberal desse ano, através de aturadas pesquisas, o grande movimento político-militar chefiado por Tobias de Aguiar e Feijó, obra fundamental no assunto publicada sob o nº 46 da prestigiosa "Coleção Documentos Brasileiros", da Livraria José Olympio Editora, com excelente prefácio do historiador Carlos da Silveira, sócio deste Instituto; 3. "História de Sorocaba", 1951, uma de suas obras mais importantes, básica para o estudo da grande urbe, em três volumes, o terceiro publicado nos rodapés da "Folha Popular", de Sorocaba, 1954; 4. "São Paulo, filho da Igreja", 1957, historiando a vida da Igreja Católica no Estado de São Paulo, seus eventos e seus sacerdotes; 5. "História de Sorocaba para crianças", 1967, edição mimeografada para o "Colégio Ciências e Letras", de Sorocaba; 6. "O Tropeirismo e a feira de Sorocaba", 1968, o tema preferido do autor, versando-o permanentemente nos livros e na imprensa, sob os ângulos mais diversos; 7. "História de Sorocaba", 1969, edição do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, num só volume, revista e completa, feita sobre a anterior, de 1951; 8. "Vida e Morte do Tropeiro", 1971, estudo monumental desse fato histórico-sociológico, que o autor tanto amou, pesquisando-o exaustivamente, para sua feitura e além dela, continuando a consagrar-se ao assunto até quando pôde, em artigos publicados no "Cruzeiro do Sul". Em 1981, postumamente, foi publicada nova edição, ainda pela Livraria Martins, com a colaboração da Edusp, Editora da Universidade de São Paulo; 9. "A Diocese de Sorocaba e seu primeiro Bispo", 1974, onde faz minucioso relato das diligências tomadas para a criação da Diocese Sorocabana, destacando-se da de Botucatu, e a nomeação, a chegada e a vida do seu primeiro Pastor, o benemérito e inolvidável Dom Aguirre, tão ligado ao autor por laços hierárquicos, de admiração e de amizade; 10. "Brasil de Nossa Senhora", 1974, edição da Obra Filial da Pontifícia Obra das Vocações Sacerdotais - Diocese de Sorocaba, um largo painel das piedosas devoções consagradas pelo povo brasileiro à Virgem Santíssima; 11. "Vida cotidiana da Capitania de São Paulo, 1722-1822.", 1975, relato interessantíssimo dos fatos mais destacados ocorridos em São Paulo, na centúria precedente à nossa independência; 12. "Guareí, nossa terra", 1976, o amor à terra natal realizando-se no raconto de sua história.

Mas Aluísio de Almeida, historiador, não se completaria se não voltasse sua atenção criadora para o registro dos usos e costumes do povo humilde, seu falar, suas lendas e suas credices, constitutivas do

discurso do folclore, ou populário, no harmonioso neologismo cunhado pelo gaúcho Contreiras Rodrigues para substituir vernaculamente o vocábulo inglês. Escreveu, assim, muito, sobre tema tão sugestivamente encantador, na imprensa e em livros. Contam-se, entre estes: 1. "50 Contos populares de São Paulo", 1947, 1ª edição, sendo a 2ª o volume nº 2, da "Coleção Folclore", do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1973; 2. "Contos do Povo Brasileiro", com duas edições, ambas da Vozes, a primeira, de 1949, a segunda, ilustrada, de 1952; 3. "142 Histórias Brasileiras", 1951, separata da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", nº 144; 4. "Velhas e novas anedotas", 1953.

No campo da ficção, legou-nos, em 1964, editado pela Vozes, de Petrópolis, de sua preferência para a publicação dos seus livros, um romance, "Campina do Monte Alegre", onde, ao lado do enredo sentimental, uma professora, recém-formada, que naquela pequena cidade inicia seu magistério, apaixona-se por um rapaz da localidade, desenrolando-se daí uma série de situações vicissitudinárias para o par amoroso — se descrevem cenas relacionadas com os sofrimentos da população, atingida pelas conseqüências da Revolução Constitucionalista de 1932, então em curso. Tudo isso, no seu estilo desataviado, sem galas preciosistas, mas sempre atraente. Entretanto, se a enfermidade não acabasse por atingir-lhe também as mãos, impedindo-o de escrever e, assim, de polir os seus trabalhos, certamente conceberia páginas de grande beleza literária como aquela, antológica, sobre a sua amada Sorocaba, muito "mais poesia em prosa do que crônica", como com felicidade lh'a chamou Porphirio Rorich Vieira, que a retirou de suas coleções de artigos de Alúcio de Almeida, publicada que fôra pela "Folha Popular", de Sorocaba, de 25 de maio de 1957, para incorporá-la à oração proferida na sessão *in memoriam* dele, realizada pela Academia Sorocabana de Letras. Dessa página formosíssima extraio alguns tópicos: "Sorocaba é bonita, também em Tupi-Guarani. Seus altos campos do Cerrado à Terra Vermelha, com as baixadas verde-escuras onde correm águas frescas, sua cumeada de morros do nordeste e sudoeste, tampando o horizonte de Piedade e Itu, suas três colinas ou lombadas urbanas, o rio que lava os quintais, agora majestosamente canalizado, a variedade de panoramas urbanos e rurais, uma fumaça que se esgarça no céu azul, um resto do morro do Araçoiaba que se descortina além, muito além do arranha-céu número um, tudo nos leva a cantar não só a bondade da terra, mas a sua beleza. Que dizer então dos céus de Sorocaba? Não é apenas por literatura e poesia que Menotti del Picchia os tem achado e descrito tão lindos. Lindos como convém à cor do manto da Padroeira. Cada hora do dia o céu difere em cambiantes. Para mim a melhor não é, como em Botucatu, o pcente em rosa e vermelho, quando algumas nuvens entram no reflexo dessas tintas e pairam, bêbadas de alegria. É pelas duas horas da tarde. Bem no alto. O azul é quase sempre profundo. Entre o azul e a terra passam nuvens brancas como neve em cima, negras em baixo. É comum haver dois ventos: um, o dominante, ma's

rápido sul ou noroeste, outro, desencontrando nuvens e abrindo cortinas, jogando com o azul e branco. Deve ser quando Éolo, de suas furnas ali no São Francisco, ordena mudança de direção, talvez a pedido daquele operário — escritor que, além de quebrar pedras para cimento, cimenta cada dia a casa bonita de seus escritos, poemetos em prosa...

Sorocaba Poranga!"

Aluísio de Almeida ainda deixou obras inéditas, como: "Folclore religioso", "Quando era criança", prêmio de literatura infantil do Governo do Estado de São Paulo, "Grande História de Sorocaba", escala maior de sua "História de Sorocaba", "Dicionário de Sorocaba", a vida da cidade em verbetes, e, finalmente, "São Paulo, 1722-1822", já anunciada no "Cruzeiro do Sul", de 27 de fevereiro de 1972, da qual a "Vida quotidiana da Capitania de São Paulo" não passou de um resumo, dada a impossibilidade que teve o autor de publicá-la na íntegra, por motivo de ordem pecuniária.

VI — CONCLUSÃO

Assim foi a vida e a obra do Padre, Cônego e Monsenhor Luiz Castanho de Almeida, o conhecido Aluísio de Almeida. Sacerdote, na expressão mais perfeita do apostolado evangélico, foi servo fiel da Santa Igreja, para ser servo digno do Senhor. Intelectual, dedicou a vida, tão cedo reduzida em suas potencialidades físicas, a semear a boa semente que seu cérebro privilegiado gerava, para transformá-la em frutos excelentes. Polígrafo, destacou-se designadamente como Historiador, cultivando a área regional e carreando material abundante e valioso para a História Geral de seu País. E, no seu mister historiográfico, jamais se olvidou do povo, tantas vezes esquecido dos historiadores oficiais, ele que, em derradeira instância, é quem faz a verdadeira História. Teve no sorocabano Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, seu grande paradigma de como tratar a História, seguindo-lhe as pegadas, em campo mais restrito embora, mas não menos importante, em que a erudição corria parilhas com a incansável pesquisa efetuada nas mais diversas fontes documentais.

De como assim procedeu, testemunham-no os seus profundos estudos históricos, cada qual deles respaldado na segurança que só os documentos podem oferecer. Exemplo disso, um só, entre tantos que facilmente se arrolariam. Em sua riquíssima monografia, "A Revolução Liberal de 1842", logo no Preâmbulo descreve Aluísio de Almeida seu infatigável afã de documentar-se infinitamente para a elaboração daquele trabalho, confissão válida para todos os seus escritos. Mesmo depois de encerrada a redação do livro, continuou a levantar novos dados que ainda melhor viessem a esclarecer os fatos aí relatados. Assim, um nunca acabar de revolver o assunto. A mesma coisa que fez

relativamente ao tropeirismo, e assim por diante. É ele próprio quem o diz, no final do aludido Preâmbulo: “Enfim, a história é interminável e uma vida humana não basta para escrever a maior parte de um fato qualquer, de merecimento histórico. Decidimos, pois, lançar esta edição, com todos os seus defeitos e aparente dispersão de assuntos. Ou isso, ou ficaria obra póstuma... Somos incontentáveis”. A propósito desse livro, referindo-se ao seu primeiro capítulo, “Os chefes liberais paulistas”, e, especificamente, aos dados inéditos divulgados pelo autor acerca da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, entidade secreta de ação nacional, presidida pelo Senador José Martiniano de Alencar, e sua influência na rebelião de 1842, nosso ilustre confrade, acadêmico Pedro Brasil Bandecchi, historiador de reconhecida autoridade, destacando a importância da pesquisa de Aluísio de Almeida no esclarecimento da participação decisiva daquela sociedade secreta na deflagração da Revolução de 1842, o que até então nenhum outro historiador o havia feito, desta maneira se expressou: “Vê-se, pelo que ficou dito, que o Movimento Liberal de 1842, além dos aspectos políticos aparentes, tem toda uma tecitura oculta, cujo fio pudemos puxar graças aos importantes informes do incansável e criterioso historiador Padre Aluísio de Almeida” (“A sociedade dos Patriarcas invisíveis e a Revolução Liberal de 1842”, “in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, vol. 77, São Paulo, 1982, p. 203).

Por isso tudo, sua justa nomeada de historiador projetou-se para além dos lindes de Sorocaba e de São Paulo, alcançando outros centros culturais do País e do estrangeiro. Sobre o alto valor de sua obra, vasta e profunda, manifestaram-se, encomiasticamente, Luiz da Câmara Cascudo, Pedro Calmon, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, entre outros luminares de nossas letras, históricas ou não. Afonso d'Escragnoille Taunay, o insigne historiador, que foi Presidente honorário deste Instituto, amigo como os que mais o foram de Sorocaba, autor de seu brasão, com quem Aluísio de Almeida manteve longa amizade e permuta constante de dados e informações históricas, aproveitando-se de um juízo formulado a seu próprio respeito por Rodolfo Garcia de “homem que sabe e rressabe”, não vacilou em estendê-lo ao grande autor da “História de Sorocaba”. Aluísio de Almeida, “homem que sabe e rressabe”! Tinha razões de sobre Taunay em assim o qualificar.

Após longa existência de enormes atribuições mas, também, de não pequenas alegrias, que a consciência do dever cumprido lhe proporcionaria, faleceu, santamente, no dia 28 de fevereiro de 1981, em meio à consternação sentidíssima do povo Sorocabano, que ele tanto amou e que tanto lhe retribuiu o afeto, resumindo o carinho que lhe dispensava numa só expressão: o Padre. Morreu legando à cultura nacional uma obra extensa e sólida de raro valor, emparelhando-o, indubitavelmente, aos mais destacados historiadores que o Brasil tem tido.

Prezados confrades.

Pretendi, com muita ousadia, fazer-vos o retrato de corpo inteiro, espiritual, moral e intelectual, do virtuoso sacerdote e notável historiador que escolhi para meu patrono neste venerando Instituto. Saiu-me, apenas, ai de mim, um tosco esboço que mal destacou os traços dominantes de sua riquíssima personalidade.

Perdoem-me, ele, em sua compreensão piedosamente cristã, e vós, confrades ilustres, em vossa infinita paciência. (06-04-1983).

MAL. EURICO GASPAR DUTRA - Patrono

DISCURSO DE POSSE
RENATO BAEZ

Quis Deus, na sua infinita bondade e misericórdia, premiar, mais uma vez, a um de seus humildes filhos, guindando-o ao convívio e atividades voltadas à Cultura e ao Saber.

Estando com o Pai, sinto-me lisonjeado em estar ao lado de figuras eminentes da sociedade paulistana, herdeiros e defensores de sua história e geografia, que tanto todos têm divulgado e até ampliado, num testemunho eloqüente de amor, de patriotismo e de civilização.

O I.H.G.S.P., com seus 88 anos de feliz existência, fecunda e brilhante, tem sido reconhecido, enaltecido e seguido por outros congêneres do país. Seu acervo histórico é algo de extraordinário, em qualidade e quantidade, conforme testemunha a sua biblioteca própria, com cerca de 40.000 exemplares.

Prova maior de seu valor internacional, é este imponente edifício, com 8 pavimentos, adquirido através do esforço de sucessivas diretorias, e dispondo do espaço indispensável ao condigno funcionamento de uma entidade como esta. Localizado no centro da metrópole paulistana, é o local assiduamente freqüentado por associados, visitantes e personalidades estrangeiras em vilegiatura neste planalto de Piratininga.

Pelo seu quadro diretivo têm passado elementos gabaritados, de notável saber e inteligência, cujos nomes ocupam nossa mente e as páginas das Revistas deste Instituto. Todos chegam e se decidem, voluntária e eficientemente, a colaborar nas iniciativas altruístas do Instituto, acatando e prestigiando seus estatutos sociais. A ordem, a disciplina e a liberdade são apanágios do I.H.G.S.P.

Há cerca de duas décadas, desde minha mudança definitiva para esta paulicéia, que o freqüento com entusiasmo e respeito, servindo-me da amizade honrosa de seus diretores e associados, bem assim consultando assiduamente sua excelente e bem organizada Biblioteca. Dessa convivência, nasceram as boas e leais amizades com seus ilustres sócios, uns já na glória celestial e a maioria ainda galhardamente desfrutando da vida terrena.

E foi, nessa troca de informações e de quase duas dezenas de livros de minha autoria, que me tornei conhecido de todos, pois, a cada

obra lançada, apreciável número de associados deste Instituto recebem meus trabalhos.

Agora, passando a fazer parte do quadro efetivo deste conceituado e quase centenário Instituto, aumenta a minha responsabilidade no tocante à dedicação maior aos objetivos estatutários, para fazer jus à confiança e à amizade que me dispensaram.

Da companhia salutar e produtiva dos nobres pares terei, certamente, além do calor humano e incentivo, motivos para a feitura de novos trabalhos em prol deste gigantesco Estado, que marcha acelerado rumo a futuro esplendoroso.

Deferência como esta não se agradece: Contrain-se a irresgatável dívida moral de marchar, ufano e otimista, ao lado de quantos tenham a ventura e a honra de pertencer ao quadro social deste Instituto.

Certamente, constitui para mim, este ato, motivo de orgulho e de ufania, quer pela pouca sabedoria minha, quer pelas minhas limitações e falhas humanas, a que espero superar no convívio dos insignes confrades.

Fica aqui expresso o meu compromisso solene de trabalhar pela causa comum, do Bem e do Belo, das instituições nacionais, da fé e do amor que norteiam os espíritos dos bandeirantes da terra de José de Anchieta.

De acordo com preceito regimental desta Casa, o novo membro deverá discorrer sobre a figura do seu patrono. No meu caso, entendi prestar singela homenagem à personalidade do Marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-presidente da República, notável homem público e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Da imensa bagagem sobre o vulto do meu Patrono, tentarei resumir o mais possível, reservando-me a dilatá-lo quando, em outra oportunidade, assim se fizer necessário.

Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, a 18 de maio de 1885, filho de José Florêncio Dutra e de dona Maria Justina Dutra. Na vetusta capital mato-grossense fez seus estudos preparatórios, distinguindo-se pela sua inteligência, sobriedade, modéstia e afinco ao trabalho.

A sua vocação pela vida militar, pronunciada no verdor da mocidade, levou-o a alistar-se, a 21 de fevereiro de 1902, mal atingiu aos 16 anos de idade, partindo, em março do mesmo ano, com destino à Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

Seus postos subalternos foram alcançados em 14-2-908, aspirante; em 7-4-1910, 2º Tenente; em 12-7-1916, 1º Tenente; em 24-6-1921, capitão. Todos os postos do ciclo de oficial superior foram alcançados pelo princípio de merecimento, mercê de suas excepcionais virtudes de solda-

do e de homem de apurados sentimentos cívicos e morais. Em 5-5-1927, major; em 16-5-1929, tenente coronel, e, em 17-12-1931, coronel e nestes postos exerceu as funções inerentes com o esmero que lhe era peculiar.

A 19-2-1914, convolou núpcias com dona Carmela Leite. Desse feliz consórcio nasceram Emilia, a 15-1-1919, e Antônio João, a 1-3-1921, nome dado em homenagem à memória ao herói da Colônia de Dourados, no estado de Mato Grosso.

Nos altos comandos, como General de Brigada, em 22-9-1932, e General de Divisão em 9-5-1935, se houve com raro descortino, habilidade e firmeza de atitudes que o fizeram credor da admiração e de aplauso de seus pares.

Em 1933-1934, foi presidente do Clube Militar, marcando a sua passagem pela Casa da República como um exemplo de administração de elevado padrão de probidade e de trabalho contínuo, prestigiando-a, sempre, quando Ministro e Chefe da Nação.

No comando da 1ª Região Militar, nos tormentosos dias de 1935, o General Eurico Gaspar Dutra pôde, com energia e segura ação, comandar a repressão ao movimento comunista, irrompido no Rio de Janeiro, impedindo que a República tomasse novos rumos.

A 9-12-1936, assume as funções de Ministro da Guerra, hoje transformado em Ministério do Exército, tendo a oportunidade de dotar o país da sede própria do Ministério, na cidade do Rio de Janeiro, e permitiu, com seu acendrado amor à causa pública, a reorganização ampla do Exército, quer nos seus quadros, quer materialmente. Permaneceu na Pasta até 1945, e dela só se afastou para se candidatar à Presidência da República.

Possuindo todos os cursos regulamentares de Infantaria, Cavalaria e Estado-Maior, sua brilhante e excepcional fé de ofício, antes de atingir a Presidência da República, logrou o registro de incontáveis condecorações nacionais e estrangeiras, dentre estas as da França, Vaticano, Itália, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Portugal, República do Líbano, Etiópia, E.U. da América do Norte, México, República Dominicana, Bolívia, Peru, Paraguai e Chile.

Durante o Estado Novo, coube à administração Eurico Gaspar Dutra organizar a Força Expedicionária Brasileira, enviada para a Itália, e que teve valorosa participação na II Guerra Mundial.

A vitória final na Europa verificou-se a 8-5-1945, com a capitulação total das tropas nazistas. O regresso da FEB ao Brasil deu-se de 18 de julho a 3 de outubro de 1945.

As cinzas dos corpos dos nossos heróis mortos no conflito foram trasladadas de Pistóia para o Brasil em 5 de outubro de 1966. Repousam no Monumento próprio do Rio de Janeiro.

O Brasil foi o único país do mundo que entrou naquela guerra por puro idealismo, sem pleitear compensações territoriais ou de mando sobre terras alheias. Nossa história política continua virgem de fatos imperialistas. A defesa da democracia e das liberdades humanas foi o nosso galardão e recompensa única ambicionada.

Após o armistício, e retomando o país o caminho da democracia representativa, o Partido Social Democrático levantou a candidatura do Ministro da Guerra, vencendo as eleições presidenciais.

Declarando-se "presidente de todos os brasileiros", Dutra iniciou o seu período juntamente com a abertura dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, de 18 de setembro de 1946, em clima de mais ampla liberdade.

Praticamente sem oposição, o governo Dutra completou a institucionalização do regime, organizando o Conselho Nacional de Economia, o Tribunal Federal de Recursos e as Comissões de Planejamento Regional.

A principal obra, no campo das realizações materiais, foi, sem dúvida, a Cia. Hidrelétrica do S. Francisco, ativando o governo a construção, que deixou quase concluída, da Usina de Paulo Afonso, seguida da ligação rodoviária São Paulo-Rio de Janeiro (via Dutra). Propôs ao Congresso Nacional a elaboração de um Estatuto do Petróleo, encomendou os primeiros navios petroleiros e construiu as primeiras refinarias.

Findo seu mandato presidencial (31-1-1951), o Marechal Eurico Gaspar Dutra abandonou a política, passando a viver discretamente como militar reformado, recusando os contínuos oferecimentos para que voltasse à vida pública. Morreu no Rio de Janeiro, a 10 de junho de 1974.

O povo brasileiro aplaudiu e enalteceu em virtude do elevado critério de seu governo benéfico, as obras perenes que realizou. (21-07-1982)

JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES - Patrono

DISCURSO DE POSSE
WALTER FONSECA

A graça de Deus já me permitiu percorrer mais de dois terços do longo e indefinível caminho da vida. Consegui alcançar um segmento da estrada do tempo onde os derradeiros lampejos do sol se misturam com os primeiros jactos de luminosidade emanados da lua. Esse ilusório e divinal encontro projeta no espaço um momento fugaz, no qual, o entardecer e o anoitecer da vida se confundem.

Instante quando o dia não terminou ainda mas a noite já iniciou a ocupação do espaço, abrindo o seu manto marchetado de douradas estrelas. Aí, nesse quimérico momento da vida, sonhando-acordado, parei diante de um templo singular.

Perplexo e confuso, surpreso, caminhei lentamente em direção ao seu portal, onde um homem me estendia a mão, convidando a chegar. Transpus os umbrais majestáticos e entrei, guardando o mais completo silêncio. Silêncio de admiração. Silêncio de respeito.

Para ingressar no templo não me foi exigido descalçar os pés, nem dobrar o corpo e baixar a cabeça em posição de humildade, ou cair de joelhos e elevar os braços abertos, mostrando as mãos num gesto de súplica. Nem mesmo fui induzido a fazer o sinal de persignação.

Entreí e parei. Os meus olhos, num relance de avidez e curiosidade, se fixaram demoradamente nos homens que ali se encontravam reunidos, todos intelectuais, no exercício da mesma profissão de fé. Olhei mais profundamente para os lados, para o alto e para a frente, tentando lembrar a origem de uma velha imagem que, agora, emergindo do sonho, se fazia intensamente viva.

Enquanto procurava rebuscar na memória a razão de ser daquela imagem, tive a impressão de ouvir, em êxtase, no sossego reinante no interior do templo, acordes suaves de cítaras imaginárias e de harpas divinas, dedilhadas pelos anjos e querubins celestiais. A grandeza e a sobriedade do ambiente me comoveram.

Lembrei-me então de que o recinto não era desconhecido para mim. Durante muitas noites, ao longo de freqüentes devaneios, esse templo singular sempre existiu nos meus acalentados sonhos.

Ah! É isso!...

Lembro-me bem! . . .

A realidade que estou vivendo hoje foi uma fantasia constante nos meus sonhos de ontem. Não os divulguei a ninguém. Guardei o mais profundo sigilo da imagem tão carinhosamente sonhada, que se transformou depois num desejo persistente, estável, incentivador do meu trabalho e gerador da esperança de que seria um dia recebido como integrante da comunidade que exercita o mesmo ideal, visando a glorificação e a estabilidade do venerando templo, que só logrei encontrar ao sentir a presença marcante do implacável crepúsculo da minha vida.

Refiro-me — Senhores — ao INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, verdadeira catedral de civismo onde se cultuam o saber, a inteligência, a instrução e, acima de tudo, a preservação da Memória de São Paulo e do Brasil.

E preservar a Memória da Pátria, reconstituí-la e divulgá-la é, sem dúvida, o legado maior a ser transferido às gerações que nos sucederem.

É exatamente isso que se faz aqui, neste templo, onde predomina o espírito de brasilidade.

* * * * *

É para mim motivo de honra e de glória o ser recebido como Sócio Titular deste sodalício, participando de agora em diante da sua confraria e recebendo carinhosa acolhida dos ilustres membros desta Casa que soube, de fato e de direito, colocar-se no apogeu da cultura brasileira, pela honorabilidade de seus integrantes e a respeitabilidade dos magníficos trabalhos desenvolvidos ao longo de quase cem anos de atividades.

Com humildade e submissão recebo hoje a investidura de Sócio Titular do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. Confesso que sempre aspirei por este momento, apesar de jamais acreditar na concretização desta oportunidade.

Acolhendo, pela experiência que trazem, homens de idades mais avançadas e moços portadores de reais merecimentos, o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, superando as diferenças de tempo impostas pelo calendário, conseguiu estabelecer o difícil equilíbrio que irrompe os homens de ontem e os de hoje, em decorrência da tradição cultural e histórica de cada um, não importando o maior ou menor lapso de tempo que tenham vivido.

E não fosse este sodalício um importante laboratório onde são pesquisadas e analisadas as verdades geográficas e históricas do Brasil!

Aqui, nesta autêntica e seleta confraria intelectual, os seus integrantes se entendem através do aprimoramento da ciência que culti-

vam, da fé que os congrega, da arte, da moral e do resguardo do direito, base indestrutível de todos os fundamentos da vida humana. Essa harmonia de sentimentos e de princípios fez desta Casa um dos mais respeitados Centros de Estudos Superiores do país.

* * * * *

Não faz muito tempo trabalhei na reconstituição do arcabouço estrutural da genealogia da minha família, cujas raízes se perdem no tempo e remontam ao Século II a.C., plantadas que foram em além-mar, no velho e tão querido Portugal.

Pesquisei com seriedade e tive a ventura de editar um livro. Foi longo e demorado o trabalho de buscas e de informações. Documentos oficiais e particulares de todos os tempos, livros, revistas e antigos jornais foram cuidadosamente examinados.

Pretendendo conhecer as origens, rebusquei velhos arquivos de velhas igrejas. Revolvi insistentemente registros cronológicos de antigos cemitérios. Perguntei muito e ouvi respostas, buscando descobrir a verdade, qualquer que fosse, desde que sempre verdade, integralmente verdade.

Mas não foi fácil encontrar a verdade das origens. Enquanto alguns ajudaram, outros, egoisticamente, ocultaram documentos valiosos e importantes. E muitos, intencionalmente, chegaram a esquecer o que deveriam lembrar...

Os obstáculos não me fizeram esmorecer!

E depois de quatro anos de trabalho, ao ver concluída a pesquisa, foi possível sentir que a Genealogia estudada me havia conduzido aos meandros da História, numa evidente afirmação de ser a Genealogia a origem da História.

Ao fazer Genealogia simultaneamente se faz História. E a Bíblia Sagrada é dos mais perfeitos documentos probatórios do posicionamento integrado dessas duas ciências que se ajustam e quase se completam.

Quando buscamos conhecer a origem do indivíduo e a constituição das famílias estamos de fato trazendo o passado para ligá-lo indelevelmente ao presente, na tentativa de repassá-lo ao futuro isento de interpretações subjetivas, escoimado de dúvidas, liberto de incoerências e saturado de verdades inteiras.

Li algures “que História e Genealogia são irmãs quase xifópagas; que o estudo de uma envolve necessariamente o conhecimento da outra; que os homens fazem a História e a Genealogia estuda e classifica os homens, na constituição das famílias”. E ambas só conseguem subsistir em suas integridades e essências quando solidamente alicerçadas nos suportes de suas verdades originais.

* * * * *

Meus Senhores!

Determina o Regimento Interno deste Instituto que os seus sócios tenham Patronos, livremente escolhidos. E no artigo 58, ao traçar o perfil dos Patronos, impõe sejam eles “vultos históricos e personalidades de relêvo nas ciências, letras e artes, falecidos há mais de dois anos e relacionados com a História e a Geografia do Brasil, preferivelmente de São Paulo”.

Para ficar registrado na Memória desta Casa, como meu Patrono, trago um nome que além de se ajustar ao perfil traçado pelo Regimento do Instituto, fala muito de perto ao meu coração e toca profundamente a minha sensibilidade. Trata-se do meu tio e quase avô — porquanto criou o meu pai desde a sua orfandade, aos nove anos de idade — o DOUTOR JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES, o querido Tio Jangote.

Gaúcho de São Gabriel, nascido em 1858 e falecido em 1937, no Rio de Janeiro, aos oitenta anos de idade, o DOUTOR JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES foi Secretário Geral do Governo Provisório, Deputado Federal, Jornalista, Historiador e Professor Emérito.

A figura carismática do DOUTOR FONSECA HERMES já foi definida como de pessoa humana de “extremíssima bondade, de diamantina honestidade e de elegância moral, envolvida da mais fina cordialidade no trato e de fidalguia de atitudes”.

Em futuro próximo o seu estudo biográfico será por mim apresentado a este sodalício.

* * * * *

Meus Senhores!

Não devo finalizar as minhas considerações sem antes cumprir dever de consciência e amizade. Quero externar palavra de gratidão ao Amigo, e hoje confrade, que se deixou empolgar pelo meu trabalho e teve a gentileza ou — quem sabe? — a coragem de trazer o meu nome para o julgamento dos ilustres e eminentes integrantes do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO.

Quero manifestar de público admiração e estima ao homem que encontrei na estrada da vida, à porta do templo, chamando-me a entrar e orientando os meus passos no sentido de subir os degraus desta Casa de cultura e de civismo: é ele o dileto Amigo e brilhante Jornalista Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

A você — querido Amigo — só posso dizer muito e muito obrigado!

* * * * *

Senhores Presidente!

Senhores Diretores!

Ilustres Confrades!

Já lhes afirmei que ingresso nesta Casa com muita humildade e submissão.

Carioca, por haver nascido no antigo Distrito Federal, a terra dos encantos mil. Mineiro por devoção, pois nas terras das Minas Gerais comecei no Grupo Escolar e cheguei à Escola Superior, estruturando a minha formação cultural e profissional. E daquelas plagas trouxe comigo esposa e dois filhos, todos mineiros.

Carioca de origem, mineiro por devotamento, entro nesta Casa como paulista por convicção e adoção. Mais da metade da minha vida transcorreu na terra das bandeiras onde, em tempos do passado, das colinas do Ipiranga retumbou um grito de liberdade que cobriu o Brasil inteiro, do Oiapoque ao Chuí.

São Paulo, onde vivo há quarenta anos, me proporcionou ensejos de aperfeiçoamento cultural e profissional, conferiu condições de estabilidade econômica à minha família e permitiu aos meus filhos a realização de estudos e a conquista de grau universitário.

Tenho a mais carinhosa afeição pela Cidade Maravilhosa, terra que me serviu de berço. Sinto profunda ternura pela Princesa de Minas onde colhi ensinamentos e constituí família.

Por São Paulo tenho muito amor! Amor diferente de todos os amores. Amor que cativa, seduz e fascina. Amor que me prende a São Paulo — e há de prender sempre — até o derradeiro momento da minha existência.

Quero, por isso mesmo — em nome do amor — que o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO não me acolha como forasteiro vindo de plagas distantes. Que me receba como verdadeiro paulista, que vive e ama esta terra com todas as forças do coração, com o mais sincero devotamento e os mais arraigados sentimentos de afeto pela sua gente, as suas coisas e o seu chão.

A São Paulo de hoje é chamada de cidade desumana, de selva de pedras, amarga, gritante, conturbada, violenta e poluída.

Nada disso importa, por que acima de tudo — São Paulo — você é saudade!

Saudade imensa! Suave e imorredoura saudade!

Para mim — São Paulo — você continua sendo aquela mesma cidade de ontem, charmosa, morena e bela, cheia de dengos, del'cada, que sabia, como ninguém, envolver a sua vaidade, com muita sutileza, no imenso véu de prata da sua garoa fina.

Inesquecível garoa, que não existe mais!...

Garoa que enfeitava de branco as ruas e as avenidas. Garoa que deslizava brandamente sobre as águas dos rios que cortam a cidade. Garoa que disfarçava a simplicidade reinante no casario das favelas. Garoa que fazia carícia nos rostos e nos cabelos das pessoas que caminhavam despreocupadas pelas suas artérias...

A mesma carinhosa São Paulo das noites enluaradas, das serestas, do passaredo cantando bem no coração da cidade, no verde das árvores da Praça Ramos e na folhagem exuberante da Praça da República e do Largo do Arouche.

Aquela mesma São Paulo amorável, repleta de graça e de ternura, que exibia com muito orgulho a luxuriante primavera das suas rosas multicoloridas. Rosas que durante o ano inteiro enfeitavam e perfumavam o jardim da Praça Marechal Deodoro.

Você é ainda — e será sempre — a minha deslumbrante São Paulo/Saudade, acolhedora e amiga, que inspirou Paulo Bomfim — o seu poeta — a cantar assim:

“Dia que nasce do dia
Que o milagre faz nascer,
Manhã que veio da noite
Na alvura das velas pandas
E pôs a flor da saudade
Nos cabelos de Bartira!
Senhor da gente paulista!
Renasceis em vosso povo,
Sois vós que vindes de longe,
É vosso o chão que pisamos”.

14/09/1983

JOÃO AUGUSTO DE TOLEDO - Patrono

DISCURSO DE POSSE
ADÊRITO CALADO

Ao transpor os umbrais do mais antigo e tradicional sodalício de São Paulo, o fazemos com profunda reverência e humildade; reverência pelo respeito que ele nos infunde e, humildade, por nos considerarmos incapacitados para tanto, se não fosse o elevado espírito de generosidade dos prezados confrades que optaram pelo nosso nome ao aqui esperançosamente aportarmos, razão pela qual somos profundamente gratos.

Assim, vimos oferecer o melhor da nossa boa vontade na cooperação espontânea aos vossos empreendimentos e o entusiasmo confiante daquele que realmente acredita nos vossos alevantados e sublimes ideais, tudo fazendo em prol da difusão da nossa história, da preservação das nossas tradições e do aprimoramento da nossa cultura.

Ao ter que designar um nome para nosso Patrono, nós o fazemos na escolha do professor João Augusto de Toledo, emérito educador contemporâneo que representou aquela extraordinária plêiade de autênticos luminares na história da educação em São Paulo, nas décadas de 1920, 1930 e 1940 que muito se notabilizaram, tais como Sud Mennucci, Antonio d'Ávila, Lourenço Filho, Antonio de Almeida Júnior, Roldão Lopes de Barros, Fernando de Azevedo, Antonio Firmino Proença, Alfredo Gomes, João Lourenço Rodrigues, Antonio Sampaio Dória, além de outros mais.

Vamos então, em rápido bosquejo, dar uma pálida idéia da vida exemplar desse notável educador, cuja marcante personalidade influiu sobremaneira na nossa formação, motivo pelo qual, ao instituí-lo como nosso Patrono, desejamos, num gesto de perene gratidão, reverenciar a sua memória e enaltecer as importantes obras que legou para a posteridade.

DADOS BIOGRÁFICOS

Para levantamento desses dados sobre a vida e obra do nosso Patrono desejamos esclarecer que muito nos prevalecemos das informações, bastante úteis, transmitidas pelos seus filhos, ilustres médicos e catedráticos, Dr. Renato de Toledo e Dr. Ruy de Toledo, sendo que,

do primeiro, baseadas no seu testemunho pessoal e do segundo em um excelente resumo biográfico de sua autoria, publicado em Araraquara, em 1949, onde se acha radicado há muitos anos. A ambos, de público, apresentamos nossos especiais agradecimentos, ao ensejo em que nos desculpamos por qualquer omissão havida.

De uma prole de nove filhos que tivera o casal Augusto Corrêa de Toledo e D. Maria de Almeida Lima, nasceu João Augusto de Toledo, a 12 de maio de 1879, na cidade de Tietê, Estado de São Paulo, sendo os seus pais cultos, porém, de modestas condições econômicas.

Do nascimento à idade escolar, o então menino João Toledo passou no recesso do seu lar, sob os cuidados maternos, entre livros e ferramentas de marceneiro, pois que foi ele, nessa etapa, um aprendiz deste ofício, na sua tradicional e histórica cidade natal.

Anos mais tarde, já homem formado, ocupando posições relevantes, muito se orgulhava toda vez que se referia a este seu ofício.

Espírito aberto e penetrante, observador atento, conservou no seu coração, o exemplo edificante que fora sempre o apanágio dos seus pais. Estes, pelas demonstrações de respeito e amor recíproco, pela fiel observância das suas obrigações, pelo elevado espírito de humanismo, incutiram, no adolescente João Toledo, o respeito e a consideração pelo ser humano e, principalmente, o amor aos seus semelhantes, fatores primordiais estes que muito influíram na sua decidida vocação que desde logo o levou ao magistério.

Fazendo parte da segunda turma da antiga Escola Complementar de Itapetininga, formou-se em 1900, tendo feito todo curso com distinção e louvor.

Já em março de 1901, era nomeado adjunto do Grupo Escolar de Serra Negra e no mesmo ano, elevado ao cargo de diretor do referido estabelecimento, e isto quando contava apenas 21 anos de idade.

Foi nessa cidade e no mesmo colégio de ensino que veio, então, a conhecer aquela que seria sua esposa, D. Carmélia Lombardi, com quem se consorciou em 1904, tornando-se ela sua devotada companheira de todas as horas, fiel confidente e a real inspiradora de todas as suas ações, sendo que dessa união nasceram cinco filhos: Aimeé, Ruy, Lais, Wanda e Renato.

A 13 de abril de 1908 foi removido de Serra Negra para as funções de diretor do Grupo Escolar de Rio Claro.

Em 1912 fez, com raro brilhantismo, nesta Capital, os cursos de Pedagogia e Psicologia ministrados pelo eminente professor italiano Ugo Pizzoli, sendo que, em 1913, foi nomeado professor das cadeiras de Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Moral e Cívica da

Escola Normal de São Carlos, das quais se tornou lente vitalício em 10 de fevereiro de 1916.

Sobre Educação Moral e Cívica tivemos em mãos um excelente opúsculo preparado por ele em colaboração com o professor Carlos da Silveira, para mais amplo conhecimento e divulgação entre os seus alunos.

Foi na cidade de São Carlos que João de Toledo passou a fase áurea da sua existência, quando se deslumbrou o potencial da sua criatividade.

Estudioso e trabalhador incansável, levantava-se cedo, pela madrugada, para dedicar as primeiras horas da manhã aos seus estudos.

O ainda jovem João Toledo, por esse tempo já dominava inteiramente as línguas inglesa e francesa e possuía conhecimentos básicos do italiano e do espanhol. Com isso, o seu espírito, abrindo-se para a maturidade, apreendeu o movimento de renovação do ensino educacional que se processava com intensidade nos grandes centros da Europa e dos Estados Unidos, ou seja, com Claparède, Payot, Binet, Pestalozzi, Bagley, Mary Calkins, William James e outros mais.

Atestam alguns que ele foi, em nosso meio, um dos primeiros, senão o primeiro a falar de John Dewey e a por em prática alguns dos avançados "*Pareceres*" que Ruy Barbosa ofereceu à Câmara dos Deputados, em nome da Comissão de Instrução Pública, sobre a Reforma do Ministério Leônício de Carvalho, que, infelizmente, na ocasião deixou de ter força de lei, em virtude da vacilante mão de D. Pedro II.

Conforme testemunha o nosso ilustre confrade, da Academia Cristã de Letras, Francisco Cimino, era o então corpo docente da Escola Normal de São Carlos, um autêntico cenáculo de espíritos jovens, entusiastas e brilhantes. Aí, desenvolveu e aprimorou ele a sua cultura especializada, humanística e literária; e foi onde consolidou as bases de amizades que o acompanharam pelo resto da sua existência, destacando-se entre outros, Carlos da Silveira, genealogista e historiador; Mariano de Oliveira, humanista e Antonio Firmino Proença, pedagogo.

Dessa época, quando contava com trinta anos de idade, mais ou menos, é que datam os seus primeiros estudos sobre literatura e história.

Podemos citar como sendo estes os autores que mais influência exerceram na cultura e no espírito de João Toledo: Plutarco, Carlyle, Renan e Taine. Admirador de Shakespeare, Maeterlink e Flaubert, manifestava incontido entusiasmo por Anatole France e Pierre Loti.

Dentre os autores brasileiros, foi um estudioso consciente das obras de Ruy Barbosa, Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Pandiá Calógeras, Gilberto Freyre e Euclides da Cunha.

Tinha particular preferência pelo admirável Eça de Queiroz, considerando "A Cidade e as Serras", como seu melhor trabalho. Também apreciava muito Alexandre Herculano, principalmente "Eurico". Ao seu espírito assaz sensível causou uma impressão angustiosa e indelével a leitura de Dostoievski, Gorki e Tolstoi.

Assim, por quase nove anos consecutivos permaneceu em São Carlos, quando, por decreto de 31 de janeiro de 1921, foi removido para a Escola Normal de Campinas, nomeado em comissão como diretor desse estabelecimento e designado para reger a cadeira de Prática Pedagógica. Em 1924, foi promovido a Inspetor Geral do Ensino do Estado de São Paulo, quando se transferiu para esta capital. E em 1930, foi nomeado como Assistente Técnico do Ensino Normal em São Paulo.

Em 26 de maio de 1932, a sua carreira de insigne educador atingiu o auge, ao ser convocado para exercer as elevadas funções de Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo, no então governo de Pedro de Toledo, onde, infelizmente, permaneceu por pouco mais de quatro meses, ou seja, até outubro do mesmo ano, em virtude do desfecho da revolução paulista.

Aqui, permitam-nos abrir um parêntese, para tornar público fato que demonstra o quanto ele se achava perfeitamente integrado com os problemas do ensino, que, praticamente, era o seu dia a dia e, sobretudo, revela o homem providencial que sempre fora.

Segundo nos confidenciou nessa ocasião, logo depois de assumir oficialmente a referida nova função, seu primeiro ato foi imediatamente estabelecer um Novo Programa de Ensino, mais condizente com a época, o que realmente o fez baseado em trabalho seu de há muito preparado, que previamente conservava guardado para ser apresentado em qualquer ocasião em que fosse solicitado. Este programa, preenchia cabalmente as deficiências até então havidas no ensino daqueles dias, isto pelo vivo interesse despertado e pela unânime aprovação com que foi recebido pelo magistério.

Depois da sua renúncia, em outubro de 1932 e até maio de 1935, atua como Assistente da 9ª cadeira da Escola Normal da Praça da República, quando então se afasta para entrar em gozo de justa e merecida aposentadoria, após 35 anos de serviços ininterruptos de um magistério profícuo, eficiente, salutar e inteiramente consagrado ao serviço da Instrução Pública do seu Estado natal.

Durante a sua carreira no magistério, participou, na qualidade de relator, das IV e V Conferências Nacionais de Educação, a convite dos seus respectivos presidentes, os renomados educadores, Belisário Pena e Fernando Magalhães, conferências estas promovidas pela Associação Brasileira de Educação sob os auspícios do governo federal.

Acresce notar que por diversas vezes, convidado para dirigir a Instrução Pública em outros Estados, renunciou sempre às vantagens materiais e às honorárias do cargo, para melhor servir, aqui, em São Paulo, não se afastando do ambiente onde muito se empenhava com o firme propósito de aperfeiçoar principalmente o ensino normal, esmerando destarte os cursos primários.

Em 1928, quis o destino que, pelas mãos de um dos seus saudosos diretores, Dr. José Cássio de Macedo Soares, fosse solicitado a dirigir o Instituto D. Ana Rosa, ao qual dedicou o melhor dos seus esforços, redobrando-os ainda mais depois da sua aposentadoria em 1935. Essa instituição dirigiu-a com rara visão administrativa e abnegada dedicação, por 13 anos consecutivos, isto é, de 1928 até 1941, quando veio a falecer na madrugada de 21 de dezembro desse mesmo ano, com 62 anos de idade, rodeado do carinho dos seus familiares, parentes e amigos. O seu desaparecimento consternou a todos, professores, alunos, ex-alunos, admiradores e quantos com ele conviveram e colaboraram na constante tarefa de aprimoramento da Instrução Pública.

O professor João Toledo foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como sócio assistente, em 20-09-1934 e tomou posse a 20-10-34. Eleito sócio efetivo em 05-03-1936. Como secretário geral, foi empossado em 05-05-1938, cargo que ocupou por três anos, ou seja, até a data do seu falecimento. E, por eleição póstuma, tornou-se sócio honorário em 05-03-1942.

Após a sua morte, por decreto de 24 de dezembro de 1941, assinado pelo então interventor em São Paulo, Fernando Costa, sendo titular da Secretaria da Educação e Saúde, José Rodrigues Alves Sobrinho, foi dado ao Grupo Escolar de Cerquilha, então, Distrito de Tietê, o nome do inolvidável professor João Toledo, num reconhecimento oficial por parte do governo, pelos seus relevantes serviços prestados ao Estado.

SUAS OBRAS

A sua bagagem literária, embora não muito extensa, — pois, em vida, mais lecionou, orientou, planejou, — prima pela sua esplêndida qualidade e compreende obras de caráter literário e pedagógico, cujo interesse motivou, de todas elas, várias e sucessivas edições.

De cunho puramente pedagógico e psicológico destacam-se os seguintes trabalhos referentes à sua atividade como educador:

“Crescimento Mental”, editada em 1925. Trata-se de uma exposição analítica da psico-pedagogia para uso dos alunos das escolas normais e dos professores do curso primário. No gênero, e na época, foi um lançamento pioneiro no Brasil. Segundo comentário do professor Antonio d’Ávila, os estudantes do curso normal, ao tempo em que ela foi publicada, 1925, não tinham ainda obra nossa, pela qual pudessem

penetrar no campo dos estudos psicológicos. Estudava-se por autores estrangeiros no original e, às vezes, em algumas das raras traduções existentes. E fontes de conhecimento do assunto, eram, dentre outros, William James, Jules Payot, Compayré. Daí a importância e a oportunidade do "Crescimento Mental". Obra de síntese feliz, de muita leitura e estudo, bem planejada, desdobrava diante do aluno o quadro geral da vida psíquica em seus aspectos mental, emocional, evolutivo, com muita clareza de exposição, numa linguagem límpida e elegante, atraente e persuasiva.

"*Escola Brasileira*", publicada em 1925. Desenvolvimento do programa de pedagogia em vigor na época, nas Escolas Normais do país. Inspirava-se nas necessidades imperativas da educação nacional, dentro dos seus próprios sistemas e ambiente. E, por isso mesmo, tratava-se de um trabalho original, situando nossa escola no panorama da realidade brasileira. Era um livro de que se sentia falta, uma vez que, em se tratando dessa instituição educativa, os nossos estudiosos da educação se voltavam, sistematicamente, para escolas de outros países, estudando a escola francesa, belga, alemã, suíça, inglesa, italiana, e norte-americana. Pensava-se aqui como pensava Pestalozzi há um século, como pensavam Herbart, Froebel, Decroly, Horace Mann, Montessori, Demolins e outros consagrados vultos da educação mundial. Contudo, "*Escola Brasileira*" voltou nossas vistas para a realidade nacional, para os problemas do nosso meio e de nossa formação, para as características próprias do nosso mestre e do nosso aluno. Falou de nossos ideais, da nossa formação histórica, de nossos homens e das nossas necessidades. Neste importante trabalho, além de suas qualidades latentes de pedagogo, revelou-se um profundo adepto de Durkheim ao, também, demonstrar o assunto, sob o ponto de vista sociológico.

A respeito da atuação de João Toledo, quer nesta sua obra como na de "*Crescimento Mental*" e "*Sombras que Vivem*", o notável educador e sociólogo Fernando de Azevedo assim se expressou em magistral página de crítica literária:

"Entre as poucas obras que, nessa literatura geralmente acanhada e de feição mercantil, surgem como palhetas de ouro num acervo de escórias, figuram sem deslustres as do sr. João Toledo que, apesar de professor feito por si mesmo, traz essa raridade, entre os de sua classe, de ser um espírito liberal, culto e livre de preconceitos. De suas convicções doutrinárias, como de sua tolerante moderação, já tinha eu conhecimento pelo ambiente de expectativa confiante que em torno dele se fizera, quando, professor em Campinas, trabalhava com independência e desinteresse, no preparo dos seus livros. Prático e idealista a um tempo, — mas de um idealismo moderado em cuja asa poderá pesar, tolhendo-lhe os vôos largos, o chumbo das preocupações práticas até o empirismo, — soube, pela devoção ao trabalho, vencer as resistências do meio e cativar,

com seu trato maleável, os espíritos independentes sem se deixar dobrar à influência pertinaz das más vontades.

“Sobre o escritor ponderado, atraído para as questões do ensino, mal se esconde o patriota amável, cujo sentimento se manifesta no culto pelas coisas nacionais e na paixão cívica de que alimentou, transmitindo-lhe um pouco de sua chama ardente, o primeiro livro “*Sombras que Vivem*” destinado à leitura dos meninos e adolescentes.”

.....

“Escrito em linguagem polida, de vernaculidade sadia, embora num estilo laborioso e não raro empolado, encerra esse livro (e aí está a sua verdadeira utilidade) uma riqueza condensada de dados da história e de notações curiosas sobre os costumes nacionais que, escolhidos com tato, dispensam ao professor o trabalho de longas pesquisas no domínio dos fatos e das tradições.

“Mas a sua obra de maior vulto é a que arquitetou, lançando-lhe por base o “*Crescimento Mental*”, como corpo de construção a “*Escola Brasileira*” e que está à espera do remate que lhe porá a mão do mestre.”

.....

“Esses três livros (...) visam (...) penetrar três mundos encantadores: o da alma das crianças, pela psicologia; o da escola, baseada na ciência da educação e em correspondência com as necessidades do meio e com os ideais brasileiros; e enfim o do ensino, pelo domínio da didática.”

“*Didática*”, editada em 1930. Com uma exposição doutrinária baseada nas condições das nossas escolas naqueles tempos, explicava como ensinar as matérias do curso primário, através de ilustrações e de planos que esclareciam os processos recomendados.

Deixou João Toledo nessa sua obra a essência de uma concepção do ensino e educação sobre matérias de ensino, e respectivo tratamento metodológico, assentadas em sólidas bases psico-pedagógicas.

Não era trabalho de um inovador ou de um ardoroso adepto das novas técnicas de ensino, então impostas pela escola de Alfredo M. Aguayo, com novos rumos e novas perspectivas no trabalho da classe, lições globalizadas, centros de interesses, projetos, unidades de trabalho.

Era a sua, uma didática afeita aos moldes tradicionais, conservadores, com a seriação das matérias do currículo, sua finalidade, seu ensino, ordem no estudo, orientação, planos de lições, fases do adestramento.

“*Planos de Lição*” — 1934. Complemento à “*Didática*” — estudo do processo de globalização das noções comuns. Séries de planos para desenvolvimento das lições e material que constitui o conteúdo de cada um dos círculos de noções referentes às grandes funções da vida vegetativa e da vida social. A propósito, ouçamos novamente o interessante depoimento do professor Antonio d’Ávila, quando assistente da cadeira de Metodologia do Ensino Primário do Instituto de Educação, entre 1933 a 1937:

“O livro é de 1934. E bem de manhã, trazia o mestre laudas e laudas da obra que vinha preparando, cujas lições foram depois ilustradas por sua filha Aimeé.

Trabalhador infatigável, Toledo vinha elaborando uma enciclopédia de conhecimentos, lições de coisas para uso da escola primária. E quem como nós acompanhou a sua pesquisa dos assuntos ali compendiados e lê hoje atentamente o volume de “*Planos de Lição*”, compreenderá a ingente tarefa que ele representa com seus 362 verbetes e mais centenas de sub-verbetes, reduzidos e apanhados suficientes para boas lições.

Obra de paciente rebusca, confronto, síntese, indicando o essencial de cada tema, prestou e ainda presta bons serviços a nossa escola elementar.

Em linguagem clara, precisa, nos “*Planos de Lição*” encontra o professor iniciante ou experimentado, o essencial de cada assunto de noções comuns, a ser desenvolvido depois ao gosto e perícia dos docentes, ampliando-o, ajudando-o com cartazes, gravuras e mais elementos elucidativos”.

“*Sombras que Vivem*” — Para alguns, esta obra, que saiu a público pela primeira vez em 1923, representa o marco inicial da sua carreira literária, cuja consagração foi coroada por sucessivas edições que, em 1937, chegavam a sete, com milhares e milhares de exemplares, divulgados pelo Brasil inteiro, tornando-se livro de leitura obrigatória em vários estabelecimentos de ensino, tanto particulares como do Estado. Era ela uma das obras mais festejadas do seu autor, dedicada exclusivamente à juventude brasileira, pelo seu acendrado espírito nacionalista, e por ser contrária até então às que eram editadas aqui sob a influência européia, bem longe da nossa realidade.

Desse livro, eis o que disse, em palavras repassadas de entusiasmo, o eminente educador Sud Mennucci de quem era amigo e admirador:

“E saio da leitura verdadeiramente empolgado e emocionado.

Fique em primeiro lugar registrado que não pretendeste fazer uma “*História do Brasil*”, uma epítome ou um compêndio.

Quiseste e escreveste uma história do Brasil como a sentes, no indeciso vozear das coisas do passado, através do teu temperamento. Puseste nela os teus nervos, os teus desejos, o teu espírito, a tua alma, os teus sentidos.

“Gizaste-lhe um plano de sociólogo, que é como quem diz de psicólogo da história e reuniste, em síntese feliz, fatos verídicos, episódios empolgantes, suaves legendas e narrativas trágicas.

“E, então, com a compreensão lúcida de que o Brasil é um país a que falta antes de tudo, conhecer-se a si mesmo, quiseste mostrar os quadros que nossa história revela em suas mais variadas regiões (esta formidável gleba territorial que um milagre etnográfico conservou intacto quando a gleba vizinha hispano-americana se fragmentou em nove repúblicas), e dentro desse quadro gravaste, em páginas de água-forte, os tipos locais que as habitam e as tornam fecundas,”

Prossegue ainda Sud Mennucci:

“... essa nova orientação constitui uma revolução nos métodos de ensino.”

A respeito do estilo da obra, acrescenta:

“E teu estilo vai admiravelmente ao assunto: emotivo e suave, é sempre vibrante, pela instintiva simpatia com que trata as narrativas e, alteando-se aos episódios trágicos ou baixando-se às cenas da vida ordinária, não perde nunca aquela sobriedade que distingue um escritor honesto dos escribas vulgares desprovidos congêntos do senso da medida e das proporções.

“Estilo mais de orador e poeta, que de apreciador sereno e impassível da História.”

“*São Paulo*” - *Variações sobre motivos da História Paulista* - Editada em 1939, esta foi a última obra literária de sua autoria, que o consagrou definitivamente como notável escritor, poeta e historiador, pelo carinho com que ela foi criada e pelo seu espírito de historiador criterioso e honesto. Ela representa um hino de glória ao seu Estado natal, um canto triunfal à extraordinária epopéia dos bandeirantes. Ao escrevê-la, João Toledo, havia atingido a plenitude do seu estilo claro, castiço, escorreito, moderado na sua adjetivação e com o domínio absoluto das melhores fontes de nossa história.

“*São Paulo*” praticamente a vimos nascer, toda ela escrita em laudas de papel branco, estreitas e compridas, a gosto do seu Autor, com aquela caligrafia meio inclinada para a direita, com talhe firme, cheia, enérgica, de uma elegância sóbria em suas linhas, separando bem

as letras, distinguindo-se, com isso, seu espírito clarividente, aberto, franco e leal.

Não quis deixar-nos sem uma obra que evidenciasse, mais uma vez a sua paixão ardente pelos nossos grandes vultos. E com essa paixão sublimou-se a sua pena, que nesse livro aparece vestida por uma expressão romântica e poética, plena de inspirados símbolos, de ornamentos, tocada de pensamentos evocativos uns e sentimentais outros.

Assim, desde o alvorecer de São Paulo aos idos da Revolução de 1932, desenvolve-se a nossa história, nos seus lances capitais, bem arquetetados, entre fatos verídicos, lendas e mitos.

Vestiu a expressão de toques delicados de renda, aquecida pela emoção despertada ao sabor de narrativas assaz atraentes e encantadoras.

Fabulação rica de imagens interessantes, evocando a vida de outrora, as suas figuras lendárias e a trama do viver social e político do nosso povo.

Transcrevemos aqui a apreciação desse trabalho feita pelo seu amigo pessoal de longos anos, Jerônimo Aquino, professor de português da Escola Normal de Guaratinguetá:

“Li-o com a atenção e o cuidado a que ele, por todos os títulos, se me impunha. E devo dizer, antes de mais nada, que a impressão produzida em mim por essa leitura me comprova amplamente o que, sobre o livro, o senhor me havia dito em carta: — “Escrevi-o com grande carinho, desejoso de fazer obra boa”. Segundo penso, não saiu somente obra boa, mas obra ótima saiu. Em todos os capítulos se percebe que a alma inteira do autor andou por aí a derramar-se, arrebatada pelo amor à terra paulista; dominada pela ânsia de a situar na sua devida altura, perante a história, e empenhada em realçar, com justiça, todos os que têm cooperado para a prosperidade dela.

“Se eu tivesse de por em relevo esta ou aquela parte do “*São Paulo*”, não me esqueceria jamais o que se escreveu sobre a *Mãe Preta e o Pagem Negro*, sobre *Feijó e Badaró*; não me esqueceria a surpreendente delicadeza da *Sonata para Moças*, nem tão pouco, a grandiosidade da *Marcha Triunfal*, que, *finis coronat opus* — fecha com admirável chave de ouro o seu mavioso, sugestivo e empolgante poema.”

Sob o ponto de vista literário, a sua obra prima, realmente é “*São Paulo*”, onde ele próprio confessa, procurou dar tudo de si.

Nela sente-se ainda o pulsar do seu coração ardente, o vibrar da sua alma de paulista que acredita na força criativa da sua capacidade realizadora. E também ouve-se perfeitamente o passar ora rápido, ora

vigoroso, porém sempre firme e enérgico, da sua inspirada pena, fluindo no papel o caudal da sua imaginação exuberante, as frases cantantes de emoção viva e palpitante.

Como um atestado incontestado do que acabamos de afirmar, apresentamos dois pequenos trechos excertos ao acaso dessa jóia literária que é “*São Paulo*”, sendo que no primeiro transparece a sua alma de poeta e no segundo, a convicção da sua veemência:

AVE - MARIAS

“D'lém, b'lém, d'lém... Ave-Marias, últimas badaladas da tarde. Enchem os ares sons macios de bronze. Retalhos tênues de crepe amarrotam-se no alto e descem lentamente sobre a terra. A quietude e o silêncio começam. Roceiros e operários recolhem-se a seu lares. Cessa, para muitos, a vida áspera do dia. Ferramentas encostam-se pelos cantos. Braços e pernas fatigados distendem-se e entram em repouso. Rodeiam as moradias animais domésticos, de cabeça baixa, como a pensar. O olhar do homem, incerto, sem destino, arrasta-se pelas nuvens de chumbo rendadas de ouro, inda no ocaso. E as recordações invadem-lhe o espírito. É a hora do recolhimento. Ninguém fica onde está, a alma se desloca no tempo, para trás ou para diante; ao mundo que se foi ou ao mundo que há de vir. Se retorna, vai nas asas da saudade; se avança, veleja ao sopro da esperança. Os anseios do moço preferem gozar promessas imaginárias do destino; as cismas do velho procuram reviver alegrias já gozadas. Um avança, outro recua. Aquele que avança vê cenários mais belos e imagens mais vivas; o que recua mergulha-se nas meditações e suspende-se entre a mágoa e o conforto em enlevo indeciso, em bem-estar agridoce, cheio de atração.

“A hora é dos enleios. Tudo, arrebóis longínquos esmaecentes, marinhas desfazendo-se nas sombras, vales e montes afundando-se no escuro, tudo é evocativo, tudo fala a linguagem que só o coração sabe entender. É o passado inteiro da espécie, em suas lutas, seus reveses, suas vitórias, diluído na voz do sino e no palor do céu, que se filtra através do crepúsculo e nos alaga o sentimento. As apreensões do troglodita, quando a noite cobria a porta da caverna; a angústia dos anciãos e das mulheres, quando os válidos da tribo primitiva partiam para a guerra; a fome e o frio nos desertos de areia ou de gelo, mais crus e mais pungentes, quando os olhos se fecham para ver na imaginação, — tudo o que o homem sofreu em milênios lançou nos descendentes um sedimento de terror e de tristeza, que varou os séculos, para emergir agora do seu inconsciente, em vaga melancolia, quando o sol se vai e a lua

tarda a aparecer. Não é sem causa a festa álaure das madrugadas; nem é de hoje o recolhimento opressivo ao anoitecer: alegrias que a luz vivifica, e temores que as trevas incubam. . . D'lém, b'lém, d'lém."

BAIRRISMO

"O exagêro do bairrismo paulista é uma lenda, lenda criada ao vôo de impressões, lenda que os fatos destroem. Côncios, embora, do seu valor, não recusaram dantes, nossos avós, nem hoje recusam nossos irmãos, a ajuda material e mental a filhos de outras terras. Não recusaram: — lembre-se, para prova, aqueles que São Paulo republicano elevou aos mais altos postos de sua administração; lembrem-se outros, de outros Estados por ele apoiados, com alma, na suprema investidura nacional, e há de sentir-se, por parte de sua gente, o ânimo acolhedor de merecimentos, em justa medida, venham eles de onde vierem. E nem recusam: — ainda agora, diante de nossos olhos, às centenas, rebentos aqui nascidos de dez povos diversos, vicejam no exercício de altas funções públicas, acatados com respeito e estimados com civismo. Outros tantos, em profissões liberais, têm as preferências populares, sem provocar dissídios, sem acordar inveja sequer. Bastam-lhes cultura e honestidade no desempenho de seus cargos, apego às nossas instituições mais caras, esforço legítimo em favor das melhorias que procuramos, para que estes atributos, mais que tudo, os façam paulistas. Irmanados com os que provêm de troncos tradicionais, em um destino comum de trabalho e de luta, todos se empenham pela realização de ideais que todos, com o mesmo ardor, acalentam. Onde o exagero bairrista?"

.....

"Se bairrismo é isolamento de alma, para vivermos só com irmãos, na posse e no gozo de bens que a natureza e o trabalho criam; se é a elevação de nós mesmos, da nossa gente e de tudo o que nos pertence a nível superior ao de outros que vivem fora de sua órbita territorial; se é tolerância cega para os de casa e exigência impertinente para estranhos — São Paulo não é bairrista, porque sente bondade nos outros, não repele os que são dignos, cultua a justiça. Mas, se por bairrismo se entendem a alegria de haveremos nascido sob este ou aquele céu tutelar; o desejo de fazermos cada vez mais bela e próspera a terra do nosso berço; a repulsa constante a intromissões indébitas nas coisas do nosso interesse particular; o apego enamorado à natureza, aos avós, aos irmãos no sangue, ha! neste caso, São Paulo é bairrista, apaixonadamente bairrista, de um bairrismo feroz.

Assim, nestes moldes, qual das circunscrições do país não o será também, com honra para si, e com os louvores das outras?"

... e "*São Paulo*" é todo assim, uma rica jóia de fino lavor, digna de figurar numa antologia nacional.

Há também um trabalho seu "*Pioneiros do Ensino Primário*", com apresentação feita pelo escritor e jornalista Léo Vaz.

Em parceria com Erasmo Braga traduziu "*Aprender a Ensinar*" de Sheridon e White.

Havia ainda, em preparo, mais uma outra obra sua "*Manhãs do Homem*", que seria uma iniciação primária para o estudo dos problemas sociais.

Sem alardear conhecimentos de sociologia, foi realmente um sociólogo no vasto campo da educação, pois a visão social representava para ele o primordial interesse do ensino.

Finalmente, há uma variedade enorme de trabalhos seus completamente dispersos, pois que colaborou muito em várias revistas especializadas e outras do país, além de conferências e palestras proferidas em estações de rádio, tanto desta capital como do interior.

Outrossim, participou de importantes reformas de ensino, tendo em vista que, pelas suas obras pioneiras, de caráter psico-pedagógico e pelos reflexos da sua atuação ativa, dinâmica, avançada, revolucionou os métodos de ensino, até então obsoletos e realmente inadequados ao nosso país, enquadrando-os dentro dos princípios da sociologia, cuja ciência já começava a se vislumbrar nas escolas daqueles tempos.

Poeta

Diante da larga esteira de poetas que, no geral, existem pelo nosso magistério, João Toledo pode incluir-se nesse rol, por muitos desconhecido, mas que sabia versejar com delicadas produções de sua lavra, esparsas por inúmeros álbuns de algumas normalistas, como estes que vamos apresentar datados de 1919, que revelam o mesmo amigo, terno, acolhedor que sempre fora.

Assim, outra vez, testemunha o professor Antonio D'Ávila:

"Tivemos a ventura de conhecer algumas dessas produções poéticas, em que Toledo se revela o mesmo delicado espírito.

Muitas de suas poesias andarão por aí no relicário de suas antigas alunas. Para mostrar a delicadeza do seu estro, aqui reproduzimos duas dessas composições que costumava deixar em livros de lembranças de suas discipulas:

“Silêncio — dias tristes, noites frias,
Vão-se as aves embora.
Passa-se o inverno, e as aves fugidias,
Cantando à luz da aurora,
Enchem de novo a terra de alegrias.
Partem, ficamos sós; e quem as há-de
Aqui substituir?
Outros vão... outros vêm... mas a saudade
Dos que vimos partir
Mais e mais, como fel, noss'alma invade.”

E mais esta outra, de uma singeleza sem par:

“Luz no céu uma estrela; a terra escura
Diz ela é fria, é triste.
E nas trevas, andamos à procura
De um bem que não existe.
Essa estrela é a esperança, a terra escura
Seria a vida triste...
Não indagues, diz ela se a ventura
É bem que acaso existe.
Esta vida é um prazer, nunca foi triste,
Nem fria, nem escura,
Porque a esperança é bem que sempre existe,
É sol que sempre dura.”

Orador

João Toledo era dotado de palavra fácil, fluente, vibrante, cheia de calor, o suficiente para torná-lo um autêntico orador, capaz de prender e emocionar um auditório inteiro.

Possuía um acento característico da fala da região sulina, do Estado de São Paulo, escandindo as sílabas com cuidadosa dicção, para que fossem perfeitamente ouvidas — como sói acontecer com os pro-

fessores no exercício da sua função, — discorria a respeito de temas históricos, de educação, sociais e didáticos com abundância de imagens e delicadas nuances de pensamento.

Lendo ou falando de improviso, era sempre o mesmo fidalgo no se expressar e na sua personalidade austera, reservada e comedida, às vezes, tímida até.

Suas palavras corretas e precisas, das quais se ouviam as terminações claras, enlaçavam-se em pensamentos elevados, num tom de quase pregação evangélica.

Emanavam de suas expressões, de ordinário, indicações, diretrizes e advertências para a ação humana, quer no sentido social, quer no campo escolar, porém, sempre tocadas de emoção ao referir-se ao mestre ou ao homem comunitário, aos jovens, crianças e adultos.

Pode-se afirmar que a tônica da palavra desse orador nato, ornada sempre de floreios de estilo, era o próprio Brasil, o nosso homem, nossa história, nossos ideais.

De improviso era também capaz de discursar em inglês ou francês, tal o domínio que possuía dessas línguas.

Instituto D. Ana Rosa

Como diretor do Instituto D. Ana Rosa, casa destinada ao abrigo de menores carentes, foi de uma atividade constante e assaz meritória, aparelhando-a dentro das suas possibilidades financeiras, do que havia de mais atualizado para o aperfeiçoamento do seu aprendizado, a fim de torná-la, como realmente foi, uma escola profissional das mais modernas, que primava pela excelente qualidade dos seus trabalhos executados que eram por simples meninos aprendizes. Foi aí que ele aplicou, com sabedoria extraordinária e notável tirocínio, as suas qualidades de perfeito administrador.

Foram treze anos de trabalho incessante e de dedicação abnegada, cujos frutos estão hoje representados por centenas e centenas de alunos que por ali passaram e que atualmente ocupam posição de relevo no nosso campo social, econômico, financeiro e industrial, bem como na magistratura e nas classes armadas, e que jamais esqueceram o nome do saudoso professor João Toledo, conservando-o com profundo reconhecimento e gratidão dentro dos seus corações e honrando-se de terem sido seus alunos no Instituto D. Ana Rosa, ainda hoje tradicional casa de ensino, com quase 110 anos de existência, mantida que é pela Associação “Barão de Souza Queiroz” de Proteção à Infância e à Juventude, desde 1875, como orgulho da iniciativa privada mais antiga do Brasil.

A ação de João Toledo como administrador prático se desenvolveu quando ainda não havia entre nós, cursos técnicos de administração escolar.

Estabeleceu novo Regimento Interno, dentro das diretrizes de educação então vigentes. Ampliou e modernizou o ensino escolar e profissional. Criou uma Escola Complementar e outra de Datilografia. Até a própria alimentação dos alunos, sob sua orientação, mereceu especiais cuidados dietéticos e nutricionais.

Calmamente, prudente, culto, dono de uma larga visão, impunha-se pelo seu saber e inteligência das mais raras e privilegiadas.

O sucesso e o conceito que então desfrutava o Instituto D. Ana Rosa, foi como que uma coroação aos seus reais méritos de educador e administrador, cujo espírito eminentemente liberal, tornava submisso todos os que com ele trabalhavam.

Quando se fala, hoje, nos avançados métodos pedagógicos de “liberdade sem medo”, de “liberdade sem excesso” e de “educação livre”, o Instituto D. Ana Rosa, já naquela época, há 50 anos atrás, se destacava pelas suas arrojadas diretrizes e regulamentos disciplinares, pelos quais o aluno era livre. Livre na escolha da sua profissão, livre na sua conduta, livre na sua opinião, desde que estas liberdades não ferissem os princípios básicos da moral e dos bons costumes.

A liberdade de um ia até onde começava a de outrém, respondendo cada qual pelos seus próprios atos e atitudes. Coroando todas essas virtudes capitais existia um respeito mútuo entre alunos e superiores, distinguindo-se por um tratamento humano e de absoluta igualdade, com o objetivo de tornar os educandos mais sociáveis e comunicativos.

Não havia tempo ocioso. Todas as horas eram perfeitamente preenchidas por alguma atividade proveitosa e instrutiva, que compreendia as obrigações escolares, as tarefas profissionais e recreativas, com o aprendizado da música, desenho, modelagem e leitura. Alunos havia que ainda estudavam à noite, em cursos superiores, do Liceu Nacional Rio Branco e Escola de Comércio Álvares Penteado, a expensas do próprio Instituto D. Ana Rosa.

Assim, essas gerações, criadas dentro de tais moldes educacionais, não tinham tempo para se sentirem complexadas e nem deprimidas, embora desafortunadas e menos favorecidas.

Alguns eram realmente desamparados e quase órfãos, porém, uns e outros, tinham plena consciência da importância do seu trabalho dentro da comunidade em que viviam e conseqüentemente dentro da própria sociedade. E por isso, não havia ódio e nem rancor, mas sim, paz, amor e trabalho. Sabiam, através dos seus admiráveis perceptores, que se se conduzissem bem, estariam fadados ao mais franco sucesso, em qualquer campo de atividade honesta em que ingressassem.

O importante na vida não é ser, nem ter e nem parecer. O importante é fazer, é criar, é construir, é lutar, é trabalhar!

Nessa abnegada instituição, pois, deu largas ao seu gênio criativo e empreendedor que juntamente com o espírito de humanismo e solidário com os infelizes da sorte, refundiu, de alto a baixo, o sistema educacional e a assistência material e moral aos menores desvalidos, transformando o referido colégio em modelo aos demais abrigos no gênero.

Assim, em 1937, quando o embaixador José Carlos de Macedo Soares, como Ministro da Justiça, se alarmou com o crescente número de menores abandonados e de crianças marginalizadas que proliferavam nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, procurou encarar o problema de frente, como era do seu próprio feitio nas ocasiões decisivas.

Para tanto, tomou a iniciativa de providenciar um planejamento geral para o estudo da instalação, na Ilha do Governador, de uma Cidade dos Meninos, nos moldes mais ou menos da então existente Cidade das Meninas, que se achava sob os cuidados especiais de D. Darci Vargas, a primeira dama do país naquela época.

Nessa cidade os meninos receberiam educação suplementar para a iniciação da vida prática, compreendendo, além do curso primário e complementar, também o aprendizado de um ofício, como marceneiro, carpinteiro, tipógrafo, impressor, encadernador, serralheiro, alfaiate e sapateiro. Isto porque, entendia o embaixador José Carlos de Macedo Soares, — e sempre o entendeu o professor João Toledo, — que o ensino profissional é, em matéria de educação, o principal dever do Estado.

Conhecedor então que já era do trabalho eficiente desenvolvido por João Toledo na direção do Instituto D. Ana Rosa, imediatamente o embaixador convocou-o para fazer parte integrante de uma comissão de magistrados, a fim de elaborar tal plano. E como modelo do ensino profissionalizante foi tomada a organização plasmada por João Toledo naquele colégio.

Infelizmente, com o pedido de demissão do embaixador do Ministério da Justiça, quando da implantação do Estado Novo, a 10 de novembro de 1937, tudo não passou de mero projeto.

Assim, a sua atuação frente ao Instituto D. Ana Rosa, mereceu dele um carinho muito especial e uma dedicação extraordinária, até a data em que a morte veio arrebatá-lo do mundo dos vivos, isto é, a 21 de dezembro de 1941, causando ela profunda consternação a todos os componentes daquela tradicional casa de ensino que muito o estimavam e respeitosa e amavam.

Perfil

João Toledo foi um homem bom, exemplar, puro, na acepção da palavra, cuja vida inteira dedicou-se à família e ao magistério que tão apaixonadamente abraçara.

Fez do trabalho sua ocupação principal e do estudo a sua razão de ser.

Tinha como princípio básico que “o cumprimento do dever não autoriza glórias nem sequer simples elogios”.

Distinguia-se pela extrema simplicidade e modéstia, cujas qualidades realçavam ainda mais o esplendor do seu caráter diamantino.

Pois, a simplicidade é o paradigma da verdade e, como bem diz, La Bruyère:

“A modéstia é para o mérito, o que as sombras são para as figuras de um quadro: dão-lhes forma e relevo”. (Os Caracteres).

Possuía uma alma plena de sensibilidade que admirava as coisas belas da vida e que também se confrangia com o sofrimento e a dor dos seus semelhantes. Dedicava uma atenção e um desvelado carinho aos necessitados, jamais deixando de atendê-los sempre que procurado, dando-lhes uma palavra amiga de conforto e estímulo.

No dizer do prof. José de Oliveira Orlandi, a formação professoral de João Toledo, o seu acentuado feitio de educador, impediu que fosse um homem de combate, pois nele transparecia sempre o mestre. Porém, o mestre que revoluciona, desassombrado, de visão larga e de afirmativas ousadas dos pioneiros.

Tinha o temperamento suave do sacerdote. Orientava sem castigar, persuadia sem impor. Era firme e sereno em suas decisões. Sobresaiu-se pela sua inteligência rara, viva, arguta e fulgurante.

Foi um educador por excelência, que remodelou completamente o sistema de ensino e os métodos educacionais de São Paulo e conseqüentemente do Brasil, adaptando-os à orientação pedagógica mais atual e condizente com os sistemas avançados. Ampliou o ensino em geral. Entre outros, e conforme as exigências da época, criou novos cursos, além dos já existentes.

No conceito de Benedito Pires de Almeida, João Toledo foi um dos mais fulgurantes espíritos da moderna ciência do ensino, saiu da escola da roça, galgou todos os degraus da carreira até as culminâncias da Diretoria Geral do Ensino, que tanto dignificou. Firmou renome de historiador e escritor, sendo respeitado e acatado pelas expressões máximas das letras pátrias.

A vocação de educador é um privilégio de raras pessoas, pois que se trata de um verdadeiro sacerdócio, jamais uma conquista do esforço, da boa vontade ou da persistência. É uma sentença do destino, ou melhor, é um dom emanado de Deus!

A programação de suas aulas, como acontecia em tudo que lhe estava afeto, distinguia-se pela mais perfeita metodização, realizada que era dentro dos avançados padrões pedagógicos

Da sua personalidade e dos seus gestos emanava sempre, por princípio, o educador, que em tudo estava a ensinar, a orientar, a fazer as coisas por um mundo melhor, pois, ninguém como ele mesmo entendia que

“... a função do mestre é suscitar emoções agradáveis e provocar idéias claras, emoções e idéias que, sentidas, fixadas, associadas a outras, raciocinadas, elaboradas, como materiais educativos, constituam móveis e motivos da conduta, dando-lhe o impulso necessário e controlando-lhe o desdobramento.

“Neste mister, a ação do mestre deve ser regulada por normas seguras: — não observe pela criança, provoque-lhe o interesse; não pense por ela, encaminhe-lhe o pensamento; não lhe dê conclusões, é indispensável que ela mesma conclua; em resumo, ela age, e o mestre ora a guia, ora a acompanha, evitando dispersão e desperdício de esforço, alimentando-lhe uma curiosidade e criando-lhe outra nova”.

.....

“... a educação não é uma *criação* — erguer do nada um sistema completo e perfeito de reações; mas sim um trabalho de selecionar, impulsionar, modificar e encaminhar um complexo de múltiplas tendências, anulando umas, e combinando outras para formar novas.”

.....

“O individuo aprende para melhor conformar-se às exigências do meio, melhorando as condições das cousas e da sociedade; para conquistar possibilidades de mais se aproximar das formas ideais, se não for possível atingi-las.” — (Crescimento Mental).

Quem diria que, anos mais tarde, corroborando com esse pensamento, assim se pronunciaria Piaget:

“O ideal da educação não é aprender ao máximo, maximizar os resultados, mas é antes de tudo aprender a aprender; é aprender a se desenvolver e continuar a se desenvolver depois da escola.” — (Problemas de Psicologia Genética).

Sobre a verdadeira democratização da escola, eis o que ele dizia:

“Acresce ainda que, para o ensino elementar, a grande maioria das escolas são escolas populares, e estas, preparando para a vida, preparam principalmente os pobres para a vida de pobres, e têm, por isso de predispor-los a trabalhos comuns e a outros possíveis no lugar que habitam ou em suas vizinhanças, e não ao exercício de profissões que esses lugares não comportam. Os ricos que, porventura, por ela passem, recebem, ao lado

de todos os demais alunos, o mesmo ensino que nivela os conceitos relativos ao trabalho e ao seu produto.

Se, de futuro, não se ocupam nos labores obscuros das classes operárias, sabem ao menos apreciar, com maior equidade, o esforço humano, e julgar, com justiça, os que têm sobre os ombros os encargos diretos da nutrição e do abrigo material da coletividade. A riqueza é um acidente na existência; quem hoje desfruta rendimentos de larga propriedade, pode, amanhã, contentar-se com migalhas: — é razoável, assim pensando, que a escola, instituída para o povo, seja, no preparo que promove, uma para todos. Daí sairá, ao menos, um fator precioso para o equilíbrio social — a convicção íntima de que o tributo, que a vida cobra em suor, vale tanto como aquele outro pago em dinheiro.” — (Didática).

Ouçamos o que ele falava sobre o espírito de socialização da escola:

“A vida em sociedade é a grande preocupação do ensino comum. Como em todas as outras esferas da atividade, não há uma preparação teórica para ela, isto é, não se acumulam preceitos hoje para aplicar amanhã. Isto ajuda, mas não basta; por melhor que eles sejam entendidos e aceitos, seriados e conservados, por melhor que sejam indicadas as oportunidades em que cada um deva aparecer, no momento preciso falha a atitude moral ou física preparada para ele: — era de calma, vem a precipitação; era de energia, vem a fraqueza; era de coragem, vem o medo, era de expectativa, vem a repulsa. A sociabilidade, no seu sentido mais amplo, só se adquire na sociedade, vivendo desde já a vida que se deseja viver depois.” — (Didática).

Do contato amigo, de treze anos, que tivemos a ventura de ter com o professor João Toledo, como seu aluno e depois como seu auxiliar, o que mais nos calou e ficou profundamente gravado em nosso coração, foi este belíssimo conceito sobre o aperfeiçoamento moral do homem, norma de conduta que sempre tivemos presente, a qual foi extraída de um trabalho especialmente escrito por ele, quando da apresentação de uma revista editada por um grupo de jovens idealistas, alunos do Instituto D. Ana Rosa, em 1937, denominada “IDAR”:

“O homem pertence mais a sociedade que a si mesmo. A vida coletiva interessa mais, muito mais, que a vida individual. O bem que todos gozam é mais precioso que o bem que a um só favorece.

“A educação que faz sadio o corpo, que ilumina a alma, que adestra as atividades, que desperta a iniciativa e radica o indivíduo na comunhão social, é um serviço em favor de todos.

“Dela advém benefícios para cada um em particular; mas e, sobretudo, advém a tranqüilidade social, o aumento das comodidades, a conseqüente melhoria da vida.

“O indivíduo educado é um valor que se multiplica; aquele que permanece nas faixas morais em que nasceu, é de ordinário, um entrave ao bem-estar e ao progresso dos outros.”

Enfim, como vimos, em rápidas e despreziosas pinceladas, essa foi a magnífica vida do professor João Augusto de Toledo, a quem aprendemos a admirar desde os bancos escolares e ao qual devotamos profundo respeito e admiração.

Como cidadão, tudo fez pelo engradecimento da sua Pátria; como digno chefe de família, foi um homem íntegro e honesto; como escritor, deixou obras que perpetuarão o seu nome na literatura nacional; como professor, o seu vulto resplandece hoje, em toda sua plenitude, na Galeria dos Grandes Educadores do Brasil! (19-09-1984)

BIBLIOGRAFIA

- D'ÁVILA, Antônio — “Professor João Toledo” - Sua Vida e Sua Obra - 1879-1941. — Boletim da Academia Paulista de Educação, nº 2 - abril de 1974.
“Poliantéia Comemorativa da Escola Normal em São Paulo” - 1846/1946.
- ALMEIDA, Benedicto Pires de — “A Contribuição Tieteense na Vida Paulista” - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XVIII, 1952.
«Cronologia Tieteense» - 1930.
- AZEVEDO, Fernando de — “Ensaio” - Crítica Literária - 1924/1925.
- CIMINO, Francisco — “Discurso de Posse na Academia Cristã de Letras”, em 10/09/1981.
- ORLANDI, José de Oliveira — “Prof. João Augusto de Toledo” - O Estado de S. Paulo, 23/12/1941.
- FERRAZ, João de Souza — “Um Grande Educador” - Folha da Manhã, 08/01/1942.
- RODRIGUES, João Lourenço — “Livro Jubilar da Escola Normal da Capital” - 1946.
- TOLEDO, Ruy de — “João Augusto de Toledo” - Traços Biográficos e breve notícia sobre a sua obra - 1949.
- MENNUCCI, Sud — “Livros Novos” - O Estado de S. Paulo, 15/03/1930.
- Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Volumes XXXIV, XXXV, XXXVIII e XLII.

MANOEL BAPTISTA CEPellos - Patrono

DISCURSO DE POSSE
ADILSON CEZAR

Com imensa honra e, por que não dizer, orgulhoso da concessão que me fizeram ao permitirem o meu ingresso nesta Casa de Saber, consagrada e reconhecida pelo seu portentoso trabalho cultural, oxalá me seja possível corresponder às expectativas que em minha pessoa são depositadas.

Sr. Presidente, escolher o patrono é tarefa árdua, pelo menos dentro do âmbito de minha compreensão, de que essa opção deve recair em personalidade capaz de transmitir uma mensagem, que, de alguma forma, permita uma identificação com o que pensamos e que haja também simpatia e admiração por pelo menos algumas das facetas de sua vida. Evidentemente, poderá ocorrer algum deslize quanto aos padrões normalmente aceitos; no meu caso, fui buscar um patrono entre os poetas e não entre os historiadores ou estadistas, como talvez fosse mais condizente.

Entrementes, acredito que todos conseguirão me compreender, relevando o critério, após a rápida explanação que farei; além do que, para a noite de hoje, quando minhas emoções se encontram pouco alvoroçadas, nada melhor do que a poesia para exprimir corretamente os sentimentos. Ouso aqui lembrar que compete à Ciência Histórica, ao lado de toda a sua ortodoxia, dedicar capítulo especial aos sentimentos humanos, dimensão esta por demais negligenciada pela Ciência dos Homens.

Diante destas conjecturas, tenho a certeza de que não oporão obstáculos à aceitação plena do poeta por mim escolhido — *MANOEL BAPTISTA CEPellos* — ainda mais que, quando o lemos, sentimos palpitar dentro de nós a irmandade que nos cerca em todos os momentos; são os feitos magníficos de nossos ancestrais que revivem a cada instante, é São Paulo com seus feitos, com sua gente, é o homem humilde, o sofredor, o batalhador que luta, no dia-a-dia, para não naufragar na própria vida.

Senhores, se o vate escolhido não seguiu os cânones históricos quanto à metodologia, por outro lado fez a História de forma magnífica, pois cantou-a e, no dizer de seu próprio, quando procura definir o papel do poeta perante a História:

*É o verbo da nação, sentindo o que ela sente.*¹

Não poderia ele ter sido mais feliz, no demonstrar a integração completa entre o homem e a vida. Antes mesmo de tecer as considerações elogiosas a Baptista Cepellos, desejo lembrar que, no próximo mês de maio, precisamente a oito, completar-se-ão setenta anos do desaparecimento precoce deste que, através de versos altissonantes, cantou a História dos heróis paulistas, Ceifado na flôr da vida, aos 43 anos de idade, sem sobra de dúvida, aquele *espírito criador e original*² percebido por Olavo Bilac, levou consigo uma produção intelectual que possibilitaria ampliar os *horizontes*³ da cultura brasileira.

.....

No dia 10 da dezembro de 1872, nascia na Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat de Cotia, o menino Manoel Baptista Cepellos, filho legítimo de João Baptista Cepellos e de Da. Maria Diniz Cepellos. Mesmo sendo de origem modesta, a família possuía algum destaque na localidade em que vivia, pois seu pai era professor, o que denotava alguma projeção social naquela época. Ainda criança, Manoel chamava atenção pela sua acentuada timidez, o que o distanciava de seus contemporâneos e fazia com que estes o antipatizassem, acreditando que aquela pacatez e desligamento, fossem arroubos de superioridade.

Vindo a estudar com o próprio pai, sentiu crescer ainda mais a sua responsabilidade em demonstrar ser bom estudante, tornando-se dentro em pouco o decurião, adicionando assim à sua já arredia personalidade mais elementos que atraíam animosidades da parte de muitos de seus colegas. Durante a sua adolescência, arrumou poderoso inimigo, representado na figura de um Delegado de Polícia, que desencadeou tenaz perseguição ao jovem. Os motivos desta acentuada hostilidade, acrescida de outros, como o falecimento do pai ocorrido em 1887, fizeram o rapaz abandonar a vila, indo residir na Capital; diz-nos um de seus biógrafos, Melo Nóbrega, conhecer tais motivos, sendo *razões de ordem íntima*, mas que não os deseja divulgar.⁴

Evidencia-se esta etapa de sua existência como a primeira das desgraças, que marcariam irremediavelmente a vida do triste poeta paulista. Em 1889⁵, o jovem Baptista Cepellos, troca a monotonia da pequena vila pela já agitada vida da Paulicéia, rompendo assim no verdor de seus dezessete anos com tudo que conhecera. Sem dúvida, foi uma experiência amarga, principalmente devido aos fortes traços de seu caráter. O ambiente novo que exigia pessoas extrovertidas, con-

1. Cepellos, Baptista - "*Os Bandeirantes*", 2ª ed., SP, Espindola & Comp. - 1908, p. 02.

2. Idem. (prefácio de Olavo Bilac) p. 07.

3. Idem. Loc. cit.

4. Nóbrega, Melo - *Batista Cepelos*. RJ, Ed. Mandarino, 1937, p. 29.

5. Optamos pela data acima citada pela maioria dos autores, diferindo de: Dantas, Arruda - *Batista Cepelos*. SP, Melhoramentos, s/d. p. 9 que nos dá a data de 1893.

trapunha-se assim fortemente ao seu temperamento; destituído de recursos, vivendo em residência de um tio, o Dr. Brasília Alves Correia do Amaral⁶ e tendo consigo o seu irmão José, era para ele condição humilhante. A situação e expectativa de dependência, simplesmente o abominava; o fato de *morar por favor, em companhia de parentes*⁷ o espezinhava e massacrava.

Acredita-se que ele se deixou influenciar pela euforia da época, com a mudança de regime político que o país sofria, daí uma das razões de ter ido a São Paulo em busca de oportunidades que provavelmente se abririam, principalmente no setor comercial. Entretanto, a procura de empregos não se demonstrou satisfatória, donde o apelo a amigos, como o executado ao Coronel Canto e Melo, conseguindo ingressar no Corpo Policial dos Permanentes, o qual atualmente corresponde à Polícia Militar do Estado, sentando Praça. Conseguiu assim resolver um de seus mais angustiantes problemas, o da ausência de recursos e, quase que imediatamente, pede transferência para o destacamento da localidade de sua origem, tentando assim, talvez, refazer-se com o meio. Esse tipo de emprego, apesar de sua óbvia necessidade, assevera mais uma vez o traço firme do caráter de Cepellos, quando lembra que *poderia ter escolhido esse genero de vida, como meio eficaz de corrigir, castigando-o o temperamento retraído*.⁸

Pouco a pouco, vai galgando a carreira militar com conduta irrepreensível, mas a solidão advinda do desajustamento em que se encontra o faz mergulhar profundamente no estudo e é ele próprio quem, no prólogo d' *Os Bandeirantes*, nos denuncia esta angustiante tentativa de fuga da realidade.

*Assim para esquecer os meus dias escuros,
Mergulhei no passado, e vivi no passado,
Sentindo e respirando outros ares mais puros. . .*

*Alfarrábios abri pelas velhas estantes,*⁹

.....

Sozinho e martirizando-se, este é o único caminho que o gênio do poeta pode conceber como capaz de acrescentar algo mais a sua pessoa assim:

*O Homem para caldear a fibra da Vontade
Dizer algo de novo à velha humanidade,
É preciso fazer como São João Batista
E afiar na solidão a espada da conquista,
Comer do negro pão, beber da amarga esponja,
Fechando o sentimento à vaidade e à lisonja!*¹⁰

6. Oliveira, João Gualberto de - *Batista Cepellos: o cantor do Bandeirismo*. SP, s/editor, 1962, p. 5.

7. Nóbrega, Melo — op. cit. p. 29.

8. Dantas, Arruda — op. cit. p. 10.

9. Cepellos, Baptista — op. cit. p. 02.

10. Idem. p. 22.

Vai assim acumulando os conhecimentos adquiridos a duros sacrifícios, e a vontade férrea transparece em todos os momentos de sua vida. O esmêro com que desempenha suas funções atrai sobre si as atenções e as promoções se sucedem: de Cabo de Esquadra a 2º Sargento em 1890, Alferes em 1891, ocasião em que se extingue o Corpo Policial dos Permanentes; sendo aproveitado nos novos quadros da Força Pública do Estado, é transferido para o 1º Batalhão, onde seria designado para servir como Secretário-Interino do Coronel Inspetor de Corpos. Suas excepcionais qualidades são de imediato reconhecidas e no mesmo ano é elevado ao posto de Tenente.

Nomeado para Comandante do destacamento de Santa Rita do Passa Quatro, foi nessa pacata cidade paulista que o Tenente-Poeta se revelou, passando a ser admirado pelos seus habitantes.

Segundo descrição de Afonso Schmidt, uma cantora italiana excursionando por algumas cidades do interior, fez uma apresentação em Santa Rita do Passa Quatro. Este fato atraiu a população da localidade que acudiu ao teatro para o acontecimento memorável; o espetáculo, muito agradável, teve como retorno os aplausos calorosos e, nesse momento, utilizando-se dos gestos de praxe, o jovem comandante aguardou o silêncio para utilizar-se da palavra. A atitude causou surpresa, pois sempre circunspecto, o militar aparentava a todos ser o menos indicado para falar. Entretanto, apesar do nervosismo, Cepellos faz o elogio da artista e seus companheiros, lembrando as suas andanças pelo mundo e trazendo às várias platéias um pouco de arte e de beleza, incluindo no final, o brinde ao privilégio que Santa Rita acabava de receber.

A 24 de dezembro de 1892, publica a sua primeira poesia conhecida, no *Diário Popular* de São Paulo: *Noite de Natal*.

Em 1893, reassume seu posto no 1º Batalhão da Força Pública e, no ano seguinte, segue junto ao seu regimento para dar combate aos revoltosos no que foi denominado a *Campanha do Paraná*.

Nesse Estado, esteve em operações durante seis meses, sendo frequentemente elogiado pela atividade militar. Regressando a São Paulo, é promovido ao posto de Capitão, assumindo o comando da 4ª Companhia do 1º Batalhão.

Nesse mesmo ano, matricula-se no *Curso Anexo* da Faculdade de Direito de São Paulo, espécie de preparatório para o ingresso naquela, com os exames feitos de forma parcelada, sistema em voga na época. No dizer de um de seus biógrafos, *consorcia, então, a Espada de Soldado, com a Balança da Justiça, o Sabre e a pena*.¹¹

No ano de 1896, apesar de dividir seu tempo entre os afazeres do soldado e as tarefas do estudante, publica o seu primeiro trabalho, o

11. Dantas, Arruda — op. cit. p. 13.

poemeto *A Derrubada*, encontrando-se já em preparo os poemas de *Os Bandeirantes*, obra que o consagrará, estando no prelo a *Orquestra*¹², além de várias outras poesias que publica esporadicamente.

Em 1898, inicia o primeiro ano de seu curso de Direito, sendo que a 15 de dezembro de 1899, no Instituto Jurídico Acadêmico, apresenta sua tese *Fundamento do Direito de Punir*¹³ e nos anos que seguem encaminha várias publicações aos jornais de São Paulo. O ano de 1902 é particularmente importante na vida de Cepellos, pois publica outro de seus trabalhos, *O Cisne Encantado*, e recebe o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Dupla satisfação: o esforço, a tenacidade parecem ter sido finalmente recompensados; encontrara o poeta o seu *simbólico lago azul, onde a felicidade flutua placidamente, sob a forma hierática de um cisne branco*.¹⁴

Encerra-se o período de estudante de Cepellos e com ele também uma época de alegria e descompromisso, pois, apesar de sua grande responsabilidade como demonstram cabalmente todos os instantes de sua existência, conviveu com estudantes que promoviam o bulício noturno da cidade com suas serenatas.

Afonso Schmidt, assim se pronuncia na homenagem que presta ao poeta:

*São os poetas, são os estudantes.
É Cepellos, o épico, que lê
O rascunho do livro "Os Bandeirantes".
Alta noite, nas ribas do Tietê!*¹⁵

Quando não o próprio Cepellos nos atesta:

*Cidade de Estudantes, gravemente
Sobraçando um massão de leis antigas,
De dia — atentos a lição do lente,
De noite — em serenatas e cantigas...*

*Oh! Cidade de boêmios pitorescos
Envolvidos em capas e mistérios...
Vultos que notambulam, donjuanescos,
Através de jardins e cemitérios...*¹⁶

12. Única citação que encontramos com referência a esse trabalho. Cepellos, B. - *A Derrubada*. SP, Typ. Riedel & Lemmi, 1896, p. 21.

13. Nóbrega, Mello /e/ Gemeinder, Erich - *Batista Cepellos (1872-1972)*. RJ, Liv. São José, 1972, p. 11.

14. Nóbrega, Mello - *Batista Cepellos*, op. cit. p. 90.

15. Schmidt, Afonso — Cepellos — *Revista da Academia Paulista de Letras*, SP, ano XXII, julho de 1962, nº 67, p. 46.

16. Cepellos, Baptista - "*Os Bandeirantes*", op. cit. "São Paulo Antigo", p. 53.

Necessário se faz salientar que foi o Capitão Manoel Baptista Cepellos, *o primeiro oficial na milícia paulista a conquistar o pergamino das Arcadas Franciscanas*.¹⁷

Cheio de confiança em si, arrojado, Baptista Cepellos abandona a carreira militar e, no ano de 1903, fracassa na experiência de atuar como advogado na Capital e em algumas cidades do interior. Entretanto, em 15 de julho de 1904, é nomeado Promotor Público da Comarca de Apiaí, sendo em 1905 transferido para Sarapuí.

Nesse ano, o Senador Francisco de Assis Peixoto Gomide e sua esposa participam aos amigos que o Dr. Manoel Baptista Cepellos e sua filha Sofia pretendiam casar-se, devendo o enlace ser realizado a 27 de janeiro do ano a seguir. A 8 de janeiro, é transferido para a promotoria da Comarca de Itapetininga, e nenhuma turbulência parece afetar a placidez do mundo azul do poeta.

Mas a 20 de janeiro de 1906, o Senador Peixoto Gomide, em sua mansão à rua Benjamin Constant, no centro da Cidade de São Paulo, em momento de alucinação, mata a tiro de revólver sua filha Sofia, suicidando-se em seguida. A imprensa paulista dá ampla divulgação do ocorrido. O destaque dos personagens envolvidos, bem como as circunstâncias que cercam o drama, fazem ferver, em todos os cantos, hipóteses das mais diversas e irreverentes, não se importando com a dignidade alheia.

Cepellos, em Itapetininga, não pode comparecer aos funerais, sendo representado por seu amigo, o Dr. Júlio Prestes.

Em fevereiro, Cepellos se afasta da Promotoria para tratamento da saúde.

Mesmo abalado pela tragédia em que se viu envolvido, em fevereiro de 1906, cuida do lançamento de seu livro *Os Bandeirantes* prefaciado por Olavo Bilac, e considerado pela crítica como a melhor de todas as suas obras. Neste é visível o seu entusiasmo patriótico ao cantar façanhas dos cabos-de-tropa de Piratininga e o enaltecimento profundo de vários outros aspectos de nossa terra, sendo que em alguns trechos é perceptível a sua riquíssima imaginação e prodigiosa criatividade, podendo, o que é raro, observar neles algum gosto pela vida:

*Num ramo secular, dos mais fortes e imensos.
Vê-se uma orquídea em flor, como um lábio em desejo,
Aberto na sensual exigência de um beijo...*¹⁸

O aparecimento do livro é a consagração do poeta, que chegava simultaneamente ao mais rude golpe de sua existência, e irá determinar o ritmo amargo e doloroso que imprime em suas obras seguintes.

17. Melo, Cel. Edilberto de Oliveira - *Polícia Militar: O Salto na Amazônia e outras narrativas*. SP, Imp. Oficial do Estado, 1979. Prefácio do Cel. Arrison de Souza Ferraz, p. XXIII.

18. Cepellos, Baptista - "*Os Bandeirantes*", op. cit. "Mata virgem" p. 23.

No ano de 1907, publica *Os Corvos*, onde exprime todo o seu desespero e essa evidência é tão tangível que alguns autores chegam a ver em certas passagens tendências suicidas,¹⁹

Nesse mesmo ano, Cepellos participa de reuniões que tratam da formação da Academia Paulista de Letras, chegando mesmo a escolher por patrono de sua cadeira a Teófilo Dias,²⁰ fato este que se não concretizara, pois passará dentro em breve a residir na cidade do Rio de Janeiro, não participando assim da instalação do distinto sodalício.²¹

Em Cepellos já não se vêem mais os arrobos nacionalistas, libertou-se das preocupações nativistas e sua obra toma outros rumos: é a revolta, a angústia, o desespero que constitui a fonte de seu trabalho, dir-se-ia que abriu as portas às mazelas do mundo.²²

Em 1908, publica *Vaidades*, volume prefaciado por Araripe Junior, onde este reage à melancolia e ao pessimismo que, devido à forma tão expressiva apresentada pelo autor, acreditou não passasse de truque artístico; via mais um escritor realista e de profundos instintos sociais. Apesar de sua poesia ser o reflexo do que lhe ia na alma, pode ser considerado um dos precursores da literatura social pelo incitamento a reformas que o mesmo encerra, como, por exemplo, nas estrofes revolucionárias de *O Operário*, onde com desassombro combate o regime burguês, chamando atenção à contradição de nosso trabalhador:

*As penas do labor corresponde a fatura:
A abelha zumba, zumba, e prepara o seu mel;
Só tu, formiga humana, infeliz criatura,
Colhes amargamente uma taça de fel!
Basta de padecer, num silêncio de morte,
Em meio da covarde e numerosa grei;
Se a injustiça é da lei, tens o braço bem forte
Para despedaçar as algêmas da lei!*²³

O poeta adianta-se à realidade, mas o socialismo lírico não se filia a nenhuma corrente ideológica. Antes, é a sua maneira de reconquistar a paz interior e reabilitar-se com a religião. Os poemas que compoem o *Evangelho dos Pobres ficaram em nossas letras como a tentativa mais forte do gênero.*²⁴

19. Nóbrega, Mello /e/ Gemeinder, Erich. op. cit. p. 6.

20. Idem, p. 12.

21. Achegos para a História da Academia Paulista - *Revista da Academia Paulista de Letras*. SP, ano I, 12/12/1938, nº 04, p. 148.

22. Nóbrega, Mello - *Batista Cepellos*, op. cit., p. 144 e 152.

23. Cepellos, Baptista — *Vaidades* — *apud*. Nóbrega, Melo — *Batista Cepellos*, op. cit., p. 156 e 157.

24. Nóbrega, Mello - *Batista Cepellos*, op. cit., p. 158.

Nesse mesmo ano solicita a exoneração de cargo de Promotor e dá continuidade a uma existência de abandono; retornam novamente os tempos difíceis; tenta o jornalismo e em 1909, lança o primeiro número do *Diário da Manhã*, folha dedicada aos interesses da classe operária,²⁵ ocupa-se acidentalmente da advocacia, mas não descuida de escrever e publicar novos livros, bem como da reedição dos anteriores.

No Rio de Janeiro, vai residir em casa de pensão e no quarto terá mobiliário muito simples; assim vive o poeta de minguados recursos e por duas vezes pleitearia o ingresso na Academia Brasileira de Letras, sendo na primeira vez derrotado por Vicente de Carvalho em 1909 e, na segunda, por Osvaldo Cruz em 1912.

Continua entretanto sempre a colaborar em revistas e jornais e, em 1910, publica seu único romance, *O Vil Metal*, cuja temática é explícita no próprio título. Sempre trabalhando, produz uma peça teatral em versos, sobre a figura bíblica de Maria Madalena; era o retorno definitivo à fé religiosa como ele a concebia, feita mais à base de sentimentos que de dogmas, conseguindo interessar a Companhia de Cristiano de Sousa e levar com êxito a estréia em 30 de março de 1915.

A 17 de abril desse ano, graças aos esforços de seu amigo o Dr. Martim Francisco, é nomeado pelo Dr. Nilo Peçanha, Promotor Público da Comarca de Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro. O poeta está a um passo da reabilitação financeira, mas a sua pobreza é completa; amigos movimentam-se e conseguem a reapresentação do espetáculo teatral em benefício do autor; os bilhetes são todos vendidos e o dia da apresentação será 9 de maio. A neurastenia do autor parece ter aumentado, a firmeza de sua personalidade sofre os embates dos acontecimentos e, para dissolver os conflitos íntimos, solitário, põe-se a vagar na noite de 7 para 8 de maio, quando seu corpo rola do alto da pedreira de Santa Tereza.

A versão oficial do acontecimento concluiu por suicídio, apesar da miopia intensa de que era portador o poeta, obrigando-o a tatear muitas vezes na procura do reconhecimento dos ambientes.

Senhores, prolonguei-me demasiado nesta exposição onde muito ficou sem ser dito, em parte também pela dificuldade de se relacionar toda a produção de Baptista Cepellos, espalhada em periódicos dos mais diversos; mas creio ter afirmado meu ponto: a homenagem a um Homem, cuja vida é exemplo de persistência, esforço, tenacidade na luta que suportou contra a injustiça e a desgraça. E que, dentro de sua maneira única de ser, expressou sentimentos de amor à Pátria, solidariedade para com o gênero humano e o individualismo orgulhoso que lhe forneceu condições de alçar-se às esferas da intelectualidade. (10-04-1985)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Achegas para a História da Academia Paulista - *Revista da Academia Paulista de Letras*. SP, ano I, nº 04 - 12/12/1938, p. 148 e 156.
- ALVES, Henrique L. — A pasta de Batista Cepelos — recorte de jornal sem mais dados.
- CÉPELLOS, B. — *A Derrubada*. SP, Bento de Souza Editor, Typ. Riedel & Lemmi, 1896.
- CÉPELLOS, Baptista — *Os Bandeirantes*, 2ª ed., SP, Espindola & Comp., 1908.
- DANTAS, Arruda — *Batista Cepelos*. SP, Ed. Melhoramentos, s/d.
- MELO, Cel. Edilberto de Oliveira — *Polícia Militar: O Salto na Amazônia e outras narrativas*. SP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1979.
- NÓBREGA, Melo — *Batista Cepelos* - RJ, Ed. Mandarin, 1937.
- NÓBREGA, Melo /e/ GEMEINDER, Erich — *Batista Cepelos (1872-1972)*. RJ, Liv. São José, 1972.
- OLIVEIRA, João Gualberto — *Batista Cepellos: o cantor do Bandeirismo*. SP, s/editor, 1962.
- REZENDE, Carlos Penteadado — *Tradições Musicais da Faculdade de Direito de São Paulo*. Ed. comemorativa do VI centenário de São Paulo. SP, Edições Saraiva, 1954, p. 139 e 143.
- SANTOS, Joaquim Silveira — São Roque de Ourora - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. vol. XXXVII, SP, Ed. IHGSP, 1939, p. 213 a 498 - p.336.
- SCHMIDT, Afonso — Cepelos - *Revista da Academia Paulista de Letras*. SP, ano XXII - 07/1962 - nº 67, p. 46.
- SILVA, Walter Nogueira da — Batista Cepelos - *Revista Paulista de Medicina*. SP, vol. 73 - 07/1968.
- VAMPRE, João — O Príncipe dos Bandeirantes - *Revista da Academia Paulista de Letras*. SP, ano IX, nº 33 - 03/1946, p. 49.
- VANNUCCHI, Duarte — Literatura em Pilulas - *Jornal "Folha Popular"*, Sorocaba. 21/01/1957, p. 03.

ATAS DE 1985

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE JANEIRO DE 1985

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede à Rua Benjamin Constant, 158, primeiro andar, às dezoito horas, realizou sessão ordinária da entidade, a primeira do exercício. Com a presença dos seguintes consócios: Tácito Remi de Macedo Van Langendonck, Roberto Machado Carvalho, Desidério Alfredo Fontana, Itamar Bopp, Antonio de Arruêda Camargo, Mário Savelli, José Leandro de Barros Pimentel, Raul de Andrada e Silva, Lycurgo de Castro Santos Filho, José da Veiga Oliveira, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Paulo Romano, Tsunezo Sato, Renato Báz, Odilon da Costa Manso, Moacir França, J. Pereira, Douglas Michalany, Rui Calazans. A sessão foi presidida pelo Dr. José Pedro Leite Cordeiro, que teve a seu lado o primeiro secretário Moisés Gicovate e Desidério Alfredo Fontana, secretário «ad hoc». Iniciando os trabalhos, o senhor presidente, após comunicar a promulgação pelo senhor Prefeito Municipal da lei que transfere para a terceira segunda-feira de janeiro o feriado da Fundação da Cidade de São Paulo, histórica e tradicionalmente comemorado no dia 25 de janeiro, solicita a manifestação do plenário. Vários oradores fizeram uso da palavra. Falou em primeiro lugar o senhor Paulo Bonfim, que leu a seguinte manifestação: «Primeiro perdemos minas de ouro. Depois, a grande Província, mutilada em geografia e poder! Posteriormente, ultrajados a 30 e apunhalados em 32! Na Colônia e no Império governados por estranhos. A partir de Itararé, o degradante desfilar dos sátrapas! São Paulo abrindo mão

de tudo. O chão invadido, os postos ocupados por emboabas, a tradição ameaçada. Pouca coisa para nós, hoje estrangeiros em nossa própria casa! Somente a glória do 9 de Julho e o sacramento do 25 de Janeiro. Destruídos esses dois marcos da paulistaneidade restará apenas o calendário do esquecimento, a terra invadida e um pouco sem raízes! A Cruz do Colégio de Piratininga clama por uma Cruzada. E então Paulistas?» Usaram da palavra, a seguir, sempre no mesmo tom, Adriano Campanhole e o Desembargador Odilon da Costa Manso, em longo improviso verberando contra a medida do Sr. Prefeito. O Sr. J. Pereira tece considerações sobre a ignorância do significado da História, sugerindo que as entidades sábias e nurdocumento único, ao qual deve ser dado publicidade, devem manifestar-se. Usou da palavra, Renato Báz manifestando o apoio da Associação Paulista de Imprensa bem como Mário Savelli pela Sociedade Amigos da Cidade, Lycurgo de Castro Santos Filho pela Academia Paulista de Letras e Rui Calazans. O plenário unanimemente decidiu pela manifestação do Instituto ao Sr. Prefeito Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, juntamente com as entidades retro mencionadas além do Instituto Genealógico, da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, Ordem dos Velhos Jornalistas, Academia Paulista de História. O Dr. Moisés Gicovate ficou incumbido das providências a respeito. Prosseguindo na Ordem do Dia, o Sr. Presidente solicitou ao primeiro secretário Moisés Gicovate que lesse o Relatório das Atividades do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo durante o exercício de 1984, o que foi feito, sendo submetido à discussão. O Prof. Roberto Machado Carvalho sugeriu que, em relatórios futuros, sejam também mencionadas as repre-

sentações do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo confiadas a membros diversos, durante o ano. Anotada esta sugestão o relatório foi aprovado. Em seguida, o tesoureiro Adriano Campanhole leu o Balanço Patrimonial Ativo e Passivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, encerrado a 31-12-84. Submetido à apreciação da Casa, foi aprovado. O confrade Douglas Michalany pediu um voto de louvor à Diretoria pela feliz gestão de 1984. Aprovado. O Prof. Roberto Machado Carvalho pediu um voto de louvor especial ao tesoureiro Adriano Campanhole, pelo magnífico trabalho apresentado. Aprovado. A pedido do senhor presidente registra-se nesta ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnaldo Stein Campos, irmão do Diretor Prof. Vinício Stein Campos. A missa de sétimo dia, que se realiza nesta data, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo será representado pelo Prof. Raul de Andrada e Silva. O senhor Presidente pediu outros dois votos de pesar, também aprovados, pelo falecimento do Sr. Rodrigo Soares Junior e de D. Antonio de Almeida e Moraes, Bispo de Niterói. Informou ainda que ao Sr. Secretário de Cultura o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo enviou, comendo lista tríplice, os nomes dos confrades José Leandro de Barros Pimentel, Lucia Piza Figueira de Melo Falkenberg e Mário Savelli para escolha do membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que integrará o Conselho do CONDEPHAAT, isso após o deliberado em reunião da diretoria. Em seguida, o plenário foi chamado a manifestar-se sobre duas propostas de sócio que se encontravam sobre a mesa: Luiz de Almeida Nogueira Porto, correspondente nacional, cuja qualificação foi lida pelo senhor primeiro secretário, com a informação de que, na primeira votação obteve aprovação. Procedido o escrutínio secreto, chegou-se à segunda aprovação. Em seguida, passou-se à segunda proposta, ou seja, para correspondente estrangeiro, a do Embaixador Vasco Mariz, também aprovado na primeira votação. Procedido o escrutínio secreto, chegou-se à segunda aprovação. Ao término da sessão o

confrade J. Pereira, leu nota publicada pelo jornal «O Estado de São Paulo», em 4-12-84, que se reporta ao impedimento à consulta de arquivos secretos. Manifestou sua estranheza a essa legislação cerceadora do esclarecimento do fato histórico e, consequentemente prejudicial à historiografia, à historiologia e a historiosofia, ponderando que após longo decurso de prazo, tais arquivos devem ser abertos aos pesquisadores. Propôs que este assunto seja amplamente debatido pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Em seguida, o senhor primeiro Secretário comunicou o título de diversas obras oferecidas à nossa Biblioteca pelos confrades J. Pereira, Pedro Brasil Bandecchi, Renato Báez e Telesp. Por fim, aludindo ao próximo feriado de 25 de janeiro, quando o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizará, às 15 horas, sua tradicional sessão solene, em homenagem ao aniversário da cidade, o senhor Presidente leu o convite para as festividades, oriundo do senhor Prefeito Municipal, Jesuítas da Casa de Anchieta e Associação dos Cavaleiros de São Paulo. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, tendo-se lavrado a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelo primeiro secretário e pelo secretário «ad hoc». José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO SOLENE DE 25 DE JANEIRO DE 1985

Aos vinte e cinco de janeiro do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant nº 158, às 15 horas, reuniu-se no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na forma presente pelos Estatutos, com a presença dos seguintes consócios: Moisés Gicovate, Vinício Stein Campos, Lycurgo de Castro Santos Filho, José Leandro de Barros Pimentel, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Rudolf Robert Hinner, João Gabriel Sant'Ana, Amélia Franzolin Trevisan, Arruda Dantas, Itamar Bopp, J. Pereira, José da Veiga Oliveira, Odilon Nogueira de Matos, Walter Fonseca, Odilon da Costa Man-

so, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Tsunezo Sato, Roberto Machado Carvalho, Paulo Romano, Mário Savelli, Pe. Hélio Abranches Viotti, Rui Calazans, Pedro Brasil Bandecchi, Henrique L. Alves, Ricardo Román Blanco, Adriano Campanhole, Olga Pantaleão, Miguel Ayres de Barros Ferreira, Luís Wanderley Torres. O presidente José Pedro Leite Cordeiro abriu a sessão, assessorado pelos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, pelo primeiro orador Vinício Stein Campos e convidou para integrar a mesa os senhores Lycurgo de Castro Santos Filho — presidente da Academia Paulista de Letras, Mário Savelli — presidente da Sociedade Amigos da Cidade, Paulo Zingg — presidente da Associação Paulista de Imprensa e o presidente da Companhia de Jesus, padre Hélio Abranches Viotti. Registrou as presenças de monsenhor Guilherme Schubert, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança e do dr. Alvaro Guerra. Prosseguindo o presidente Leite Cordeiro deu a palavra ao professor Vinício Stein Campos para que proferisse a tradicional oração do aniversário de São Paulo e do Instituto. O orador, assumindo a tribuna, discorreu sobre a data histórica — 25 de janeiro — evocando a fundação da Casa de São Paulo, os vultos ligados a esse importantíssimo acontecimento — Padres Manoel de Nóbrega, José de Anchieta, Paiva e os povoadores lusitanos, os chefes indígenas Tibiriçá, Caiubi e Piquerobi, fazendo um levantamento dos episódios culminantes da história de São Paulo nesses quatro séculos, do período colonial ao monárquico e republicano. Lembrou então o nascimento do Sodalício, ao instaurar-se a República, ou precisamente a primeiro de novembro de mil oitocentos e noventa e quatro, bem como a solene instalação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no dia vinte e cinco de janeiro de mil oitocentos e noventa e cinco, sob a presidência do dr. Cesário Mota Junior, tendo como Presidente Honorário o então primeiro Presidente Civil da República — Dr. Prudente José de Moraes Barros. Registrou a entusiástica acolhida que o Instituto teve nos meios intelectuais e culturais de São

Paulo e do País, com os seus quatrocentos e cinquenta e seis associados, da primeira década, de mil oitocentos e noventa e quatro à mil novecentos e três, distribuídos por todo o território nacional, destacando-se, além do inesquecível trio fundador do sodalício — Antonio Piza, Domingos Jaguaribe e Leão Bourroul, para citar apenas alguns dos mais ilustres pesquisadores brasileiros — Oliveira Lima, Garcia Redondo, Machado de Oliveira, Teodoro Sampaio, Barão Homem de Melo, Ernesto Young, Barão do Rio Branco, Melo Moraes Filho, Silvio Romero, Eduardo Prado, Silva Leme, Pe. Galanti, Jules Martim, Moura Lacerda, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Emilio Goeldi, Nina Rodrigues, Max Fleiuss, Washington Luis, entre outros. Ao discorrer sobre os inestimáveis serviços que o Instituto tem prestado ao Brasil no culto das tradições e da História, o prof. Vinício deu ênfase à colaboração que o Sodalício proporcionou, na presidência Leite Cordeiro, ao Serviço de Museus Históricos do Estado, em momento decisivo da sobrevivência desses Museus. Aludindo ao clima de entusiasmo e esperança que domina o país, nesta restauração da vida democrática nacional, encerrou sua oração com vibrante homenagem aos gloriosos soldados da Revolução Constitucionalista de mil novecentos e trinta e dois, quando São Paulo se deu inteiro à sacrossanta causa da Liberdade e da Lei. A seguir, o presidente Leite Cordeiro anunciou o segundo orador, pe. Hélio Abranches Viotti, para dissertar sobre o quarto centenário da morte do Pe. Manoel de Paiva, que rezou a Missa inaugural da Fundação de São Paulo. Lembrou o Pe. Viotti as principais efemérides de sua vida: nascimento em Agueda, Portugal em mil quinhentos e cito: vinda para o Brasil, após ter entrado na Companhia de Jesus, no ano de mil quinhentos e cinquenta, dez anos consecutivos de trabalhos na Capitania de São Vicente, onde no ano de mil quinhentos e sessenta e um, desempenhou com notável dedicação o officio de Capelão Militar; seus últimos vinte anos na Capitania do Espírito Santo, como reitor e depois mestre de meninos da Casa de Vitória; sua morte a vinte e um de dezembro de mil qui-

nmentos e oitenta e quatro. Salientou suas excelentes disposições de corpo e espírito, vivendo sempre com admirável simplicidade, manifestada sobretudo nas «provações» a que o sujeitoou na Bahia o Pe. Manoel da Nóbrega. No final o presidente Leite Cordeiro congratulou-se com os oradores pelas magníficas peças oratórias, tão ricas sob todos os aspectos, prestou homenagem ao Pe. Paiva a quem chamou «Inaugurador de São Paulo», registrou a satisfação pela volta de Henrique L. Alves, agradeceu a presença e deu por encerrada a memorável sessão. Para constar, este segundo secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, lavrou a presente Ata pela qual dou fé. Depois de devidamente aprovada será assinada por quem de direito. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 6 DE FEVEREIRO DE 1985

Aos seis dias de fevereiro do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco, às dezoito horas, à Rua Benjamin Constant, cento e cinquenta e oito, nesta cidade de São Paulo, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na forma estabelecida pelos Estatutos, com a presença dos seguintes consócios: Moisés Gicovate, Walter Fonseca, Antonio Roberto de Paula Leit., Roberto Machado Carvalho, Antonio Barbosa Lima, Itamar Bopp, Cel. Adauto Fernandes de Andrade, José da Veiga Oliveira, João Rabelo de Aguiar Vallim, J. Pereira, Francisco Brasileiro, Rui Calazans, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Lycurgo de Castro Santos Filho, Renato Báez, Tsunezo Sato, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Moacir França, José Geraldo Evangelista, Pe. Hélio Abranches Viotti, Rudolf Robert Hinner, Pedro Brasil Bandecchi, Hernani Donato, José Ribeiro do Valle, Arruda Dantas, Antonio D'Avila. O presidente José Pedro Leite Cordeiro deu por aberta a sessão, assessorado pelos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho e convidou à Mesa o presidente da Academia Paulista de

Letras, Lycurgo de Castro Santos Filho e o coronel José Alves de Carvalho, comandante da Academia Militar do Barro Branco. A seguir deu a palavra ao cel. Adauto Fernandes de Andrade para pronunciar conferência sobre o tema «Características da Guerra». O orador deu conta da missão de forma erudita relevando-se excelente pesquisador pelos conceitos emitidos. O presidente Leite Cordeiro classificou o pronunciamento como prova da autoridade do autor no assunto tratado. Em prosseguimento, o consócio Luis Wanderley Torres ofereceu exemplar da segunda edição de seu livro «A Filha do Circo» e convidou para o lançamento dia vinte e oito de fevereiro. Continuando, o presidente Leite Cordeiro registrou o passamento do ex-diretor tesoureiro Wilson Maia Fina, que por sucessivos mandatos enriqueceu a administração do Instituto com sua dedicação. Também com ele a nossa historiografia perdeu um bom pesquisador e autor de vários trabalhos sobre a história das ruas e moradores do velho centro da cidade, especialmente do Pátio do Colégio, onde pôs todo amor e carinho. Propôs e foi aceito que se registrasse em ata voto de profundo pesar por Wilson Maia Fina. A seguir, foi dada a palavra ao primeiro vice-presidente Lycurgo de Castro Santos Filho que apresentou a idéia de se criar o Centro de Estudos Históricos a se reunir todas as quartas-feiras entre quinze e dezessete horas, tratando livremente sobre quaisquer assuntos históricos, sob orientação e direção de 5 membros do Instituto, Hernani Donato, o proponente, Odilon Nogueira de Matos, Pedro Brasil Bandecchi. Das reuniões, participariam sócios e não sócios com objetivo de dinamizar a área e o nosso Instituto. Expostas as linhas gerais, ante o adiantado da hora, prometeu o autor minuciar o projeto em próxima sessão. Em nada mais havendo, o presidente Leite Cordeiro agradeceu a participação dos presentes e declarou encerrada a sessão. Para constar, lavrei a presente ata, na qualidade de segundo secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, que lida e achada conforme será assinada por quem de direito. Em tempo: Raul de Andrada e Silva,

como iniciador do Centro de Estudos. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1985

Aos vinte e sete dias de fevereiro de mil, novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na forma estabelecida pelo Estatuto, com a presença dos consócios: Moisés Gicovate, Cel. Aduino Fernandes de Andrade, José Leandro de Barros Pimentel, Itamar Bopp, Vinício Stein Campos, Antonio Roberto de Paula Leite, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Maria Helena Brancante, Lycurgo de Castro Santos Filho, José da Veiga Oliveira, Renato Báez, Raul de Andrada e Silva, Rui Calazans, J. Pereira, Roberto Machado Carvalho, Tsunezo Sato, Adérito Augusto de Moraes Calado, José Geraldo Evangelista, Pe. Hélio Abranches Viotti, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Luis Wanderley Torres, Douglas Michalany, Pedro Brasil Bandedchi. O presidente José Pedro Leite Cordeiro deu por aberta a sessão, assessorado pelos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho. Inicialmente propôs voto de profundo pesar pelo falecimento do sócio benemérito, Cel. Arrisson de Souza Ferraz. A seguir deu a palavra ao primeiro secretário Moisés Gicovate para comunicar o caso da ex-funcionária Conice Lechner de Oliveira, que despedida pelo Instituto recorreu à Justiça do Trabalho. Perdeu a causa em primeira instância mas ganhou em segunda, tendo sido o Instituto condenado a indenizá-la em 25 milhões de cruzeiros. O débito foi liquidado na base de vinte e três milhões de cruzeiros, mediante acordo entre as partes. Prosseguindo, o presidente Leite Cordeiro informou que a prefeitura de Jundiá solicitou ao Instituto parecer sobre a data exata da fundação da cidade, ante controvérsia a propósito da mesma. Designou comissão constituída pelos consócios Moí-

sés Gicovate, Adriano Campanhole e Wanderley dos Santos, para tratar do assunto. Congratulou-se com o consócio Douglas Michalany pelo seu retorno após algumas ausências por motivo de saúde. Com a palavra o terceiro vice-presidente Heliodoro Tenório da Rocha Marques, representando o Cel. Aduino Fernandes de Andrade, procedeu ao elogio do consócio Cel. Arrisson de Souza Ferraz, recém falecido, traçando-lhe o perfil de militar e intelectual, assinalando aspectos de uma vida rica em serviços prestados a São Paulo. Seguiu-se o primeiro vice-presidente Lycurgo de Castro Santos Filho que adiantou novos aspectos do projeto do Centro de Estudos Históricos, a ser criado e mantido pelo Instituto. Por sua vez, o consócio J. Pereira alertou para recente decreto do governo federal que veda a consulta, inclusive a historiadores, de documentos classificados como secretos, guardados no Arquivo Nacional e propôs que o Instituto se inteirasse sobre o assunto. Entre várias manifestações, o consócio Raul de Andrada e Silva prontificou-se a entrar em contato com o diretor do Arquivo do Estado, Sebastião Witter, melhor informado sobre o discutido decreto. Finalmente, o consócio Luis Wanderley Torres lembrou que o Instituto deve se interessar pela futura Constituição do novo respeitante aos indígenas e oferecer a sua contribuição. Em nada mais havendo, o presidente José Pedro Leite Cordeiro agradeceu a presença e deu por encerrada a sessão. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, segundo secretário, lavrou esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e dois secretários. José Pedro Leite Cordeiro, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Moisés Gicovate.

ATA DA SESSÃO DO DIA 6 DE MARÇO DE 1985

Aos seis dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na forma estabelecida pelo Esta-

tuto, com a presença dos seguintes consócios: Raul de Andrada e Silva, Walter Fonseca, Mário Savelli, Vinício Stein Campos, Renato Báez, José da Veiga Oliveira, José Vicente de Freitas Marcondes, Itamar Bopp, Cel. Adauto Fernandes de Andrade, João Gabriel Sant'Ana, Paulo Romano, Adilson Cesar, Tsunezo Sato, J. Pereira, Luiz Wanderley Torres, Robert Rudolf Hinner, Moacir França, José Geraldo Evangelista, Odilon Nogueira de Matos, Rui Calazans, Pedro Brasil Bandecchi, Adérito Augusto de Moraes Calado, Lycurgo de Castro Santos Filho, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Antonio de Arruda Dantas, Pe. Hélio Abranches Viotti, Moisés Gicovate. O presidente José Pedro Leite Cordeiro abriu os trabalhos, compondo a mesa com o primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, os presidentes da Academia Paulista de Letras e da Sociedade Amigos da Cidade, respectivamente, Lycurgo de Castro Santos Filho e Mário Savelli. A seguir deu a palavra ao consócio Luis Wanderley Torres, que pronunciou palestra sobre o tema: «A Rússia que eu vi», com o maior interesse e aplauso dos presentes. O consócio Moacir França propôs voto de congratulação pelo centenário de Ituverava, a 10 de Março, pedindo comunicação ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal. O consócio Antonio de Arruda Dantas, participou o falecimento do historiador de Pirajuí, Constantino Leman, autor de cinco livros, acentuando que não era filho da cidade, mas de nacionalidade russa. O 1º vice-presidente Lycurgo de Castro Santos Filho, apresentou projeto definitivo do Centro de Estudos Históricos, de autoria do expositor e dos consócios Hernani Donato, Odilon Nogueira de Matos, Pedro Brasil Bandecchi e Raul de Andrada e Silva e que tomou por modelo o já existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Usará a sigla CEHIS, reunir-se-á todas as primeiras e terceiras quartas-feiras de cada mês, das 15 às 17 horas, podendo participar sócios ou não, inclusive professores e alunos da USP e outras universidades, para tratarem de assuntos históricos sob todos os aspectos — comunicações, avisos, con-

vites, livros, artigos e outros. As sessões serão presididas por diretores do sodalício presente de maior hierarquia, e terá como secretário permanente o consócio Raul de Andrada e Silva. O projeto foi submetido ao plenário e aprovado por unanimidade e o original do mesmo entregue à secretaria. O consócio Rui Calazans elogiou a restauração do Paço Imperial da cidade, no Rio de Janeiro, como valiosa contribuição à nossa memória histórica. Encerrando a reunião, o presidente Leite Cordeiro registrou o recebimento do número cento e dezesseis da revista Bibliográfica e Histórica, publicação do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a direção do consócio Odilon Nogueira de Matos, com estas expressões: «realização como poucas, no passado, no presente e quem sabe no futuro?». Merecida e justa homenagem. Em nada mais havendo, foi encerrada a sessão com os agradecimentos aos presentes. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho lavrou esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e dois secretários. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 20 DE MARÇO DE 1985

Aos vinte dias de março de mil novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em obediência Estatutária, com a presença dos seguintes sócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Honório de Sylos, Odilon Nogueira de Matos, José da Veiga Oliveira, José Leandro de Barros Pimentel, Itamar Bopp, Renato Báez, Hernani Donato, Moisés Gicovate, José Geraldo Evangelista, Paulo Romano, Vinício Stein Campos, Antonio de Arruda Camargo, Antonio Barbosa Lima, José Ribeiro do Valle, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Luis Wanderley Torres, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Odilon da Costa Manso, José Vicente de Freitas Marcondes, José Tavares de Miranda, J

Pereira, João Rabello de Aguiar Vallim, Sólton Borges dos Reis, Pedro Ferraz do Amaral, Pe. Hélio Abranches Viotti. O presidente José Pedro Leite Cordeiro, assessorado pelos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, pelo primeiro orador Vinício Stein Campos, completou a mesa com os presidentes da Academia Paulista de Letras, Lycurgo de Castro Santos Filho, e do Pen Centre de São Paulo, Odilon da Costa Manso e deu por iniciados os trabalhos. Expôs que a sessão se destinava a receber os novos consócios José Vicente de Freitas Marcondes e José Tavares de Miranda. Designou para receber os recipiendários os consócios Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Itamar Bopp, Odilon da Costa Manso e Luis Wanderley Torres. Realizadas as cerimônias de posse, leitura e assinatura do termo, entrega do diploma e colar, o orador Vinício Stein Campos pronunciou carinhosa saudação aos novos sócios. A seguir, o presidente Leite Cordeiro anunciou o neoconsócio José Vicente Freitas Marcondes, que fez o elogio do seu patrono Cassiano Ricardo. Traçou-lhe o perfil, a obra e a vida, em síntese da mais alta valia. Especialmente, ao situá-lo no cenário do modernismo, da rebeldia e da implantação da arte e da intelectualidade nacionais, pela Semana de Arte Moderna de 1922. Igualmente percorreu área da sociologia e da história, escrevendo vigorosas páginas do bandeirismo e da brasilidade. As emoções continuaram nas palavras do novo consócio Tavares de Miranda. Disse do patrono Ibrahim Nobre, mas antecipou o retrato do «Tribuno de 32», com louvação a São Paulo, que ficará como um dos mais belos poemas do autor. O presidente Leite Cordeiro, nas considerações aos pronunciamentos dos três oradores, disse que a sessão se transformara em festa de paulistanidade e brasilidade. O consócio Adriano Campanhole pediu a palavra para transmitir ao consócio Tavares de Miranda as congratulações da API e dos amigos de Lorena. Prosseguindo, o presidente Leite Cordeiro deu por encerrada a primeira parte da sessão e reiniciou os trabalhos com eleição para novos sócios. Foram aprovados em primeira votação, os candi-

datos Dante Martorano — Correspondente Nacional e Ernani Silva Bruno — titular. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão com agradecimento aos presentes. Este segundo secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, lavrou esta ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pelos secretários. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 1985

Aos dez de abril de mil novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para sessão cultural, com a presença dos seguintes sócios: Geraldo Dutra de Moraes, Cel. Adauto Fernandes de Andrade, José Leandro do Barros Pimentel, Walter Fonseca, Vinício Stein Campos, J. Pereira, João Gabriel Sant'Ana, José Vicente de Freitas Marcondes, Moisés Gicovate, José Ribeiro do Valle, Moacir França, Roberto Machado Carvalho, João Rabello de Aguiar Vallim, José Geraldo Evangelista, Pe. Hélio Abranches Viotti, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, José da Veiga Oliveira, José Sebastião Witter, Lycurgo de Castro Santos Filho, Renato Báez, Silvio Marone, Pedro Brasil Bandecchi, Arruda Dantas, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Adilson Cesar. O presidente José Pedro Leite Cordeiro com a assistência dos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho e do orador Vinício Stein Campos, abriu os trabalhos convidando para a mesa o presidente da Academia Paulista de Letras, Lycurgo de Castro Santos Filho, o diretor do Arquivo do Estado, José Sebastião Witter, e o conselheiro do Instituto Hans Staden, Wolfgang Distzius. A seguir, anunciou a posse do sócio correspondente Adilson Cesar e designou para trazê-lo ao recinto os consócios Walter Fonseca, Roberto Machado Carvalho e Renato Báez. Lido e assinado o termo de posse, recebido o colar insignia do

sodalício, o neocônsócio indicou para patrono Batista Cepelo e justificou a escolha de um poeta que escreveu história em versos com o seu clássico livro «Os Bendeirantes». Traçou a obra e a vida em esplêndida síntese, que retratou o dramático e comovedor drama de Batista Cepelos. Continuando, o presidente Leite Cordeiro entregou o colar Dom Pedro I, oficializado pelo governo do Estado de São Paulo, ao professor Serafino Faro, por relevantes serviços prestados a São Paulo com sua arte. Com a palavra o primeiro orador Vinício Stein Campos, pronunciou elegante saudação aos homenageados e, ao mesmo tempo, evocou a imarcescível figura de monsenhor Castanho, sacerdote, genealogista e historiador de Sorocaba. A segunda parte da sessão foi destinada à conferência do consócio José da Veiga Oliveira, pelo tricentenário de nascimento de João Sebastian Bach — erudita e rica de informações decorrentes de laboriosas pesquisas do orador, crítico musical e historiador. O presidente Leite Cordeiro, ao dar por encerrada a sessão, agradeceu aos oradores e aos presentes. Nada mais havendo, o segundo secretário Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho lavrou esta ata a qual, depois de lida e aprovada será assinada pelo presidente e pelos secretários. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 17 DE ABRIL DE 1985

Aos dezessete de abril de mil novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico do São Paulo, como prevê o Estatuto, com a presença dos sócios: J. B. Silveira Peixoto, Moisés Gicovate, Cel. Adauto Fernandes Andrade, Délio Freire Santos, Vinício Stein Campos, Itamar Bopp, Paulo Romano, Adriano Campanholê, Renato Báez, João Gabriel Sant'Ana, Douglas Michalany, Tsunezo Sato, Desidério Alfredo Fontana, J. Pereira, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Antonio D'Avila, Adérito

Augusto de Moraes Calado, José Geraldo Evangelista, Mário Savelli, Antonio de Arruda Dantas, Pe. Hélio Abranches Viotti. O presidente José Pedro Leite Cordeiro assistido pelos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho e pelo primeiro orador Vinício Stein Campos, abriu a sessão, determinando a leitura das atas de vinte e sete de fevereiro de mil novecentos e oitenta e cinco e de seis de março do mesmo ano, que submetidas à votação, foram aprovadas. No expediente, o primeiro secretário Moisés Gicovate deu ciência de ofício do prefeito Mario Covas, dizendo que aguarda a deliberação da Câmara Municipal quanto à lei que modifica as datas para celebração do aniversário da Cidade, cuja revogação foi solicitada pelo Sodalício em conjunto com a Academia Paulista de Letras, Sociedade Amigos da Cidade, Associação Paulista de Imprensa, Instituto Genealógico, Associação dos Cavalheiros de São Paulo, Ordem dos Velhos Jornalistas, Academia Paulista de História e Sociedade dos Veteranos de 32. Também foi lido o ofício da Câmara Municipal, congratulando-se com a posse do novo consócio Tavares de Miranda. Continuando, foi registrada a doação de livros pelo consócio J. Pereira enquanto que o consócio Tsunezo Sato ofereceu História do Brasil, em japonês e de sua autoria. Em continuidade, o presidente Leite Cordeiro entregou a medalha Dom Pedro II ao consócio Renato Báez, autor de várias obras sobre a história de Mato Grosso. O orador Vinício Stein Campos saudou o homenageado e este agradeceu com muita emoção. A segunda parte da sessão se destinou à votação para novos sócios. Foram aprovados em segunda votação e proclamados pelo presidente, Ernani Silva Bruno — sócio titular e Dante Martorano — sócio correspondente nacional. Em primeira votação, foi aprovado o jesuíta, Pe. João Evangelista Martins Serra. Nada mais havendo, o presidente Leite Cordeiro encerrou os trabalhos, agradecendo aos presentes. Este segundo secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, lavrou esta ata que, depois de lida e aprovada, será

assinada pelo presidente e pelos secretários. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 8 DE MAIO DE 1985

Aos oito de maio de mil, novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de acordo com o Estatuto e presentes os seguintes consócios: Vinício Stein Campos, Moisés Gicovate, Jessy Santos, Roberto Machado Carvalho, Miguel Angelo de Barros Ferreira, Mário Savelli, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Cel. Adauto Fernandes Andrade, Nélio Garcia Migliorini, José da Veiga Oliveira, Mário Pires, Renato Báez, Paulo Romano, Tsunezo Sato, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Antonio Barbosa Lima, J. Pereira, José Geraldo Evangelista, José Sebastião Witter, João Rabello de Aguiar Vallim, Odilon Nogueira de Matos, Moacir França, Walter Fonseca, Desidério Alfredo Fontana, Pedro Brasil Bandecchi, Antonio Arruda Dantas. O presidente José Pedro Leite Cordeiro abriu os trabalhos assessorado pelos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, pelo primeiro orador, Vinício Stein Campos e convidou para a mesa o presidente da Sociedade Amigos da Cidade, Mário Savelli e o Diretor do Arquivo do Estado, José Sebastião Witter. A sessão teve como primeiro ato o agradecimento do Secretário Moisés Gicovate com o Colar D. Pedro I por serviços prestados a São Paulo e ao Instituto. Seguiu-se a saudação pelo orador Vinício Stein Campos e os agradecimentos do homenageado. Em prosseguimento, o presidente Leite Cordeiro deu a palavra ao consócio Mário Pires para pronunciar palestra intitulada «Aos 40 anos da morte de Mário de Andrade e sua Paulicéia Desvairada». No final, entre os aplausos do auditório, o presidente Leite Cordeiro agradeceu com estas palavras: «bela e poética evocação de Mário de Andrade e de São Paulo

de outrora». Em continuidade o consócio José Sebastião Witter expôs o complexo e fascinante tema «História Ameaçada», abordando os mais variados aspectos e as consequências imprevisíveis que deles decorrem. O consócio J. Pereira que já havia levantado o problema anteriormente, participou do debate, enriquecendo-o com novos e ponderáveis conceitos. Finalmente, o consócio José Sebastião Witter anunciou aos presentes uma boa nova: nossa memória histórica será preservada em sede própria. Para isso o governo do Estado, na região de Santana adquiriu antigo prédio de uma fábrica desativada, em área de 16.400 m² e que será adaptada de acordo com as necessidades do Arquivo. Por coincidência, atual sede como a futura são ex-fábricas de tapetes. Por sua vez, o consócio Mário Savelli anunciou que o CONDEPHAAT abriu o polêmico processo do tombamento do bairro Jardins para atender aos anseios da população que não deseja vê-los desfigurados com a construção do anunciado Shopping Center. Em nada mais havendo, o presidente José Pedro Leite Cordeiro encerrou a sessão, agradecendo a participação de todos. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho lavrou esta ata, a qual depois de lida e aprovada será assinada pelo presidente e secretários. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Desidério Alfredo Fontana.

ATA DA SESSÃO DO DIA 15 DE MAIO DE 1985

Aos quinze de maio de mil, novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant número cento e cinquenta e oito, às dezoito horas reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de acordo com o Estatuto e presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Vinício Stein Campos, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, José da Veiga Oliveira, Antonio Roberto de Paula Leite, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Itamar Bopp, José Geraldo Evangelista, Roberto Machado Carvalho, Lycurgo de Castro Santos Filho, Antonio Arruda Dantas, Renato Báez, Adu-

to Fernandes Andrade, Paulo Romano, João Romano, João Gabriel Sant'Ana, Desidério Alfredo Fontana, Odilon da Costa Manso, Luis Wanderley Torres, Rui Calazans. O presidente José Pedro Leite Cordeiro deu por instalados os trabalhos assistido pelos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, pelo primeiro orador Vinício Stein Campos. Compôs a mesa os presidentes da Academia Paulista de Letras, Lycurgo de Castro Santos Filho e do Pen Center de São Paulo, Odilon da Costa Manso. Iniciou os trabalhos com o agradecimento dos senhores Décio Fernandes de Vasconcelos e Durval Sarmiento Rosa Borges com a medalha Dom Pedro II, oficializada pelo governo do Estado de São Paulo. Com a palavra o primeiro orador Vinício Stein Campos lembrou o símbolo da preciosa láurea, enaltecendo o senhor Dom Pedro II com vários episódios de sua vida, e cujo reinado foi tão probo que de mil oitocentos e cinquenta a mil oitocentos e oitenta e nove a moeda nacional jamais sofreu qualquer desvalorização, tão comum ou rotina no regime republicano, e disse do mérito dos homenageados. Estes agradeceram individualmente com emoção e carinho, prometendo ainda dar mais de suas vidas a São Paulo. A sessão prosseguiu com as leituras e aprovações das atas de vinte de março, dez de abril a dezesete de abril de mil novecentos e oitenta e cinco. O consócio Roberto Machado Carvalho propôs que durante as palestras fossem ligados os microfones ou adquiridos aparelhos de sons adequados, pela dificuldade de ouvir do plenário os oradores. Lembrou que, na última reunião, José Sebastião Witter, ao tratar da «História Ameaçada», sugeriu que o Instituto realizasse seminários sobre o tema, pedindo providências para que a idéia se concretizasse. Citou que o próprio presidente Leite Cordeiro, anteriormente, havia sugerido igual tratamento para outro tema do maior interesse: a cultura caipira. Finalmente, pediu voto de pesar pelo falecimento da irmã Ana da São José Camargo Barros — religiosa e educadora de Itú. A ela se deve importante trabalho no processo de beatificação e canonização de Madre Theodora Voiron e se fizesse a devida

comunicação à Comunidade do Patrocínio. O presidente Leite Cordeiro, em atendimento, às proposituras, lembrou ao consócio Desidério Alfredo Fontana providências para o curso sobre a Cultura Caipira e designou os consócios José Sebastião Witter e Roberto Machado Carvalho para cuidar do seminário. Reiterou o convite a todos os consócios para participarem do CEHIS e colaborarem para trazer estudantes, pesquisadores e professores da área, nas sessões que se realizam as segundas e quartas quartas-feiras de cada mês, as dezesete horas. A reunião se encerrou com a votação de novos sócios. Em segunda votação, foi eleito o padre jesuíta João Evangelista Martins Terra. Em primeira votação foi aprovado o candidato Antonio de Pádua Bertelli. Em nada mais havendo, o presidente Leite Cordeiro, encerrou a sessão, agradecendo a participação de todos. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho lavrou esta ata, a qual depois de lida e aprovada será assinada pelo presidente e secretários. A pedido do consócio Roberto Machado Carvalho faz-se este adendo para consignar que também o consócio J. Pereira foi indicado, tendo ele aceito fazer parte da Comissão que promoverá o Seminário sobre Defesa do Arquivo e da memória de São Paulo. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate e Desidério Alfredo Fontana.

ATA DA SESSÃO DO DIA 5 DE JUNHO DE 1935

Aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e cinco, no Salão Nobre da sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, Capital, com início às dezoito horas, foi realizada sessão cultural da entidade, sob a presidência do consócio Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, 3º vice presidente. Compareceram os seguintes sócios: Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Moisés Gicovate, José da Veiga Oliveira, Vinício Stein Campos, Walter Fonseca, João Gabriel Sant'Ana, Renato Báez, José Gerald, Evangelista, J. Pereira, Cel. Adauto Fernandes Andrade, Rudolf Robert Hinner, Tsunezo

Sato, Adérito Augusto de Moraes Calado, Paulo Romano, Paul Donovan Kigar, Moacir França, Miguel Angelo de Barros Ferreira, Roberto Machado Carvalho, Antonio Barbosa Lima. Dando início aos trabalhos, o terceiro vice presidente, no exercício da presidência, convidou o consócio Roberto Machado Carvalho para segundo secretário «ad hoc». Em seguida, convidou para fazer parte da mesa as seguintes personalidades: General de Brigada Luiz Paulo Fernandes de Almeida, Comandante da 12ª Brigada de Infantaria, Ten.-Cel. Jarbas Botelho Tavares, representando o General de Exército Sebastião José Ramos de Castro, Comandante do II Exército, Cel. Celso D'Angelis Nunes de Assis, Comandante do 6º Batalhão de Infantaria, Major Samuel Silva, Vice presidente da Associação dos ex-combatentes do Brasil em São Paulo, representando o Dr. João Ferreira de Albuquerque, Presidente da mesma Associação, e o Sr. George Grunupp, Administrador Geral do Instituto Hans Staden. Em prosseguimento apresentou congratulações em nome do Sodalício, ao Prof. Vinício Stein Campos pela outorga da medalha comemorativa dos vinte e cinco anos de fundação do Rotary Club de Belém-Nazaré, Estado do Pará, considerando sua valiosa contribuição à Museologia Brasileira. Em seguida, concedeu a palavra ao consócio, Prof. José Geraldo Evangelista, orador inscrito para dissertar sobre o tema: «O 6º R.I. na Campanha da Itália — documentos inéditos». Com palavras evocadoras da brilhante participação da gloriosa Força Expedicionária Brasileira — FEB, nos campos de batalha da Itália, o orador prendeu a atenção do auditório, não somente pelos subsídios originais através de documentos da campanha do 6º R.I. de Caçapava, São Paulo, e que ofereceu ao nosso Instituto Histórico e Geográfico, como também pela magnífica exposição feita. Discorrendo sobre o lado mais humano da atuação de nossos soldados, o orador lembrou as dificuldades enfrentadas, sobretudo quanto ao pouco tempo de preparo bélico (convocação de soldados e voluntários, organização do transporte, correio, capelania militar, etc.), a longa viagem, a saudade da Pátria e os rigores do inverno europeu. Salientou ainda a ne-

cessidade de adaptação dos combatentes brasileiros aos princípios logísticos e táticos da guerra travada naquele longínquo teatro de operações, bem como às dificuldades inerentes aos problemas de comunicação, dado ao desconhecimento da língua inglesa. O conferencista salientou os atos de bravura de alguns de nossos jovens, destacando o sargento Onofre Rodrigues de Aguiar, natural de Mogi das Cruzes e promovido a segundo tenente, bem como a perda de uma centena de soldados do 6º R.I., entre os quatrocentos e cinquenta e um brasileiros mortos nos campos de batalha da Europa. Referiu-se à boa bibliografia existente sobre a participação do Brasil na 2ª Grande Guerra, publicada, em sua maior parte, nos vinte anos que se seguiram ao final do conflito, lamentando o desconhecimento, sobre o assunto, dos nossos jovens estudantes. Por último, salientou que a recente edição do livro «Duas Faces da Glória», do jornalista William Waack, correspondente do Jornal do Brasil em Londres, escrito à luz de documentos alemães e italianos, em nada desmerece a gloriosa participação da FEB, justificando que o citado livro trata de aspectos isolados ao fazer reparos às dificuldades naturais de nossos soldados, procedentes de um país de costumes e língua diferentes e que ainda carecia da indústria automobilística (embora poucos soubessem dirigir veículos, o problema foi superado em breve tempo). O que interessa, encerrou o orador, é enaltecer o soldado brasileiro no contexto geral da guerra, pela coragem e bravura que demonstrou nas conquistas de Monte Castelo, Montesi e Fornovó. A FEB «cumpriu o seu dever e nos orgulhamos de seu desempenho e a Nação ficará sempre agradecida aos seus soldados», concluiu, sob aplausos dos presentes. Em seguida, o Presidente em exercício agradeceu ao consócio José Geraldo Evangelista a oferta dos documentos referentes à participação do 6º Regimento de Infantaria na Campanha da Itália, considerando tratar-se de valioso acervo que vinha enriquecer o nosso arquivo histórico. Quanto a conferência que acabava de proferir, ressaltou que o seu exce-

lente trabalho veio proporcionar ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a feliz oportunidade de participar condignamente das comemorações do Quadragésimo aniversário do término da Segunda Guerra Mundial, tornando-se aquele ilustre confrade portanto, altamente merecedor dos nossos melhores agradecimentos e elogios. Secundando pontos de vista do criador a respeito da gloriosa atuação da FEB no teatro de operações do Mediterrâneo, afirmou que nos conflitos armados entram em jogo fatores os mais diversos, comportando alternativas ora favoráveis ora desfavoráveis às forças que combatem em campos opostos, de sorte que os acontecimentos que a eles se referem precisam ser avaliados pelos resultados obtidos, em face da missão recebida, e não de episódios isolados. Lembrou, a propósito, a oportunidade do artigo «A FEB, sua dimensão e glória», de autoria do General Carlos de Meira Mattos, nosso eminente consócio e veterano da FEB, publicado no jornal «O Estado de São Paulo» de domingo último, dia dois de junho de mil novecentos e oitenta e cinco (página quarenta e oito), contendo autorizados comentários e judiciosa avaliação dos feitos da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália. É de justiça exaltar tais feitos, nesta oportunidade, afirmou o Presidente, dada a alta significação que tiveram para que o Brasil viesse a participar, condignamente, das glórias das armas aliadas, com a vitória da causa democrática, ao fim da maior conflagração já registrada na História da Humanidade — guardadas naturalmente as devidas proporções de nossa contribuição militar, no quadro da gigantesca luta. Declarada a palavra livre, o Major Samuel Silva, em nome da Associação dos ex-Combatentes do Brasil em São Paulo, agradeceu as referências feitas à atuação da FEB, reafirmando que a presença do 6º R.I. na Campanha da Itália somente merece encômios, dizendo-se honrado de ter pertencido às suas fileiras. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, após agradecer, mais uma vez, ao conferencista, aos membros da Mesa, bem como a honrosa presença dos senhores convidados e consócios, deu por encerrada a sessão, da qual, eu,

Roberto Machado Carvalho, secretário «ad-hoc», lavei a presente ata, que lida e aprovada, vai assinada pelo presidente e dois secretários. José Pedro Leite Cordeiro, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Desidério Alfredo Fontana.

ATA DA SESSÃO DO DIA 19 DE JUNHO DE 1985

Aos dezanove dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, com início às dezoito horas na sede da rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, nesta Capital, realizou-se uma sessão Ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, conforme determina o art. 33 — parágrafo 2º do Estatuto. Presentes os consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Geraldo Dutra de Moraes, Cel. Adauto Fernandes Andrade, Paulo Romano, João Gabriel Sant'Ana, Renato Bâez, José Leandro de Barros Pimentel, Vinício Stein Campos, Moisés Gicovate, Teunezo Sato, Desidério Alfredo Fontana, Odilon Nogueira de Mattos, Roberto Machado Carvalho, J. Pereira, José Geraldo Evangelista, Paulo Donovan Kigar, José da Veiga Oliveira, João Rabello de Aguiar Valim, Pe. Hélio Abranches Viotti, Amélia Franzolin Trevisan, Antonio Arruda Dantas, Douglas Michalany. Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente José Pedro Leite Cordeiro, que teve a assessorá-lo o primeiro secretário Moisés Gicovate. Diante da falta justificada do segundo secretário Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, o sr. Presidente convidou o consócio Desidério Alfredo Fontana a ocupar «ad-hoc» a segunda secretaria. Foram lidas e aprovadas as atas das sessões realizadas nos dias oito e quinze de maio pp. A seguir, foi cedida a palavra ao consócio Prof. Odilon Nogueira de Mattos, que propôs constasse desta ata um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido há dias, do Prof. Pedro Calmon, um dos grandes nomes da historiografia brasileira, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras, — ex-Reitor da Uni-

versidade do Brasil, tendo feito o seu panegírico, lembrando, em breves referências, a notável obra que o ilustre morto nos deixou. Também falou sobre a personalidade de Pedro Calmon o Presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro, tendo declarado que foi uma grande perda para a intelectualidade brasileira. Merccendo unanimidade, o voto de pesar fica aqui registrado. O senhor Presidente solicitou ao senhor primeiro secretário seja oficiado, comunicando este voto de pesar, ao Instituto Histórico Brasileiro e à Academia Brasileira de Letras. Em seguida, passou-se a examinar, em segunda votação, a proposta para sócio Titular do Dr. Antonio de Pádua Bertelli, já aprovada em primeira votação, e cujas credenciais foram anunciadas pelo primeiro secretário Dr. Moisés Gicovate. O escrutínio realizado logo a seguir apontou o seguinte resultado: dezoito votos a favor e um voto contra, em face do que, o presidente proclamou a admissão do candidato, Dr. Antonio de Pádua Bertelli, no quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Solicitou a palavra o consócio Antonio Arruda Dantas, para ponderar a necessidade de atualização das Comissões figurantes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, onde aparece ainda o nome de vários membros falecidos. O Presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro deu as explicações pertinentes, salientando que, como homenagem aos membros falecidos, participantes das Comissões, seus nomes são ainda conservados durante todo o transcorrer do exercício em que ocorreu o óbito, para, só depois, ser retirado. O consócio Pe. Hélio Abranches Viotti, a título de informação, comunicou que tomou parte da Comissão incumbida da instalação do novo pavilhão, no bairro do Ipiranga, para onde se transferiu o Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. O presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro agradeceu a informação. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, tendo-se lavrado a presente ata, que é, em seguida, assinada pelo senhor Presidente e pelos senhores secretários. José Pedro Leite Cordeiro, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Desidério Alfredo Fontana.

ATA DA SESSÃO DO DIA 3 DE JULHO DE 1985

Aos três de julho do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, de acordo com o Estatuto, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sua sede à Rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, às dezoito horas, promoveu sessão cultural com a presença dos consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Vinício Stein Campos, Ernani Silva Bruno, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, José Leandro de Barros Pimentel, João Rabello de Aguiar Vallim, Rudolf Robert Hinner, Walter Fonseca, Lycurgo de Castro Santos Filho, Mário Savelli, Roberto Machado Carvalho, Renato Báez, João Gabriel Sant'Ana, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Adilson Cesar, Adauto Fernandes Andrade, Paulo Romano, Desidério Alfredo Fontana, José Geraldo Evangelista, Amélia Franzolin Trevisan, Tsunezo Sato, Francisco Brasileiro, Padre Hélio Abranches Viotti, Paul Donovan Kigar, J. Pereira, Douglas Michalany, Henrique L. Alves, Waldemar do Amaral Gurgel Vianna, Luis Wanderley Torres, Rui Calazans, Odilon da Costa Manso e numerosos convidados. O presidente José Pedro Leite Cordeiro abriu os trabalhos, assessorado pelo primeiro e segundo secretários Moisés Gicovate, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho e pelo orador Vinício Stein Campos, convidando para compor a mesa o presidente da Academia Paulista de Letras, Lycurgo de Castro Santos Filho, o presidente da Sociedade Amigos da Cidade, Mário Savelli, o desembargador Odilon da Costa Manso e a Irmã Aurea, da Comunidade do Patrocínio de Itú. De início, propôs voto de júbilo pelo aniversário do terceiro vice presidente coronel Heliodoro Tenório da Rocha Marques, aplaudido com salva de palmas pelos presentes e expressou sentimento de pesar pela morte do consócio Amadeu Nogueira, confrade de longa data, atuante nos tempos da presidência Torres de Oliveira e autor de biografia sobre o Barão de Piratininga. A seguir o presidente Leite Cordeiro prestou significativa homenagem ao segundo vice presidente Pedro Brasil Bandecchi, pelo seu trespasse

inesperado, chocando a nós todos amigos e companheiros. Traçou-lhe o perfil, uma proveitosa vida a serviço de São Paulo, do Instituto e da nossa cultura. Continuando disse o primoroso poema de louvor a São Paulo da autoria de Brasil Bandecchi: «Barqueiros do Tietê — Canta Barqueiro, canta/ barqueiro do rio Tietê./ Vais de pé nos batelões,/ cantando tristes canções,/ levando pedras e areia/ nas tardes cheias de sol/ nas noites de lua cheia./ Tu cantas muitas cantigas/ em sotaque os mais diversos/ e conforme tua pátria/ é a alma dos teus versos./ Este barqueiro é caboclo/ e aquele é português, o outro, além, italiano/ e aquel' outro espanhol,/ todos são fortes, morenos,/ pois navegam as mesmas águas/ debaixo do mesmo sol./ Canta barqueiro, nas águas/ do lendário Tietê./ Não importa onde nasceste/ se aqui ou além-mar,/ os homens todos se irmanam/ no pesado trabalhar,/ singrando as mesmas águas,/ debaixo do mesmo sol, cantas um novo poema/ ao compasso das remodas,/ ao passo dos varejões/ — remar, remar, remar —/ é o metro das tuas canções./ Teu barco passa por tudo,/ por favelas ribeirinhas,/ e por moitas perfumadas/ onde muita moça incauta/ deu adeus à virgindade./ Teu barco vai galopando/ no lendário Tietê/ que conduziu as monções/ por selvas desconhecidas,/ por ignotos sertões./ Ensinou a trajetória/ que pôs fim a Tordesilhas,/ de tal maneira e tal jeito/ que bastou um empurrão/ pra transformar em direito/ as divisas da nação./ Canta barqueiro teu canto/ que é cantar paulistano,/ cantar do arranha-céu,/ das fábricas, dos escritórios,/ das escolas, laboratórios,/ enfim, o canto fecundo/ do estudo e do trabalho./ Canta de um povo gigante/ canto de vida e de glória/ de quem vai lembrando a história/ de um típico bandeirante./ Vai, Tietê das conquistas,/ estrada líquida e altaneira,/ onde heróicos paulistas/ escreveram memoráveis/ páginas brasileiras./ Tu ignoras, barqueiro,/ todas as coisas passadas/ e vais por plagas afora/ com varejões e remadas,/ abrindo novas estradas/ num trabalho áspero e duro./ Também não sabes, barqueiro/ que trabalhas no presente/ e vai lançando sementes/ da colheita do futu-

ro.» e completou: Pedro Brasil Bandecchi foi tal qual o seu Barqueiro do Tietê pois singrou com seu barco e seu remo as águas da vida num trabalho constante e fecundo. Hoje singra ele as águas da eternidade numa apoteose de glória em um dos nubes tutelares da sua terra e da sua gente. Com a palavra, o primeiro secretário Moisés Gicovate associou-se à homenagem com sentidas e emocionadas palavras: «Tarefa agradável a de homenagear os vivos. Difícil o encargo de falar daqueles que já se foram. Contrariando determinação médica, contristado e emotivado, profundamente comovido, compareci ao velório e ao enterro de Pedro Brasil Bandecchi, figura estranha e, até certo ponto, extraordinária. Permaneci, sem nada dizer. Homenagens post-mortem, como prolongamento das merecidamente conquistadas em vida e que lhes foram prodigamente tributadas. Jamais faltou-lhe o culto da amizade e a admiração de seus pares. Bacharel em direito e jornalista, doutor em história e pesquisador, político e combativo militante, intelectual e erudito, pautou sua trajetória pela trilha da retidão que o conduziu à Câmara Municipal, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Academia Paulista de Letras, à Academia Paulista de História, à Academia Cristã de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de sócio correspondente de outros tantos Institutos. De apurada cultura, sempre por merecimento, isento de favoritismo. Foi um privilegiado, um dos eleitos, porquanto, segundo Goethe: «Nem todos os caminhos são para todos os caminhantes.» As palavras dificilmente são a tradução fiel do sentimento, especialmente em situações como esta. Do que nos vai na alma. A singeleza, em lugar de laudatório. Aqui, agora, de forma a mais solene e sincera, externo o meu respeito, a minha admiração, a minha amizade, que, graças à formação do caráter e do caráter, aprendi a respeitar como o bem maior que existe. O vazio deixado por Pedro Brasil Bandecchi, será preenchido pela lembrança de todos os dias, daquela triste sexta-feira, 28 de junho de mil novecentos e oitenta e cinco, véspera do dia de São Pedro, em que deixou o nosso convi-

vio, de maneira abrupta, súbita e inapelável. Cultuamos a sua memória. Paz à sua alma nos páramos celestiais. Pedro Brasil Bandecchi, estamos aqui!» Prosseguindo, tomaram conta do ambiente sucessivos pronunciamentos de amizade, por Brasil Bandecchi, o grande paulista que perdemos, tendo usado da palavra Vinício Stein Campos, Mário Savelli, Roberto Machado Carvalho, J. Pereira, desembargador Odilon da Costa Manso, Luis Wanderley Torres, Desidério Alfredo Fontana, Douglas Michalany, Waldemar do Amaral Gurgel Vianna e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, que também se manifestou, emocionado, pela Associação dos Cavaleiros de São Paulo e Instituto Genealógico Brasileiro. Na segunda parte da sessão, o confrade Roberto Machado Carvalho, pronunciou conferência sobre Madre Maria Theodora Voiron, sua vida e o processo de beatificação da Santa de Itú. O presidente Leite Cordeiro agradeceu o orador pela erudita conferência, aos presentes e em nada mais havendo declarou encerrada a sessão. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, segundo secretário, lavrou a presente ata e por ela dá fé.

ATA DA SESSÃO DO DIA 17 DE JULHO DE 1985

Aos dezessete dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e cinco, na sede social, à rua Benjamin Constant, número cento e cinquenta e oito, realizou-se uma sessão plenária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a que compareceram os seguintes membros: José Pedro Leite Cordeiro, José da Veiga Oliveira, Adauto Fernandes Andrade, Vinício Stein Campos, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Raul de Andrada e Silva, Padre Hélio Abranches Viotti, Tácito Remi de Macedo van Langendonck, Renato Báez, Mário Savelli, José Leandro de Barros Pimentel, Lycurgo de Castro Santos Filho, Itamar Bopp, Tsunezo Sato, Douglas Michalany, Desidério Alfredo Fontana, Adérito Augusto de Moraes Calado, Paulo Romano, Antonio Arruda Dantas, J. Pereira, José Geraldo Evangelista, Antonio Barbosa Lima, Amélia

Franzolin Trevisan, Maria Amália Correia Giffoni. A mesa que dirigiu os trabalhos foi composta pelo Presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro, na primeira secretaria, na ausência do titular, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho e como segundo secretário «ad hoc» o senhor Desidério Alfredo Fontana. Além desses também ocupou seu lugar a mesa o professor Vinício Stein Campos. Os trabalhos se iniciaram às dezoito horas, tendo o sr. presidente solicitado a leitura de atas anteriores. Foram, assim, lidas as atas das reuniões de cinco de junho e dezoito de junho, ambas aprovadas sem restrições. Os últimos tempos tem sido nefastos para os meios intelectuais brasileiros, declarou o Presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro, referindo-se aos recentes falecimentos do historiador Pedro Calmon, Acadêmico Pedro Brasil Bandecchi e no dia quatorze último, do ministro e Acadêmico Pedro Rodovalho Marcondes Chaves. Salicitou um voto de pesar, que foi aprovado e é aqui registrado. Também manifestou sua grande preocupação, que é também nossa, com o estado de saúde do confrade Leonardo Arroyo. Anunciou, a seguir, o Curso «Grandes Vultos da Igreja Católica na História do Brasil» patrocinado por este Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pela Academia Cristã de Letras, constituído de onze conferências, a serem pronunciadas nesta sede, a partir de primeiro de agosto. Leu, ainda, o senhor Presidente o convite dirigido pela Prefeitura Municipal de Rezende para a cerimônia, realizada no dia doze do corrente, de outorga da Comenda Magna do Município, entre outros, ao nosso confrade Dr. Itamar Bopp, para quem pediu fosse aqui registrado um voto de congratulações. Ouviu-se uma salva de palmas. Em seguida, o Presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro leu, para conhecimento da Casa, o Boletim Informativo número um — Maio/Junho de mil novecentos e oitenta e cinco — da Comissão Organizadora da Associação Paulista de Arquivos Privados, à qual caberá promover o primeiro Encontro Paulista de Arquivos Privados — ANPUH-SPHAN/Pró Memória, matéria que é de constante preocupação de nosso confrade J. Pereira, já que se relaciona com a preser-

vação dos acervos documentais do país. Estando a palavra livre, solicitou-a a confeitaria Amélia Franzolin Trevisan para, em palavras repassadas de saudades, prestar homenagem ao nosso companheiro Dr. Pedro Brasil Bandedchi, recentemente falecido. Aproveitando o ensejo, a confeitaria Amélia Franzolin Trevisan sugeriu fosse iniciado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo um movimento, que ela denominou «As flores em vida», no sentido de, anualmente, prestar-se homenagem aos membros deste sodalício, talvez uns dois ou três por ano, começando sempre pelos mais antigos. O confrade Mário Savelli aduziu que isso poderia ser feito aos membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que completassem cinquenta anos de Casa. O Presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro esclareceu que o Prof. Vinício Stein Campos está fazendo um levantamento de todos os membros deste Instituto para, ao lado de sua qualificação e fotografia, publicar em coletânea por ocasião do centenário desta Casa. Oferecida a palavra a quem mais dela quisesse fazer uso, sobre a proposta da confeitaria Amélia Franzolin Trevisan, o secretário Desidério Alfredo Fontana lembrou que seria conveniente nada decidirmos de pronto e, sim, tomar algum tempo para estudo, em face do Estatuto, da sugestão oferecida pela Sra. Amélia Franzolin Trevisan, com o que concordou a Casa. E o senhor Presidente nomeou, então, uma Comissão composta pela sra. Amélia Franzolin Trevisan, Prof. Vinício Stein Campos e dr. Desidério Alfredo Fontana, para tratar do assunto. Pediu a palavra, a seguir, o confrade J. Pereira. Referiu-se, segundo notícias publicadas pelos jornais, à Comissão nomeada pelo sr. Presidente da República para rever os programas do ensino de Português, matéria que agora se denomina «Comunicação e Expressão». Essa comissão, que é composta por três membros tradicionalistas e nove membros progressistas, terá por objetivo rever o ensino de nossa língua, nas Escolas. Com longa fundamentação, o sr. J. Pereira disse que a matéria é de causar preocupações. O Presidente dr. José Pedro Leite Cordeiro acrescentou que essa preocupação é

também de todos nós. Presente à reunião o DD. Presidente da Academia Paulista de Letras, nosso confrade dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, pediu-lhe o sr. Presidente que se manifestasse. Declarou ele, então, que o assunto é, realmente, também de grande preocupação da Academia Paulista de Letras, que tem por norma defender sempre a pureza da linguagem. Citou Mário de Andrade e informou que também em outras nações de língua portuguesa, como Angola, Moçambique, estão ocorrendo profundas modificações na língua. Vamos ver o que virá da reunião em Brasília, vamos ver o que virá por aí, para, depois, tomarmos posição, arrematou o Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho. Por fim o secretário dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho dirigiu um convite a todos os presentes para a série de comemorações do Quinquagésimo Aniversário da morte de Pedro de Toledo, a iniciar-se no Pátio do Colégio, a partir de vinte e nove de julho corrente, às dezessete e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, tendo-se lavrado a presente ata que é assinada pelo sr. Presidente e pelo secretário. Em tempo, a primeira secretaria foi exercida pelo segundo secretário Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, na falta do Titular e foi segundo secretário «ad hoc» o consócio Desidério Alfredo Fontana. De fato, trata-se de reunião plenária do Instituto e não de Diretoria, como consta da ata. José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 7 DE AGOSTO DE 1985

Ata da sessão ordinária realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no salão nobre do Sodalicício, à rua Benjamin Constant número cento e cinquenta e oito, nesta Capital aos sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e cinco. As dezoito horas, o senhor Presidente José Pedro Leite Cordeiro declarou aberta a sessão e convidou a mim, Walter Fonseca, para assumir a se-

gunda secretária, na ausência do titular Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho. No exercício da primeira secretaria encontrava-se o seu titular Moisés Gicovate e o Professor Vinício Stein Campos, orador oficial do Sodalício. Presentes os sócios: Renato Báez, Cel. Aduato Fernandes Andrade, Adriano Campanhole, Paulo Donovan Kigar, Moacir França, Antonio de Arruda Dantas, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Tácito Remi de Macedo van Langendonck, Ariovaldo Corrêa, Lycurgo de Castro Santos Filho, Rui Calazans, Roberto Machado Carvalho, José Geraldo Evangelista, Tsunezo Sato, J. Pereira, Henrique Oscar Wiederspahn, Cel. Claudio Moreira Bento, Hernani Donato, José da Veiga Oliveira, Paulo Romano, Walter Guerra, Antonio Barbosa Lima, Henrique L. Alves. Ainda com a palavra o sr. Presidente convidou para comporem a mesa o Acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, Presidente da Academia Paulista de Letras, o Cel. Claudio Moreira Bento, Diretor do Arquivo do Exército e conferencista da noite, o Dr. Walter Pinheiro Guerra, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Coronel Antonio Carlos Mendes, Comandante do Quarto Batalhão de Trânsito da Polícia Militar de São Paulo. Constituída a mesa diretora dos trabalhos o Sr. Presidente condecorou o Historiador de Mirassol, Ariovaldo Corrêa, com o Colar de Dom Pedro I, que lhe foi outorgado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em vista dos relevantes trabalhos prestados à História de São Paulo pelo ilustre agraciado. Na sequência, usando da palavra, o Professor Vinício Stein Campos, em nome do Instituto, saudou o homenageado, que respondeu agradecendo e declarando que também prestava, na oportunidade, sentida homenagem de gratidão ao confrade Pedro Brasil Bandecchi, recentemente falecido e que foi o grande incentivador de suas pesquisas históricas; o seu discurso foi encerrado declamando versos de Olavo Bilac, sendo muito aplaudido. O coronel Claudio Moreira Bento, conferencista da noite, num detalhado e significativo estudo, destacou a pre-

sença paulista na Revolução Farroupilha, focalizando a figura histórica e controvertida do Cel. Bento Manoel Ribeiro, paulista de Sorocaba. Utilizando-se de citações documentais e de enfoques salientes do referido movimento revolucionário, o conferencista recebeu calorosos aplausos ao final de sua oração. Ainda com a palavra, o cel. Claudio colocou o Arquivo do Exército à disposição dos membros do Sodalício e ofereceu à Biblioteca da entidade um exemplar da revista «A Defesa Nacional», número setecentos e dezessete, Janeiro/Fevereiro de mil novecentos e oitenta e cinco. O Presidente Leite Cordeiro, demonstrando grande satisfação pelas presenças do Historiador Ariovaldo Corrêa e do Coronel Claudio Moreira Bento, agradeceu a presença de ambos e destacou a valiosa colaboração que acabava de prestar ao Instituto. A seguir o primeiro secretário, Moisés Gicovate, leu circular expedida pela Diretoria do Arquivo Nacional referente ao funcionamento de um sistema de política nacional de arquivos públicos, a ser implantado durante a realização do II Seminário de Arquivos Estaduais, cuja instalação deverá ocorrer no Rio de Janeiro, no próximo mês. Leu também um outro documento, assinado pelo confrade Henrique Oscar Wiederspahn, solicitando fosse organizada uma sessão solene para a comemoração da eclosão da Revolução Farroupilha. O senhor Presidente deferiu a petição e designou uma comissão constituída pelo próprio requerente e pelos confrades Vinício Stein Campos, Roberto Machado Carvalho, J. Pereira e Tácito Remi de Macedo van Langendonck a qual ficará encarregada de promover o evento. Nada mais havendo a ser tratado e ninguém querendo fazer uso da palavra o sr. Presidente agradeceu a presença dos componentes da mesa, dos visitantes e dos confrades e declarou encerrada a sessão da qual, eu, Walter Fonseca, no exercício da segunda secretaria, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada é assinada pelo sr. Presidente e pelos secretários José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO DE 1985

Aos vinte e um de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, às dezoito horas, em sua sede, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em sessão ordinária e na forma estatutária. Presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, José Leandro de Barros Pimentel, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Lycurgo de Castro Santos Filho, Moacir França, Roberto Machado Carvalho, Renato Báez, Francisco Brasileiro, Desidério Alfredo Fontana, Rui Calazans, Amélia Franzolin Trevisan, Antonio Arruda Dantas, Pe. Hélio Abranches Viotti, Geraldo Dutra de Moraes. Os trabalhos foram dirigidos pelo presidente José Pedro Leite Cordeiro, assessorado pelos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho. A sessão iniciou-se com a leitura e aprovação das atas de três de julho de mil novecentos e oitenta e cinco, dezessete de julho de mil novecentos e oitenta e cinco e sete de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco. O presidente Leite Cordeiro apresentou voto de pesar pelo falecimento do consócio acadêmico Leonardo Arroyo e discorreu sobre sua personalidade, vida e obra. Registrou as doações do consócio Edmundo Mendonça, de quando com fotografia dos ministros do Exterior, participantes da primeira reunião Pan-Americana, com preciosos autógrafos de brasileiros ilustres, entre outros, Olavo Bilac e Almeida Nogueira; e da bandeira paulista da Revolução Constitucionalista de mil novecentos e trinta e dois, que ao invés do mapa do Brasil, estampa o brasão da cidade. Continuando, participou e convocou para a sessão ordinária de dezoito de setembro, às dezessete horas, quando serão realizadas eleições para segunda vice presidência, vacante com o falecimento do titular Pedro Brasil Bandecchi. Passou a palavra ao primeiro vice presidente Lycurgo de Castro Santos Filho, para participar que o Curso de História, promovido este ano, pela Academia Paulista de História terá o nome de Pedro Brasil Bandecchi — homenagem

do sodalício e será iniciado a dois de setembro, na Biblioteca Mário de Andrade. A seguir o consócio Roberto Machado Carvalho propôs voto de agradecimento ao consócio José Tavares de Miranda pela oportunidade que deu à Comissão para as Comemorações do Bicentenário de Nascimento do Padre Diogo Antonio Feijó de comparecer em seu programa na TV Gazeta e focalizar a efeméride e a personalidade daquele grande brasileiro. Lembrou a realização em São Paulo do Congresso de Museologia, com a presença do Ministro da Educação Marcos Maciel, anunciando a regulamentação da profissão, pelo qual pediu ofício de congratulações. Convidou para a Semana Cornélio Pires e para as comemorações a serem realizadas na cidade de Tietê, de vinte e cinco a trinta e um de agosto. O presidente Leite Cordeiro acusou ter recebido o convite para as festividades e designou o consócio Roberto Machado Carvalho para representar o Instituto. Prosseguindo o presidente relatou as atividades da Comissão para as Comemorações do Bicentenário de Nascimento do Padre Diogo Antonio Feijó e convidou para as cerimônias programadas: missa de ação de graças oficiada pelo Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, na cripta da catedral onde estão guardadas as cinzas de Feijó, com a presença do Coral Paulistano; a participação da Secretaria Municipal da Cultura nas celebrações; sessão na Academia Paulista de Letras promovida por aquele sodalício, com exposição de objetos da Coleção Ricardo Gumbleton Daunt, pertencentes a Feijó, seguida de conferência pelo acadêmico Odilon Nogueira de Matos, intitulada «Aspectos pouco conhecidos da vida de Feijó»; sessão solene promovida pelo Instituto, na sua sede, dia três de outubro, às dezoito horas, quando falará o orador Vinício Stein Campos e serão entregues as medalhas Comemorativas do bicentenário, idealizadas pelos consócios Lauro Ribeiro Escobar, Luiz Morrone e oferecidas pelo Secretário de Estado da Cultura, Jorge Cunha Lima. Também está sendo organizada Poliantéia com autoria de vários consócios. Lembrou que as comemorações tiveram início em oitenta e quatro, com a confrência do consó-

cio Antonio Barreto do Amaral e que ora se encerra com a programação anunciada. Em nada mais havendo, o presidente José Pedro Leite Cordeiro encerrou a sessão, agradecendo a presença e este segundo secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho lavrou esta ata que após aprovada, será assinada pelo sr. Presidente e pelos senhores secretários.

ATA DA SESSÃO DE 4 DE SETEMBRO DE 1985

Aos quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e cinco, na sede social da rua Benjamin Constant número cento e cinquenta e oito, com início as dezoito horas, realizou-se, atendendo a disposição estatutária, uma sessão plenária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro, que teve a seu lado o Primeiro Secretário Moisés Gicovate e, na ausência do segundo Secretário Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, justificada, foi convidado a preencher seu posto «ad hoc», Desidério Alfredo Fontana. Também fizeram parte da mesa diretora dos trabalhos os Drs. Duílio Crispim Farina e Mário Savelli, presidente da Sociedade Amigos da Cidade. Presentes ao auditório os confrades: Prof. João Gabriel Sant'Ana, Vinício Stein Campos, Embaixador Luiz de Almeida Nogueira Porto, Lycurgo de Castro Santos Filho, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Paulo Donovan Kigar, Rui Calazans, Antonio Barbosa Lima, José Geraldo Evangelista, João Rabello de Aguiar Vallim, Tsunezo Sato, Amélia Franzolin Trevisan, Adérito Augusto de Moraes Calado, Desidério Alfredo Fontana, Roberto Machado Carvalho, Renato Báez, Francisco Brasileiro, Antonio Joaquim Alves da Motta Sobrinho, Luis Wanderley Torres, Antonio Arruda Dantas, J. Pereira, Adriano Campanhole, Duílio Crispim Farina, Geraldo Dutra de Moraes. O primeiro item da Ordem do Dia marcava a posse do Embaixador Luiz de Almeida Nogueira Porto. O sr. Presidente convidou os sócios Antonio Joaquim Alves Motta Sobrinho, Adriano Campanhole e João Rabello de Aguiar Vallim a que fossem

buscar e acompanhar ao recinto o novo confrade Embaixador Luiz de Almeida Nogueira Porto, que foi recepcionado com uma salva de palmas, tendo, logo a seguir, lido em voz alta e assinado o Termo de Posse. A seguir, o senhor Presidente pediu ao Dr. Duílio Crispim Farina que proferisse a saudação ao recipiendário. Em breve e inspirada oração, o Dr. Farina perlustrou toda a ancestralidade ilustre do novo sócio, remontando às origens de Bananal, relatou a modelar carreira diplomática do Embaixador, citando todos os países onde prestou serviços ao Brasil e não esqueceu de lembrar que o nome Almeida Nogueira está intimamente ligado à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por figurar entre os historiadores das Arcadas. Aplausos vibrantes ao final. Em seguida, o Embaixador Luiz de Almeida Nogueira Porto agradeceu não só as belas palavras do Dr. Duílio Crispim Farina, como e principalmente, o convite para ingressar neste quase centenário Instituto, frisando que este fato passa a constituir um dos pontos altos de seu curriculum. Aplausos. O senhor Presidente pediu, depois, ao Secretário Moisés Gicovate, que ocupasse a tribuna. E este o fez para falar sobre a efeméride que estamos comemorando, isto é, o transcurso dos cincoenta anos da morte de Pedro de Toledo. Salientando que a Revolução Constitucionalista de 1932 foi, incontestavelmente, o movimento cívico mais importante da História de São Paulo, neste século, o orador, depois de apresentar toda a qualificação e títulos do homenageado, lembrou, mais uma vez, a figura mítica que Pedro de Toledo é, para nós, paulistas, a partir daquele momento em que, interventor em São Paulo, rompeu com o governo da União, para colocar-se de corpo e alma ao lado de São Paulo. Fortes aplausos se ouviram ao final da oração. Dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, o Dr. Mário Savelli pediu fosse consignado nesta ata um voto de pesar pelo recente falecimento do Prof. Aires da Mata Machado Filho e de sua exma. esposa em acidente automobilístico, ele grande estudioso das nossas letras, filólogo, e historiador, autor de «O Enigma do Aleijadinho», entre outros trabalhos. Voto aprovado. O se-

nhor Presidente pediu ao senhor Secretário oficial à família enlutada, bem como ao Presidente da Academia Mineira de Letras. Como mais ninguém quisesse fazer uso da palavra, o senhor Presidente disse que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo viveu nesta tarde momentos de grande vibração cívica. Agradeceu ao Dr. Duílio Crispina Farina o belo discurso, ao Embaixador Luiz de Almeida Nogueira Porto as elogiosas referências feitas a este Sodalício em sua oração, referiu-se ao discurso do Primeiro Secretário Moisés Gicovate, que foi uma síntese perfeita da vida de Pedro de Toledo, lembrou o grande papel desempenhado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco na epopéia de 1932 e, ainda, antes de encerrar, noticiou a chegada de dois novos volumes que virão enriquecer a nossa biblioteca: «Um pouco da História de Campinas», do Acadêmico Odilon Nogueira de Matos e «Notícia Bibliográfica e Históricas». Informou o senhor presidente que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo acaba de receber um diploma de membro Honorário da Academia de Literatura Infantil e Juvenil, bem como um officio de Paulo de Azevedo Marques, datado de primeiro de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, oferecendo-nos a terceira edição de seu depoimento sobre a vida da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no período de cinquenta e dois e cinquenta e seis. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, tendo-se lavrado a presente ata, que será assinada pelo sr. Presidente e pelos Secretários, após discutida e aprovada.

ATA DA SESSÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 1985

Sob a presidência do Dr. José Pedro Leite Cordeiro, que teve a seu lado o primeiro Secretário Moisés Gicovate e, na ausência justificada do segundo Secretário Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, o confrade Desidério Alfredo Fontana, substituto «ad hoc», realizou-se no dia dois de outubro de mil novecentos e oitenta e cinco, sessão plenária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Presentes os se-

guintes confrades: José da Veiga Oliveira, Renato Báez, Itamar Bopp, Vinício Stein Campos, Moacir França, Roberto Machado Carvalho, Walter Fonseca, Tácito Remi de Macedo van Langendonck, J. B. Silveira Peixoto, Tsunezo Sato, Helicodoro Tenório da Rocha Marques, Duílio Crispim Farina, José Vicente Freitas Marcondes, Henrique Oscar Wiederspahn, José Geraldo Evangelista, Mário Savelli, Paul Donovan Kigar, Lycurgo de Castro Santos Filho, Rui Calazans, Amélia Franzolin Trevisan, Antonio Barbosa Lima, Pe. Hélio Abranches Viotti, Douglas Michalany. Iniciando os trabalhos, o senhor presidente declarou que, em nome do sodalício, passava a entregar aos ilustres confrades Renato Báez e Moacir França, a Medalha «Alexandre Guimarães» e respectivo diploma, o que fez, sob calorosa salva de palmas. Convidado pelo senhor Presidente, o confrade Duílio Crispim Farina saudou os novos agraciados, em breve mas inspirada oração, em que salientou a qualificação de Moacir França como historiador de Ituverava e a Renato Báez como historiador de Corumbá. A seguir, a palavra foi dada ao confrade Renato Báez que, em seu nome pessoal e no do colega agraciado Moacir França, agradeceu ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a venera com que foram distinguidos, reafirmando seu propósito de honrá-la por sua cada vez mais acendrada dedicação aos estudos históricos. Palmas. Volta a falar o senhor Presidente, desta vez para convidar o confrade Cel. Henrique Oscar Wiederspahn a usar a tribuna para sua prometida palestra sobre a Revolução Farroupilha. Numa oração muito apreciada, S.Sa. salientou aspectos poucos divulgados daquele movimento armado no sul do País, além de seu caráter eminentemente cívico, a ponto de elevar a Revolução Farroupilha a uma das mais importantes páginas da história do Rio Grande do Sul. Calorosas palmas ouviram-se ao final da oração. Como que complementando a palestra do confrade Henrique Oscar Wiederspahn, ocupa a tribuna o confrade Vinício Stein Campos, que numa evocação histórica, aponta a participação de sua amada Capivari naquele movimento sedicioso gaúcho, quando o filho de Vicente da Costa Taques Goes

Aranha, na calada da noite, encilha o cavalo e parte sobranceiro para o Rio Grande do Sul, onde foi juntar, ao dos farrapos, o ardor do seu civismo. Palmas. Tendo sido oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, pediu-a o confrade J. B. Silveira Peixoto para, em termos vibrantes, reprovar, como de fato condenou, as referências desairosas ao nosso Imperador D. Pedro I, contidas no folheto «Educação Democrática», número especial de setembro de mil novecentos e oitenta e cinco, da Secretaria de Estado da Educação, publicação essa em que, se não fosse suficiente aquele desrespeito ao nosso Imperador, também se procura macular a glória da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em mil novecentos e trinta e dois, apontando-a como movimento separatista. O orador pediu que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo se dirija ao sr. Secretário da Educação protestando pelo corretivo necessário, conclamando a que outras entidades culturais e cívicas se unam ao nosso sodalício nesse protesto que é mister se fazer. A assembléia aprovou a proposição do confrade J. B. Silveira Peixoto por vibrante salva de palmas. O senhor Presidente, manifestando sua aprovação a esse protesto, convidou a Academia Paulista de Letras, Academia Cristã de Letras, Sociedade Amigos da Cidade, cujos presidentes estavam presentes no auditório, a se unirem ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo nessa moção. Falou a seguir o confrade Pe. Hélio Abranches Viotti, tendo S.Sa, anunciado que acaba de chegar às suas mãos a carta de Anchieta ao rei Felipe de Espanha, datada de mil quinhentos e oitenta e três, documento que, com muita satisfação sua, trará para ser lido na próxima reunião. Voltando ao assunto do folheto «Educação Democrática» número de setembro, da Secretaria de Educação, retro referido, o confrade Roberto Machado Carvalho disse que essa publicação foi distribuída a quatro milhões de alunos do Estado de São Paulo, e que teve ocasião de debatê-la com alunos. Fazia votos pelo êxito do protesto a ser dirigido ao Sr. Secretário da Educação. Volta a falar o Presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro para oficialmente convidar, através de seus Presidentes

presentes, a Academia Paulista de Letras, Academia Cristã de Letras e Sociedade Amigos da Cidade para, em conjunto com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, redigirem a moção de protesto que será encaminhada ao sr. Secretário da Educação ou mesmo diretamente ao sr. Governador do Estado, segundo algumas opiniões. Uma Comissão composta dos Drs. Lycurgo de Castro Santos Filho, Duílio Crispim Farina, Mario Savelli, Moisés Gicovate, foi nomeada para a redação do documento. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, tendo-se lavrado a presente ata, que é, em seguida, assinada pelo sr. Presidente e pelos srs. secretários após ser aprovada. Lycurgo de Castro Santos Filho, Moisés Gicovate e Augusto B. Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DE 16 DE OUTUBRO DE 1985

Aos dezesseis de outubro de mil novecentos e oitenta e cinco, às deztoito horas, na sede, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em sessão ordinária para encerramento das atividades sociais do ano e em homenagem aos sócios falecidos. Presentes os consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Moisés Gicovate, José da Veiga Oliveira, Pe. Hélio Abranches Viotti, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Maria Helena Brancante, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Vinício Stein Campos, Mário Savelli, José Leandro de Barros Pimentel, João Gabriel Sant'Ana, Desidério Alfredo Fontana, Moacir França, Duílio Crispim Farina, Lycurgo de Castro Santos Filho, Tsunezo Sato, Hernani Donato, Paul Donovan Kigar, Amélia Franzolin Trevisan, Luis Wanderley Torres, João Rabello de Aguiar Vallim, Tácito Remi de Macedo van Langendonck, Douglas Michalany, J. Pereira, Paulo Pereira dos Reis, Roberto Machado Carvalho, Renato Báez. O presidente José Pedro Leite Cordeiro, abriu os trabalhos assessorado pelos primeiro e segundo secretários, Moisés Gicovate, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho e pelo primeiro orador Vinício Stein Campos. Completou a mesa com os presidentes da Academia Paulista de Letras, Lycurgo de Castro Santos Filho,

da Sociedade Amigos da Cidade, Mário Savelli, da Academia Cristã de Letras, Duílio Crispim Farina, da Academia Paulista de História, Paulo Pereira dos Reis e do acadêmico Hernani Donato. A seguir, deu a palavra ao orador Vinício Stein Campos para que procedesse as homenagens póstumas aos sócios falecidos durante o ano. Iniciou com registro da perda de sete ilustres sócios correspondentes uruguaio e um paraguaio. São: Ariosto D. Gonzales, Carlos Peres Montero, Daniel Castelanos, Felipe Ferreiro, Rafael Schiaffino, Raul Monteiro Bustamante e Simon L. Lucuix e do historiador paraguaio Ramon Antonio Ramos. Prossegue: na categoria de Sócios honorários dois rudes golpes sofreu o Instituto, e com ele, a cultura histórica nacional, ferida no prosclênio de seus mais altos e consagrados valores: Dom Antonio de Almeida Morais Junior e Dr. Pedro Calmon Mouiz Bittencourt. Na categoria de sócios beneméritos o Instituto viu-se desfalcado de um de seus companheiros mais dedicados e operosos: coronel Arrisson de Souza Ferraz. Entre os sócios eméritos, registrou: jornalista Amadeu Nogueira, exaltando excelente estudo biográfico do barão de Itapetininga de sua autoria; Leonardo Arroyo — pesquisador histórico e escritor ficcionista de raro talento; Paulo Barbosa de Campos Filho — distinguiu-se pela sua imensa cultura jurídica, aliada a um caráter adamantino, de um desprendimento e uma elevação moral simplesmente emocionante; Pedro Rodovalho Marcondes Chaves — magistrado com magnífica folha de serviços de promotor público e ministro do Superior Tribunal Federal, percorreu todas as entrâncias da carreira, com exercício em todos os cargos judicantes e administrativos, primando em todos eles por uma exação que lhe grangeou a admiração e a estima públicas; Rodrigo Soares Junior — eminente jornalista, presidente do centenário Diário Popular; Wilson Maia Fina — participou intensamente de vida do Instituto, integrando a sua diretoria executiva e oferecendo eficiente cooperação na solução dos problemas administrativos; Pedro Brasil Bardecci — presença diária nessa Casa, companheiro nosso

desde o seu ingresso em primeiro de março de mil novecentos e cinquenta e oito, e colaborador em todas as realizações do sodalício. Vinício Stein Campos assim encerrou: a sua emocionada e vibrante oração: como no dia distante de mil oitocentos e noventa e sete, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a exemplo de seus antecessores, rende carinhosamente as suas homenagens aos companheiros mortos, proclama a benemerência de seus esforços em prol da memória paulista e nacional e se antecipa ao gesto das gerações futuras, entronizando no coração de São Paulo, a vida e a obra destes companheiros inscricíveis. Deus os tenha na sua glória. Prosseguindo teve a palavra o padre Hélio Abranches Viotti, que ofereceu a cópia de carta inédita do beato padre José de Anchieta, encontrada no arquivo Simancas pelo professor acadêmico e historiador espanhol Antonio Romeu de Armas. Datada de mil quinhentos e oitenta e três, enviada pelo então provincial José de Anchieta ao rei Felipe II. A propósito do feliz achado, o presidente José Pedro Leite Cordeiro emitiu vários comentários em torno de personagens e episódios históricos da época período rico de acontecimentos do Brasil espanhol. Em que foi acompanhado, com igual entusiasmo, pelo consócio Duílio Crispim Farina, outro afeiçoado do tema. Finalmente o presidente Leite Cordeiro congratulou-se com Vinício Stein Campos pelo feliz desempenho da missão e com o padre Hélio Abranches Viotti ao alvisseras pelo encontro de documento tão precioso para as histórias anchietana, paulista e brasileira. Encerrando, pelo aniversário do Instituto Histórico que se celebra a primeiro de novembro, evocou os seus eminentes presidentes e fundadores por grande legado e exemplos. Nada mais havendo declarou encerrada a sessão. Este segundo secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, lavrou esta ata a qual dá testemunho e fé. Depois de devidamente aprovada, receberá as assinaturas de direito. São Paulo, dezesseis de outubro de mil novecentos e oitenta e cinco. Lycurgo de Castro Santos Filho, Moisés Gicovate e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO — EXERCÍCIO DE 1985

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cumprindo disposição estatutária — art. 16, combinado com o art. 30 — apresenta o Relatório Anual das Atividades da Entidade, referente ao Exercício de 1985.

Apesar da difícil conjuntura sócio-econômica que a Nação atravessa, o Instituto preencheu satisfatoriamente as suas finalidades, realizando o seu programa cívico-cultural.

O ano de 1985, foi de intensa atividade política e vibração cívica em decorrência do movimento para a plena democratização do País.

SESSÕES PLENARIAS REALIZADAS

No decurso do ano de 1985 foram realizadas: 1 sessão solene, 9 sessões culturais, 9 sessões administrativas, 6 reuniões da Diretoria e 1 sessão magna.

SESSÃO ADMINISTRATIVA INAUGURAL DO EXERCÍCIO

Na sessão administrativa que marcou o início dos trabalhos, realizada a 16 de janeiro, foi lido o Relatório e apresentado o Balanço relativos à atividade de 1984. Postos em discussão, foram ambos aprovados pelo plenário, por unanimidade, merecendo os aplausos dos presentes.

SESSÃO SOLENE DE INÍCIO DAS ATIVIDADES SOCIAIS

Na tradicional sessão cívico-cultural, realizada a 25 de janeiro, o 1º orador oficial, prof. Vinício Stein Campos, proferiu vibrante e culta oração rememorando as admiráveis figuras dos fundadores da Cidade.

Na oportunidade, o Padre Hélio Abranches Viotti discorreu acerca do 4º Centenário da morte do Pe. Manoel de Paiva.

SESSÕES PLENARIAS — VULTOS E FATOS HISTÓRICOS RELEMBRADOS

Por meio de inscrição voluntária e solicitada, ou por designação do senhor Presidente, foram homenageados vultos das ciências, letras e artes, figuras históricas, personagens políticas, que se impuseram ou salientaram por seu valor. No curso dos trabalhos de todas as sessões, ocorreram, naturalmente, referências a muitos assuntos culturais, em regra registrados nas atas.

A 6 de fevereiro, o Cel. Adauto Fernandes Andrade discorreu sobre «Características da Guerra», oferecendo amplo panorama.

Em data de 6 de março, Luis Wanderley Torres deu as suas impressões pessoais, versando o tema «A Rússia que eu vi».

A 10 de abril, José da Veiga Oliveira proferiu erudita conferência, em comemoração ao «Tricentenário de Bach».

No dia 8 de maio, Mário Pires leu excelente estudo versando «Os 40 anos da morte de Mário de Andrade e sua Paulicéia Desvaída».

Na mesma sessão, o prof. José Sebastião Witter abordou o tema «História Ameaçada».

Em data de 28 de maio realizou-se sessão solene em comemoração ao Centenário de Cândido Fontoura. Dullio Crispim Farina proferiu vibrante oração.

A 5 de junho, José Geraldo Evangelista discorreu brilhantemente acerca «O 6º R.I. na Campanha da Itália», muito apreciado. Ofereceu alguns Documentos ao Sodalício.

A 3 de julho, Roberto Machado Carvalho leu amplo e profundo estudo sobre «Madre Maria Teodora Voiron — Sessenta anos de sua morte».

Nessa oportunidade, o presidente Leite Cordeiro prestou significativa homenagem ao segundo vice-presidente Pedro Brasil Bandecchi, pelo seu trespasse inesperado. Leu, a seguir, o poema de louvor a São Paulo, da autoria de Pedro Brasil Bandecchi: «Barqueiros do Tietê». Usaram ainda da palavra Dr. Moisés Gicovate, Prof. Vinício Stein Campos, Dr. Mário Savelli, Prof. Roberto Machado Carvalho, J. Pereira, Odilon da Costa Manso, Luis Wanderley Torres, Desidério Alfredo Fontana, Douglas Michalany, Waldemar do Arnal Gurgel Viana e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

Em data de 7 de agosto, o Cel. Claudio Moreira Bento discorreu acerca da «Contribuição Paulista na Revolução Farroupilha».

A 30 de agosto, sessão comemorativa do Bicentenário do Nascimento do Padre Diogo Antonio Feijó, tendo sido agraciados com a medalha comemorativa de Diogo Feijó, autoridades, membros das Comissões, dirigentes de Associações e colaboradores da Poliantéia.

Em data de 4 de setembro, o Dr. Moisés Gicovate falou sobre o «Cinqüentenário da morte de Pedro de Toledo».

Em sessão de 18 de setembro, em obediência ao que consta nos Estatutos, na vaga aberta pelo falecimento do saudoso confrade Pedro Brasil Bandecchi, foi eleito o Dr. Mário Savelli.

Em data de 2 de outubro, o Cel. Henrique Oscar Wiederspahn proferiu palestra sobre a «Revolução Farroupilha».

Na mesma sessão, o Prof. Vinício Stein Campos discorreu brilhantemente sobre «São Paulo e a Revolução Farroupilha».

SESSÃO MAGNA EM MEMÓRIA DOS SÓCIOS FALECIDOS

A sessão de 16 de outubro foi destinada a homenagear os sócios falecidos durante o exercício, por determinação do art. 30 dos Estatutos. O orador oficial, Prof. Vinício Stein Campos, de forma solene, proferiu palavras sentidas de preito aos que nos deixaram, e que foram:

- **BENEMÉRITO:** — Arrisson de Souza Ferraz.
- **EMÉRITO:** — Paulo Barbosa de Campos Filho, Rodrigo Soares Junior, Wilson Maia Fina, Pedro Brasil Bandecchi, Amadeu Nogueira, Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, Leonardo Arroyo.
- **HONORÁRIO:** — Dom Antonio de Almeida Moraes Jr., Pedro Calmon Moniz Bittencourt.
- **CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO:** — Ramon Antonio Ramos, Ariosto D. Gonzales, Carlos Perez Montero, Felipe Ferreiro, Rafael Schiaffino, Raul Monteiro Bustamante, Simon L. Lucuix, Daniel Castelanos.
- **CORRESPONDENTE NACIONAL:** — Jeronimo de Aquino Araújo, Luiz Mezezes Monteiro da Costa, Edith Mendes da Gama e Abreu.
- **TITULAR:** — João Teixeira de Paula.

CINQUENTENARIO DA MORTE DO GOVERNADOR PEDRO DE TOLEDO

As celebrações do Cinquentenário da morte do governador Pedro de Toledo foram realizadas no dia 29 de julho, junto ao Monumento Nacional de Fundação da Cidade — Pátio do Colégio.

QUADRO SOCIAL.

No decurso do Exercício de 1985 foram eleitos, nas diversas categorias, os seguintes membros:

- **TITULAR:** — Ernani da Silva Bruno, Pe. João Evangelista Martins Terra, Antonio de Pádua Bertelli.
- **CORRESPONDENTE NACIONAL:** — Luiz de Almeida Nogueira Porto, Dante Martorano.
- **CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO:** — Vasco Mariz.

POSSE DE SÓCIOS EM 1985**TITULAR**

José Tavares de Miranda
José Vicente de Freitas Marcondes

PATRONO

Ibrahim Nobre
Cassiano Ricardo

CORRESPONDENTE NACIONAL

Adilson Cesar
Luiz de Almeida Nogueira Porto

PATRONO

Manuel Baptista Cepellos
José Luiz de Almeida Nogueira

CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO CEHIS — CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS

Em sessão realizada a 6 de fevereiro, foi aventada a idéia da criação do Centro de Estudos Históricos de São Paulo, e exposta pelo Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho. Na sessão de 6 de março foi apresentado o projeto definitivo pelo Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, o qual foi aprovado por unanimidade.

Os organizadores, em número de cinco (5), foram: Lycurgo de Castro Santos Filho, Pedro Brasil Bandecchi, Raul de Andrada e Silva, Hernâni Donato e Odilon Nogueira de Matos.

Ao todo foram realizadas 13 sessões, datada a primeira, de 20 de março.

Em data de 12 de abril, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, expediu circular aos confrades, dando ciência da instalação do CEHIS, organizado nos moldes do CEPHAS, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destinado aos sócios e não sócios de nosso Sodalício.

FORAM AGRACIADOS EM 1985

MEDALHA PEDRO II: — Renato Báez, Durval Sarmiento Rosa Borges, Décio Fernandes Vasconcelos.

COLAR PEDRO I: — Serafino Faro, Moisés Gicovate, Ariovaldo Corrêa.

MEDALHA ALEXANDRE GUSMÃO: — Renato Báez, Moacir França.

PUBLICAÇÕES

Durante o ano foi distribuído o volume LXXIX referente ao ano de 1984, com 366 páginas. (

DOAÇÕES

O Instituto recebeu do Dr. Manoel Vitor de Azevedo a quantia de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros) para a compra e colocação dos microfones no Salão Nobre.

BIBLIOTECA E HEMEROTECA

Durante o Exercício de 1985, o acervo da Biblioteca «Afonso de E. Taunay» foi acrescida de 177 livros e 218 periódicos. Foram atendidos 295 consulentes de livros e periódicos e 93 jornais. A maioria das publicações recebidas o foi através de doações de consócios ou instituições culturais. A Biblioteca tem-se dirigido a Entidades solicitando envio de publicações. Outro serviço a cargo da Biblioteca, é o envio de volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para a Capital, interior, outros Estados e exterior.

Cumpra salientar a doação feita pelo Dr. Thomaz Oscar Marcondes de Souza, em data de 10 de maio, de 45 livros e 5 jornais; e a doação feita pelo Instituto Hans Staden, em 12 de novembro, de 45 livros.

SECRETARIA E TESOUREARIA

A Secretaria cumpriu integralmente as suas funções, estando os trabalhos em dia. Foram expedidos 110 ofícios.

A Tesouraria teve o seu trabalho regular, sendo que o Diretor-Tesoureiro fará a apresentação das Contas e Balanço do exercício de 1985.

PESSOAL

Conta o Instituto com um corpo de funcionários de alto nível, destacando-se por sua dedicação e eficiência.

CURSOS

Em colaboração com a ACADEMIA CRISTÃ DE LETRAS foi realizado o curso — «GRANDES VULTOS DA IGREJA CATÓLICA NA HISTÓRIA DO BRASIL», em um total de 11 conferências:

- 1º-08-85 — Abertura pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Acadêmico José Pedro Leite Cordeiro.
«Padre Diogo Nunes.»
Conferencista: Padre Hélio Abranches Viotti.
- 05-08-85 — D. José de Camargo Barros.
Conferencista: Acadêmico Manoel Vitor de Azevedo.
- 08-08-85 — Cardeal Joaquim Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque.
Conferencista: Acadêmico Mário Savelli.
- 12-08-85 — Padre Roberto Saboya de Medeiros S.J.
Conferencista: Acadêmico Adérito Augusto de Moraes Calado.
- 15-08-85 — Padre Bento Dias Pacheco.
Conferencista: Acadêmico Roberto Machado Carvalho.
- 19-08-85 — Padre Diogo Antonio Feijó.
Conferencista: Acadêmico Pedro Ferraz do Amaral.
- 22-08-85 — Padre Dr. João Gualberto do Amaral.
Conferencista: Acadêmico Hélio Damante.
- 26-08-85 — Frei Antonio Santana Galvão.
Conferencista: Acadêmico Paulo Pereira dos Reis.
- 29-08-85 — Cardeal D. Sebastião Leme da Silveira Cintra.
Conferencista: Acadêmico Douglas Michalany.

- 02-09-85 — Frei Gaspar da Madre de Deus.
Conferencista: Acadêmico Moisés Gicovate.
- 05-09-85 — Frei Mariano da Conceição Veloso.
Conferencista: Prof. José Ribeiro do Valle.
Encerramento pelo Acadêmico Duílio Crispim Farina.

Em colaboração com o Instituto Genealógico Brasileiro, sob o patrocínio da Secretaria Municipal de Cultura, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, realizou-se o 9º CURSO DE GENEALOGIA E HERÁLDICA, em um total de 9 conferências e aulas práticas:

- 31-10-85 — Ordens Honoríficas.
Conferencista: Dr. Lauro Ribeiro Escobar.
- 05-11-85 — O maior Arquivo do mundo em Genealogia.
Conferencista: Prof. Carlos Alberto Domingues da Soc. Genealógica de Utah, USA.
- 07-11-85 — Os Andradas.
Conferencista: Acadêmico Raul de Andrada e Silva
- 11-11-85 — Genealogia de Prudente de Moraes, primeiro Presidente paulista eleito.
Conferencista: Pedro Ferraz do Amaral.
- 14-11-85 — Genealogia de Júlio Prestes de Albuquerque, último Presidente paulista eleito.
Conferencista: Dr. Célio Salomão Debes.
- 18-11-85 — Heráldica e Arte.
Conferencista: Heraldista Alexander Cseri.
- 21-11-85 — História da Heráldica.
Conferencista: Prof. Dr. Wallace de Oliveira Guirelli.
- 25-11-85 — Litoral Norte de São Paulo.
Conferencista: Prof. João Gabriel Sant'Ana.
- 28-11-85 — Encerramento do Curso, com entrega de diplomas e coquetel.

Através do presente Relatório visamos ofertar aos ilustres membros do Instituto os informes essenciais acerca do ocorrido no decurso do Exercício de 1985.

Agradecemos a valiosa colaboração recebida, o que nos permitiu levar a bom termo nosso trabalho.

Colocamo-nos ao inteiro dispor do egrégio Plenário, para todo e qualquer esclarecimento que desejar ou julgar necessário.

José Pedro Leite Cordeiro — Presidente

Moisés Gicovate — 1º Secretário

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

C.G.C.-62.926.977/0001-91

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1985

VARIAÇÕES PASSIVAS

VARIAÇÕES ATIVAS

DESPESA

C/ Administração	23.596.188	
C/ Pessoal	94.019.760	
C/ Previdência	4.934.323	
C/ Edifício	38.125.002	160.675.273
	<hr/>	

RECEITA

Aluguéis	97.005.545	
Conserv. Prédio	30.242.466	
Subvenções	2.090.000	
Seguros	4.585.275	
Telefone	27.492	133.950.778
	<hr/>	

SOCIAL

Colares	30.000	
Diplomas	15.000	
Medalhas	60.000	
Revistas	1.759.000	1.864.000
	<hr/>	

VARIAÇÃO ECONÔMICA

Superavit do Exercício	61.674.845
------------------------------	------------

FINANCEIRA

Aplicações	86.535.340
------------------	------------

222.350.118

222.350.118

ATIVO		PASSIVO	
IMOBILIZADO		PERMANENTE	
Móveis e Utensílios	360.131	Patrimônio	29.331.229
Instalações	4.400	Superavit	61.674.845
Biblioteca	16.828		
Telefone	34.353		
	<u>415.712</u>		
DISPONIVEL			
Caixa	55.137		
Bcos. C./Movimento	3.583.321		
	<u>3.638.458</u>		
REALIZAVEL			
Aplicações Financeiras	86.951.904		
	<u>91.006.074</u>		
			91.006.074

a) Lycurgo de Castro Santos Filho a) Adriano Campanhole a) Odete Ferraz
 Presidente — 1º Vice 2º Tesoureiro Contador-CRC. 25.445

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Tendo examinado o Balanço do Movimento Financeiro de 1985, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, encerrado em 31 de dezembro de 1985, bem como o Livro Caixa e todos os documentos e demonstrações que o ilustram, achamos tudo em perfeita ordem, podendo por isso, sugerir a sua aprovação pelo plenário reunido conforme determina o artigo 30 dos Estatutos.

a) Itamar Bopp

a) Paulo Romano

a) Manoel V. de Azevedo

NOTICIÁRIO

O CENTENÁRIO DE DJALMA FORJAZ (1883-1983)

Transcorreu no dia 7 do mês em curso o centenário do nascimento de Djalma Forjaz. A sua evocação constitui o encontro do passado com o presente, pequeno traço de união entre o desenrolar dos fatos históricos. Decorrido precisamente um século, encontra-se presente na saudade de seus descendentes.

Advogado, pesquisador, historiador. Nasceu Djalma Forjaz na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, a 7 de maio de 1883. Filho de Garcia Neves de Macedo Forjaz, médico, e de d. Irinéia Recifina de Figueredo Forjaz.

Frequentou diversas escolas em cidades de seu Estado natal, cursando o primário e o preparatório. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1901. Recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1905, a 24 de dezembro, juntamente com José Carlos de Macedo Soares. Foi um dos fundadores do Centro Acadêmico XI de Agosto.

Decorrido pouco tempo, durante o mês de janeiro de 1906, contraiu núpcias com d. Lúcia Freire de Vergueiro, filha do médico Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, neto do senador do mesmo nome, e de d. Messias Freire de Vergueiro. Desse casamento nasceram seis filhos, todos ainda vivos.

Dedicou-se ao trabalho desde estudante, tendo sido auxiliar de Gabinete do Chefe de Polícia de São Paulo. Depois de formado exerceu vários cargos estaduais e o federal, na qualidade de fiscal do Ginásio "Macedo Soares", estabelecimento de ensino particular sediado na paulicéia, tendo nele lecionado Psicologia e História do Brasil, até o ano de 1913.

Ainda nesse mesmo ano, ocupou o cargo de secretário da Escola Normal Primária do Braz, e, no ano seguinte, tornou-se lente de História da Civilização e do Brasil na Escola Normal de Itapetininga. Até o ano de 1926 continuou a dedicar-se ao magistério, tendo lecionado diversas disciplinas, inclusive na Escola Normal da Praça da República. Encerrava com raro brilho o ciclo do magistério.

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, aprovado a 20 de agosto de 1919. Sócio emérito, a 22 de junho de 1954.

Momento importante na vida de Djalma Forjaz no decurso do ano de 1924. Amigo apreciado por José Carlos de Macedo Soares, exilando-se este na Europa, distinguiu-o com o encargo de cuidar da administração de alguns de seus bens.

Compulsando as atas deste sodalício, verificamos que Djalma Forjaz prosseguia na leitura de seu trabalho "O Senador Vergueiro" (20-6-1925). E, na ata da 8ª sessão de 5 de outubro de 1938 lemos: "O sócio Djalma Forjaz agradece as provas de amizade e apreço que recebeu recentemente do Instituto", o que evidencia e confirma sua valiosa participação constante, bem como sua assiduidade. A honra de pertencer ao Instituto era levada a sério por ele.

No exercício do cargo de Diretor da Repartição de Arquivo e Estatística do Estado, permaneceu de 1927 a 1934. Aposentado, reverteu à atividade no ano seguinte, como Diretor do Departamento Estadual de Estatística. Nesse cargo aposentou-se definitivamente, às vésperas da inauguração do governo estadual do sr. Jânio Quadros. Não permaneceu, no entretanto, na inatividade.

A sua atividade não ficou adstrita a cargos públicos. Exerceu-a, igualmente, em empresas privadas, com objetivo de interesse coletivo, tais como a Companhia Campos de Jordão — a que se deve a criação do bairro Capivari —, e a Cerâmica Porto Ferreira, da qual foi Presidente até a data de seu falecimento. Contou sempre com apoio amigo de Macedo Soares. É considerada a maior indústria de louça da América Latina.

Importante ainda a sua atividade no campo cultural. É autor de diversas obras: "O Senador Vergueiro", premiada com menção honrosa, em 1926, pela Academia Brasileira de Letras; "Sentenças Chaguinhas" (vol. 23 do Instituto); "Fundação do Rio Negro", "Origens do Código Comercial Brasileiro" e "Memória sobre o Edifício do Convento de São Francisco". Esta última, estudo encomendado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Outros trabalhos de sua autoria foram editadas pelo Estado, destacando-se os ensaios sobre os Municípios e as Comarcas de São Paulo, em 1931, e sobre os seus Distritos de Paz, em 1938.

Historiador e pesquisador importante, no referente aos estudos da História do Brasil, foi apreciável a sua contribuição. Através seus estudos esclareceu episódios, escoimando-os de erros, tais como o referente ao enforcamento de Francisco José Chagas e Joaquim José Cotindiba, em 1821. E, ainda, quanto às origens do Código Comercial, que data de 1832 e é devido a Lino Coutinho e não, como se pensava, ao Padre Feijó ou Clemente Pereira.

Vida operosa, dedicada inteiramente ao trabalho, finou-se aos 79 anos, a 10 de agosto de 1962, em São Paulo. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fiel às suas finalidades e tradições, mantendo presente o passado, presta as suas homenagens a Djalma Forjaz, mineiro de nascimento, mas que exerceu toda a sua fecunda atividade na terra de Piratininga. (Moisés Gicovate - 1983)

— o —

O CENTENÁRIO DE RODOLFO VON IHERING (1883-1983)

Evocar a figura de Rodolfo von Ihering, não exige qualquer tipo de sortilégios, porquanto ela continua através de suas pesquisas, suas obras, sua atividade no campo científico. Neto do grande jurista Rudolf von Ihering, que lhe legou o nome e o amor à ciência, ainda que se dedicasse a ramo científico diverso. Foi continuador do Dr. Herman von Ihering, seu pai, organizador e diretor do Museu Paulista, no Ipiranga, por muitos anos.

Filho da província do Rio Grande do Sul, nasceu na cidade de Taquara, aos 17 de julho de 1883. Fez seus estudos de humanidades no Ginásio do Estado desta cidade, onde se bacharelou em ciências e letras, em 1901.

Ingressou no Museu Paulista como assistente do Diretor, no ano seguinte. Iniciou seus trabalhos, sob a orientação paterna. Viaja para a Europa, tendo ido fazer estudos superiores de ciências naturais na Universidade de Heidelberg. Teve oportunidade de conhecer os principais museus de história natural da Europa. De regresso, reassume o seu cargo, em 1908.

Por ocasião da guerra de 1914, ocorreu perturbação e hiato em seus trabalhos, em virtude da atitude assumida por seu pai. Deixa também o seu cargo no Museu, para se dedicar a atividades industriais. Em nenhum momento abandonou as investigações científicas, nas quais sempre se salientou por ser profundo e metuculoso, Até 1917 publicou 34 memórias sobre a fauna brasileira, na sua maioria, na revista do Museu Paulista, que seu pai fundara em 1906.

Compulsando a ata da 14ª. Sessão Ordinária, realizada em 20 de outubro de 1906, foi aprovada a sua admissão de sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Especializou-se em zoologia brasileira, tendo sido colaborador competente e eficiente de seu pai na notável obra: "Catálogo de aves do Brasil" e igualmente em outras monografias. Na revista do Museu Paulista encontramos numerosos trabalhos de sua autoria: "Vespas sociais no Brasil", "Abelhas solitárias", "Peixes de água doce", "Cobras do Brasil". "Escorpiões no Brasil meridional" foi estampado nos Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia.

Paralelamente a esses trabalhos que resultaram de investigação científica, destaca-se o "Livrinho das aves", trabalho de vulgarização, endereçado, de preferência, aos agricultores, evidenciando a utilidade ou nocividade desses animais, o que evidencia a sua preocupação com a ecologia.

Colaborou na imprensa diária e periódica. "Atlas da Fauna do Brasil", obra monumental, elaborada e publicada por Rodolfo von Ihering, teve decidida proteção de José Carlos de Macedo Soares.

Já no ano de 1926 vêmo-lo inteiramente dedicado à ciência. Presta serviços na diretoria da indústria animal da Secretaria da Agricultura de São Paulo, e, posteriormente, como chefe do serviço no Instituto Biológico da mesma secretaria.

Recebeu o título de doutor *honoris causa*, pela Universidade de Giessen, Alemanha, em função dos seus trabalhos zoológicos realizados no Brasil.

Dedicou-se ao estudo dos vertebrados, sobretudo aves e peixes, criando no Brasil o Serviço de Piscicultura, cujos trabalhos se iniciaram em 1926. Até 1931 dedicou-se à ictiologia e, desta data até a sua morte, trabalhou para a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, na Inspeção Federal de Obras contra as Secas.

De 1933 a 1937, empenhando-se o Governo Federal em povoar de peixes selecionados de maneira científica, para o efeito de sua maior reprodução nos açudes nordestinos, construídos pela Inspeção de Obras contra as Secas, foram buscar em São Paulo, Rodolfo von Ihering, cientista do Instituto Biológico, onde já havia feito experiências, mediante o emprego de glândulas de secreção interna. Embora os resultados não tivessem sido satisfatórios, serviram de diretriz para futuras pesquisas, coroadas de êxito.

Profundo conhecedor da biologia dos peixes, buscou-lhes as variedades espécies, do Rio São Francisco ao Amazonas, afim de determinar sobre quais deveria recair a industrialização da sua cultura nos mencionados açudes. Trabalho que exigia não apenas competência especializada, mas sagacidade científica e sentido aguçado.

Observador sagaz e consciencioso, pesquisador sério e profundo "nada escapou à sua observação apurada, nem o regime de alimentação natural no meio em que os peixes viviam e cujos elementos essenciais seriam reunidos no futuro viveiro".

O seu labor foi definitivamente interrompido no dia 15 de setembro de 1938, quando faleceu nesta Capital. Desta forma, não pode assistir à entrega do volume "Dicionário dos Animais do Brasil", outro monumento da literatura científica, editado em primeira edição pelo Ministério da Agricultura, cujo aparecimento indicava para breve, no "Ensaio Geográfico Zoológico Popular do Brasil", artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia, onde nos dá notícia, novamente,

do inestimável auxílio por ele recebido do Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo presta, por ocasião de escoado um século de seu nascimento, uma homenagem toda especial em razão da valiosa contribuição científica, quando na chefia do Serviço Nacional de Piscicultura do Ministério da Agricultura, foi colhido pela morte, que veio ceifar uma vida de tamanha operosidade e de tantos serviços à ciência pátria.

Em homens como Rodolfo von Ihering, à transitoriedade da vida, opõe-se a perenidade de suas obras. (Moisés Gicovate - 1983)

— o —

JEAN BATISTE DEBRET

Por incumbência do senhor Presidente, cabe-me relembrar a figura de Jean Batiste Debret (1768-1848) e, em especial, a sua obra — “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil” — Autor e obra são inseparáveis. Serei breve.

Comemora-se o decurso de 150 anos da publicação de sua obra, em Paris. Abrange 3 volumes. Mais precisamente, o 1º volume, que data de 1834. O 2º volume foi publicado em 1835 e o 3º, em 1839. Do original francês, possui exemplar a Biblioteca Municipal Mario de Andrade. Existem diversas traduções para o vernáculo.

Os feitos napoleônicos varreram a Europa. Ao tomar consciência da ameaça que pesava sobre Portugal, decidiu-se o príncipe D. João a, em companhia de grande comitiva, trasladar-se para o Brasil, sua colônia. Declarou enfaticamente, que “iria levantar a voz de um novo reino que iria criar”. Palavras de decisão que circunstâncias várias obstaculizaram. Era chamada “inversão brasileira” (Silvio Romero).

Merece lida a obra de Oliveira Lima — “D. João VI no Brasil” (3 volumes), trabalho de reabilitação e justiça. Afirma ele que D. João VI tinha pendor artístico.

Teve D. João VI a felicidade de ver-se cercado de homens de inteligência de escol, tais como Antonio de Araújo Azevedo, Conde da Barca. Daí a idéia de organização dessa “Missão artística de 1816”, escolhida graças a Humboldt e ao interesse de Le Breton.

Visava-se contratar na Europa, em 1815 um grupo de artistas e artífices que, no Brasil, viesse fundar uma escola de “ciências artes e ofícios”. Jean Batiste Debret seria um dos integrantes dessa “Missão artística de 1816” (Afonso Taunay). Entre 1814-15 sofreu Debret duros golpes: a princípio a queda do império e, depois, a morte do filho único. Caiu em profunda apatia... decidiu-se vir ao Brasil.

Apenas chegado, começou Debret, homem sobremaneira operoso, a trabalhar com afinco. Executou o retrato de D. João VI, de tamanho

natural e em trajes magestáticos, e de diversas personagens da família real, pintando, em grande tela, o desembarque da Arquiduquesa Leopoldina, princesa real, no Rio de Janeiro, a 12 de novembro de 1817.

Exerceu o cargo de cenógrafo do Real Teatro S. João, por um período de 7 anos. Colaborou na ornamentação da cidade do Rio de Janeiro para a aclamação de D. João, rei de Portugal, Brasil e Algarves, Era Debret lente de “pintura histórica”.

Espírito combativo. Trava lutas acirradas e obtém vitórias compensadoras. Em 1829 organizou a primeira exposição de trabalhos de que se tem notícia em terras brasileiras. O catálogo foi impreso às custas de Debret.

De volta à França, dedicou-se à impressão de sua obra “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil ou Estada de um artista francês no Brasil” — 3 volumes — 508 páginas de texto e 156 estampas.

A crítica de nosso país não recebeu com agrado essa obra. Membros do Inst. Hist. Geográfico Brasileiro julgaram “chocante que se pintassem costumes de escravos e cenas da vida popular com tanto realismo”; é justamente isso, no entanto, que, decorrido um século e meio, sustenta o interesse de Debret, tornando-o um documento de grande valia para o conhecimento dos usos e costumes da época em que permaneceu no Brasil.

Sergio Milliet, seu tradutor, considera-o “autor difícil. Minucioso, mas pouco claro, prolixo nas narrativas e descuidado no estilo, e a cada frase, um problema se impõe”.

Trata-se de um repositório inegalável, quadro fiel, quanto possível dos costumes nacionais, no período dos primeiros anos do Brasil imperial, tão mal documentado.

Primeiro Volume — 1834 refere-se exclusivamente aos indígenas brasileiros, a cerca dos quais fez o autor 36 estampas em que lhes representa os costumes, armas, utensílios, ornatos etc.

Segundo Volume — 1835 — é a pintura e descrição da sociedade brasileira — 48 estampas preciosíssimas, graças as quais podemos reconstituir perfeitamente o meio fluminense tão pitoresco, de princípio do séc. 19, abrangendo todas as manifestações da vida social.

Terceiro Volume — 1839 — consagrado a história política e religiosa e ao estudo das belas artes. Ainda numerosas estampas referentes a particularidade de costumes fluminenses. A estas juntou Debret a reprodução de seus quadros, desenhos de diversas cerimônias e acontecimentos notáveis, retratos da família imperial e de diversos personagens ilustres, a apresentação de trajes de gala, insígnias magestáticas e honoríficas, vista tomada de diferentes pontos do Rio de Janeiro, imagens de frutos e flores brasileiras, plantas arquitetônicas etc. . . etc. . .

Deixou Debret enorme cópia de inéditos.

De volta à França solicitou sua dispensa. Concedeu-lha o Governo Imperial e módica pensão pelos serviços prestados. Faleceu aos 80 anos. O Inst. Hist. Geográfico de S. P. prestigia, desta forma, as homenagens programadas, a serem tributadas ao insigne artista Jean Batiste Debret e deposita o seu profundo reconhecimento no altar de sua memória. (Moisés Gicovate - 1984).

— o —

CENTENÁRIO DE TOMÁS OSCAR MARCONDES DE SOUZA (1883-1983)

Nascido em Pindamonhangaba, tradicional cidade do trecho paulista do vale do Paraíba, em 24 de novembro de 1883, Tomás Oscar Marcondes de Souza desde cedo revelou pendor pelo assunto em que se tornaria autoridade de renome mundial: a história da náutica e dos descobrimentos marítimos. Data de 1912 seu primeiro trabalho sobre o tema. Intitulava-se *A descoberta da América e a suposta prioridade dos portugueses*, e trazia como complemento explicativo do título: "de acordo com a história e a cartografia americana vetustíssima". Trazia, ainda, prefácio de Capistrano de Abreu, o que seria suficiente para credenciá-lo, pois sabe-se quanto o mestre cearense era parcimonioso nos louvores e nas referências. Poucos historiadores no Brasil tiveram esse privilégio de ser introduzido nas letras históricas sob tão alto paraninfado. Sua obra de 1912, impressa pela Casa Vanorden, de São Paulo, tornou-se de consulta obrigatória para quantos tratassem do assunto, e foi reeditada em 1944, pela Editora Brasiliense, também de São Paulo, acrescida de novos informes e documentos. Revelava Marcondes de Souza já nessa obra (a começar pelo título) o espírito polêmico que sempre o acompanhou e tão bem o caracterizou. Polemista vigoroso, como o demonstra quase tudo quanto escreveu, manteve-se sempre no mais alto nível cultural, nunca descendo a particularidades ou questiúnculas pessoais e nem a mesquinhas resultantes de inveja ou amor próprio. Não. Podia-se não concordar com Marcondes de Souza, mas não se poderia, em sã consciência, negar a seriedade de seus pontos-de-vista, ainda mais que, por eles, falava, quase sempre, forte embasamento documental. Aliás, Capistrano de Abreu, no prefácio ao livro de 1912, soube distinguir essa sua qualidade.

Por indicação de Alfredo Ellis Júnior, então professor da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Marcondes de Souza passou a integrar o corpo de professores dessa instituição, na qualidade de professor-visitante ou professor-convidado, nela ministrando, durante vários anos, cursos de extensão universitária sobre temas ligados ao assunto de sua predileção. De um desses cursos, resultou o volume *Américo Vespucci*

e suas viagens, publicado oficialmente pelo referido instituto universitário.

Colaborador assíduo da saudosa *Revista de História*, desde o seu aparecimento em 1950, nela concentrou praticamente toda a sua atividade intelectual até pouco antes de falecer. Com efeito, raro o número da Revista que não trazia colaboração de sua lavra. Muitos dos trabalhos que nela publicou foram reunidos para formar os dois volumes intitulados *Algumas achegas à história dos descobrimentos marítimos e Novas achegas à história dos descobrimentos marítimos*, editados em 1958 e 1963, respectivamente. É bem verdade que nem tudo o que foi reunido nesses dois volumes diz respeito ao assunto implicado no título. Há, ali, também, crítica de livros, páginas de ocasião, polêmica, etc., porém, tudo revelando a intensa atividade que tão bem o caracterizou. E como se não bastasse, ainda uma extraordinária disposição ao trabalho e lucidez de espírito que o faziam imprimir, já octogenário, ao que escrevia, o mesmo entusiasmo dos seus primeiros escritos quase sessenta anos antes. Faleceu em São Paulo em 1968, poucos meses antes de completar oitenta e cinco anos.

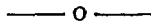
Além do muito que escreveu em jornais e revistas especializadas, Marcondes de Souza deixou os seguintes volumes:

1. *A descoberta da América e a suposta prioridade dos portugueses, de acordo com a história e a cartografia americana vetustíssima*. Prefácio de Capistrano de Abreu, São Paulo, Casa Vanorden, 1912. Para a segunda edição, “correta e ampliada, contendo as principais controvérsias sobre o descobrimento do Brasil e a carta de Pero Vaz de Caminha, publicada pela editora Brasiliense, em 1944, o título foi alterado para “O descobrimento da América” em vez de “A descoberta da América”.
2. *O Estado de São Paulo: físico, político e administrativo*. São Paulo, Empr. Gráf. Universal, 1923.
3. *A França caluniada* (política internacional). São Paulo, Empr. Gráf. Monteiro Lobato, 1923.
4. *O descobrimento do Brasil: estudo crítico de acordo com a documentação histórico-cartográfica e a náutica*. São Paulo, Editora Nacional, 1946 (Coleção “Brasiliiana”, v. 253). Para a segunda edição, “ampliada com rica documentação” (São Paulo, Michalany, 1956), o autor acrescentou os seguintes adendos: “Falsos e autênticos precursores de Cabral” e “A ciência e a náutica dos portugueses e a pretensa escola naval de Sagres”.
5. *Américo Vespucci e suas viagens: estudo crítico de acordo com a documentação histórica e cartográfica*. São Paulo, 1949. Publicação nº 10, da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Fa-

culdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Há uma segunda edição "melhorada", publicada em 1954 pelo Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, de São Paulo.

6. *Algumas achegas à história dos descobrimentos marítimos: críticas e controvérsias*. São Paulo, 1958. (Col. Revista de História", v. 12).
7. *Novas achegas à história dos descobrimentos marítimos*. São Paulo, 1963. (Col. "Revista de História", v. 27).

Estes dois últimos volumes, como já foi observado, enfeixam a maior parte do que Marcondes de Souza publicou em quinze anos de intensa colaboração na *Revista de História*, fundada e dirigida pelo Professor Eurípedes Simões de Paula. (Odilon Nogueira de Matos)



SIMON BOLIVAR

A personalidade de Bolívar e, como reflexo dela, sua atuação pública, bem como seu comportamento como pessoa, podem ser apreciados através de dois ângulos.

Um desses ângulos mostra o homem obstinado pela idéia de destruir os laços de subordinação das comunidades americanas ao poder espanhol. Fiel ao juramento, algo quixotesco ou romântico, feito sobre um dos morros de Roma, ele consagra longos e tormentosos esforços à luta contra espanhóis e seus adeptos, até completar, com a conquista do Alto Perú, a libertação de todas as colônias. Desse propósito não se arreda, durante os anos todos, a despeito das derrotas, dos exílios, das tentativas contra sua vida, da deserção de companheiros, do repetido malogro em mobilizar as massas. A tenacidade, na demorada campanha, marca a sua inquebrantável coerência em ver efetivado o propósito inicial. E é, afinal, a série espetacular de vitórias, produzindo as sucessivas emancipações, que lhe confere fama e glória, a transformá-lo numa espécie de semi-deus, em cada um dos países que lhe devem a independência. Por menos que seja belicista, ou se negue a influência da ação de indivíduos isolados no curso da História, não se recusará a Simon Bolívar o crédito de que sua intuição militar, a serviço de inabalável pertinácia, imprimiu novos rumos à vida de vários povos.

Bolívar identifica a retirada das colônias do domínio da Espanha com a noção de liberdade. Assim, sua concepção de liberdade restringe-se à soberania dos Estados; não é, pois, uma liberdade global que envolva os diversos princípios liberais contidos na ideologia da Revolução Francesa ou da Revolução Americana. E aí deslocamos o nosso comentário para o outro ângulo que nos permite compreender a individualidade e, por via desta, a trajetória de Bolívar.

Nessa segunda perspectiva, Bolívar nos é revelado como o homem da circunstância, portanto da contradição. Sob essa luz, ele se mostra perturbadoramente incoerente.

Os contrastes começam cedo. Começam, talvez antes do seu nascimento, posto que se encontram, e possivelmente se conflituam, no ser em formação, os elementos genéticos dos ancestrais espanhóis e a contribuição atávica dos antepassados africanos, herdada da terceira avó mestiça. Afloram os entre-choques íntimos, na infância órfã do menino que perdeu o pai aos três anos de idade, e a mãe aos nove. E avultam, no comportamento do adolescente, que já tinha na cabeça as idéias instiladas pelo seu mestre Simon Rodrigues, e que, entretanto, admite ingressar, na época dissoluta de Carlos IV, nas fileiras do exército espanhol. E os contrastes prosseguem, cada vez mais nítidos. É o companheiro de armas de Francisco de Miranda, que, todavia, entrega aos espanhóis, em La Guaira, o antigo chefe. É o rico, jovem "criollo" que vira as costas aos interesses materiais, capazes de aconselhá-lo a se compor, entre os conservadores, com a ordem vigente, para despojar-se da fortuna, ou vê-la confiscada, em troca da aventura libertária. É o chefe guerreiro que por vezes retarda as decisões para se deixar prender entre os abraços de uma amante sensível. É o republicano que repele, em Guayaquil, a proposta monárquica de San Martín, e, no entanto, contraria um dos preceitos básicos da república, que é a periodicidade do mandato, quando estabelece na Constituição da Bolívia e a presidência vitalícia, para evitar as eleições causadoras, segundo ele de "grandes revezes nas repúblicas". É o democrata, o inimigo jurado e vitorioso do rei da Espanha, o adversário ferrenho da centralização do poder, que, porém, no manifesto da Jamaica, condena o federalismo e o próprio modelo democrático. É o anti-monarquista que se faz ditador. É, por fim, o herói aclamado em cinco países que acaba seus dias repudiado pelos próprios compatriotas.

A vida de Simon Bolívar constitui, portanto, uma seqüência de conflitos. Mas, a maioria desses conflitos, no tocante às idéias políticas, é que, ao meu ver, representa para a América Latina o legado mais permanente do Libertador. Com efeito, as aparentes contradições de seus conceitos políticos não foram senão a busca angustiada de um modelo apropriado às características morais, de populações que não receberam qualquer tipo de educação ou treinamento político durante o período colonial, ou, mesmo, da simples educação que prepara o indivíduo para a profissão ou a vida na sociedade, e que, por isso mesmo, não tinham condições, segundo ele, de exercer as graves responsabilidades da soberania popular. Povos que ainda não sabiam fazer o devido uso desse produto da civilização, que é a liberdade. E a história política da América Latina, de Bolívar aos nossos dias, em tantos países deste subcontinente, não há senão justificado as dúvidas do Libertador — em cujas opiniões, expressas em manifestos, cartas, constituições, discursos e artigos de imprensa, é possível ou necessário ir procurar, ainda hoje, a fórmula política adequada às nações latino-americanas. (Jorge Calmon).

CENTENÁRIO DE CORNÉLIO PIRES

(1884-1984)

Introdução. A vida de Cornélio Pires, notável escritor folclórico, é um poema de amor à sua terra e sua gente, bem como, uma eloquente prova do que pode realizar a persistência humana em busca de um ideal, a divulgação da cultura popular caipira de São Paulo. Na passagem do centenário de seu nascimento, vêm à lembrança, sua luta heróica contra um meio, quase sempre adverso e suas vitórias na árdua batalha de oferecer um “lugar ao sol”, ao nosso sofrido homem do campo, o autêntico caipira e seu linguajar, seus usos e costumes.

Nascimento. Aos 13 de julho de 1884, no sítio do Sapopemba, bairro do Garcia, em Tietê, SP. Era filho de Raimundo Pires de Campos Camargo e Da. Ana Joaquina Campos Pinto, naturais de Capivari e descendentes de antiga estirpe paulista.

Vida literária. Desde a infância, Cornélio revelou gosto pelas coisas do campo. Menino peralta, passava os dias em correrias pelas margens do Tietê, caçando, brincando e entrando em contacto com o cabloco. Aprendeu as primeiras letras em Tietê. Depois, não frequentou nenhum curso regular. Vindo para São Paulo, com 17 anos, hospedou-se na pensão de sua tia Belisária à rua da Quitanda. Logo, começou a frequentar as rodas boêmias do Café Guarany na rua 15 de novembro, onde conheceu Monteiro Lobato, Ricardo Gonçalves, Godofredo Rangel e outros.

Por intermédio de seu amigo e primo Amadeu Amaral, ingressou no jornalismo, trabalhando no “O Comércio de São Paulo”, a “Tribuna de Santos” e “O Estado de São Paulo”. Seus versos, de inspiração caipira, apreciados pela crítica, foram publicados em revistas e jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1910, publicou seu primeiro livro MUSA CAIPIRA. Daí por diante, até 1945, sua produção literária não cessou, alcançando 21 livros folclóricos e mais dois de fundo espírita.

Bibliografia. Musa Caipira (1910), Versos (1912), Versos Velhos (1912), Cenas e Paisagens de minha terra (1912), Monturo (1915), Quem Conta um Conto (1918), Conversas ao Pé do Fogo (1921), Estrambóticas Aventuras de Joaquim Bentinho, o Queima Campo (1924), Continuação das Estrambóticas Aventuras de Joaquim Bentinho (1925), Tragédia Cabocla (1926), Patacoadas (1926), Seleta Caipira (1927), Mixórdia (1927), Meu Samburá (1928), Sambas e Cateretês (1932), Tarrafadas (1932), Chorando e Rindo (1933), Só Rindo (1934), Quem Conta um Conto... e outros Contos (1934), Tá no Bocó (1935), Enciclopédia de Aneotas e Curiosidades (1945), Onde estás Ó Morte! (1944), Coisas do Outro Mundo (1944).

Homenagens. Cornélio Pires faleceu em São Paulo, aos 74 anos de idade, no dia 17 de fevereiro de 1958 e foi sepultado em Tietê.

Desde então, muitas homenagens póstumas foram prestadas, especialmente em Tietê: nome de Praça, nome da Rodovia Tietê-Piracicaba, instalação do Museu "Cornélio Pires", herma na Praça principal, o funcionamento da Granja de Jesus, entidade fundada por Cornélio Pires para assistir menores desamparados e a realização anual, em agosto, da Semana "Cornélio Pires".

Notas — Em 1985, para comemorar o centenário de nascimento do escritor, a Prefeitura Municipal de Tietê, gestão do Prefeito Clóvis Pasquali, reeditou, num volume, duas obras de Cornélio Pires: *Musa Caipira*, poesias e sonetos e *As Estrambóticas Aventuras de Joaquim Bentinho*, contos regionais, incluindo o Vocabulário com 670 verbetes. Em 1987, a Imprensa Oficial do Estado reeditou "Conversas ao Pé do Fogo". Dada a raridade da bibliografia corneliana, os cultores da extensa obra do escritor tieteense e os estudiosos do folclore paulista aguardam novas reedições. (Síntese da palestra "O Centenário de Cornélio Pires", proferida pelo sócio titular Roberto Machado Carvalho, em 4 de julho de 1984).

A MISSÃO DO HISTORIADOR

Dois apelos foram feitos neste plenário, pelo Sr. Presidente, que mereceram no meu consciente registros especiais: o primeiro para que todos nós que nos dedicamos ao estudo da História e à pesquisa histórica, ao praticarmos a historiografia deveremos empenharmo-nos não em simplesmente descrever, narrar os acontecimentos mas, sim, analisá-los em toda a sua profundidade, sob os mais variados ângulos; o segundo apelo foi para que aqueles que se vêm dedicando à nossa História voltassem as nossas atenções para a “civilização caipira”, de expressiva significação para a compreensão da evolução social da nossa gente.

Por que esses dois apelos do Sr. Presidente marcaram as preocupações do modesto estudioso? Porque eles encerram conotações de profunda importância para a História e para o historiador. O historiador — com efeito — “não é um correio entre o passado e o presente, visto que o passado não é História, mas apenas a sua matéria prima. A História não é um registro ou dado inerte: é algo que os historiadores fazem”(*).

De fato, fosse o historiador simples correio entre o passado e o presente, a prática da historiografia seria atividade fácil, bastando que o profissional da área simplesmente tivesse capacidade descritiva para, num estilo atraente, narrar os acontecimentos, dentro de sua óptica, conseqüente da sua formação, das suas tendências políticas, filosóficas e religiosas. Dentro da moderna concepção da História, essa não é a maneira correta, racional, honesta da função de historiador. O historiador, sem dúvida, não é um mero narrador de acontecimentos do passado, ainda porque — como se assinalou linhas atrás — o passado, no mais das vezes, não constitui História. Uma coisa é *acontecimento*; outra, *História*. Um acontecimento, não raro dito histórico, pode não ser História. Não é um paradoxo, mas uma dicotomia perfeitamente distinta. As páginas dos nossos compêndios estão impregnadas de acontecimentos do nosso passado, mas não constituem a História. Somente o ocorrido que leva o historiador extrair dele elementos capazes de uma análise profunda, de influência social, civilizatória, dentro dos

(*) «After the fact: The Art of Historical Detection», de James West Davidson e Mark Hamilton Lytle, Kanopf, 1984.

princípios que regem a atividade do historiador, que tem uma ética a respeitar, é que pode ser acolhido e, assim, analisado como “acontecimento histórico”.

As vidas das nações e do mundo, como a vida pessoal de cada um de nós, estão cheias de acontecimentos, muitos dos quais as marcaram mas que, efetivamente, nada representam, em termos de dimensão e profundidade, àquilo que se entende por História. Observem os caros e ilustres confrades, a questão dos inventos: são milhares deles, dada a capacidade inventiva do cérebro humano. Nem todos mereceram — e merecem — o epíteto de “invento histórico”, apesar dos benefícios trazidos à vida humana, pois não tiveram conseqüência sobre a civilização, ou cultura humana. A invenção do processo de lascar a pedra teve muito mais influência na civilização humana, como a escrita, o papel, os tipos móveis, a imprensa, a roda, por exemplo, do que centenas de outros inventos humanos. No campo das ciências, então, a História (com “H” maiúsculo) pode (e deve, como tem feito, aliás) extrair elementos expressivos para precisar o desenvolvimento da cultura que nos preside.

Sabemos extremamente difícil e delicado o mistér de julgar, por parte do historiador, quais os acontecimentos verdadeiramente históricos que deve recolher e analisar para apresentar e, com isso, acrescentar ao acervo historiográfico humano. Mas é aí, precisamente, que reside a grande importância da atividade do verdadeiro historiador que, pelo seu alto discernimento, não pode, de maneira alguma, ser confundido com o mero narrador de episódios passados e classificados de datas que nada significaram para a Civilização, senão simplesmente serviram para “ilustrar” páginas literárias ditas históricas e, assim, exaltar determinados fatos sem importância e figuras poderosas de reis e nobres, que passariam despercebidos sob o pó do tempo se não detivessem o passageiro e opaco poder que detinham em sua época.

É por isso, sr. Presidente, que discordamos com a frase do nosso novo chefe de Estado, em seu primeiro discurso como Presidente eleito, quando disse que “Pátria não é o passado, mas o futuro, que construímos com o presente”. Se nem todo o passado é História, muito dele o é e, portanto, sedimento do presente e sólido alicerce na construção do futuro. Pátria, pois, é o passado (histórico), o presente e o futuro almejado. E só com esse adjetivo “almejado”, ou *desejado*, porque o futuro será sempre futuro, jamais o alcançaremos. Quando chega não é mais futuro, mas presente.

O historiador, isto é, o pesquisador que considera a História — e assim a estuda e pesquisa — em todas as suas dimensões historiográficas, ou seja, sob a ótica da *demografia* histórica, em sua ampla gama de perquirição; da *psico-história*, indispensável para soprar a poeira da mentira; e da *historiosofia*, para uma interpretação mais próxima da verdade, — o historiador tem uma missão muito mais vasta e profunda do que muitos possam supor. E isso está bem acentuado no apelo formulado pelo eminente Presidente deste sodalício:

descrever fatos e acontecimentos históricos, num estilo belo e atraente, é importante; mas muito mais significativo é interpretá-los à luz de princípios científicos que dão à História a incalculável profundidade que todos nela reconhecemos como ciência que não apenas descreve a história do homem, dos povos e das nações, mas que, com a pesquisa que informa essa descrição, nos leve a compreender a sua evolução como homem, como povos e como nações.

*

Quanto ao segundo apelo do sr. Presidente, alusivo à “civilização caipira”, tem ele, também, toda a procedência. Tem-se descurado um pouco dessa importante área da nossa História. Preocupamo-nos muito com certos vultos, respeitáveis evidentemente, porém de menor significação histórico-social do que o nosso modesto mas importante caipira, do qual, aliás, descendemos, não raro diretamente. Do caipira branco, do caipira mulato e do caipira negro, cujos genes deram origem ao Paulista, esse notável tipo brasileiro que alargou as fronteiras do País e deu origem a essa Civilização de que tanto nos ufamamos. Dedicarmos-nos ao estudo da “civilização caipira”, com efeito, como se preocupa o nosso eminente Presidente, será levantar fatos e faustos da mais alta importância para a História de São Paulo e do Brasil e até para justificar esse modesto orgulho que nós, paulistas, “modestia à parte”, temos de termos nascido nesta abençoada terra.

Entendi ser da minha obrigação registrar os dois apelos formulados, demonstrando que apreendemos do seu conteúdo. Não é de hoje que nos convencemos (muitos de nós) de que, de fato, como historiadores não podemos nos transformar em elementar correio entre o passado e o presente, pois a História, realmente, não é constituída, simplesmente, de acontecimentos do passado, pois estes não passam de matéria-prima da qual se extrai a verdadeira História (com “H” maiúsculo). Em outras palavras: a História não constitui mero registro ou dado inerte: é algo mais amplo e profundo que os historiadores (os verdadeiros historiadores) fazem. A finalidade última do conhecimento histórico — como já o disse um analista da História(**) — “é propiciar o desenvolvimento das forças transformadoras da História, ajudá-las a se tornarem mais conscientes de si mesmas. Só através dessa consciência é que essas forças terão possibilidade de se efetivarem”.

Como observa, sr. Presidente, o seu apelo não se revestiu, para o modesto membro deste sodalício, de mera conotação de *apelo* mas, sim, de *instigação*.

Na verdade, foi uma *provocação*. (J. Pereira - 27-02-1985)

(**) “O que é História”, Vavy Pacheco Borges, Brasiliense, 83.

DOCUMENTOS SOBRE ITU

História é documento. Mas com a necessária interpretação. Assim, por exemplo, as pirâmides documentam a tecnologia egípcia, as catedrais refletem a experiência técnica medieval.

Vamos direto ao caso. pesquisa realizada na Divisão do Arquivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em péssimas condições, eis que o referido arquivo encontra-se fechado, inacessível ao público, desorganizado, sujo, cheio de ratos, baratas e outros insetos, impossibilitando, desse jeito, a consulta à fonte propriamente dita. Apesar disso, e, dentro dessa atmosfera saudável, encontramos alguns documentos inéditos, curiosos a respeito da querida cidade de Itu.

Assim é que, Domingos Carlos de Araujo, Secretário da Câmara Municipal da Vila de Itu, informava em relatório, depois de consultar o Livro de Receita e Despesa da Câmara, não constar dívida passiva. Mais: certifica ser verdadeira, autêntica a matéria relacionada no referido Livro existente no Arquivo da Câmara de Itu, datado de 6 de dezembro de 1833. E colocou sua assinatura no parágrafo final.

A seguir, como se costumava escrever em documentos oficiais na primeira metade do século passado, no Arquivo da Câmara não existia ofício nenhum em que constasse a aprovação das contas remetidas em outubro do ano próximo passado, existindo, apenas o ofício participando a aprovação das contas antecipadas. E colocava o seu nome.

Redigiu à mão (nem poderia ser de outra maneira. . .) a conta da receita e despesa da Câmara Municipal de Itu. À guisa de curiosidade transcreveremos o documento comentado, em linguagem atualizada:

“Domingos Carlos de Araujo, Secretário da Câmara Municipal da Vila de Itu por nomeação da mesma e etc.

Certifico, dou fé, que revendo o Livro de Receita e Despesa da Câmara e não consta de lhe haver dívida passiva: o referido é verdade, em reportando ao nobre dito Livro no Arquivo da Câmara,

Itu, 6 de dezembro de mil oitocentos e trinta e três.
Domingos Carlos de Araujo.

Certifico e dou fé, que no Arquivo da Câmara não existe officio algum em que conste a aprovação das contas remetidas em outubro do ano próximo passado, existindo somente o officio participando a aprovação das contas antecipadas: conferido é verdade. Itu, 6 de Dezembro de 1833.

Domingos Carlos de Araujo.”

Num outro documento, também inédito, datado de 1835, a Câmara Municipal de Itu remetia aos representantes da Província as contas acompanhadas das observações, relação de fundos, dívidas ativas, tabela de ordenados, e outros apontamentos e, solicitava desculpas por escrever, tardiamente. Afirmava, por outro lado, da ausência do Procurador, o qual esqueceu os papéis que esclareciam tudo em consequência do determinado pelo Conselho Geral em 11 de janeiro. (Antonio Roberto de Paula Leite)

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS - CEHIS

Roberto Machado Carvalho

Com a finalidade de complementar as atividades culturais do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, foi organizado, em março de 1985, o Centro de Estudos Históricos - CEHIS, órgão sem autonomia, integrado na estrutura administrativa do sodalício. A iniciativa da formação do CEHIS foi espontânea, não havendo um ato oficial de criação. A semente foi lançada na primeira sessão ordinária do IHGSP, do ano de 1985, realizada no dia 6 de fevereiro, presidida pelo acadêmico José Pedro Leite Cordeiro. Solicitando a palavra, o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, 1º vice-presidente, aventou a idéia da criação de um Centro de Estudos Históricos. Bem acolhida a sugestão, o sr. presidente solicitou ao proponente que apresentasse, por escrito, a Proposta. Tal providência, aconteceu na sessão ordinária de 6 de março/85, sendo aprovada por unanimidade, conforme o seguinte trecho da Ata: "O 1º vice-presidente Lycurgo de Castro Santos Filho, apresentou projeto definitivo do Centro de Estudos Históricos, de autoria do expositor e dos consócios Hernâni Donato, Odilon Nogueira de Matos, Pedro Brasil Bandecchi e Raul de Andrada e Silva e que tomou, por modelo, a já existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Usará a sigla CEHIS, reunir-se-á todas as primeiras e terceiras quartas-feiras de cada mês, das 15 às 17 horas, podendo participar sócios ou não sócios, inclusive professores e alunos da USP e outras Universidades, para tratarem de assuntos históricos sob todos os aspectos — comunicações, avisos, convites, livros, artigos e outros. As sessões serão presididas por diretores do sodalício, presente o de maior hierarquia e terá como secretário permanente o consócio Raul de Andrada e Silva. O projeto foi submetido ao plenário e aprovado por unanimidade e o original do mesmo entregue à Secretaria".

Assim, a data de 6 de março de 1985, pode ser considerada como o marco inicial do CEHIS. A citada Proposta (ver transcrição adiante) foi apresentada com as assinaturas de cinco membros titulares do Instituto, a saber, pela ordem: Hernâni Donato, Lycurgo de Castro Santos Filho, Odilon Nogueira de Matos, Pedro Brasil Bandecchi e Raul de Andrada e Silva. Os signatários foram inspirados pela fundação e funcionamento da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mais conhecido pela sigla CEPHAS, sediado no Rio de Janeiro. Para concretizar o empre-

endimento em São Paulo, o saudoso confrade Pedro Brasil Bandecchi procurou conhecer o mecanismo dos trabalhos do CEPHAS. Estabeleceu então, contacto com um dos mentores do órgão carioca e membro do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Dr. José Gabriel da Costa Pinto. Da cidade de Laguna - SC, onde estava a passeio, enviou um cartão postal, registrando a certa altura: "A CEPHAS, posso assegurar, sem receio de equívoco, nunca teve estatuto ou regimento. Sempre funcionou incorporando, pouco a pouco, os estilos e tradições criados ao longo de sua existência". Solicitou então, à sra. Cybelle de Ipanema, secretária daquele órgão, que redigisse e enviasse aos confrades de São Paulo, maiores informações. Foi o que sucedeu numa carta datada do Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1985 e dirigida ao dr. Pedro Brasil Bandecchi. Pela importância do texto, vamos transcrever a parte que forneceu elementos de orientação para a criação do nosso CEHIS (documento I):

A Comissão reúne-se, entre março e dezembro, toda quarta-feira, das 15 às 17 horas. Presidência: Marcos Mendonça. Na sua ausência, a Diretoria do Instituto: Presidente, 1º Vice, 2º Vice, 3º Vice, Secretário. O que mais ocorre é a sucessão, em uma mesma sessão. Quem pega, passa para o superior, à chegada deste.

Sequência — Ata da sessão anterior, expediente (do Instituto, pedido para ler no CEPHAS), leitura da relação de livros e documentos entrados no IHGB, na semana. A seguir chamam-se os oradores inscritos: sócios e convidados. Marcos prefere nesta ordem, mas, os outros presidentes respeitam a ordem de inscrição. Esta é feita comigo, por telefone, diretamente à minha casa, por aviso à Secretaria do Instituto, por aviso na hora.

As comunicações devem ser breves, para que todos tenham vez. Seguem-se debates.

As sessões são variadíssimas: comunicações de temas, avisos, convites, oferecimento de livros, recortes, comentários do momento, denúncias. Sugestões apresentadas são levadas à Diretoria. A CEPHAS não tem autonomia. As comunicações escritas são encaminhadas para publicação na Revista.

O secretário registra a presença dos sócios, não-sócios e convidados, passando para a Ata de cada reunião.

As sessões solenes do Instituto são às 17 horas. A CEPHAS é a sua Comissão operativa. A frequência é boa. Leve-se em conta que não há "jeton". São pessoas desejosas de aprender mais alguma coisa. Daí, o pedido da apresentação de comunicações curtas, objetivas... e interessantes.

No mais, é a criatividade de vocês...

(a) *Cybelle de Ipanema*

A feliz iniciativa da criação do CEHIS, consubstanciada na Proposta, recebeu pronta e calorosa adesão do presidente José Pedro Leite Cordeiro, o qual, por justiça, deve ser incluído entre os fundadores. Para melhor compreensão do leitor quanto às origens do CEHIS, vamos transcrever, na íntegra, os termos da citada Proposta (documento II):

Proposta

São Paulo, 06 de março de 1985

Exmo. Sr. Dr. José Pedro Leite Cordeiro

M.D. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico
de São Paulo

Os que abaixo assinam, no intuito de procurarem incentivar as atividades do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do qual são membros, solicitam à conspícua Diretoria e aos ilustres associados, a criação de um Centro de Estudos Históricos destinado precipuamente à realização de reuniões de trabalho nos moldes do existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro.

Para tanto propõem:

1 — reuniões bimensais, de fevereiro a setembro, nas primeiras e terceiras quartas-feiras de cada mês, das 15 às 17 horas, no salão nobre do Instituto;

2 — participarão das reuniões, os sócios do Instituto e também pessoas não filiadas, mas interessadas nas finalidades do Centro, todos com os mesmos direitos de apresentação de trabalhos e de intervenção nos debates;

3 — as reuniões serão dirigidas por um dos membros da Diretoria do Instituto, do presidente ao diretor do Museu, na ordem estabelecida, sucedendo um ao outro, no decorrer da sessão, em caso de comparecimento de um ou mais diretores de posição superior na referida ordem classificatória;

4 — as reuniões terão um secretário designado pelo presidente do Instituto, que em caso de não comparecimento será substituído por um outro "ad hoc", escolhido entre os presentes pelo diretor da sessão;

5 — cabe ao secretário, efetivo ou interino, elaborar a ata dos trabalhos, que será sucinta e conterá os nomes dos presentes e a relação dos assuntos versados, sem maiores esclarecimentos. Se aprovadas na reunião seguinte, as atas serão assinadas pelo diretor em exercício e pelo secretário. As pessoas presentes não as assinarão e poderão entrar e sair a qualquer momento do salão de reuniões;

6 — as reuniões obedecerão à seguinte seqüência: leitura da ata, aprovação ou não, leitura do expediente e exposições pelos oradores inscritos. A inscrição far-se-á previamente, pelo telefone, à secretaria do Instituto ou no início da reunião;

7 — constarão as reuniões de: comunicações de temas, avisos, convites, oferecimento de livros ao Instituto e também de recortes, comentários do momento, denúncias, sugestões, etc.;

8 — cada expositor terá *apenas 10 minutos para falar*. Se o dirigente permitir, poderá haver *prorrogação de 5 minutos, não mais*. Só assim todos os inscritos terão a sua vez;

9 — as sugestões apresentadas serão levadas ao conhecimento da Diretoria, dado que o Centro de Estudos não possui autonomia. E apenas as comunicações escritas e lidas no tempo regulamentar, serão encaminhadas para publicação na Revista do Instituto;

10 — O Centro de Estudos Históricos será denominado e conhecido pela sigla: CEHIS;

11 — as dúvidas e problemas surgidos em reuniões serão resolvidos pelo diretor em exercício, sem apelação.

Acompanham esta Proposta um cartão postal de um membro do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, José Gabriel da Costa Pinto, freqüentador assíduo do CEPHAS, que é o Centro de Estudos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e uma excelente e bem redigida Exposição de autoria de Cybelle de Ipanema, secretária do CEPHAS. São dirigidos a um dos signatários desta Proposta e versam sobre a fundação e o funcionamento do referido Centro.

Atenciosas saudações

(a) *Hernâni Donato, Lycurgo de Castro Santos Filho, Odilon Nogueira de Matos, Pedro Brasil Bandecchi e Raul de Andrada e Silva*

Modificações foram introduzidas, algumas logo no início das reuniões do CEHIS, outras, com o tempo, pela experiência adquirida. Seguindo os itens da Proposta, foram registrados as seguintes alterações ou acréscimos, em vigor atualmente (dez./87):

1 — reuniões bimensais, de fevereiro a novembro, nas segundas e quartas-feiras de cada mês, das 17 às 18 horas, na sala da Presidência do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Rua Benjamin Contant, 158, 7º andar, centro, São Paulo (capital);

2 — cf. a Proposta;

3 — as reuniões serão dirigidas pelo presidente do Instituto e, na sua ausência, pelo sócio que ocupar cargo imediatamente abaixo daquele, obedecendo a hierarquia da Diretoria;

4 — as reuniões terão um secretário efetivo, designado pelo presidente do Instituto e, em caso de ausência, o presidente designará um secretário ad-hoc, escolhido entre os presentes;

5 — compete ao secretário efetivo ou ad-hoc elaborar a ata dos trabalhos para ser lida e discutida na reunião seguinte, sendo, se aprovada, assinada por todos os presentes nesta reunião;

6 — as reuniões obedecerão à seguinte seqüência: abertura pelo presidente, leitura da ata da reunião anterior, pelo secretário, leitura do expediente (avisos e doações) pelo presidente e exposições orais; o presidente, seguindo a ordem de assento à mesa, a partir de sua esquerda, convidará, um a um, a usar da palavra, o que será facultativo;

7 — contarão as reuniões de: comunicações, por escrito, de temas, preferencialmente históricos; comentários, denúncias, sugestões e propostas sobre assuntos de interesse histórico ou ligados ao patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e ecológico; citações ou comentários de efemérides históricas;

8 — cf. a Proposta;

9 — as sugestões ou propostas, por escrito, serão levadas ao conhecimento da Diretoria do IHGSP. Caso sejam aprovadas serão publicadas na seção CEHIS, da Revista.

10 — cf. a Proposta;

11 — qualquer dúvida sobre a seqüência dos trabalhos das reuniões, será resolvida pelo presidente.

Assinado pelo então presidente José Pedro Leite Cordeiro e pelo 1º Secretário Moisés Gicovate, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, foi expedida uma circular para todos os associados do sodalício, datada de 12 de abril de 1985, nos seguintes termos (documento III):

Prezado confrade:

Como é do conhecimento da maioria, cinco de nossos cultores dos estudos históricos organizaram, dentro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — e, no único intuito de incentivarem as atividades do Sodalício — um Centro de Estudos Históricos (CEHIS), destinado apenas a reuniões de trabalhos, organizado nos moldes do CEPHAS, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sócios e não sócios de nosso Instituto poderão freqüentar e tomar parte nas atividades do CEHIS, cujas reuniões se realizarão todas as segundas e quartas quartas-feiras de cada mês, das 17 às 18 horas, de fevereiro a setembro.

Constarão as sessões de comunicações de temas, avisos, convites, oferecimento de livros ao Instituto, crítica de livros, apresentação de recortes de jornais, comentários do momento, sugestões, denúncias, etc.

Cada expositor terá apenas 10 minutos para falar. Se o presidente da sessão permitir, poderá haver prorrogação de 5 minutos, não mais. Só assim todos os inscritos terão a sua vez. As inscrições para participação poderão ser feitas por telefone com a secretaria do Instituto, ou no início da sessão.

Já se realizaram duas sessões e a próxima será levada a efeito, no dia 24 do corrente mês de abril. O prezado consócio está convidado para dela participar.

Atenciosas saudações

(a) *José Pedro Leite Cordeiro* — Presidente
Moisés Gicovate — 1º Secretário

Obs.: note-se que, conforme os onze itens enumerados acima, várias alterações foram feitas no decorrer das reuniões, em relação a diversos pontos estabelecidos nesta Circular.

A primeira reunião do CEHIS realizou-se aos 20 de março de 1985, às 17 horas, na sala da Presidência, 7º andar do edifício-sede do Instituto, sob a presidência do acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, tendo como secretário, o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho. Para dar ao leitor uma idéia dos assuntos apresentados e discutidos nas reuniões do CEHIS, vamos transcrever a Ata da primeira reunião, realizada na data supra-citada (documento IV):

Ata da 1ª sessão do CEHIS aos 20 dias do mês de março de 1985. Assumindo a presidência, o acadêmico José Pedro Leite Cordeiro, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, declarou aberta a sessão. Eu, abaixo-assinado, incumbi-me de lavrar a ata da primeira sessão. O confrade Leite Cordeiro chamou a atenção dos presentes para a questão do famoso caminho Peabirú, pedindo que alguém se incumba da elucidação do itinerário. E lembrou, a propósito da guerra entre Pires e Camargos, em São Paulo, uma publicação de Lacordaire, que chamou de Pinheiros e Ramalhos a famosa luta paulista. Em seguida, o acadêmico Pedro Brasil Bandecchi discorreu sobre programação, temas e noticiário das sessões do CEHIS. Novamente com a palavra, o pres. Leite Cordeiro, lembrou a necessidade da documentação existente em Simanca,

Espanha, sobre o Brasil e apresentada por João Cabral de Melo Neto. Comenta o acadêmico Odilon Nogueira de Matos a questão das comunicações, que podiam ser diversificadas e diz que as sessões devem ser levadas ao conhecimento geral. Acha que os estudantes preferem a "história de hoje" às do passado. A temática das Revoluções está cansativa, outros temas devem ser ventilados. O pres. Leite Cordeiro pensa que as sessões deveriam ser realizadas em quartas-feiras em que não se realizem sessões do Instituto. O acadêmico Honório de Sylos concorda com o presidente e propõe que as sessões se iniciem às 17 horas. Brasil Bandecchi lembra que alguns confrades e ele, efetuaram cursos sobre História em Bibliotecas de bairros de São Paulo. Estabelece-se um debate esclarecedor entre os presentes, depois que o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho esclareceu que as sessões do CEHIS não são para cursos, mas para pequenas comunicações e debates. Resolveu-se, após debates, que as sessões sejam nas segundas e quartas-feiras, às 17 horas. Com a palavra, Odilon Nogueira de Matos refere que na literatura dos viajantes estrangeiros ao Brasil, tem deparado com nomes pouco conhecidos, com obras que pouco se referem ao Brasil. Lembra a contribuição de Taunay sobre os visitantes estrangeiros e aproveita a ocasião para apresentar dois artigos sobre visitantes (e já arrolou quase quatrocentos), pedindo a opinião dos confrades. No primeiro tratou do espanhol Juan Francisco Aguirre que, em 1793 esteve no Rio de Janeiro pelo espaço de um mês. Foi um bom observador. É lembrado por Afonso de Taunay. No segundo artigo tratou do capuchinho Frei Anibal de Gênova, italiano, que esteve no Rio e em Recife (1760) onde foi diligente missionário em todo o Nordeste. Afonso de Taunay resenhou as notas do capuchinho, de catequese e descritivas de lugares como Recife e também de pessoas. Comentou a comunicação de Odilon Nogueira de Matos, o pres. Leite Cordeiro que lembrou o que pode haver em Purchas e em outras coleções antigas. Lembrou também que deveria haver estudos sobre o curso que houve com aprovação e financiamento de governos. Observa que Ferdinand Denis é outro que deveria ser pesquisado. Brasil Bandecchi diz que está estudando e relacionando romances que versam sobre História. E elogia, a propósito, "A Mocidade de Trajano", de Visconde de Taunay, recém-editado (2ª edição) pela Academia Paulista de Letras. E discorre sobre "A Família Medeiros", de Julia Lopes de Almeida, com excelente material histórico. Acha que o Visconde de Taunay é mais romancista do que Julia Lopes de Almeida, autores dos dois romances assinalados. Estiveram presentes à sessão, os consócios José Pedro Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, Honório de Sylos, Pedro Brasil Bandecchi, Odilon Nogueira de Matos,

Hernâni Donato, Itamar Bopp e José Geraldo Evangelista. O sr. presidente deu por encerrada a sessão, da qual, eu, Lycurgo de Castro Santos Filho, secretário ad-hoc, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelo presidente do Instituto. São Paulo, 20 de março de 1985.

(a) *José Pedro Leite Cordeiro e
Lycurgo de Castro Santos Filho*

Desde a primeira reunião (20-3-85) até novembro de 1987 foram realizadas 45 reuniões ininterruptas. Até outubro de 1985 foram presididas por José Pedro Leite Cordeiro. Por motivo de seu falecimento, ocorrido em 2 de janeiro de 1986, as reuniões a partir daí até o presente, foram presididas pelo acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, primeiro como 1º vice-presidente e depois, como presidente do IHGSP (1987-90).

Decorridos três anos de sua fundação, o CEHIS é uma realização plenamente vitoriosa, com um crescimento constante do número de seus freqüentadores e participantes. Inúmeros temas, propostas e outros tantos assuntos de palpitante interesse e atualidade, foram tratados nas reuniões do CEHIS. Registre-se que as "conversas" são informais, debatidas em nível superior e, como resultado, todos aprendem mais um pouco, o que, nunca ocupa lugar...

Para amenizar as agradáveis tertúlias das tardes das segundas e quartas quartas-feiras de cada mês, a partir das reuniões de outubro/87, o presidente Lycurgo de Castro Santos Filho, gentilmente, passou a oferecer um lanche, servido na própria mesa das reuniões, marcadas para 17 horas e encerradas às 18 horas, impreteavelmente. As reuniões estão abertas aos sócios e não sócios. Todos os presentes têm o direito de apresentar seus temas e idéias, bem como participar dos debates. Estamos certos da crescente prosperidade do órgão, fundado em boa hora. Temos observado, diga-se de passagem, que comparecendo uma primeira vez, volta-se nas reuniões subseqüentes, tal o interesse e entusiasmo que as reuniões despertam. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a mais antiga instituição cultural de São Paulo, caminhando gloriosamente para o seu centenário de fundação no ano de 1994, tem, no CEHIS, um vigoroso e atuante órgão auxiliar, que muito já ofereceu e oferecerá de contribuição cultural para a maior grandeza do sodalício.

ROMANCE HISTÓRICO E HISTÓRIA

José Geraldo Evangelista

IMPORTÂNCIA DO GÊNERO

É o romance histórico um dos gêneros de maior importância para os historiadores. Ele é filho da história, embora um filho meio desprezado pelos historiadores, que o olham com azedume, considerando-o indigno de qualquer apreciação:

— É romance, costumam dizer...

Entretanto, todos nós que estamos aqui, só o estamos porque fomos trazidos por ele. Ele é o pórtico da história e, se nela entramos, o primeiro merecimento há de ser dele. E cada um de nós contaria esta entrada de um jeito. Para mim, foram as “Lendas e Narrativas”, de Herculano, todas as obras de Paulo Setubal, as “Minas de Prata”, de Alencar, a “Nossa Senhora de Paris”, de Hugo, o mundo fascinante de Dumas.

Porque não dar importância, então, àquele que nos tomou a mão e nos trouxe ao universo de Clio?

CONCEITUAÇÃO

Todavia, não é fácil conceituar o romance histórico, tantas são as suas facetas. Ninguém colocará, por exemplo, num mesmo plano, biografias que são verdadeiros romances, com obras em que predomina a imaginação criadora. De outro lado, todos saberão distinguir aqueles cuja ação se passa nos bastidores dos grandes centros de decisão, envolvendo personagens reais e fictícias, daqueles em que a história aparece como pano de fundo, para caracterização do período.

Por sua vez, ninguém falará em romance histórico, quando se tratar de memorialistas ou mesmo de obras, que se ocupavam da realidade da época, quando foram escritas, mas que, decorrido um tempo assás longo de sua publicação, acabam virando testemunhos do passado, pois, neste último caso, todos os romances atuais estariam dentro do gênero, com o decorrer do tempo.

Assim, acreditamos que só devem ser considerados romances históricos aqueles que, no momento de sua elaboração e publicação, tratam do passado. Em outros termos, os que assim forem considerados por seus autores.

Mas, então, seria preciso ainda dividi-los em dois grandes grupos: os romances históricos, propriamente, e os romances de época.

Os primeiros seriam os que, adentrando os palácios, os locais de encontro, até a mente das pessoas, exploram aquilo de que não ficou um testemunho escrito, aquilo que poderia ter acontecido mas não se sabe se aconteceu, os diálogos, os pensamentos e as intenções, que se perderam para sempre, usando o romancista a imaginação para recriar a vida dentro do verossímil.

É esta a palavra-chave dos romances históricos: verossimilhança. Suprindo as lacunas do que não se recolheu, o autor tem de imaginar situações coerentes com o que se deu antes e depois do instante dado, sob pena de estar forjando caricaturas inaceitáveis. Esta parece ser a marca que distingue os grandes romances históricos: a intuição do autor e a concordância de sua imaginação criadora com os fatos conhecidos.

Já os romances de época permitem maior liberdade ao romancista. Balisado o período, verificadas as ocorrências significativas, basta-lhe tecer a sua teia dentro destes marcos e obedecer as características materiais do tempo escolhido.

LIMITAÇÕES

Seja o romance de época, seja o histórico, propriamente, sem esquecer nunca a verossimilhança, existem outras limitações ao trabalho do escritor.

A primeira é o respeito ao ideário da época. Não pode o autor colocar na cabeça e na boca de suas criaturas, idéias que só começam a circular algum tempo depois, salvo, é evidente, se quiser que determinado personagem seja muito mais avançado que seu tempo.

A segunda é o respeito à memória de um personagem, que realmente viveu. Não se pode, por dever de ética, atribuir-lhe traços de personalidade, que os testemunhos não corroboram. Nem atitudes, palavras e ações que o deformem e o mostrem pior ou melhor que a imagem consagrada. É claro que o romancista irá explorar muitos destes traços, pois isto é parte do seu trabalho mas não o fará para denegrir sua memória, a não ser que tenha novos documentos mas, então, estará fazendo história e não, romance.

Uma terceira limitação é a impossibilidade de criar situações de que, historicamente, não há registros, para aquele período mas somente em época mais avançada. Não é válido para a história o prin-

cípio geológico de que situações existentes no passado próximo podem ter se repetido no passado mais distante. Da mesma maneira que não se pode fazer recuar idéias, não se pode fazer recuar situações.

Naturalmente, o romancista de época tem alguma liberdade quanto a isto. Se os assassinatos políticos, por exemplo, sempre existiram na região onde se passa o romance, mas não se sabe de nenhum no tempo da ação, o autor pode imaginar um, desde que sirva aos propósitos da imaginação. E liberdade bem maior terá se mudar os nomes de personagens e até de cidades, embora conservando as características de ambos. São como os "roman a clef", que foram tão comuns no século passado. Tudo fictício, menos a época, e não se poderá acusar o romancista de falseador da verdade. Ele fica com o ambiente da época, com aquilo que é verossímil para determinado tempo, embora tenha a liberdade de recuos ou avanços, limitados, do exato momento em que ocorreu o fato romanceado.

Evidentemente, outras limitações existem e algumas sérias, que exigem do romancista grande bagagem. Uma, por exemplo, é a da visão do cotidiano, sem a qual a obra perderia verossimilhança, pois os personagens hão de viver num certo mundo material. E aí surgirão problemas, que muitas vezes, exigem pesquisas aprofundadas: datas exatas em que cidades mudaram de nome, medicamentos ou procedimentos médicos usuais em certo tempo e região, introdução de certos tipos de veículos, a periodicidade da entrega de correspondência, data da fundação de jornais, o exato traçado de um caminho, toda a intrínseca mudança da moda das roupas masculinas e femininas e tantas outras.

Das liberdades do romancista, uma há de que ele pode e deve usar, com critério: a de interpretação, quer falando por personagem da obra, quer por intervenção própria.

CONCLUSÃO

O romance histórico e o romance de época, pelas suas dificuldades, deveriam receber maior atenção dos historiadores, pois são, no mínimo, a grande fonte motivadora dos jovens, para encaminhá-los para o estudo do passado.

**QUADRO SOCIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE SÃO PAULO**

DIRETORIA PARA O TRIÊNIO 1984/1987

PRESIDENTE	José Pedro Leite Cordeiro
1º VICE-PRESIDENTE	Lycurgo de Castro Santos Filho
2º VICE-PRESIDENTE	Pedro Brasil Bandecchi
3º VICE-PRESIDENTE	Heliodoro Tenório da Rocha Marques
1º SECRETÁRIO	Moisés Gicovate
2º SECRETÁRIO	Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
3º SECRETÁRIO	Geraldo Dutra de Moraes
4º SECRETÁRIO	Maria Helena Brancante
1º TESOUREIRO	Adriano Campanhole
2º TESOUREIRO	Adauto Fernandes Andrade
1º ORADOR	Vinício Stein Campos
2º ORADOR	Duílio Crispim Farina
1º BIBLIOTECÁRIO	Padre Helio Abranches Viotti
2º BIBLIOTECÁRIO	José Leandro de Barros Pimentel
HEMEROTECÁRIO	Raul de Andrada e Silva
DIRETOR DO MUSEU, ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO	Pedro de Oliveira Ribeiro Neto

PRESIDENTE HONORÁRIO

Ernesto de Moraes Leme

GRANDES BENEMÉRITOS

Ernesto de Moraes Leme

José Pedro Leite Cordeiro

Mário Savelli

Tito Livio Ferreira

PATRONOS

Reynaldo Porchat

Dom Bernardo Rodrigues Nogueira

Roberto Simonsen

Francisco Adolfo Varnhagen

BENEMÉRITOS

Arrison de Souza Ferraz

Carlos Alberto da Costa Nunes

Eldino da Fonseca Brancante

Fausto Ribeiro de Barros

Joaquim Canuto Mendes de Almeida ..

Vinício Stein Campos

Rafael Tobias de Aguiar

João Francisco Lisboa

Visconde de São Leopoldo

Cesário Nazianzo de Azevedo

Motta Magalhães Junior

BENFEITORES

Benedito de Ulhoa Vieira	Dom Gastão Liberal Pinto
Caio Plínio Aguiar Alves de Lima	Euclides Figueiredo
Desidério Alfredo Fontana	Bartolomeu Lourenço de Gusmão
Dimas de Melo Pimenta	Vital Brasil
José Carlos de Figueiredo Ferraz	Ettore Ximenes
Lucia de Tomasi	
Luis Morrone	
Nelson Marcondes do Amaral	
Paulo Romano	

EMÉRITOS

Alberto dos Santos Franco	Alberto I, de Mônaco
Alberto Prado Guimarães	Dom José Gaspar de Affonseca e Silva
Alfredo João Rabaçal	Gustavo Barroso
Alice Piffer Canabrava	Antônio Bento
Amadeu Nogueira	Afonso de Freitas
Antônio Barreto do Amaral	
Antônio Ferreira Cesarino Junior	
Antônio Soares Amora	
Ari França	
Aziz Nacib Ab'Saber	
Carlos Drumond	Plínio Marques da Silva Ayrosa
Carlos de Meira Mattos	Alexandre Levi
Carlos Penteado de Rezende	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro
Celio Salomão Debes	
Divaldo Gaspar de Freitas	
Edmundo Zenha	
Eduardo D'Oliveira França	
Emanuel Soares Veiga Garcia	
Emilia da Costa Viotti	
Erasmo de Almeida Magalhães	Artur Ramos
Flávio de Almeida Prado Galvão	Américo de Campos — O Velho
Francisco Cimino	Raimundo de Farias
Francisco Ferrari Martins	
Geraldo Cardoso de Melo	Cacique Piqueroibi
Geraldo Dutra de Moraes	Antônio Francisco Lisboa
Geraldo Goulart	Artur Goulart Penteado
Henrique Oscar Wiederspahn	Gal. A. Tasso Fragoso
Pe. Hélio Abranches Viotti	Pe. Diogo Nunes S.J.
Hélio Damante	Adolfo Augusto Pinto
Hernani Donato	Amadeu Amaral
Honório de Sylos	Julio Prestes de Albuquerque
Jesus Machado Tambellini	
Isaac Grinberg	
João Benedito Martins Ramos	Duarte Pacheco Pereira
João Fernando de Almeida Prado	
João Nery Guimarães	Pedro Vicente de Azevedo
Joaquim Alfredo da Fonseca	
José Benedicto Silveira Peixoto	
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho	
José Ferreira Carrato	
José Ignácio Penteado da Silva Telles	
José Leandro de Barros Pimentel	Paulo Ayres
José de Melo Pimenta	Pe. Manoel da Nóbrega
José Ribeiro de Araújo Filho	

José da Veiga Oliveira	
Josué de Camargo Mendes	M.G. de Oliveira Roxo
Leonardo Arroyo	Francisco José de Lacerda e Almeida
Lycurgo de Castro Santos Filho	Fernão Dias Paes
Lígia Ferreira Lopes	
Lucia Piza Figueira de Mello	
Falkenberg	Antônio de Toledo Piza
Mafalda Piva Zemella	
Manoel Rodrigues Ferreira	Pedro Taques de A.P. Leme
Maria Amélia Arruda Botelho de Souza	
Aranha	Imperatriz Leopoldina
Maria da Conceição Martins Ribeiro .	
Maria Helena Brancarte	Braz Cubas
Maria de Lourdes Paula Martins	
Miguel Franchini Netto	
Moacir Lobo da Costa	Antonio Mariano de Azevedo Marques
Pe. Murilo Moutinho	
Myriam Ellis	Basilio de Magalhães
Nice Lecoq Muller	José de Freitas Vale
Nícia Vilela Luz	
Odilon Nogueira de Matos	Otoniel Mota
Olga Pantaleão	
Paulo Barbosa de Campos Filho	
Paulo Lébeis Bomfim	
Pedro Brasil Bandecchi	Padre José de Anchieta
Pedro Rodovalho Marcondes Chaves ..	Matheus Silva Chaves
Péricles Eugênio da Silva Ramos	Adoasto de Godoi
Raul de Andrade e Silva	Cactano de Campos
Rodrigo Soares Junior	José Maria Lisboa
Rui Calazans de Araújo	Barão do Rio Branco
Rossini Tavares de Lima	Mário de Andrade
Solon Borges dos Reis	
Ulisses Guimarães	
Waldemar Baroni Santos	Carlos Von Martius
Wilson Maia Fina	Ten. Gal. Arouche Rendon

TITULARES

Abgvar Bastos Damasceno	Domingos Antônio Rayol
Adauto Fernandes de Andrade	Ten. Cel. Pedro Arbues Rodrigues Xavier
Adérito Augusto de Moraes Calado ..	João Augusto de Toledo
Adriano Campanhole	Alferes Jerônimo Dias Ribeiro
Dom Agnelo Rossi	Doutor Francisco de Campos Barreto
Alberto Lemos	Anhanguera II (Bartolomeu Bueno da Silva)
Alexandre Nelson de Mello	Hélio Viana
Alfredo Buzaid	Duque de Caxias
Alvaro do Amaral	Arnaldo Amado Ferreira
Amodeu Bobbio	Otávio Tarquínio de Souza
Amélia Franzolin Trevisan	Laudô Ferreira Camargo
Ana Maria de Almeida Camargo	Lourival G. Machado
Anita Novinsky	Pe. Manoel de Paiva
Antônio de Arruda Camargo	Olívia Guedes Penteado
Antônio de Arruda Dantas	Breno Ferraz do Amaral
Antônio Barbosa Lima	Bernardo Pereira de Vasconcelos
Antônio de Lorenzo Neto	

Antônio Joaquim Alves Motta Sobrinho	
Antônio de Pádua Bastos do Prado ..	
Antônio de Pádua Bertelli	
Antônio Rocha Penteado	
Antônio Roberto de Paula Leite	Alberto Salles
Aristides Pilégi	Armando de Arruda Pereira
Augusto Benedito Galvão Bueno	
Trigueirinho	Frei Antônio Santana Galvão
Benedito Lima de Toledo	Bernardo José Maria de Lorena
Biron Gaspar	
Caio Porfírio de Castro Carneiro	João Brígido dos Santos
Carlos da Silva Lacaz	Carlos Chagas
Celso Maria de Mello Pupo	Frei Antônio de Pádua Teixeira
Cláudio Moreira Bento	
Délio Freire dos Santos	D. Pedro I
Demócrito de Castro e Silva	Epitácio Pessoa
Douglas Michalany	Alfredo Ellis Júnior
Duílio Crispim Farina	Diogo Toledo de Lara e Ordonhes
Durval Broda Cardoso	Roque Pinto
Durval Sarmiento da Rosa Borges	Agenor Couto de Magalhães
Eduardo Vilhena de Moraes	Benedito Calixto
Ernani Silva Bruno	Luiz Gama
Francisco Brasileiro	José Castiglioni
Genésio Cândido Pereira Filho	Plínio Salgado
Geraldo Sesso Junior	Barão de Ataliba Nogueira
Gilberto Leite de Barros	D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão
	Irineu Evangelista de Souza
Hélio Falchi	Waldemar Martins Ferreira
Heliodoro Tenório da Rocha Marques .	Nina Rodrigues
Henrique Losinskas Alves	
Hermes Pio Vieira	José Pedro da Silveira
Homero Silveira	Monteiro Lobato
Israel Dias Novaes	Fabiano Pereira Barreto
Itamar Bopp	Francisco de Assis Carvalho Franco
James Martin Harvey	Heraldo Barbuy
Jessy Santos	José Bonifácio de Andrada e Silva
Jesuíno Felicíssimo Júnior	
João Evangelista Martins Terra, Pe. .	Carlos da Silveira
Jcão Gabriel Sant'Ana	Manuel Rabello
João Rabello de Aguiar Vallim	Manuel Borba Gato
João Teixeira de Paula	Conde de Parnaíba
José Afonso de Moraes Bueno Passos .	Júlio Ribeiro
José Aleixo Irmão	Eurípedes Simões de Paula
José Augusto Vaz Valente	Aureliano Leite
José Castellani	
José Claudino da Nóbrega	Clóvis Bevilacqua
José de Freitas Nobre	José Francisco da Rocha Pombo
José Gonçalves Salvador	João Dias da Silveira
José Geraldo Evangelista	Guilherme de Almeida
José Pereira	Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães
José Ribeiro do Valle	Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa
José Sebastião Witter	Ibrahim Nobre
José Tavares de Miranda	Cassiano Ricardo
José Vicente de Freitas Marcondes ..	
Júcieth Mac Knight Jones	José Ribeiro Escobar
Lauro Ribeiro Escobar	Prudente José de Moraes Barros
Leda Maria Pereira Rodrigues	Oswaldo Cruz
Luciana Pallestrini	Carlos de Campos
Luiz Ellmerich	

Luiz Wanderley Torres	André Vidal de Negreiros
Manoel Vitor de Azevedo	Padre Luiz Marcigaglia
Maria Amália Correa Giffoni	
Maria Beatriz Marques Nizza da Silva	Frei Gaspar da Madre de Deus
Mário Ferreira Migliano	Carlos Botelho
Mário Graciotti	Castro Alves
Mário Hoepfner Dutra	Nelson Hungria
Dom Martinho Johnson, O.S.B.	Frei Domingos da Transfiguração
	Machado, O.S.B.
Menotti Del Picchia	
Miguel Angelo Barros Ferreira	Pimenta Bueno
Miguel Reale	Humberto França
Moccir França	Joaquim Nabuco
Moisés Gicovate	
Nello Garcia Migliorini	Washington Luiz Pereira de Souza
Nelson Martins de Almeida	
Nilva Rogick de Mello	Manoel da Costa Manso
Odilon da Costa Manso	Antônio da Gama Rodrigues
Osmar Muniz Pimentel	Almirante Tamandaré
Paul Donovan Kigar	Paulo Eiró
Paulo Fraletti	
Paulo Pereira dos Reis	Marechal Humberto de Alencar
Paulo Zingg	Castelo Branco
	Dario Ribeiro
Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto	Paulo Nogueira Filho
Pedro Ferraz do Amaral	
Péricles da Silva Pinheiro	José Maria Whitacker
Raul Leme Monteiro	Ten. Gen. Cândido Xavier de Almeida
Reginaldo Moreira de Miranda	e Souza
	Marechal Dutra
Renato Biez	Francisco Nardy Filho
Roberto Machado Carvalho	Oliveira Lima
Rosemarie Erica Horch	
Rubens José Rodrigues dos Santos ...	Almirante Henriques Boiteaux
Rudolf Robert Hinner	José Ferraz de Almeida Junior
Rui Martins Ferreira	
Ruy Nogueira Martins	Eduardo Monteiro
Silvio Marone	Visconde de Sêro Formoso-Cel.
Tácito Remi de Macedo Van	Francisco Pereira de Macedo
Langendonck	
Tsunezo Sato	João Severiano da Fonseca Hermes
Walçemar Pio dos Santos	Dom Duarte Leopoldo e Silva
Walter Fonseca	
Wanderley dos Santos	

HONORARIOS

Abelardo Duarte	
Ada Rogato	Com. João Ribeiro de Barros
Adriano Antônio de Carvalho	
Aldo Andreoni	
Alfredo Lencastre da Veiga	Monsenhor Luiz Castanho de Almeida
Alfredo Cecilio Lopes	Monsenhor Manfredo Leite
Alvaro Pinto de Aguiar	Júlio César Ribeiro de Souza
Amadeu da Silveira Saraiva	
Amador Cintra do Prado	
Américo Jacobina Lacombe	
Anita Ferreira de Maria	Alfredo D'Escagnole Taunay

Antônio de Almeida Moraes Júnior ..	Dom Lourenço Epaminondas Nunes D'Ávila
Antônio Baldijão Seixas	Afonso José de Carvalho
Antônio Carlos Pacheco e Silva	Pérsio Pacheco e Silva
Antônio Campagnolo	
Antônio D'Ávila	João Lourenço Rodrigues
Antônio Eloy Paulini Miranda	João Lúcio Brandão
Antônio Henrique Bittencourt da Cunha Bueno	Juscelino Kubitscheck de Oliveira
Antônio Rangel de Torres Bandeira ..	Antônio Egidio Martins
Antônio de Oliveira Mello	Afonso Arinos
Antônio dos Santos Oliveira Junior ..	Percival de Oliveira
Arnaldo Wildberger	Francisco Gonçalves Martins (Visconde de São Lourenço)
Augusto Gonzaga	
Benjamin Antônio Salles Arcuri	D ^a Felipa de Lencaster
Carlos Macieira Ary dos Santos	Ten. Gen. Francisco da Cunha Menezes
Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança	D. Pedro II
Carlos Torres	
Dante de Laytano	Venâncio Ayres
David Antônio da Silva Carneiro	
Dulcídio Tavares de Lacerda	
Edgard de Cerqueira Falcão	
Eduardo de Jesus Moraes do Nascimento	
Emílio Amadei Berinchs	
Epifânio da Fonseca Dória de Menezes	
Esther de Figueiredo Ferraz	Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz
Fauze Saad	Antônio Teixeira Guerra
Florêncio de Abreu	
Francisco Antônio Bianco Junior	Cel. José Hipólito Trigueirinho
Francisco Grainha do Vale	Almirante Gago Coutinho
Frederico Abranches Brotero	
Gualter Godinho	Alm. Arthur Silveira da Motta (Barão de Jaceguai)
Hélio Silveira	
Henrique Guilherme Muller	Alexandre de Gusmão
Henrique Paulo Bahiana	Joaquim Ribeiro
Hermano Roberto Santamaria	Manoel Ferraz de Campos Sales
Horácio de Almeida	
Hovanir Alcântara Silveira	
Ibiapaba de Oliveira Martins	Afonso Schmidt
Ivolino de Vasconcelos	
Jayme de Sá Menezes	
João Alfredo Pegado Cortez	Alm. Pedro Borges Lynch
João Alves das Neves	João de Barros
João Carvalhal Ribas	Francisco Franco da Rocha
João Chiarini	Mário Dedini
João de Scantimburgo	Dom Luiz de Bragança
João Hermes Pereira de Araújo	
João Horta de Macedo	
João Pereira Dias	
Dom Joaquim de Arruda Zamith O.S.B.	
Joaquim Vitorino Portella Ferreira Alves	
Jonas de Moraes Correia Filho	
Jorge Calmon Moniz de Bittencourt ..	
José de Almeida Santos	
José Armandó de Macedo Soares	
Affonseca	

José Bento Faria Ferraz	
José Botelho de Athaide	
José Candido de Andrade Murici	
José Calazans Brandão da Silva	
José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho	
José Eduardo Pizarro Drumond	Carlos Xavier Paes Barreto
José Fernandes Soares	Euclides da Cunha
José Ferreira de Carvalho	
José Honorato Gago da Câmara Medeiros	
José Luiz Pasin	Francisco de Assis Oliveira Borges (Visconde de Guaratinguetá)
José Nogueira Sampaio	
José do Patrocínio Lefort	
José Pedro Galvão de Souza	
Langleberto Pinheiro Soares	Gen. Antonio Paiva Sampaio
Leticia Pagano	Carlos Gomes
Luiz Alberto Watcly	César Weinschenk
Luiz de Azevedo Castro	Arnolfo Azevedo
Luiz da Câmara Cascuço	
Luiz de Castro Souza	
Luiz Fernando Whitaker Tavares da Cunha	Vicente Licínio Cardoso
Luis Gonzaga Novelli Junior	
Luiz Sérgio Thomaz	
Manoel Albaro Amora	
Manoel Augusto Vieira Neto	Paulo Setubal
Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	
Manuel Valladão	
Maria Imaculada Xavier da Silveira .	
Marília Antunes Alves	Assis Chateaubriand
Mário Pires	Altino Arantes
Neise Gomes	Maria Garcia Betim
Nelio Ferrentini	Hipólito José da Costa
Nelsor de Athaide Ribeiro	Plácido de Castro
Newton Gonçalves de Barros	Cônego Melchior Rodrigues do Prado
Nicanor Teixeira de Miranda	
Octaviano A. Gaiasa	
Octavio Marcondes Ferraz	Vivaldo Coaracy
Oldemar Adriano do Couto	
Olympio Costa Junior	
Orentino Martins	Luis Bueno Horta Barbosa
Oswaldo Barbosa Guisard	Timóteo Correia de Toledo
Othon de Almeida Costa	
Paulino Inácio Jacques	Alfredo Ferreira Rodrigues
Dom Paulo Evaristo Arris	Dom Antonio Joaquim de Mello
Paulo Emilio D'Alessandro	José Athaide Marcondes
Paulo Henrique da Rocha Correa ...	Brig. Lysias Augusto Rodrigues
Paulo Nathanael Pereira de Souza ...	Paulo Prado
Paulo Roberto de Aquino Noronha ...	
Pedro Calmon Moniz Bittencourt	
Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança	
Primo Vieira — Monsenhor	Dom Paulo de Tarso Campos
Rafael Pinheiro de Ulhoa Cintra	
Raul Apocalypse	Bernardo Guimarães
Raul Renato Cardoso de Melo	
Tucunduva	João Arruda

Rui Fernando Serrão Assis e Santos .	Bernardino Machado
Reynaldo Ramos Saldanha da Gama .	Júlio de Mesquita Filho
Roberval Francisco Bezerra de Menezes	
Rosalvo Florentino de Souza	João Ribeiro
Ruy Cardoso de Mello Tucunduva	José J. Cardoso de Mello
Ruy Rebello Pinho	
Sebastião da Silva Barreto	José do Patrocínio
Sebastião Romano Machado	João Antônio Andreoni (Antonil)
Thomaz Oscar Marcondes de Souza Jr.	Leôncio do Amaral Gurgel
Valério Guli	
Dom Vicente Marchetti Zioni	
Vicente de Paula Lima	
Victor Figueira de Freitas	Anibal de Freitas
Mons. Victor Rodrigues de Assis	Mors. José Paulino de Andrade
Waldecmar de Almeida Barbosa	Augusto de Lima
Waldecmar do Amaral Gurgel Vianna .	
Waldecmar Panadés	
Waldomiro Benedito de Abreu	Felix Guisard Filho
Walter Fernandes Piazza	
William Roberto Maranhão Lutz	Adolfo Lutz
Wilson Dias Castejón	Americo Brasileiro de Almeida Mello

CORRESPONDENTES NACIONAIS-PATRONOS

CIDADES

Adalberto José Pizarro Loureiro	(Rio de Janeiro)
Sacerd. Adalberto Ortmann	(Florianópolis)
Adelino Brandão	(Jundiaí-SP)
Adilson Cesar — Manoel Baptista Cepellos	(Sorocaba-SP)
Agenor Pinheiro Rodrigues Valle	(Rio de Janeiro)
Pe. Alcionilio Bruzi Alves da Silva — D. Francisco de Aquino Corrêa	(Manaus)
Amaro Soares Quintas	(Recife)
Sacerd. Angelo Jayme Venturelli	(Cuiabá)
Antenor Ribeiro	(Mogi-Mirim-SP)
Antonio Loureiro de Souza	(Salvador)
Aristides M. de Carvalho e Silva	(Rio de Janeiro)
Ariovaldo Corrêa — Joaquim Maria Machado de Assis .	(Mirassol-SP)
Arthur Ferreira Filho	(Porto Alegre)
Arthur Napoleão Figueiredo — José Veríssimo	(Belém)
Austregésilo de Athayde	(Rio de Janeiro)
Benedicto Pires de Almeida — Cel. Francisco Correia de Almeida Moraes	(Tietê-SP)
Carlyle de Figueiredo Martins	(Fortaleza)
Celso Ferraz de Camargo	(Campinas-SP)
Celso M. Schroeder	(Porto Alegre)
Celso Vieira Camargo	(Tatuí-SP)
Conceição Borges Ribeiro Camargo — Conde de Assumar D. Pedro M. de Almeida Portugal e Vasconcelos	(Aparecida-SP)
Dante Martorano	(Florianópolis)
Dario Abranches Viotti — Avelar Brotero	(Belo Horizonte)
Dermeval José Pimenta	(Belo Horizonte)
Dulcídio do Espírito Santo Cardoso	(Rio de Janeiro)
Edith Mendes da Gama e Abreu	(Salvador)
Eduardo Santos Maia	(Salvador)
Enélio Lima Petrovich	(Natal)
Fabio Nelson Guimarães — José Carneiro Felipe	(São João Del Rei)

Fausto Pires de Oliveira — Rodolfo Miranda	(São Simão)
Fernando Monteiro	(Rio de Janeiro)
Flavio Guerra — João Alfredo C. Oliveira	(Recife)
Francisco de Campos Abreu	(Campinas-SP)
Francisco Klors Werneck — Joaquim Osório Duque Estrada	(Rio de Janeiro)
Francisco Ruas Santos	(Belo Horizonte)
Geraldo Quartim — Romualdo Monteiro de Barros	(Ribeirão Preto-SP)
Gilberto de Mello Freire	(Recife)
Heitor Ferrão Moniz de Aragão	(Rio de Janeiro)
Heitor Otaviano de Araújo	(Salvador)
Henrique Jorge Hurley	(Belém)
Humberto Peregrino Seabra Fagundes	(Rio de Janeiro)
Jerônimo de Aquino Araújo	(Guaratinguetá-SP)
João Batista de Sá	(Campinas-SP)
João Lanaro — Alvaro Ribeiro	(Campinas-SP)
Joaquim de Paula Guimarães	(Cruzeiro-SP)
Joaquim Thomaz de Paiva	(Rio de Janeiro)
Joaquim Vicente Rondon	(Rio de Janeiro)
Jorge Moreira Rocha	(Fortaleza)
José Antonio Gonçalves de Melo — Duarte Coelho	(Recife)
José Bandeira de Mello	(Rio de Janeiro)
José Carlos Ferreira Maia	(Guaratinguetá-SP)
José Geraldo de Faria	(Belo Horizonte)
José Guimarães	(Ouro Fino)
José Honório Rodrigues	(Rio de Janeiro)
José Lourenço de Ascensão Fernandes	(Curitiba)
José Mariz de Morais	(Rio de Janeiro)
José Pompeu de Camargo	(Campinas-SP)
José Roberto do Amaral Lapa	(Campinas-SP)
Lauro Monteiro de Carvalho e Silva — D. Joaquim Mamede e Silva	(Mogi Mirim-SP)
Lourenço Luiz Lacombe	(Petrópolis-RJ)
Luiz Carlos de Moraes	(Porto Alegre)
Luiz de Almeida Nogueira Porto	(Bananal-SP)
Luiz Felipe da Silva Wiedermann — Joaquim Caetano da Silva	(Campinas-SP)
Luiz Henrique Dias Tavares	(Bahia)
Luiz Marques Poliano	(Rio de Janeiro)
Luiz Menezes Monteiro da Costa	(Salvador)
Luiz Fellippe Pereira Leite	(Cuiabá)
Luis Vital Duarte — Rui Barbosa	(Olinda)
Marcio José Lauria — Olimpio de Souza Andrade	(São José do Rio Pardo-SP)
Maria Celestina Teixeira Mendes Torres	(Campinas-SP)
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci — Silva Jardim	(Campinas-SP)
Mário Mazzuia — Anselmo Mazola	(Jundiaí-SP)
Mário Portugal Fernandes Pinheiro	(Rio de Janeiro)
Murilo de Miranda Bastos	(Rio de Janeiro)
Nelson Abel de Almeida	(Vitória-Esp. Santo)
Nelson Omega	(Rio de Janeiro)
Newton Carneiro — Moysés Marcondes	(Curitiba)
Octavia Correia dos Santos Oliveira	(Rio de Janeiro)
Otiliano José	(Belo Horizonte)
Olavo Dantas	(Rio de Janeiro)
Orlando M. de Albuquerque Cavalcanti	(Recife)
Oscar de Arruda Pentecado	(Rio Claro-SP)

Dom Oscar de Oliveira — Salomão de Vasconcelos	(Belo Horizonte)
Paulo Camilher Florençano	(Taubaté-SP)
Pedro Alves Camelo — Frei do Amor Divino Caneca ..	(Recife)
Raul do Rêgo Lima	(Rio de Janeiro)
Roland Cavalcante de Albuquerque Corbisier	(Rio de Janeiro)
Rubens Borba Alves de Moraes	(Bragança-SP)
Rubens Cione — João Rodrigues Guião	(Ribeirão Preto-SP)
Rui Vieira da Cunha	(Rio de Janeiro)
Samuel Nobrega de Siqueira — Walter Spalding	(Niterói)
Sebastião Almeida Oliveira	(Tanabi-SP)
Silvio Julio de Albuquerque Lima	(Recife)
Tarcisio Antonio Costa Taboria — Gaspar Silveira Martins	(Bagé-RS)
Theodoro de Souza Campos Junior — Bernardo de Souza Campos	(Campinas-SP)
Thereza Regina Camargo Maia	(Guaratinguetá-SP)
Vera Ravagnani Job	(Sorocaba-SP)
Sacerd. Vitor Hugo	(Belo Horizonte)
Vivaldi Moreira	(Belo Horizonte)
Waldyr Jansen de Mello — Marechal Ronçon	(Curitiba)

CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

CIDADE

Alberto Iria	Lisbôa
Alfredo Augusto Pereira de Lima	Moçambique
Alfredo V. de Moura Mattoso	Coimbra
Alamiro de Avila Martel	Santiago
Alexandre Nelson de Armond Marchant	Estados Unidos
Alvaro J. da Costa Pimpão	Coimbra
Angelo de Mojana di Cologne	Milão
Antonio Henrique D'Araújo Stott Howorth	Lisboa
Carlos Henrique Ferreira Lemond de Macedo	Portugal
Carlos Henrique Guilherme Oberacker — Hans Staden	Portugal
Carlos Peres Canepa Jimenes	Lima-Perú
Daniel Castelanos	Uruguai
Eduardo Correia	Coimbra
Fortuné Koller	Bruxelas
Francisco José da Gama Caieiro	Lisboa-Portugal
Gaspar do Couto Ribeiro Villas	Lisboa-Portugal
Gaston Benedict de Benedicts	California-USA
Giuseppe Castruccio	Italia
Henrique Gutersonh	Zurich
Henrique de Gândia	Buenos Aires
Jesus Vasques Gayoso	Mexico
Jorge Borges de Macedo	Portugal
José Crisanto Lopes Jimenes	Espanha
José Hermano Saraiva	Portugal
José Pedro Machado	Lisboa-Portugal
Juan S. Pivel Devoto	Montevideo
Julio Cesar Chaves	Assuncion
Princ. Lygny de Luxemburgo	Boulogne sur Seine- França
Luis Soares de Oliveira	Moçambique
Manoel da Silveira S. Cardoso	Washington-USA
Miguel Angel Martinez Galvez	Buenos Aires

Dom Nicola Gianastasio	Roma
Pierre A. Wassal	França
Rafael Schiaffino	Uruguai
Ramon Antonio Ramos	Paraguai
Ramon de Castro Esteves	Argentina
Raul Montero Bustamante	Uruguai
Ricardo Román Blanco	Espanha
Richard Mac Gee Morse	Nova Jersey-USA
Simon L. Lucuix	Uruguai
Tomaz Waverley Palmer Junior	Connecticut-USA
Torquato B. de Souza Soares	Coimbra
Umberto Franzini	Itália
Vasco Mariz	República Democrática Alemã

REDAÇÃO DA REVISTA

- Padre Hélio Abranches Viotti
- José Benedicto Silveira Peixoto
- Vinício Stein Campos
- Pedro Ferraz do Amaral
- Célio Salomão Debes
- Nilva Rogick de Mello

DEPARTAMENTOS**Cinema Educativo**

- Fausto Ribeiro de Barros

Cursos Públicos

- Raul de Andrada e Silva

Exposições

- Luis Wanderley Torres

Mapoteca

- Jesuino Felicíssimo Jr.

Publicações

- Francisco Ferrari Martins

Sede Social

- Tacito Remi de Macedo van Langendorck

COMISSÕES ORGÂNICAS**FINANÇAS**

- 1 — Itamar Bopp
- 2 — Antonio Sylvio Cunha Bueno
- 3 — Arrisoi. de Souza Ferraz

SUPLENTES

- 1 — Manoel Victor de Azevedo
- 2 — Paulo Romano
- 3 — Luis Wanderley Torres

SINDICÂNCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS

- 1 — Divaldo Gaspar de Freitas
- 2 — Alvaro Go Amaral
- 3 — Célio Salomão Debes

SUPLENTES

- 1 — Alexandre Nelson de Mello
- 2 — Adauto Fernandes de Andrade
- 3 — Antônio Barbosa Lima

COMISSÕES PERMANENTES GEOGRAFIA DO BRASIL

- 1 — Antônio Rocha Penteado
- 2 — Ana Maria de Almeida Camargo
- 3 — Mário Savelli
- 4 — Fausto Ribeiro de Barros

GEOGRAFIA FÍSICA

- 1 — Joaquim Alfredo da Fonseca
- 2 — Heliodoro Tenório da Rocha Marques
- 3 — Mário Savelli
- 4 — Nilva Rogick de Mello

GEOGRAFIA HUMANA

- 1 — Ari França
- 2 — Hernani Donato
- 3 — Roberto Machado Carvalho
- 4 — Fause Saadi

HISTÓRIA DA AMÉRICA

- 1 — Antonio Sylvio Cunha Bueno
- 2 — Alvaro do Amaral
- 3 — Henrique Oscar Wiederspahn
- 4 — Luis Wanderley Torres

HISTÓRIA GERAL

- 1 — Olga Pantaleão
- 2 — José Carlos de Ataliba Nogueira
- 3 — Nicolau Duarte e Silva
- 4 — Luis Fernando Whitaker Tavares da Cunha

HISTÓRIA MILITAR

- 1 — Arrisoi. de Souza Ferraz
- 2 — José Hipólito Trigueirinho
- 3 — Geraldo Goulart
- 4 — Langleberto Pinheiro Soares
- 5 — Henrique Oscar Wiederspahn

HISTÓRIA DE SÃO PAULO

- 1 — Myrian Ellis
- 2 — Maria da Conceição Martins Ribeiro
- 3 — Wilson Maia Fina
- 4 — Isaac Grinberg
- 5 — Antonio B. rreto do Amaral

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS CÍVICOS DE SÃO PAULO

- 1 — Heliodoro Tenório da Rocha Marques
- 2 — Honório de Sylos
- 3 — Antônio Benedito Machado Florence

HISTÓRIA DO BRASIL

- 1 — Tito Livio Ferreira
- 2 — Divaldo Gaspar de Freitas
- 3 — Lycurgo de Castro Santos Filho
- 4 — Hernani Donato

HISTÓRIA DA MEDICINA

- 1 — Divaldo Gaspar de Freitas
- 2 — Alexandre Nelson de Mello
- 3 — Lycurgo de Castro Santos Filho
- 4 — Duilio Crispim Farina

HISTÓRIA DO DIREITO

- 1 — Pedro Rodovalho Marcondes Chaves
- 2 — Manoel Augusto Vieira Neto
- 3 — Ernesto de Moraes Leme
- 4 — Pedro Brasil Bardecchi
- 5 — Rui Rebello Pinho
- 6 — Odilon da Costa Manso

HISTÓRIA DA ENGENHARIA

- 1 — Alberto Prado Guimarães
- 2 — Mário Savelli
- 3 — Jesuino Felicíssimo Junior
- 4 — Octávio Marcondes Ferraz

**HISTÓRIA DA IGREJA
NO BRASIL**

- 1 — Helio Abranches Viotti
- 2 — José Afonso de Moraes Bueno Passos
- 3 — Martinho Johnson, O.S.B.
- 4 — Maria Angela (Leda Maria Pereira Rodrigues)

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

- 1 — Antônio Barbosa Lima
- 2 — Geraldo Cardoso de Mello
- 3 — Antônio D'Ávila
- 4 — Ana Maria de Almeida Camargo

FOLCLORE

- 1 — Maria Amália Correa Giffoni
- 2 — Fausto Ribeiro de Barros
- 3 — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
- 4 — José de Mello Pimenta

NUMISMÁTICA

- 1 — Tsunezo Sato
- 2 — Ruy Martins Ferreira
- 3 — Lúcia De Tomasi
- 4 — José Leandro de Barros Pimentel

HERALDICA

- 1 — Lygia Ferreira Lopes
- 2 — Henrique Oscar Wiederspahn
- 3 — Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
- 4 — Eldino da Fonseca Brancante
- 5 — Maria Amélia Arruça Botelho de Souza Aranha
- 6 — Leuro Ribeiro Escobar

MUSICOLOGIA

- 1 — Geraldo Dutra de Moraes
- 2 — Luiz Ellmerich
- 3 — José da Veiga Oliveira

HISTÓRIA DA LITERATURA

- 1 — Mário Graciotti
- 2 — Hernani Donato
- 3 — Raimundo Alvaro de Menezes
- 4 — Antonio Soares Amora

**HISTÓRIA DAS ARTES
PLÁSTICAS**

- 1 — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
- 2 — Luiz Morrone
- 3 — Wilson Maia Fina
- 4 — Ruy Martins Ferreira
- 5 — Geraldo Dutra de Moraes

HISTÓRIA DA CULTURA

- 1 — Alfredo Buzaid
- 2 — João de Scantimburgo
- 3 — Pedro Rodovalho Marcondes Chaves
- 4 — Carlos Alberto de Costa Nunes
- 5 — José Carlos de Ataliba Nogueira

RELAÇÕES PÚBLICAS

- 1 — Itamar Bopp
- 2 — Alberto Prado Guimarães
- 3 — José Leandro de Barros Pimentel
- 4 — Paulo Romano
- 5 — Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg
- 6 — Tacito Remi de Macedo van Langendonck

ESTATÍSTICA

- 1 — Honório de Sylos
- 2 — Américo Bologna
- 3 — Celso Maria de Mello Pupo

GENEALOGIA

- 1 — Theodoro de Souza Campos Jr.
- 2 — José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
- 3 — Odilon da Costa Manso
- 4 — Itamar Bopp
- 5 — Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho

BIBLIOGRAFIA E CIÊNCIA DOS INCUNABULOS

- 1 — Odilon da Costa Manso
- 2 — Antônio Barreto do Amaral
- 3 — Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg
- 4 — Antônio D'Ávila

ETNOLOGIA E ARQUEOLOGIA

- 1 — Carlos Drumond
- 2 — Erasmo d'Almeida Magalhães
- 3 — Álvaro do Amaral

FILATELIA

- 1 — Arrisson de Souza Ferraz
- 2 — Lygia Ferreira Lopes
- 3 — José Leandro de Barros Pimentel
- 4 — Itamar Bopp
- 5 — Paul Donovan Kigar

ICONOGRAFIA E EPIGRAFIA

- 1 — Faúse Saadi
- 2 — Carlos Penteado de Rezende
- 3 — Edgarí de Cerqueira Falcão
- 4 — Eldino da Fonseca Brancante

PALEOGRAFIA

- 1 — José Afonso de Moraes Passos
- 2 — Carlos Penteado de Rezende
- 3 — Nello Garcia Migliorini

LINGUISTICA E TOPONIMIA

- 1 — Antônio Roberto de Paula Leite
- 2 — Erasmo d'Almeida Magalhães
- 3 — Antônio Soares Amora
- 4 — Pedro Ferraz do Amaral

MUSEOLOGIA

- 1 — Vinício Stein Campos
- 2 — Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto
- 3 — Maria Helena Brancante
- 4 — Lúcia De Tomasi
- 5 — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
- 6 — Geraldo Dutra de Moraes

CONSELHO DO COLAR

DOM PEDRO I

Presidente — José Pedro Leite Cordeiro
Secretário — Mário Savelli
Tesoureiro — Pedro Ferraz do Amaral
Pedro Rodovalho Marcondes Chaves
Lucas Nogueira Garcez
Duílio Crispim Farina
Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto
Mário Graciotti
Tito Livio Ferreira
Arrisson de Souza Ferraz
Heliodoro Tenório da Rocha Marques
Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
Lauro Ribeiro Escobar
José Leandro de Barros Pimentel
Tácito Remi de Macedo van Langendonck
Hernâni Donato
Itamar Bopp
Célio Salomão Debes
Maria Helena Brancante

CONSELHO DA MEDALHA

ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente — José Pedro Leite Cordeiro
Secretário — Mário Savelli
Tesoureiro — Pedro Ferraz do Amaral
Antônio Sylvio Cunha Bueno
Antônio Barreto do Amaral
Eldino da Fonseca Brancante
Lucia De Tomasi
Vinicio Stein Campos

CONSELHO DA MEDALHA

DOM PEDRO II

Presidente — José Pedro Leite Cordeiro
Secretário — Mário Savelli
Tesoureiro — Pedro Ferraz do Amaral
Antônio Barreto do Amaral
Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
Geraldo Dutra de Moraes
Pedro Brasil Bandecchi
Odilon da Costa Manso
Vinicio Stein Campos



COMPOSTO E IMPRESSO NA
GRÁFICA SANGIRARD LTDA.
RUA BOM PASTOR, 2472
FONE: 63-7870 — SÃO PAULO